UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MARIA JOSÉ GONTIJO SALUM

A PSICANÁLISE E O CRIME:

Causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões e violência na clínica psicanalítica contemporânea

Rio de Janeiro
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA JOSÉ GONTIJO SALUM

A PSICANÁLISE E O CRIME:

Causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões e violência na clínica psicanalítica contemporânea.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Coelho dos Santos

Rio de Janeiro
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria José Gontijo Salum

A PSICANÁLISE E O CRIME:

Causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões e violência na clínica psicanalítica contemporânea.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro para a obtenção do título de doutor em Teoria Psicanalítica

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Tânia Coelho dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(orientadora)

Profa. Dra. Ana Lydia Santiago
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Heloísa Caldas
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Fernanda Costa Moura
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dra. Marcela Cruz de Castro Decourt

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ, por possibilitar meu ingresso no doutorado.

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que me possibilitou a bolsa no Programa de Doutorando no Brasil com Estágio no Exterior - PDEE. As pesquisas realizadas em Paris, através da Université Paris 8, sob a supervisão do Prof. Dr. Serge Cottet, a quem agradeço, foram fundamentais para esta pesquisa.

À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), através do Programa Permanente de Capacitação Docente - PPCD.

À Tânia Coelho dos Santos: este trabalho deve a sua orientação, apoio e incentivo.

Às componentes da banca examinadora: Ana Lydia Santiago, Heloísa Caldas, Fernanda Costa Moura e Marcela Decourt. Meu muito obrigada pela disponibilidade na leitura do texto, nos comentários e arguições. As contribuições a partir da participação de cada uma, torna possível o avanço do trabalho.

À Biblioteca da *École de la Cause Freudienne*, que me possibilitou a realização da maior parte da pesquisa teórica. Agradeço, também, a atenção e gentileza de seus funcionários.

Agradeço Jésus Santiago pela interlocução inicial da proposta de pesquisa que foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFRJ.

Agradeço ao Antônio Beneti, pela escuta.

Ao Cláudio, pelo encontro amoroso.

RESUMO

Estudo dos atos de violência e agressividade encontrados na clínica com infratores. Problematizou-se o estatuto dessas ações, considerando a queda, na contemporaneidade, dos semblantes tradicionais que ordenavam o mundo: a lei para o direito e o complexo de Édipo, para a psicanálise. Partiu-se da hipótese de que o contexto social de nossa civilização pode acarretar mudanças para a configuração do ato de violência como ato criminoso. Foi realizada uma atualização teórica e clínica do texto lacaniano “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, com o objetivo de atualizar a contribuição da psicanálise à criminologia, levando em conta o cenário da violência contemporânea no Brasil. Para isso, os conceitos lacanianos de passagem ao ato e *acting-out* foram trabalhados. O crime foi considerado na neurose e na psicose, mas o que se pretendeu destacar foi dimensão do ato criminoso na perspectiva da delinquência, concebendo-a como uma nova forma de sintoma.

Palavras-chave: crime, violência, passagem ao ato, *acting-out*, delinquência.

ABSTRACT

Studies on violent acts and aggressiveness found in criminal labs. An issue raised was the statute of such actions due to the fall of traditional standards which governed contemporary society: the law of righteousness and the Oedipus complex in psychoanalysis. It was hypothesized that the social context of our civilization may bring about changes in the configuration of acts of violence as criminal acts. A clinical and theoretical update was carried out on the lacanian text “Theoretical introduction to psychoanalytical functions in criminology”, while aiming to contribute to current criminal psychoanalysis studies, bearing in mind the contemporary state of violence in Brazil. In order to do so, lacanian concepts of passage to the act and *acting-out* were used. Crime was considered in neurosis and psychosis, though we initially intended to highlight the dimensions of criminal acts under the perspective of delinquency; conceiving it as a new form of symptom.

Keywords: crime, violence, passage to the act, acting-out, delinquency

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	8
II. DESENVOLVIMENTO	
CAPÍTULO 1	
A violência no mundo: dos rituais de sacrifício ao direito de punir	14
1.1 O surgimento da noção de infração na justiça moderna: a relação entre a culpa e o castigo	16
CAPÍTULO 2	
Freud e a violência: houve um crime	24
CAPÍTULO 3	
Lacan e a responsabilidade	39
3.1 O assentimento e a instância do simbólico	44
3.2 Sujeito, causalidade e assentimento	46
3.3 Assentimento: o que fica rejeitado do campo da estrutura	50
3.4 A gramática do assentimento	51
CAPÍTULO 4	
Psicanálise, criminologia e o real da violência	54
4.1 A criminologia, a psicanálise e as classificações	55
4.2 A criminologia e seus antecedentes	57
4.3 A escola clássica e o surgimento do nominalismo das classificações	58
4.4 A criminologia positivista e o real da ciência	61
4.5 A sociologia criminal	63
4.6 As teorias socialistas sobre o crime	65
4.7 O século XX e a querela da criminologia	67
4.7.1 A Escola de Chicago	67
4.7.2 As teorias culturalistas	68
4.8 A criminologia na União soviética	69
4.9 Os anos 60 e a criminologia nova ou crítica	70
CAPÍTULO 5	
A criminologia psicanalítica	74
5.1 Os pós freudianos e a criminologia	76
5.1.1 Franz Alexander e Hugo Staub	77

5.1.2 Teodor Reik	78
5.1.3 Edward Glover	79
5.1.4 Kate Friedländer	80
5.1.5 Anna Freud e Melitta Schmideberg	81
5.1.6 Auguste Aichhorn	82
5.1.7 Marie Bonaparte, Daniel Lagache, Juliette Boutonier e a criminologia psicanalítica francesa	82
CAPÍTULO 6	
A criminologia lacaniana	86
6.1 A transgressão à lei e o assentimento à punição	86
6.2 O crime: signo do mal estar	87
6.3 O semblante da justiça e o real da violência superegóica	88
6.4 A instância simbólica e os crimes do supereu	89
6.5 Ato criminoso e sintoma	91
6.6 Crimes utilitários e crimes de gozo: o impasse da penalogia	96
6.7 O universo mórbido da falta: o retorno da castração em ato	98
6.8 Responsabilidade: o retorno da falta sobre o sujeito	100
6.9 As declarações do eu e a resposta do sujeito	102
6.10 A agressividade do objeto criminogênico	103
6.11 O apagamento das diferenças e a função criminogênica da sociedade	105
6.12 O mito dos “instintos” criminosos e os crimes do isso	106
CAPÍTULO 7	
Crime, responsabilidade e violência no mundo contemporâneo	112
7.1 No encontro com o Outro, culpa e punição	114
7.2 A causa do crime	115
7.3 A passagem ao ato, o <i>acting-out</i> e o ato criminoso	119
7.4 Novos sintomas: novas formas de delinquência	124
7.5 A causa do crime: ato e responsabilidade	128
7.6 As modalidades patológicas do assentimento subjetivo	130
7.7 Caso clínico	133
III. CONCLUSÃO	136
IV. REFERÊNCIAS	139
V. ANEXOS	149

Introdução:

Temos notícias, praticamente todos os dias, através dos jornais, dos índices da chamada violência urbana. Isso nos dá a impressão de que em nosso século assistimos ao recrudescimento da violência em suas mais diversas formas. Inegavelmente, a violência tem representado nosso mundo e tem sido bastante destacada pelos meios de comunicação. É possível até mesmo afirmar que ela tem se constituído em um produto, uma nova mercadoria de consumo em nosso tempo. A partir do problema da violência, justifica-se não somente as grandes decisões políticas, mas também o modo como as pessoas se posicionam diante dos acontecimentos do cotidiano. Recorre-se à violência tanto para evitá-la quanto para combatê-la. Isso nos leva a pensar que a violência aparece no nosso tempo de uma forma bastante peculiar: busca-se reagir à violência com a própria violência.

Algumas disciplinas têm sido responsáveis pela classificação da violência ao longo dos tempos. Inicialmente, o direito associou-a ao crime. Portanto, a violência, considerada como crime, era um problema que dizia respeito aos encarregados de zelar pela ordem pública – a justiça, o direito, a polícia.

Atualmente, outros saberes também têm sido convocados e o discurso universitário tem buscado produzir um sentido para esse fenômeno. As ciências sociais têm apresentado suas estatísticas e influenciado as políticas públicas no combate à eclosão da chamada violência urbana. O mapeamento da violência na cidade orienta a polícia, visando uma racionalização de suas ações; trata-se do chamado geoprocessamento da criminalidade.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a violência um problema que diz respeito à saúde pública, não somente à justiça. Seguindo o modelo das ciências sociais, a OMS tem recorrido à epidemiologia e produzido dados e estatísticas.

A entrada de diferentes disciplinas na discussão sobre esse tema configura um novo cenário, no que diz respeito à violência no mundo e a forma de tratá-la. Com a entrada desses campos de saber tentando produzir um sentido sobre esse fenômeno, pode-se dizer que, em comparação à abordagem jurídica tradicional – a equivalência ao crime –, a violência tornou-se um assunto complexo no mundo contemporâneo.

Os psicanalistas também têm sido chamados a participarem dessa discussão. Resta saber que orientação a psicanálise lacaniana poderá indicar quanto à prática, nesse campo de interface com o direito e outras disciplinas. Vários psicanalistas têm se dedicado, não somente à atuação clínica na interface com as políticas de segurança, mas, também, participado da construção de políticas públicas e execução de programas que visam o tratamento da violência

nos mais diversos espaços: penitenciárias, medidas sócio-educativas (previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente), projetos sociais e comunitários, acompanhamento de medidas judiciais para pacientes psicóticos infratores, dentre outras.

A psicanálise entende a violência na perspectiva do excesso pulsional. Em Freud, como pulsão de morte, mais além do princípio do prazer. Em Lacan, como o real do gozo. Esse excedente pulsional não regulado, quando atuado, é violência.

No trabalho com infratores, a psicanálise freudiana, assim como o que ficou conhecido, a partir da orientação de Jacques-Alain Miller, como o primeiro ensino de Lacan, formalizaram conceitos que estavam inseridos na lógica jurídica tradicional, ou seja, a equivalência entre violência e crime. Do ponto de vista jurídico, a violência tornou-se um crime a partir da emergência da relação entre culpa e castigo. Para que a norma jurídica aparecesse na cultura ocidental, e isso se deu na era moderna, foi preciso o surgimento da noção de culpa e, por conseguinte, da responsabilidade.

Os pressupostos da psicanálise freudiana foram elaborados dentro dessa lógica. Para Freud, o crime edípiano era a forma privilegiada de dar tratamento à violência pulsional. Com a proibição do incesto, instaurava-se a falta e, por consequência, o desejo. O sujeito neurótico é aquele que se considera culpado. Culpar-se por um crime seja ele cometido ou desejado, é uma maneira de se estabelecer dentro da lei do pai.

Lacan, por sua vez, pensou a responsabilidade a partir da punição, isto é, das consequências advindas da lei do Outro. Na concepção lacaniana, o assentimento a uma lei é o que garante a possibilidade de responsabilização.

Contudo, a configuração da violência no mundo contemporâneo nos mostra que, talvez, estejamos diante de uma mudança. Inegavelmente, há um declínio da culpa e do assentimento ao Outro. Segundo Jacques Alain-Miller, estamos na época do Outro que não existe e do surgimento de novos sintomas. No Seminário *El Outro que no existe y sus comités de ética* (MILLER, 2005) – proferido em colaboração com Eric Laurent – o sintoma é apresentado por Miller em suas duas vertentes: uma parte que é imutável – seu aspecto de derivado da pulsão – e de um componente que é passível de mudança, sua forma. No sintoma, a satisfação pulsional é uma constante, mas a forma de inscrição no campo do Outro é variável. Para gozar, é necessário passar pelo Outro.

Essas considerações nos levam a acreditar que o modo de laço que se estabelece na civilização contemporânea pode acarretar em mudanças, não somente na forma dos sintomas, como nos mostra Miller, mas, também – e foi esse o propósito desta pesquisa – na

configuração do crime e, por conseguinte, da possibilidade de responder diante do Outro e da lei.

Para desenvolver esta tese, os seguintes marcos teóricos foram considerados: a inscrição da violência como um crime pela justiça moderna; a teoria freudiana como herdeira dessa lógica; a contribuição lacaniana para a criminologia e os impasses contemporâneos na interface da psicanálise com o direito.

No primeiro capítulo “A violência no mundo: dos rituais de sacrifício ao direito de punir”, buscou-se estabelecer a noção de responsabilidade, a partir do surgimento do direito moderno. Para a psicanálise, não há como conceber um sujeito responsável sem que ele esteja referido ao direito. Por um lado, a responsabilidade para a psicanálise se diferencia da responsabilidade para o direito. Para esse último, é responsável aquela pessoa detentora de direitos civis e, portanto, de deveres. Caso descumpra algum dever e esse ato se configurar como um crime, ela sofrerá uma sanção. A justiça pensada pela noção de direitos humanos quer dizer que toda pessoa humana é passível de direitos e deveres, em maior ou menor grau. Com a psicanálise não é assim. Mas, por outro lado, para que a psicanálise se torne possível, é preciso que os direitos estejam estabelecidos. Por isso, nesse primeiro capítulo, foi realizado um percurso histórico, desde a antiguidade até a modernidade, acompanhando o processo de limitação da violência pelo direito, tentando precisar como, em decorrência desse processo, pôde surgir a noção de um sujeito responsável.

No segundo capítulo, foi realizado um percurso pela psicanálise freudiana, tentando delimitar como Freud recorreu ao crime edípico para circunscrever a violência pulsional e estabelecer o laço social. Em decorrência do parricídio, o sujeito responde por meio da culpa. Por isso, este capítulo foi denominado “Freud e a violência: houve um crime”.

A violência foi abordada por Freud de duas maneiras distintas. Primeiro ele a estudou a partir de suas reflexões sobre a guerra, principalmente sobre os abusos cometidos na guerra que ele presenciou – a primeira guerra mundial. Depois ele a considerou a partir do mito do parricídio. Em praticamente toda a sua obra, Freud recorre ao crime e à culpa decorrente dele para pensar o laço social e a limitação da violência entre os homens.

Lacan, ao fazer a releitura do Édipo freudiano a partir da noção de lei, privilegiou como cada um se coloca frente à lei do pai e é isso, para ele, que define a estrutura da subjetividade. Assim como Freud, ele se interessou pelos efeitos subjetivos do tratamento, ou não, da violência estrutural pelo dispositivo simbólico. Em Freud, esse tratamento está presente na elaboração sobre o Édipo e, em Lacan, na abordagem da lei instituída pelo Nome do Pai – isso será desenvolvido no terceiro capítulo: “Lacan e a responsabilidade”. Nesse

capítulo, serão considerados os fundamentos do texto de criminologia, no que diz respeito à responsabilidade, sem desenvolver as contribuições de Lacan para a teorização e prática em torno do crime. Será demonstrado como, por meio do conceito de responsabilidade, Lacan deu um passo além na lógica da culpa em Freud.

Lacan afirmou, no texto sobre a criminologia, escrito com a contribuição de Michel Cénac, afirmou que não existe sociedade na qual não se constitua uma lei, seja ela de costume ou de direito (LACAN,1950/1998). Contudo, da mesma forma que existe lei, existe transgressão. Na mesma obra, parafraseando São Paulo, ele afirmou que a lei fazia o crime. Nessa concepção tudo era permitido, menos o que estava explicitado como proibição. O trabalho da justiça, ao longo da modernidade, foi regular as relações entre os homens a partir do que era proibido. As atuações violentas passaram a ser referenciadas à lei, por isso puderam ser consideradas como crimes pelo dispositivo jurídico. Dessa forma, estes aspectos da lei e do crime serão desenvolvidos no capítulo IV – “Psicanálise, criminologia e o real da violência”. Nesse capítulo, serão trabalhadas as principais teorias sobre o crime e a lei para fundamentar a contribuição lacaniana à criminologia.

No capítulo V: “A criminologia psicanalítica”, trabalharemos os principais autores da psicanálise que formularam teorias sobre o crime e desenvolveram práticas com sujeitos infratores. A partir do legado de Freud, esses psicanalistas, conhecidos como os pós-freudianos, praticaram a psicanálise alcançando uma grande inserção na sociedade da época. Lacan, ao lançar sua contribuição à criminologia, dialogou com estes psicanalistas. O texto de criminologia, referido no parágrafo anterior, deve ser lido como uma tomada de posição de Lacan a respeito do trabalho da psicanálise na interface com o direito, em meados do século passado.

No capítulo VI, “A Criminologia lacaniana”, retomaremos, novamente, o texto lacaniano (LACAN, 1950/1998) realizando uma leitura que considera o diálogo que ele estabeleceu com seus interlocutores. Dessa forma, foi possível localizar a contribuição da psicanálise que Lacan considera pertinente, de acordo com os postulados e princípios que vigoram desde Freud.

O crime, uma forma extrema de violência, não pode ser pensado fora da relação do sujeito à lei, da conexão do sujeito ao campo do Outro. Lacan afirmou em seu texto sobre a criminologia que, em qualquer sociedade, a relação do crime com a lei é manifestada por meio de castigos. O castigo, uma punição, é a responsabilidade: punir é responsabilizar e ser responsabilizado. Para que isso tenha valor, é necessário um assentimento à modalidade de punição adotada. O assentimento é a crença de que um homem só é reconhecido “por seus

semelhantes através dos atos cuja responsabilidade ele assume”¹. Portanto, para Lacan, a obediência à lei se dá pela crença na possibilidade de responder frente a ela. Essa é uma das contribuições que podemos destacar do texto lacaniano.

Porém, o ato violento, ao não adquirir estatuto de crime, modifica a concepção de responsabilidade e a possibilidade do próprio sujeito se posicionar frente à lei e frente ao Outro: isso dá mostras da inexistência do Outro. Estes aspectos serão trabalhados no último capítulo “Crime, responsabilidade e violência no mundo contemporâneo”.

No artigo “Saúde Mental e ordem pública”, Jacques Alain-Miller acentua que em psicanálise o próprio sujeito é considerado uma resposta (MILLER, 1999, p. 23). Crer na lei é o que permite advir, como resposta, um sujeito responsável. Portanto, a responsabilidade também diz respeito aos modos de resposta subjetiva. Diante da emergência do real, o sujeito responde. Essa resposta pode estar conectada ao Outro, ou pode dispensá-lo. Responder é uma forma de se defender e de tomar uma posição frente ao que é da ordem da causalidade: o real, o gozo, o trauma, a violência. Portanto, verificaremos as formas como o sujeito aparece, isto é, como ele responde à emergência do real e quais as conseqüências dessas modalidades de respostas, no que diz respeito à noção de responsabilidade.

Como já afirmamos, a releitura do Édipo feita por Lacan, a partir da noção de lei, leva em conta um tratamento possível da violência. Por meio de Édipo, relaciona-se o real à lei, e o real passa a ter um nome: é um crime, um desejo inconsciente. O sujeito toma uma posição diante desse processo de significantização, ele é culpado. Esta articulação do real com o significante nos permite pensar que, na contemporaneidade, quando o ponto de referência outrora representado pela lei vacila, a emergência do real parece se dar de forma mais violenta, implicando também na vacilação da noção de responsabilidade.

Desde Freud sabemos que o encontro com o Outro é violento, ninguém está preparado para isso, já que se trata de um encontro sem programação. Freud considerou o desamparo dos seres humanos a fonte de todos os motivos morais. O mito edipiano conta a história de uma criança que teve que ser separada de seus pais. Adulto, ao sair sozinho pelo mundo, em busca de sua origem, quando ele a encontra, é sob a forma de um desencontro, de um crime. Édipo, desamparado, se liga ao Outro pelo crime e cada sujeito neurótico, para Freud, reeditaria, inconscientemente, essa forma de ligação à lei do Outro. O desamparo instaura a lei que liga o sujeito ao campo do Outro e, por ser fonte de todos os motivos morais, é também fonte do mal-estar.

¹ LACAN, J. “Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia” (1950). In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003. p. 127-131.

Lacan, no quadro apresentado no *Seminário: livro 10 – A angústia* (LACAN, 2004, p. 89), propõe que as atuações – além da inibição e do sintoma – podem ser vistas como respostas à angústia frente à incidência do Outro. Diante do encontro com o real do Outro, cuja presença está em causa na angústia, se não é possível ao sujeito formular uma questão sobre o desejo, uma significação que implicaria em uma formação do inconsciente – um sintoma – uma das saídas pode ser o ato. Por isso, supomos que a ascensão das atuações violentas na civilização contemporânea se constitui em modos de respostas frente às manifestações de um não tratamento da violência estrutural no nosso tempo.

Não havendo a possibilidade de tratar a violência pelos registros imaginário e simbólico, ela aparece em ato, seja um *acting-out*, seja uma passagem ao ato. Esta atuação se configura em uma resposta: não ao desejo do Outro, mas ao real.

Tomar a violência sob este aspecto constitui um desafio para os psicanalistas de orientação lacaniana. Pois, trata-se de investigar o ato de violência como um novo sintoma da contemporaneidade. Dessa forma, a partir dos ensinamentos de Freud e Lacan, investigou-se a configuração que a violência tem adquirido em um contexto como o nosso, no qual a crença na lei não tem vigorado, para destacar as conseqüências, para a clínica psicanalítica que lida com sujeitos que cometem infrações, da queda dessa crença, no que diz respeito à responsabilidade.

Então, passemos ao primeiro capítulo, começando o percurso da pesquisa, localizando o surgimento da noção de lei e infração no mundo e as conseqüências dessa articulação para a subjetividade humana, de forma geral, e para a psicanálise, em particular.

Capítulo 1

A violência no mundo: dos rituais de sacrifício ao direito de punir

Diante da descoberta da psicanálise da culpabilidade inerente ao ser humano, do incesto e do parricídio, vemos Freud situar o crime primordial como a origem da lei universal. Para ele, com a lei e o crime começa o homem. Tentando dar conta dessa temática crucial, Freud recorre aos estudos de antropologia disponíveis em sua época, mas também inventa. Com *Totem e Tabu*, ele formula sua teoria antropológica.

Na atualidade, René Girard é um dos estudiosos que possibilita uma interlocução da psicanálise com a antropologia. No livro *A violência e o sagrado*, ele localiza o surgimento da noção de culpa e, por conseguinte, da responsabilidade, na era moderna. Esse estudo também delimita o aparecimento da norma jurídica em nossa cultura. Ele apresenta o que considera ser a gênese da relação entre a culpa e a punição, como hoje conhecemos. De acordo com ele, esta relação apareceu em um momento específico no mundo ocidental.

Girard inicia seu estudo fazendo uma análise da violência, pois, para ele, ela constitui “coração e alma secreta do sagrado”. Ele diferencia a violência que seria destruidora de uma violência denominada ritual. A esta última ele dá um caráter fundador. Em *Totem e tabu*, Freud também atribuiu à violência presente na refeição totêmica um fator de coesão social. Banquetear periodicamente, servindo-se do totem, ajudava a cumprir o mandamento “não matarás”. De acordo com Girard, os homens só são capazes de se reconciliarem à custa de um terceiro. Esta é a função da vítima expiatória. Para ele, as sociedades primitivas conheciam o resultado catastrófico que o desencadeamento generalizado da violência poderia ter para a sobrevivência do grupo, podendo gerar uma seqüência de atos de vingança recíprocos. Em algumas culturas, os atos de vingança contínuos persistiram por séculos e tal prática ficou conhecida como vendeta.

A consciência do perigo da violência e a necessidade de limitar os impulsos agressivos de seus membros parecem ter levado algumas sociedades primitivas a instaurar diferentes formas de sacrifício. As vítimas de sacrifício, tanto animais, quanto humanas, serviriam para ludibriar a violência, pois é possível enganá-la, desde que se lhe ofereça algo para que ela devore. Sob a égide do sacrifício, um dispositivo de vingança institucional, quer dizer, a justiça, ainda não se fazia presente. O sacrifício constituía um sistema preventivo da violência, mas mesmo assim, atos violentos eram cometidos. Quando um ato dessa natureza era praticado, caso fosse considerado crime, por um caráter compensatório bastava que se

sacrificasse um membro da comunidade a que pertencia o transgressor. Não era o culpado quem mais interessava, mas a vítima não vingada.

Girard afirma que a justiça moderna nasce na mesma época em que se inicia o princípio da culpabilidade. Princípio que diz que nenhuma outra pessoa, a não ser o transgressor, pode ocupar o lugar no castigo. O aparecimento da noção de transgressão, de infração a uma lei, constitui uma mudança radical na forma como a humanidade lida com os crimes e punições.

A tragédia ajudou a fazer a passagem das práticas sacrificiais para o princípio de culpabilidade, sustenta Girard. Nesse sentido, é importante lembrar que o que define o sentimento do trágico é a presença de um sujeito que é inocente e, ao mesmo tempo, culpado. A tragédia introduz a dimensão do destino, de um sujeito que cumpre os desígnios traçados à sua revelia, mas que não se esquivava da culpa e da responsabilidade que lhe concernem.

Michel Foucault, em uma conferência realizada em 1973 na PUC-Rio, discutiu extensamente a tragédia de Sófocles, *Édipo Rei*. De acordo com Foucault, ao longo da história da humanidade, conceberam-se e definiram-se modos distintos de julgar os homens em função dos erros cometidos. As modalidades pelas quais se arbitram os danos e as responsabilidades nos fornecem indícios de como cada sociedade, em cada época, define a subjetividade. A análise que ele faz da peça tem como objetivo demonstrar o que os gregos antigos entendiam por justiça em sua época. Segundo ele, qualquer regra de julgamento surgida no curso dos tempos procura definir as diferentes relações entre o homem e a verdade. Em *Édipo Rei*, pode-se ver como se inicia o processo da verdade tomada como o estabelecimento da inocência e da culpa.

De acordo com Foucault, na Grécia clássica, quando havia alguma dúvida quanto à veracidade de uma queixa, dirimiam-se a questão pelo artifício da prova. Esta consistia, basicamente, em um duelo de armas. Os deuses é que definiam o resultado da prova: a razão estaria com quem vencesse. Caso um dos querelantes não aceitasse participar, isso significaria que ele não tinha razão, já que temia a definição dos deuses. Em *Édipo Rei* aparece, pela primeira vez na história, um processo que se faz através do estabelecimento de um inquérito e não de uma prova. Nessa tragédia, desde o início tudo está dito; só que no futuro, como predição. Porém, deve-se deslocar a enunciação da verdade de um discurso profético para um discurso de temporalidade retrospectiva, e o que foi dito profeticamente deverá ser falado sob a forma de testemunho. Com o relato dos escravos que testemunharam os acontecimentos, vemos uma mudança de ordem: a passagem da visão divina para a humana.

Foucault vai dizer que a prática de instituir um inquérito se perdeu durante alguns séculos, mas que ela retornará na Idade Média, embora não de forma generalizada em todo o mundo ocidental. O direito germânico manteve, por vários séculos, a tradição de resolver os litígios pelo jogo da prova, segundo ele. Não havia ação pública, somente a confrontação entre duas pessoas — a vítima, ou seu representante, e o ofensor. Uma vez apresentados os dois, travava-se a luta. Foucault conclui que essa forma de direito era, em suma, um meio de conduzir uma guerra entre os indivíduos e encadear os atos de vingança. Quer dizer, uma maneira regulamentada de fazer a guerra. Não existia um terceiro, neutro, que se colocava à procura da verdade.

No direito feudal, a prova também era a peça fundamental do dispositivo jurídico. O que se colocava em cheque era a força do acusado, a quantidade de guerreiros e armas à sua disposição e não o estabelecimento da verdade, da culpa e da inocência. De uma maneira geral, a prova tinha como características fundamentais o caráter binário, a não-procura pela verdade e o término do processo mediante a vitória e o fracasso. A sentença ou a enunciação por um terceiro de que certa pessoa, tendo dito a verdade, tem razão e de que uma outra, tendo dito uma mentira, não tem razão, só irá aparecer no final do século XII e início do XIII. A prova era automática e a presença de uma autoridade ocorria somente para verificar as normas do procedimento. Sobretudo, ela servia para estabelecer quem era o mais forte, e era ele quem tinha razão.

Conforme a análise de Foucault, o direito era, predominantemente, uma questão de força. Ele não tinha a missão apofântica de fazer aparecer a verdade. Não estava em consideração, ainda, a determinação da culpabilidade. Na alta Idade Média, também não existia um poder judiciário independente. As contendas eram resolvidas entre os indivíduos. A acumulação de riqueza, de poder pelas armas e a detenção do poder judiciário nas mãos de um grupo vigoraram até o século XII.

1.1 O surgimento da noção de infração na justiça moderna: a relação entre a culpa e o castigo

A partir do século XIII, segundo Foucault, aparece a concepção de uma justiça que não é mais de contestação entre os homens, mas que vai impor uma lei superior a eles. As pessoas não vão mais resolver, entre elas, seus litígios: deverão se submeter a um poder que lhes é exterior. O soberano passa a substituir a vítima e isso vai permitir ao poder político apossar-se dos procedimentos judiciários. Essa transformação tem início no final do século

XII com a figura do procurador, o representante do soberano que fora lesado pelo dano. Essa mudança tem como consequência o surgimento da noção de infração. Enquanto o drama judiciário se desenrolava entre duas pessoas — vítima e acusado — tratava-se apenas de ofensa que uma causara à outra. Importante era saber se houve dano, quem tinha a razão e se podia prová-la. A partir do momento em que o rei, ou seu representante, dizia que também fora lesado, isso significava que não se tratava mais de um dano envolvendo duas pessoas. Tratava-se de uma ofensa cometida contra o soberano e, sobretudo, contra o Estado. Era um ataque não a um semelhante, mas à própria lei do Estado. Assim, no conceito de crime, a noção de dano será substituída pela de infração. A infração não é um dano cometido por um homem contra outro: é uma ofensa ou lesão ao Estado, à ordem, à lei, à sociedade. A noção de infração foi uma das grandes invenções da sociedade medieval. O soberano passou a ser não somente a parte lesada, mas a que exige reparação. No antigo direito feudal, bem como no direito germânico, quando alguém perdia a prova, devia compensação à vítima. Na Idade Média vai se exigir do perdedor não só a reparação do dano feito à vítima, mas a reparação da lesão feita ao soberano.

Foucault afirma que na alta Idade Média, o mecanismo da prova começou a ser abandonado. Paralelamente, iniciaram-se as investigações criminais através da instauração de processos. Em decorrência do dispositivo do processo, surgiu a necessidade do testemunho. No caso de um flagrante, colher testemunhos era relativamente fácil. As testemunhas narravam ao soberano o que viram e o processo estava concluído. Na ausência do flagrante, passou-se a adotar um procedimento largamente empregado pela Igreja — o inquérito. Os bispos já usavam esse procedimento nas visitas às suas paróquias. Eles conclamavam os crentes a relatarem as faltas morais ocorridas na comunidade no período de ausência do pároco. Por influência da Igreja, o inquérito — também utilizado na Grécia antiga e presente em *Édipo Rei* — se instituiu no campo jurídico. Conseqüentemente, ele se manteve impregnado de idéias religiosas. Na concepção em vigor até a era medieval, o essencial era o dano, o que tinha se passado entre duas pessoas: não havia falta nem infração. A falta, o pecado, a culpabilidade moral não existiam, absolutamente. Não havia erro, culpabilidade, nem relação com o pecado. Sobretudo, porque o conceito de culpa engendra, por definição, uma infração a uma lei instituída. A partir do momento em que o inquérito foi introduzido na prática jurídica, ele tornou complexa a noção de infração. O conceito de infração considera o dano causado a alguém como ofensa à soberania, à lei. Devido à origem do inquérito, a infração passará a ser uma falta moral, com conotação religiosa. Inicia-se uma conjunção

entre ofensa à lei e falta religiosa. Nesse contexto, lesar o soberano e cometer um pecado — ofender a Deus — são conceitos articulados que continuarão ligados profundamente no direito clássico. Foucault comenta que dessa conjunção talvez não estejamos ainda livres.

À medida que a prática do inquérito se desenvolveu, o exercício da prova foi desaparecendo. Dela só se verão resquícios na tortura, mas já mesclada à preocupação de obter confissão. Quer dizer, provar, através do corpo, a veracidade de uma suspeita. Se houve um crime e chegou-se ao culpado, este tem que ser responsabilizado através de um castigo. Nos crimes de lesa-majestade, a violação da lei era interpretada como um ato de guerra, que o rei deveria punir. A punição exigida era, na maioria das vezes, o suplício corporal do réu. O corpo golpeado, desmembrado era a demonstração simbólica da reafirmação do poder e da integridade da lei. O suplício era uma luta ritualizada entre o soberano e seu rival. Havia uma correlação entre a tortura e a codificação do crime. A dor do corpo deveria adequar-se ao crime cometido. Logo, o castigo tinha uma função social: reprimia e reproduzia o poder.

No final do século XVIII e início do XIX, surgiu uma nova interpretação do castigo. Os reformadores da lei penal demandavam a abolição do teatro de atrocidades, tanto do soberano quanto do povo. Os principais representantes desse movimento foram Cesare Beccaria e Jeremy Bentham. Para eles, o castigo deveria combinar a indulgência com uma maior eficácia na aplicação da pena. O objetivo principal da pena seria a reforma das “almas” e, ao mesmo tempo, a moralização da sociedade. Em sua nova forma, o castigo deveria reparar o mal inserido no conjunto da sociedade e ressocializar o ofensor.

Diversos países modificaram seus sistemas penais de acordo com as teorias propostas pelos reformistas. O princípio fundamental para esses autores era que o crime, no sentido penal do termo, não deveria mais ter nenhuma conotação moral ou religiosa. Cometer uma falta é causar um dano a uma lei natural; tanto no sentido religioso quanto no sentido moral. O crime, ou a infração penal, é a ruptura de uma lei explicitamente estabelecida no interior de uma sociedade. Para que haja infração é preciso haver um poder político. É preciso que exista uma lei e que ela tenha sido efetivamente formulada. Antes de existir lei, não pode haver infração. As leis não devem transcrever, em termos positivos, a lei natural, religiosa ou moral. Uma lei penal deve, simplesmente, representar o que é útil para o corpo social. O crime surge, nesse momento da história, como algo que prejudica a sociedade: é uma perturbação e um incômodo. Por conseguinte, o criminoso é aquele que danifica, que perturba a comunidade: é o inimigo social. O criminoso é aquele que rompeu o pacto social; é o inimigo interno. A idéia do inimigo interno, do indivíduo que, no interior da sociedade, rompeu um pacto que havia teoricamente estabelecido, é uma definição nova e fundamental na história da teoria do

crime e da penalidade. Por isso, a lei penal deve tentar propiciar a reparação da perturbação causada à comunidade. A punição deve ser estabelecida de tal maneira que o prejuízo causado possa ser apagado. Caso isso não seja possível, é preciso que a infração não seja mais repetida por quem a praticou, nem por outro. O castigo deve servir de exemplo para toda a sociedade.

Desde o início do projeto reformista, existiram algumas divergências entre o pensamento de Bentham e de Beccaria. Para este, não poderia haver punição se não houvesse uma lei clara e um comportamento explícito a violá-la. Se não houvesse uma lei e um ato transgressor, não poderia haver punição. Para Bentham, além de punir o ato infracional, era necessário controlar a possibilidade de sua realização. No século XIX, a legislação penal se desviaria do princípio da função social. Ela não mais procuraria privilegiar a sociedade, mas iria visar o indivíduo infrator. Os legisladores que se seguiriam aos reformistas começariam a preconizar, prioritariamente, a recuperação do chamado delinqüente. Através do acompanhamento da pena, haveria a possibilidade de reeducação do infrator. Por isso, era preciso conhecer, desde o início do processo penal, quem praticou o crime e por quais motivos o fez.

Em meados de 1800, a legislação francesa instituiu as chamadas circunstâncias atenuantes. Isso fez com que a aplicação da lei se modificasse em função das motivações de cada réu ao cometer o crime. A defesa da sociedade passou a segundo plano: não era mais o objetivo da pena. Priorizou-se a reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos homens. A penalidade foi se tornando, a partir do século XIX, em um meio de controlar o que as pessoas são ou poderão ser capazes de fazer. Pode-se constatar isso também pelo aparecimento, na teoria penal, do conceito de periculosidade, onde o sujeito passa a ser julgado no nível de suas potencialidades e não de seus atos. Ele vai ser considerado em função da virtualidade de seu comportamento e não pelas infrações cometidas. Essa concepção privilegia o pensamento de Bentham e diverge da idéia de Beccaria.

A partir do século XX, a prisão passou a ser a forma prioritária de distribuição de castigo, ainda que, inicialmente, não fosse considerada um meio de punição. A idéia do aprisionamento era, originalmente, policial; extrínseca à justiça. A tese de Foucault é que as idéias de Beccaria foram esquecidas em função de uma prática extrapenal.

As prisões foram construídas seguindo o modelo do “panóptico”² de Bentham. Para Foucault, esse modelo adquiriu força e hoje se tornou um dos traços característicos de nossa sociedade: vivemos, atualmente, em uma sociedade programada por Bentham. Mais do que uma construção, o “panóptico” é uma forma de poder exercido através de uma vigilância individual e contínua. Trata-se de um controle através da punição e da recompensa. É também um sistema de correção, já que ele procura, em função de certas normas, educar e transformar as pessoas.

A teoria da punição de Beccaria subordinava a possibilidade de punir à constatação da infração a uma lei normatizada e tinha como objetivo reparar ou prevenir, na forma de exemplo, o prejuízo causado à sociedade. Era, antes de tudo, uma teoria social. O objetivo de Bentham, com o “panóptico”, era encontrar um meio de promover a modificação dos homens que cometeram delitos.

Jacques-Alain Miller, em artigo sobre o “panóptico”, faz um extenso comentário sobre o projeto de Bentham e a doutrina utilitarista que ele preconiza, delimitando o princípio da teoria punitiva do utilitarismo. Para ele, Bentham visava alcançar a transformação do homem pelo domínio de suas ações, banindo o acaso e exercendo um controle totalitário. A base do castigo preconizada por Bentham é a extração da dor. Para castigar, é preciso dominar todas as maneiras de fazer o homem sofrer — acredita o utilitarista. Deve-se conhecer tanto as penas físicas, quanto as morais. Miller dirá que para o utilitarista, no fundo, um código penal é uma economia de sofrimentos, é uma tábua de equivalência que converte delitos em dores. Ele contribui para assegurar a medida de todas as paixões às quais os seres humanos podem se entregar. O código também ensina as virtudes da prudência, do raciocínio, do cálculo de lucros e perdas. O utilitarismo penal se fundamenta nessa crença.

Para Bentham, a prisão era o castigo ideal, porque a perda da liberdade era sentida por todos. Quando combinada com os trabalhos forçados, tinha ainda a vantagem do lucro financeiro. O mérito do castigo analógico estava no fato de que sua aplicação evocava a causa, conferindo a ele uma legitimidade imediata. Por isso, o que havia sido utilizado para o delito, seria também usado para punir. Por exemplo, o incendiário seria castigado pelo fogo; quem caluniasse teria a língua furada. Com a prisão, perdeu-se a possibilidade de ligar,

² O “panóptico”, modelo arquitetônico concebido por Bentham, é um dispositivo feito com o objetivo de inspecionar. A justificativa é que os presos devem se sentir constantemente vigiados para terem bom comportamento. Bentham idealizou a construção de dois edifícios circulares e concêntricos. Os inspetores ficam na torre central, localizada no círculo interior. No edifício exterior, situam-se as celas dos presos. Há uma janela em cada cela, e essa é feita de tal modo que seu interior pode ser visto por quem está do lado de fora, mas impede que o preso veja o exterior. Dessa forma, da torre de inspeção pode-se ver, a qualquer momento, o que acontece dentro das celas sem que os presos saibam quando são observados.

diretamente, o crime ao castigo, porém conseguiu-se uma uniformização das punições. Além disso, Bentham considerava que, em termos de exemplo para a sociedade, a prisão tinha mais utilidade. O ideal de liberdade estava começando a se implantar. A liberdade se tornava um dos bens mais preciosos para a humanidade. Com o aprisionamento, seria possível extrair esse bem de todos, com a vantagem de poder calcular essa extração em anos, meses e dias.

Miller afirma que o cálculo é feito pelo utilitarista porque ele acredita que o ser humano é submisso, que é governável. Bentham e seus seguidores julgavam que, pela sensibilidade, pode-se manipular o homem. Na procura do prazer e na fuga da dor, o homem, para a doutrina utilitarista, é uma máquina elementar. Para governá-lo, basta deter o saber de suas molas, afirma Miller. Com o “panóptico”, Bentham propunha governar o prazer e a dor dos reclusos. Para Miller, o “panóptico” é o modelo de mundo concebido pelo utilitarista. Não há contingência, tudo é medido. Não existe excedente, nem falta. Miller qualifica esse dispositivo como um delírio da razão. Ao conceber um mundo onde tudo seria relativo, o utilitarista faz a razão tornar-se absoluta. Eliminando qualquer irracionalidade, ele tenta dominar, totalitariamente, o ambiente: nada pode fazer obstáculo à razão e o “panóptico” é o artifício para controlá-la. A concepção em que ele se fundamenta é a de que toda circunstância age sobre o homem. Tudo tem um efeito; tudo é causa. Uma coisa só existe em relação a uma outra.

Conseqüentemente, ao analisar um objeto, o utilitarista o reduz a seus fundamentos e o coloca em procedimentos gerais, por mais restrito que ele seja. Esse método, que Bentham chamou de *methodization*, tem como efeito generalizar as conclusões sobre o objeto de investigação. Dessa maneira, as deduções obtidas pelo utilitarista sempre excedem o problema que lhes deu origem e têm valor de modelo; são exemplares. Esse é o paradoxo do utilitarismo, afirma Miller. O utilitarista transforma o que é relativo em absoluto. Considera que uma coisa sempre tem relação com outra, basicamente com o que tenha função. Logo, do crime deve-se extrair os motivos, para quem e a que serviu. Ele deve ter uma utilidade, relacionar-se com algo além dele mesmo. O castigo serve para demonstrar que o crime, apesar de ter uma serventia, não compensa. Para o utilitarista, o gozo, o que não serve para nada, não existe.

O fundamento da lei é um problema para os juristas. Miller acredita que, através da teoria das ficções, Bentham enfrentou essa problemática. Ele formalizou uma teoria sobre o poder legislador da linguagem para dar conta do *ex nihilo* da lei. Portanto, legislar é fazer operar coisas que não existem. Todas as entidades jurídicas — direitos, deveres, poderes — são fictícias. Uma lei é apenas um dispositivo de linguagem que associa artificialmente ações

e efeitos. Ela simplesmente segue a fórmula segundo a qual uma determinada ação sempre provocará uma sensação. Todos os direitos e deveres nasceram de um ato de linguagem — da enunciação da lei — e são legitimados pelo princípio da utilidade. As leis são dispositivos que, em nome do utilitarismo, governam o prazer e a dor, isto é, a felicidade e o sofrimento. As referências do discurso jurídico devem ser, necessariamente, o prazer e a dor. Mas, sobretudo, a dor. Com o utilitarismo pode-se dizer que o sofrimento é, na verdade, a única entidade jurídica, e as leis se reportam somente a ele. A lei é uma promessa de sofrimento mais do que recompensa. De acordo com Bentham, de todas as ficções jurídicas, o delito é a mais fundamental, porque é o mais próximo do castigo.

O código penal, através da lógica utilitarista, procura administrar o sofrimento e é ele que determina os delitos e os castigos. Segundo Miller, tal qual um pai, o legislador se manifesta para cada homem: ele permite, ordena e proíbe. Enfim, traça, para cada um, as regras de conduta. De acordo com Miller, o legislador utilitarista é, antes de tudo, um lógico. No sentido benthamiano, a lógica é a ciência dos meios para atingir os fins. Essa ficção legislativa procura fazer com que os interesses divergentes se encaminhem para os mesmos fins. Ela busca garantir, por meio do medo, a conexão do dever e do interesse. Pelo castigo, tenta-se dissuadir o ato infrator. O castigo visa racionalizar o que excede ao útil; é uma tentativa de domar o gozo. Pelo princípio do utilitarismo, deve-se concluir que o crime não compensa. Para Miller, o utilitarista é, no fundo, um humanista que almeja o bem-estar da humanidade. Na busca desse ideal, ele prescreve o bem e pune o mal.

Freud, em 1920, já advertia para o engodo dessa lógica. Para a psicanálise, existe um descompasso entre os objetivos da coletividade e os do sujeito. Os crimes — atos contrários ao social — demonstram isso. Esses atos são proibidos justamente porque existe o desejo de realizá-los. Caso contrário, não haveria necessidade da proibição. Os utilitaristas acreditam que, a fim de evitar a punição, o homem tenderia a se afastar do mal. Para eles, o bem-estar seria alcançado no encaminhamento para o bem e no afastamento do mal. Porém, o homem nem sempre se orienta em direção ao bem, e, às vezes, repete situações que lhe causam desprazer. Freud já mostrou isso: existe um mal-estar que não pode ser eliminado por nenhum artifício. Ao considerar que existe algo além do princípio do prazer, Freud inaugurou uma nova clínica. A clínica psicanalítica se interessa pela causa, pelo que determina os sintomas que insistentemente se repetem e que provoca um sofrimento que não se pode evitar. O complexo de Édipo foi o conceito formulado por Freud para tentar dar conta desse aspecto clínico, com a instituição da lei para o homem. O incesto e, principalmente, o parricídio são

considerados os dois crimes primordiais da humanidade. Para Freud, com o crime e a lei, começa o homem. Perante a lei, todos os homens são culpados. Por isso, para a psicanálise freudiana, a instauração da lei para cada um não se opera sem o surgimento do sentimento de culpa. Segundo Freud, isso acarreta conseqüências para a subjetividade. A culpa pode levar um homem a buscar a punição. Às vezes, um sujeito se vê diante da necessidade de receber um castigo, mesmo sem ter cometido um crime.

Até aqui, utilizando referências das teorias sociológicas, tratamos do surgimento da noção de infração a partir da inscrição da lei como um sistema jurídico. Vimos que este sistema, ao ser instituído socialmente, passou a ser o encarregado de preservar a paz entre os homens e regular a violência através de uma legislação.

A psicanálise, no encontro com o direito, irá se interessar, não tanto pelas normas que visam regular o mundo, mas pela forma como o próprio sujeito articula, ou não, a instauração de uma lei em sua subjetividade, quer dizer, se ele inscreve a castração. O modo como esta operação será realizada, acarretará conseqüências subjetivas e sociais. Subjetivar a lei e legalizar a satisfação implica em considerar que o sujeito cedeu à violência pulsional e passou a obter satisfação através dos circuitos da lei do desejo.

No próximo capítulo, trabalharemos como a psicanálise aborda a noção de lei, tanto a partir dos estudos de Freud, como de Lacan. Cada um, ao seu modo e em sua época, trouxe contribuições para pensar como a violência da pulsão pode ser subjetivada. No caso de Freud, ela será transformada em um crime, o edipiano e, por ele o sujeito será culpado. Para Lacan, encontra-se com a violência a partir de uma lei, a do Nome-do-Pai e, a partir dela, o sujeito deverá responder.

Capítulo 2

Freud e a violência: houve um crime

Na carta aberta *Por que a guerra?* respondendo a esta mesma pergunta do físico Albert Einstein, Freud (1933[32] 1969) afirma que não emitirá opiniões sobre questões práticas sobre a violência. Todavia, ele faz importantes considerações sobre esse problema. Dentre os três textos específicos sobre o tema da guerra, produzidos por Freud, interessa-nos destacar essa carta aberta a Einstein. A troca de correspondência entre os dois ocorreu devido a uma iniciativa da Liga das Nações – organismo internacional que posteriormente deu origem à ONU. Assim como a ONU foi instituída devido a devastação causada pela 2ª grande guerra, a Liga das Nações foi criada como consequência da primeira guerra mundial. Mas, ao contrário de Lacan, que criticava a instituição de um órgão internacional, Freud, concordando com Einstein, preconizou que o caminho da humanidade para a paz é a aposta na internacionalização das relações entre os povos; ou seja, ele apostava no pacto civilizatório.

O pacto criado pela Liga das Nações não impediu a eclosão de uma segunda guerra, assim como a ONU tem que se haver atualmente com o que Jacques – Alain Miller nomeia de guerras eternas – conflitos permanentes entre os povos e nações.

É curioso que Freud tenha apostado num pacto para lidar com a violência. Em toda a sua obra, vemos a importância do crime e da culpa decorrente dele como fator de laço social. A teoria do recalque - pedra angular da psicanálise, nas palavras de seu fundador - é decorrente de um crime, o edípiano. O complexo de Édipo foi o mito concebido por Freud para tentar formalizar a dimensão estrutural da violência, isto é, a pulsão. Para Freud, os dois crimes primordiais – parricídio e incesto – deram origem à própria civilização humana. O mito do parricídio expresso em *Totem e tabu* (FREUD: 1913/1969) destaca a existência de uma violência estrutural na história da humanidade - houve um crime.

Para a psicanálise freudiana, o laço social pôde existir, a partir desse crime primordial e da lei decorrente dele; foi isso o que, para Freud, determinou a passagem da horda para a cultura humana. Após a morte do pai primevo não houve acordo entre os irmãos. Foi preciso instituir uma nova lei: “não matarás”. O crime primordial deu origem a uma lei universal; com a lei e o crime começava o homem. O outro mito, o do Édipo, foi concebido para tentar formalizar como cada um articula a lei universal no particular da subjetividade. O mito do Édipo foi, para Freud, uma tentativa de formalizar a inscrição da violência na subjetividade de cada um; através desse mito, a violência passou a ser um crime cometido não somente pelos irmãos da horda; este crime é reeditado por cada sujeito neurótico.

No escrito *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* Lacan (1950/1998) afirma que a relação que uma sociedade estabelece entre o ato infrator e a punição correspondente, fornece-nos a idéia de homem que vigora em uma época. O castigo a ser aplicado é essencial, porque denota a maneira como se pensa a subjetividade em determinada época e, através da punição, pode-se definir a responsabilidade.

Para abordar o que é da ordem da responsabilidade, Freud recorreu ao sentimento de culpa. O complexo de Édipo, um dos alicerces da psicanálise freudiana, foi o mito formalizado para explicar a instauração da lei para cada um. A instituição da lei, para Freud, se fez a partir do parricídio. Com o crime primordial começou a história do sujeito humano, já de início culpado por um crime. Na lógica freudiana, somente o pai primevo poderia gozar, aos filhos, o acesso ao gozo era proibido. O parricídio deveria ter como fim a promoção do acesso aos objetos exclusivos do pai; contudo, ele passou a ser causa da proibição, de uma lei. Esta foi a maneira que Freud encontrou para fundamentar o surgimento da lei que fundamenta a cultura. O assassinato do pai assumiu preponderância na lógica freudiana devido ao sentimento de culpa dele decorrente, o laço social para Freud seria instaurado a partir deste sentimento. No plano da cultura, através do crime primordial, todos os homens tiveram acesso à lei e passaram a ser culpados pelo ato parricida. Na perspectiva subjetiva Freud postulou a existência de um crime, o edipiano, e o surgimento de uma lei decorrente dele – o supereu. Esta instância foi formulada para dar conta dos efeitos do complexo de Édipo, por isso Freud afirma que o supereu é herdeiro deste complexo.

O recurso à lógica do crime tem servido para orientar a sociedade na normatização das leis sociais e a psicanálise é herdeira dessa lógica. Freud formulou o mito do parricídio para explicar a existência do sentimento de culpa que, para ele, fundamentava o laço social. Ou seja, para a psicanálise, é possível estabelecer um laço social desde que se apresente a marca do Édipo, quer dizer, que o sujeito se coloque diante do Outro como culpado.

Culpabilidade e sentimento de culpa são conceitos próximos, porém distintos. Michel Silvestre os diferencia no artigo “El sentimiento de culpabilidad” (SILVESTRE:1998). Segundo ele, o sentimento de culpa é um afeto e a culpabilidade é um fato da existência humana. Isso está de acordo com o pensamento freudiano, que considera todo ser humano culpado. Cada homem terá que se confrontar com a culpabilidade e inseri-la na trajetória de sua vida. O complexo de Édipo é a conexão, em cada sujeito, do universal da culpabilidade. Da operação edipiana restará, em cada um, o sentimento de culpa.

Freud realizou diversas modificações na teorização sobre o sentimento de culpa. No decorrer de praticamente toda sua obra, ela é objeto de investigação. Apesar de formalizar

maneiras distintas de tratar o sentimento de culpa, ele sempre centralizou sua abordagem no ato parricida. O mito do assassinato do pai foi a maneira que ele encontrou para discorrer sobre a inscrição da lei no humano e isso trouxe impasses teóricos para a psicanálise. Contudo, no final de sua obra, ele estabeleceu outra abordagem da teoria sobre a lei e a culpa. Moisés e o monoteísmo pode ser considerado um texto que, ao tomar a perspectiva do sacrifício, modifica a abordagem freudiana da lei. No início de sua obra, Freud privilegiou o ato parricida como instaurador da culpa e da lei, mas, no final, ele privilegiou o sacrifício do filho pelo pai. Para Freud, inicialmente, o crime parricida instauraria o sentimento de culpa. Posteriormente, a culpabilidade passou a ser pensada como anterior ao ato.

Totem e tabu é a primeira tentativa de estabelecer a gênese da culpa. Nesse ensaio, Freud sustenta que o sentimento de culpa é uma consequência do remorso pelo parricídio. A relação culposa do sujeito com o pai torna-se o ponto no qual se situa toda problemática do sujeito com o social. Freud considera que a culpa decorrente do crime primordial originou a civilização, bem como suas conquistas. Dessa forma, a civilização se inicia a partir do momento em que o homem cria a cultura e as leis que a regem. A hipótese freudiana é que o totemismo permite verificar como se iniciou a organização social e a moralidade, ou seja, a civilização. Freud acredita que as normas sociais remontam a esse sistema

Alguns tipos de caráter encontrados no decorrer do trabalho analítico é o título de um conjunto de três artigos escritos em 1916, como resultado do tratamento dado por Freud à discussão sobre a culpa. Para ele, sentir-se culpado era equivalente a estar de posse de uma consciência. Apesar de tomar alguns exemplos da literatura, a preocupação de Freud era mostrar como o sentimento de culpa aparece de diferentes formas na clínica. Pode-se dizer que ele conclui que o surgimento do sentimento de culpa é a maneira de verificar a instauração do complexo de Édipo. Nesse momento da teoria, o complexo de Édipo aparece como o responsável pela função da consciência. Posteriormente, isso será modificado. Primeiro, porque a consciência é um conceito problemático para a psicanálise. E segundo, porque a função da consciência será exercida pelo supereu, herdeiro do complexo de Édipo.

Em *As exceções*, o primeiro artigo, Freud discute os casos onde o sentimento de culpa não está presente. Ele reafirma que a culpa é um sentimento que favorece os laços sociais. Uma pessoa capaz de senti-la pode efetuar renúncias em favor do social. Julgar-se uma exceção prejudica o estabelecimento do laço social, pois a pessoa acredita que tudo lhe deve ser permitido. Ela não se sente culpada. Acha que sofreu bastante e, por isso, não consente em renunciar. Não ter que fazer restrição seria uma forma de reparar o sofrimento que julga ter passado. Freud recorre ao amor para explicar esse quadro. Para ele, junto com as exigências

da vida, o amor é o grande educador. Por amor aos que lhe são próximos e por medo de perder o amor deles, o pequeno ser humano é levado a respeitar as regras impostas. Freud acredita que as pessoas que se crêem “exceções” devem ter passado por algum sofrimento real na infância. Quer dizer, por uma perda de amor. Ele considera que sentir-se amado e poder amar são cruciais para a estruturação do complexo de Édipo.

No segundo texto, *Arruinados pelo êxito*, o sentimento de culpa aparece sob a forma de remorso. Nessa situação, a culpa provém da execução de um ato; ela é posterior ao crime. Freud ficou intrigado com pessoas que desenvolveram uma neurose após terem conseguido realizar o que desejavam. A explicação inicial é que essas pessoas não foram capazes de tolerar a felicidade. Normalmente, a neurose aparece quando há conflito entre os desejos e os ideais. Pelo mecanismo do recalçamento, resolve-se o conflito com uma satisfação substitutiva. Nas pessoas que adoeceram devido ao êxito, inicialmente não havia nenhum conflito. Enquanto a satisfação estava distante, era possível tolerar o conflito entre o desejo e o ideal. Após a realização do almejado, surge uma tendência julgadora e punitiva que proíbe que o sujeito tenha vantagem com o que alcançou. Como exemplo, Freud recorre a duas obras literárias: *Macbeth*, de Shakespeare, e *Rosmersholm*, de Ibsen.

Lady Macbeth não hesitou em matar o rei para herdar-lhe o trono. Seu marido tinha alguns receios, mas ela o instigou à ação. Após o ato, o que antes era temido pelo esposo, aparece nela – ela sente remorso. Sua culpa faz com que não mais durma tranqüilamente. Ela reproduz a situação do crime todas as noites, em estado de sonambulismo. Sente-se impedida de usufruir a condição de rainha que tanto desejou.

Na peça de Ibsen, Rebecca é uma jovem que induziu a esposa de seu amado a matar-se. Com isso, ela pôde ocupar seu lugar junto a ele. Depois que triunfa, ela descobre que o homem em questão é seu pai. Ao saber que fora amante do próprio pai, ela passa a sentir culpa e assume ser uma assassina. Recusando-se a viver a felicidade que alcançou pela via do crime, ela diz que, devido ao pai, sua consciência despertou. Ela adquiriu um sentimento de culpa que a impede de desfrutar sua conquista.

Nas duas obras citadas, os crimes primordiais foram cometidos. Na primeira, um parricídio, já que o rei é uma das figuras do pai. Na segunda, o incesto. Em geral, as pessoas adoecem devido à frustração, afirma Freud. Nesses casos, ao contrário, a consciência despertou em consequência do êxito e induziu a doença. Porém, o êxito é, na verdade, a execução dos atos criminosos. Freud considera que, em alguns sujeitos, não é suficiente que o complexo de Édipo seja assimilado no inconsciente. É preciso que o ato seja operado na realidade para que o complexo se estruture e, através da culpa, exercer sua função de

consciência. Nesse artigo, fica explícito que Freud considera o sentimento de culpa equivalente à existência de uma consciência.

O último artigo, *Criminosos em conseqüência de um sentimento de culpa*, também trata de casos nos quais há uma necessidade de atuação. Ele mostra como algumas ações são praticadas justamente por serem proibidas. No entanto, a infração causa um alívio para o autor, não um sentimento de culpa. Isso acontece com pessoas que sentiam uma culpa cuja origem era desconhecida. Esse sentimento aparecia como uma opressão. Após fazerem o proibido, o sentimento foi atenuado. Segundo Freud, o sentimento de culpa estava presente antes do ato, e a infração foi conseqüência dele. A culpa, de causa antes ignorada, depois da ação passa a estar ligada a algo. A infração oferece uma justificativa para a existência do sentimento de culpa. Freud afirma, categoricamente, que o sentimento de culpa é originado pelo complexo de Édipo. Ele é oriundo de suas intenções criminosas. Parricídio e incesto, os dois crimes edipianos, são os únicos perseguidos e execrados em todas as sociedades. Portanto, comparado a eles, o crime cometido para justificar o sentimento de culpa é sentido como um alívio. O ato criminoso é realizado por obra do complexo de Édipo. Posteriormente, o supereu será a instância responsável por levar uma pessoa a cometer esse tipo de crime. No texto sobre criminologia, de 1950, Lacan chama essas infrações relacionadas à culpa de “crimes do supereu”.

A diversidade de formas como o complexo de Édipo inscreve, ou não, a culpa na subjetividade, vai exigir uma maior complexidade na teoria. Apesar de discorrer sobre a instalação da consciência, Freud parece estar intrigado com os atos que extrapolam essa dimensão. A hipótese do supereu vai se tornando, cada vez mais, uma necessidade teórica para ele. É interessante pensar que, desde o início, o imperativo moral que o supereu instaura é insensato: ele proíbe e também exorta. Essa é a maneira como Freud compreende a divisão que permanece no eu.

Uma criança é espancada, texto de 1919, é o produto da verificação, na clínica das neuroses, de fantasias masoquistas. Freud irá ligar o sentimento de culpa não ao complexo de Édipo em geral, mas à fantasia masoquista relacionada a ele. Essa fantasia é considerada um traço de perversão, pois se trata de um modo de satisfação que persiste apesar do recalque. Os desejos recalcados desapareceram da consciência, mas continuaram operando no inconsciente como fantasia. Eles se tornaram o cerne do sentimento de culpa. Freud divide a fantasia em três tempos e, a cada um, ele correlaciona uma frase. “Uma criança é espancada” — também título do artigo — corresponde ao terceiro tempo. O primeiro, designado período de amor incestuoso, apresenta a frase: “ele (o pai) não ama você, pois está lhe batendo. Ele só ama a

mim”. De acordo com Freud, esse tempo será determinante para instaurar a forma de punição que o sujeito buscará no futuro — ser espancado. O segundo tempo é considerado como o mais importante. Ele nunca é lembrado; é uma construção da análise. Aparece nele o caráter masoquista “estou sendo espancado pelo meu pai”. A passagem do primeiro para o segundo tempo determina o surgimento do sentimento de culpa. Principalmente devido ao amor pelo pai presente na frase “ele só ama a mim”. Segundo Freud, a culpa foi uma reação tanto a essa escolha incestuosa do objeto, quanto ao sadismo. Por isso, o sadismo do primeiro tempo foi transformado em masoquismo no segundo.

Além de mudanças, as elaborações feitas no texto citado trarão alguns impasses. Primeiramente, porque o sadismo é apresentado como inaugural. Isso se tornará insustentável e sofrerá retificação em *O problema econômico do masoquismo*, quando o masoquismo passará, então, a ser considerado como primordial. Outro ponto a ser destacado como inconsistente é a maneira como Freud explica o surgimento da culpa. Tentando determinar a origem, ele se envolve em uma discussão sobre a masturbação infantil. Mais uma vez, ele insiste em estabelecer o ato como causa. Observa que os neuróticos fazem da masturbação infantil o ponto central do sentimento de culpa. Trata-se de um equívoco deles: a culpa não está ligada ao ato da masturbação, mas à fantasia inconsciente que está na raiz do complexo de Édipo, conclui Freud. Depois, ele faz uma observação que, à primeira vista, parece sem muita importância. Ele afirma que a persistência da culpa deve relacionar-se com um sentimento de inferioridade. A consequência dessa afirmação é que, pela primeira vez, é formulada a hipótese de uma instância mental criada a partir do eu e que julga seus desempenhos. Freud atribui o sentimento de culpa a essa instância que se instala no eu. Sabemos que o supereu será o nome desse agente de crítica.

O ego e o id expõe o que ficou conhecido como a segunda “tópica” freudiana. Nela, a instância do supereu, além do eu e do isso, é formulada por Freud. O supereu é definido como uma instância especial no eu, mas que se mantém a parte dele. Sua origem é dupla e deve-se ao desamparo do ser humano e ao complexo de Édipo. Pela primeira vez, Freud não coloca o ato parricida, o crime, como determinante da culpabilidade, mas o desamparo. O complexo de Édipo é o responsável pelo surgimento do sentimento de culpa ao reativar os conflitos entre o psíquico e a realidade. Quer dizer, entre o eu e o isso. O supereu pode ser considerado como o juiz desses conflitos. Ele tem que observar, criticar e avaliar se o eu está à altura dos ideais a ele impostos. Freud não explica como, mas ele afirma que o julgamento do supereu assume uma conotação moral. O sentimento de culpa é oriundo da tensão entre o que é exigido pela consciência crítica e o que é desempenhado concretamente pelo eu. Freud passa a utilizar,

nesse texto, um adjetivo para qualificar o sentimento de culpa. Ele o designa como sentimento inconsciente de culpa. Obviamente, ele comenta a impropriedade de considerar inconsciente um afeto.

O problema econômico do masoquismo dá continuidade às proposições feitas em *O ego e o id* e retifica os equívocos de *Uma criança é espancada*. Neste segundo texto citado, Freud inicia a explicação do sentimento de culpa à luz da pulsão de morte. Ao considerar o masoquismo como primordial, essa formalização se torna explícita. Inicialmente, o texto discute o mistério, do ponto de vista econômico, da existência de uma tendência masoquista na pulsão. Segundo Freud, a presença do masoquismo neutraliza o princípio do prazer. Dessa forma, sofrimento e desprazer passam a ser objetivos. Três formas de masoquismo são propostas — o erógeno, o feminino e o moral. O último é o responsável pelo sentimento de culpa.

O masoquismo erógeno é a condição da excitação sexual, onde a libido deverá intervir. É a presença da pulsão de morte no organismo. E, ao ser projetado para o exterior, transforma-se em sadismo. Esse masoquismo fundamenta os outros dois tipos e determina o prazer no sofrimento. A incidência da castração edipiana irá transformá-lo em masoquismo feminino.

O masoquismo feminino faz prevalecer o prazer no sofrimento. Para Freud, o advento da castração, a partir do complexo de Édipo, tem como consequência a emergência de um traço negativo no próprio sujeito. No caso do sujeito masculino, ele procura ser tratado como criança travessa. Nas fantasias, coloca-se em posição tipicamente feminina, devido à presunção de que algum crime foi cometido e deve ser expiado por situações penosas. A emergência da culpa faz a transição para o masoquismo moral.

O masoquismo moral é definido como uma forma de comportamento. Ele afrouxa a relação com a sexualidade. O que importa é o próprio sofrimento. Segundo Freud, o masoquista moral oferece a face sempre que tenha a oportunidade de receber um golpe. Ele o define como ofensor de si próprio. No masoquismo moral, o que está em jogo é o próprio masoquismo do eu, que busca punição tanto do supereu quanto dos poderes parentais externos. Freud adverte que a tendência masoquista se mantém inconsciente e precisa ser inferida do comportamento. Ele explica que o sentimento inconsciente de culpa significa uma necessidade de punição por um poder paterno. É um meio de ser punido pela lei. Trata-se de uma forma patológica extrema do masoquismo moral. O sofrimento acarretado pela neurose torna-se um modo de obter satisfação. Sobretudo, porque a satisfação assim obtida é o mais

poderoso ganho que uma pessoa possa ter com uma doença. Esse modo de satisfação é denominado reação terapêutica negativa.

Dostoiévski e o parricídio é um ensaio que ilustra a necessidade de punição. O sujeito Dostoiévski é utilizado por Freud como exemplo de alguém que busca ser punido. A culpa é o resto da operação edípica — desejar e renunciar pelo medo da castração. O supereu, herdeiro das influências parentais, adquire um lugar permanente no eu, por causa da identificação paterna. Um pai extremamente severo faz com que o supereu tenha esses atributos. Assim sendo, o eu assume uma atitude passiva em relação ao supereu e desenvolve uma necessidade de punição. Ele se oferece como vítima e encontra satisfação nos maus-tratos do supereu. Ocorrem, na história de Dostoiévski, atos autopunitivos, que Freud acredita que surjam em reação ao desejo da morte do pai, que ele odiava. A epilepsia também é analisada como uma identificação paterna presente no eu. Tal identificação serve para o supereu punir o eu, já que é uma forma de mortificação. Os ataques epiléticos parecem dizer: “você é o pai, mas morto”. Do ponto de vista do eu, a mortificação acarreta satisfação masoquista. Ela é um sintoma, com a satisfação substitutiva própria dele. Para o supereu, é uma forma de punição. O próprio Dostoiévski confessou que, depois das crises epiléticas, se sentia como um criminoso. Entregar-se ao jogo foi a maneira encontrada por ele para ligar o sentimento de culpa a algo tangível. Jogar foi também uma forma de autopunição, pois ele nunca parava antes de tudo perder. E após, humilhava-se diante da esposa. Ela era condescendente, porque percebia que sua produção literária acontecia somente depois das perdas. O castigo que Dostoiévski recebeu do czar foi, também, um substituto da punição que ele julgava merecer do pai. Segundo Freud, muitos criminosos desejam ser punidos e, ao serem condenados, poupam-se de infligirem a si próprios o castigo. Essa é, também, uma forma do sentimento de culpa aparecer como necessidade de punição.

Em *O problema econômico do masoquismo*, Freud justifica por que as conseqüências do masoquismo moral são nefastas: sua presença gera a tentação de efetuar ações pecaminosas, a fim de serem expiadas. Conforme se disse, com o intuito de provocar a punição, o masoquista faz o que é proibido e age contra seus próprios interesses. Ele arruína as perspectivas que aparecem e pode chegar, inclusive, a destruir sua própria existência. Isso ocorre porque, no masoquismo moral, os princípios de consciência e moralidade tornam-se objetos de investimento. E esses princípios surgem porque, no início, o complexo de Édipo implica uma “dessexualização”. O investimento da pulsão acarreta efeitos não só para o sujeito, mas também para a moralidade. Uma pessoa, ainda que demasiadamente preocupada em cumprir seus deveres, torna-se cada vez mais exigente consigo própria. Para Freud, o

masoquismo é perigoso, uma vez que se origina da pulsão de morte. Ele corresponde à parte desta pulsão que não se voltou para o exterior como destruição. No entanto, como adquire a significação de um componente erótico, a destruição da própria pessoa não se realiza sem uma satisfação.

O estudo das três formas de masoquismo permite concluir que Freud apresenta três maneiras de operação da pulsão de morte. A primeira se dá através da intervenção da libido. Isto é, a pulsão sexual tenta domar uma parte da pulsão de morte e colocá-la a seu serviço. Assim, quando projetada para o exterior com objetivo sexual, ela é transformada em sadismo. A segunda sofre a intervenção da sexualidade, enquanto a última pode ser vista como um retorno da agressividade ao eu. Retorno que está ligado a um significante que, para Freud, é a culpa. O problema é que uma parte da pulsão de morte não sofre nenhum desses destinos. O masoquismo erógeno é esse componente da pulsão de morte que permanece no interior do ser, e que, conforme Freud descreve, não permite pensar em qualquer artifício para descartá-lo. O sacrifício ainda não está nomeado. Todavia, é possível dizer que, embora não explicitamente, sua dimensão está presente na elaboração do masoquismo erógeno. A dimensão sacrificatória só será explicitada em *Moisés e o monoteísmo*, o último texto freudiano que pretendemos trabalhar.

Antes de entrarmos na via final percorrida por Freud, acompanharemos ainda um pouco mais seu percurso. Faremos isso com o objetivo de manter viva a tensão que a teoria sobre a culpa parece causar nele. Nesse ponto da pesquisa, já teríamos condições de chegar a uma conclusão. Basicamente, toda a produção teórica sobre o sentimento de culpa está formulada. Até chegar a nomear a matriz do sacrifício, Freud vai abordar as conseqüências clínicas da culpabilidade e organizar suas descobertas. Optamos por fazer uma trajetória maior, primeiramente para não correremos o risco de tirar conclusões apressadas demais, mas, sobretudo, para mantermos o tom instigante da busca freudiana.

O texto *Mal-estar na civilização* vai analisar o sentimento de culpa pela vertente dos vínculos sociais. Para Freud, todos devem contribuir com um sacrifício das pulsões, pois a hostilidade recíproca entre os homens ameaça a civilização. Por conseguinte, as manifestações das pulsões agressivas têm que ser mantidas sob controle. Contudo, nenhum mandamento moral, nenhuma lei é capaz de coibir a agressividade humana. O mandamento “ama ao próximo como a ti mesmo” exige vínculos libidinais impossíveis de serem cumpridos. Assim, a instauração de um agente de coerção é a mais importante estratégia para dominar a agressividade. Esse agente, o supereu, é formado através da introjeção da pulsão agressiva no eu. O supereu dirige contra o eu a mesma agressividade que endereçaria a estranhos. A tensão

entre os dois faz surgir o sentimento de culpa, o qual se expressa por uma necessidade de punição.

Freud discrimina melhor a terminologia por ele utilizada: supereu, consciência, sentimento de culpa e necessidade de punição são conceitos relacionados ao mesmo estado de coisas, mas denotam aspectos distintos. O “supereu” é um agente que tem a seu cargo a “consciência”. Ele julga, censura, vigia as ações e as intenções do eu. O “sentimento de culpa” é a severidade da consciência. É a percepção que o eu tem de estar sendo vigiado. A culpa é sentida quando o eu avalia seus esforços e os vê em discordância com as exigências do supereu. Sob a influência de um supereu sádico, o eu se torna masoquista. Essa manifestação da pulsão por parte do eu é sentida como medo do supereu. Como este decorre de uma parcela da pulsão de morte presente no eu, o temor toma a forma de “necessidade de punição”.

Freud tenta, ainda no texto *Mal-estar na civilização*, conjugar o complexo de Édipo e as hipóteses históricas de *Totem e tabu*. Ele afirma que a origem do sentimento de culpa está no complexo edipiano, mas que esse sentimento foi adquirido com a morte do pai primevo. O parricídio foi a execução de um ato de agressividade. Trata-se do mesmo ato cujo recalçamento, na criança, é a fonte do sentimento de culpa. Freud questiona se existiria diferença entre assassinar ou não assassinar o pai, pois em ambos os casos o sentimento de culpa sobrevém. Em alguns momentos de sua obra, parece que ele realmente acredita que existiu um pai primevo que foi assassinado. Entretanto, nesse artigo, ele enuncia a hipótese de que a morte do pai primevo pode ser uma ficção. Ele argumenta que, caso se considere o ato como inaugural, o sentimento de culpa teria que ser definido como um remorso. Freud conclui que o sentimento de culpa expressa tanto o conflito devido à ambivalência, quanto a luta entre *Eros* e a pulsão de morte. O conflito surge tão logo o ser humano se vê obrigado a viver com seu semelhante. Como a família é a forma inicial da vida em comunidade, ele será expresso no complexo edipiano.

Freud apresenta duas versões para o sentimento de culpa e supõe uma dupla temporalidade para seu surgimento. Seguindo seu raciocínio, geralmente uma pessoa se sente culpada quando faz algo que julga ser mal. Porém, não existe uma capacidade inata para distinguir o bem do mal. A clínica mostra que o mal pode ser algo que dá prazer. Ele não é, necessariamente, o que é prejudicial ao eu. Para Freud, a gênese desses conceitos se encontra no desamparo e na dependência de uma pessoa em relação a outras. Perder o amor da pessoa da qual se depende pode significar uma exposição a uma série de perigos. Portanto, inicialmente, o mal é sentir-se ameaçado com a perda do amor. Nessa primeira etapa, não está

presente o sentimento de culpa, mas uma ansiedade social, que Freud denomina má consciência. Pode-se fazer qualquer coisa errada, desde que não seja descoberta. Todavia, com o advento do supereu, acontece uma mudança: a autoridade é internalizada, e, por isso, formam-se a consciência e o sentimento de culpa. Por continuarem existindo no inconsciente, os desejos proibidos não podem ser escondidos do supereu. Este atormenta o eu e espera a oportunidade para puni-lo. A diferença entre fazer e desejar desaparece. O eu será punido por desejar, mesmo que consiga renunciar à ação. Na segunda etapa, a consciência tem uma característica peculiar — quanto mais um homem se preocupa em ser virtuoso, mais severo será consigo próprio.

Portanto, inicialmente, o sentimento de culpa surge do medo da autoridade externa que exige a renúncia da satisfação das pulsões. Depois, ele provém do medo do supereu. A princípio, para não perder o amor, renuncia-se às satisfações. Ao renunciar, tenta-se ficar bem com a autoridade e não se sentir culpado. Com o temor do supereu é diferente. Não basta renunciar, porque o desejo persiste e não pode ser escondido. Dessa forma, a despeito da abstenção, sente-se culpado. A ameaça da perda do amor é trocada por uma permanente infelicidade interna, pela tensão do sentimento de culpa. Por medo de perder o amor, o eu consente em renunciar à satisfação da pulsão. O produto dessa renúncia é o sentimento de culpa. Essa é a descoberta de Freud em *Mal-estar na civilização*.

A superposição de dois extratos do sentimento de culpa — um oriundo do medo da autoridade externa, outro do supereu — dificultou a compreensão desse sentimento, declara Freud. Ele existe antes do supereu e antes da consciência, quando, então, é a expressão do medo da autoridade externa, um reconhecimento da divergência entre o eu e essa autoridade. É o efeito do conflito entre a necessidade do amor da autoridade e o impulso no sentido da satisfação da pulsão. Primeiramente, o sentimento de culpa foi analisado como conseqüência da abstenção de atos agressivos. Posteriormente, como efeito de um ato de agressão executado. A origem da culpa coincidiu, em grande parte da obra de Freud, com o remorso. Todavia, o termo remorso deve ser reservado para a reação que surge depois do ato. A hipótese da instância do supereu foi a saída encontrada para essa dificuldade. Devido à onisciência do supereu, a diferença entre uma agressão pretendida e uma executada perdeu a força. Conseqüentemente, o sentimento de culpa pode ser produzido por um ato de violência efetuada e também por um pretendido. Freud avalia que permanece uma contradição na explicação da agressividade do supereu. Na perspectiva histórica, essa agressividade é a

continuidade da punição pela autoridade externa. Na perspectiva do sentimento de culpa, ela consiste na pulsão que não é projetada e que resta no interior do ser.

Embora afirmando a permanência da contradição, Freud define o sentimento de culpa como prescindindo do ato. Ele, sem dúvida, separa a culpa do remorso. A culpa passa a estar ligada à pulsão de morte, ao masoquismo. Ele é enfático ao afirmar que somente a frustração da satisfação da pulsão de morte acarreta sentimento de culpa. Bem como alega que só a agressividade é transformada em culpa e, portanto, passível de ser transmitida ao supereu. Freud procura diferenciar o sentimento de culpa produzido pela civilização daquele produzido pela neurose. Ele considera que toda neurose possui um sentimento de culpa subjacente. A culpa fortalece os sintomas e os utiliza como punição. O mecanismo do recalque é o responsável por converter os elementos libidinais em sintomas e os agressivos em culpa. Na clínica, o sentimento de culpa se encontra relacionado à angústia, sendo, na verdade, uma variação dela. Todo sintoma possui um fundo de angústia. A culpa, quando relacionada com a civilização, permanece, em grande parte, inconsciente. Sua existência é demonstrada na forma de um mal-estar, uma insatisfação para a qual se busca a motivação.

É possível sustentar que Freud formaliza a diferença entre o universal da culpabilidade e o sentimento de culpa. Pode-se dizer que o mal-estar é o nome da culpabilidade; fato da existência humana. De acordo com a teoria freudiana, a instauração do complexo de Édipo na neurose possibilita a entrada de um significante, o sentimento de culpa, para manejar a culpabilidade. O interesse freudiano pelo sentimento de culpa deve-se ao fato de que esse afeto fornecia um dispositivo simbólico para lidar com a subjetividade de seu tempo. Como se tratava de uma época regida por uma moral repressora o significante da culpa mostrou-se eficaz para operar a culpabilidade.

As religiões são as principais instituições para o acolhimento da culpa. Elas nomeiam o mal-estar como pecado e buscam redimir a humanidade de sua incidência. Freud analisa que, pelo sacrifício da morte de uma pessoa que tomou para si a culpa de todos, o cristianismo conseguiu essa redenção.

Finalmente, em *Moisés e o monoteísmo*, Freud muda sua perspectiva teórica. O sacrifício do filho torna-se o ponto crucial para a instauração da lei. Apesar da afirmação de que os assassinatos de Moisés e de Jesus foram repetições do ato parricida, o crime primordial deixa de ter a relevância que teve ao longo da obra freudiana. Inicialmente, ele discute o vínculo, na história de Moisés, entre ética e religião. Ele estranha que os preceitos éticos estejam ligados à vontade do pai. Do ponto de vista racional, os preceitos éticos deveriam se justificar pela necessidade de estabelecer os direitos sociais e individuais. Para Freud, ao

preconizar a existência de um Deus único, que dita as leis, Moisés restabeleceu a figura do pai primevo. Talvez esse restabelecimento tenha acontecido devido à intensificação do sentimento de culpa que se apoderou da humanidade. A religião cristã conseguiu retornar esse sentimento à sua fonte original. O cristianismo apregoa que um crime contra Deus foi cometido. Como a expiação será feita através de uma morte, o crime só pode ter sido um assassinato. Jesus, um homem que não era culpado pelo ato parricida, consentiu em ser morto. Dessa forma, ele expiou a culpa de todos os homens. Paulo, seu discípulo, explicou a importância de seu gesto: “a razão porque somos tão infelizes é que matamos Deus, o Pai. Mas, com Cristo, estamos libertos de toda culpa, uma vez que um de nós sacrificou a vida para absolver-nos”. O que intriga Freud é, exatamente, como alguém não culpado pelo parricídio pôde tomar sobre si a culpa dos assassinos e permitir ser morto.

O herói é, geralmente, aquele que se rebela contra o pai e o mata, afirma Freud. O redentor deveria ser aquele que executou o assassinato. O romance *Os irmãos Karamázov*, de Dostoiévski, sempre foi a referência literária para ilustrar esse herói parricida. O ponto fundamental é que Jesus, ao ser crucificado, assumiu um lugar divino. Com isso, tornou-se, não apenas um herói, mas Deus. O judaísmo fora uma religião do pai. O cristianismo tornou-se uma religião do filho. Essa é a conclusão freudiana. O antigo Deus sucumbiu atrás de Cristo. O filho tomou o lugar do pai, tal como todos os filhos tiveram esperança de fazê-lo nos tempos primevos. O filho, ao tomar a culpa sobre si, torna-se Deus. Mais do que estar ao lado do pai, ele ocupa seu lugar. É, também, uma forma de livrar-se do pai primevo. Liberta-se dele pela expiação da culpa, não pelo assassinato. O pecado original e sua redenção pelo sacrifício de uma vítima tornaram-se a pedra angular da religião cristã. O principal fundamento do cristianismo foi a reconciliação com o Deus-Pai através da expiação do crime cometido contra ele. A conclusão do texto é que o catolicismo triunfou devido à crença de que, pela expiação, houve uma responsabilização do povo cristão pelo ato parricida. Porém, é preciso verificar que, pela via do sacrifício do filho, é possível ascender ao lugar de pai. O fundamental, e que não foi enunciado por Freud, é que o cristianismo ilustra a transmissão paterna, tal qual preconizada por Lacan.

O mito do assassinato do pai foi a primeira explicação para nomear a incidência da paternidade. É possível afirmar que, em vários momentos, o mito é apresentado não como algo da ordem da ficção, mas da realidade. Há quase que uma recusa de Freud em abandoná-lo, mesmo quando parece ter sido ultrapassado. Pensar sobre a paternidade, como uma operação realizada pelo ato criminoso do filho, é uma forma de preservar o pai, de dar consistência à figura paterna. Em vários momentos de sua obra, pode-se dizer que Freud tenta,

a todo custo, poupar o pai. A interpretação dos sonhos traz um relato que exemplifica isso. Eis o fragmento:

Um pai estivera de vigília à cabeceira do leito de enfermo de seu filho por dias e noites a fio. Após a criança falecer, passou para o quarto contíguo a fim de repousar, mas deixou a porta aberta de maneira a poder enxergar de seu quarto a peça em que o corpo do filho jazia com longas velas erguidas em torno dele. Um velho fora contratado para velá-lo e sentou-se ao lado do corpo, murmurando preces. Após algumas horas de sono, o pai teve um sonho de (sic) que seu filho estava de pé ao lado de seu leito, que o apanhou pelo braço e lhe sussurrou em tom de censura: 'pai, não vê que estou queimando?' Ele acordou, notou um clarão brilhante no quarto contíguo, correu para ele e descobriu que o velho vigia havia caído no sono e que as roupas e um dos braços do cadáver de seu querido filho haviam sido queimadas por uma vela acesa que tombara sobre eles. (FREUD, 1900-1901: 543).

No *Seminário* de 1964, Lacan afirmou que Freud desconsiderou a falta do pai. Freud analisou o sonho como se fosse a realização do desejo de manter o filho vivo. O clarão das chamas ocasionou o prolongamento do sono, evitando que o sonhador se deparasse com a realidade. Sonhando, ele mantinha o filho vivo. Para Lacan, Freud não conseguiu ver que o filho, também no sonho, estava morto. Não se tratava de um encontro entre pai e filho, mas do encontro com um cadáver. Melhor dizendo, um encontro com o real, um encontro faltoso. Ao clarão, um evento indiferente, ligou-se a culpa, uma função simbólica. Lacan acrescenta que a criança queima pelo peso dos pecados do pai. O Nome-do-Pai é o que sustenta a submissão do desejo à lei, mas sua herança é o pecado. Freud, inicialmente, edificou a função do pai em seu assassinato. Ao longo de sua obra, ele discutiu, exaustivamente, o parricídio. Ao final, intrigou-se com o sacrifício do filho. Pode-se concluir que o pai do sonho, o pai que não vê, é o pai pelo qual o filho se sacrifica.

A culpabilidade persiste, mesmo que não haja sentimento de culpa. A culpa tinha uma função simbólica fundamental na época de Freud e sua clínica pôde mostrar como esse afeto se inscreve na economia libidinal e nos sintomas neuróticos. O significante do Nome-do-Pai, ao operar em uma época regida por uma moral repressora, inscrevia o universal da culpabilidade como sentimento de culpa, afetando, dessa forma, os sujeitos. Contudo, para que a psicanálise continue moderna, os analistas deverão ser contemporâneos de seu próprio tempo. Isso implica em ir além da culpa. Dizer que o sentimento de culpa não tem a mesma incidência na subjetividade em nossos dias, não equivale a querer erradicar a culpabilidade. A clínica psicanalítica evidencia que existe uma culpa, um mal-estar que não cessa. Sustentar a persistência da culpabilidade nos dias de hoje é a demonstração do aspecto contundente da

psicanálise. É o que a mantém viva e que determina sua posição radical na cultura. Nos dias de hoje, os homens já não têm à sua disposição o significante da culpa para inscrever a culpabilidade. Conseqüentemente, isso leva a uma modificação na subjetividade e na manifestação dos sintomas. Mais adiante, buscaremos evidenciar a presença de uma dimensão sacrificial nos sintomas contemporâneos. É possível relacionar o declínio do pai na contemporaneidade, com o sacrifício do filho. Quer dizer, na falta de um pai para inscrever a violência pulsional no crime edipiano, resta o sacrifício.

O projeto lacaniano de retorno a Freud, apesar de ter tido como metodologia a releitura de seus textos, não foi uma reprodução de seu pensamento. Ao contrário, retornar a Freud foi uma forma de se apropriar de seu enunciado, verificar seus impasses e fazê-lo avançar. Por isso, daqui por diante, Lacan passará a orientar nosso percurso e tentaremos ir além do sentimento de culpa.

Capítulo 3

Lacan e a responsabilidade

Freud privilegiou o mito para explicar o laço social. A lei que funda a cultura, para ele, tem em sua origem o crime primordial, ou seja, o parricídio. Por isso, na mitologia freudiana, todos somos culpados. Padecer neuroticamente da culpa é uma forma sintomática de tentar saldar a culpabilidade estrutural. O sentimento de culpa fornece a idéia de uma justiça. Em decorrência disso, uma pessoa pode praticar um ato ilegal para acionar a legislação socialmente instituída. Logo, o ato infrator pode se revestir de uma certa legalidade.

Jacques-Alain Miller, na conferência *Patologia da Ética*, é partidário desta noção: ele considera o sentimento de culpa o *pathos* da responsabilidade. “A culpa significa que me sinto responsável por não sei o quê” (MILLER, 1989, p. 337). Segundo Miller, a culpa é o afeto do sujeito do inconsciente e, quando comprovamos que existe, podemos dizer que há um sujeito capaz de responder. Nesta conferência, ele observa que Lacan definiu o próprio sujeito como uma resposta, e a capacidade de responder é o que fundamenta o laço social para a psicanálise lacaniana.

Há quase vinte anos, Miller, apesar de trabalhar com a noção de culpa, conectou a este conceito o ponto crucial para a orientação lacaniana: a responsabilidade. Sabemos que hoje não comprovamos, em alguns sujeitos, a existência do sentimento de culpa, mas isso não quer dizer que eles não sejam capazes de se responsabilizarem.

Em colaboração com Michel Cénac, Lacan escreveu o artigo *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*. Esse escrito tentou precisar a legitimação da lei social e foi apresentado dois anos depois de promulgada a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”. A declaração foi a resposta dada pelos países civilizados ao nazismo, após o julgamento de Nuremberg³. Com a punição dos criminosos, o mundo tentava respirar aliviado, acreditando no estabelecimento de novas regras que impedissem a violência e o horror do Holocausto. Contudo, Lacan demonstra sua desconfiança de que tal legislação conseguisse cumprir os objetivos a que se destinava. Obviamente, ele leva em consideração a lei positiva existente em toda sociedade, mas advertia que a existência de normas não suprime as infrações. Ao contrário, a máxima de São Paulo, “a lei cria o pecado”, mostra todo seu vigor.

³ Em vídeo, é possível assistir a vários documentários sobre o julgamento de Nuremberg, tanto as filmagens originais estão disponíveis, quanto novos filmes foram produzidos, desde então.

A punição penal, em um momento específico da história, se atrelou à dimensão do pecado. Essa articulação adquiriu uma tal força que o castigo passou a ter uma função também expiatória. Lacan comenta que, em nossa sociedade, a função expiatória não faz mais sentido, já que presenciamos um verdadeiro declínio dos ideais. Para ele, o isolamento do grupo familiar e a degradação do alcance simbólico dos rituais sociais favorecem esse declínio. Os ideais se tornam cada vez mais utilitários, porque, em nosso mundo, impera a lógica da produção de objetos, que é regulada, exclusivamente, pelo mercado.

Para Lacan, não há, necessariamente, um vínculo direto entre culpa e responsabilidade. A responsabilidade aparece, no texto *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*, como conseqüente punição de uma infração cometida. Com base nesse artigo, tentaremos desenvolver melhor a disjunção entre culpa e responsabilidade.

Lacan considera que a idéia de homem, que vigora em uma época, pode ser inferida através da relação estabelecida entre o crime e a punição que lhe advém. Porém, ele diz que essa operação necessita de um assentimento. Em suas palavras:

“Toda sociedade, por fim, manifesta a relação do crime com a lei através de castigos cuja realização, sejam quais forem suas modalidades, exige um assentimento subjetivo [...] esse assentimento subjetivo é necessário à própria significação da punição. As crenças mediante as quais essa punição se motiva no indivíduo, assim como as instituições pelas quais ela passa ao ato no grupo, permitem-nos definir numa dada sociedade aquilo que designamos, na nossa, pelo termo responsabilidade.” (LACAN, 1950: 128-129)

Torna-se necessário, portanto, precisar o que designam os conceitos ressaltados nesse parágrafo. Pela punição, pode-se definir a responsabilidade. As formas de castigo determinadas em uma sociedade demarcam a resposta da infração à lei. Em todas as sociedades é mantida essa relação, portanto a responsabilidade é universal, ainda que exija uma “modalização”. Por isso, Lacan fala em assentimento subjetivo. O assentimento parece estar articulado aos modos de resposta. Se pela punição é possível conhecer-se o homem de determinada época, há também um ideal de homem preconcebido na pena e, pelo assentimento, o ideal e a lei são legitimados.

Antes de servir como reflexão sobre o cumprimento da norma, o conceito de assentimento releva a problemática do sujeito às voltas com a lei. Certamente, a lei que interessa à psicanálise não é a mesma que importa ao direito. Ela não é a norma. A lei jurídica se orienta pelo ideal, tem como objetivo a normatização das condutas. A lei que interessa à psicanálise é aquela que visa o singular, que institui a particularidade. É isso que nos mostra o conceito de assentimento.

Tanto Freud quanto Lacan valeram-se das infrações à norma jurídica para conceituar o que constitui lei para cada sujeito. O assentimento é o modo como Lacan define a crença do sujeito de que pode se responsabilizar por seus atos, a crença de que ele não só pode como, sobretudo, deve responder diante da sociedade. Mas, antes de desenvolver o conceito de assentimento, tentaremos precisar melhor a noção de responsabilidade. Iremos nos deter, inicialmente, no castigo, pois, de acordo com Lacan, ele indica o sentido da responsabilidade.

Mencionamos que o artigo sobre criminologia foi apresentado após o julgamento de Nuremberg — e a ele Lacan faz, inclusive, várias referências. Um princípio motivador para o julgamento foi a constatação de que os prisioneiros nazistas estavam recebendo, após a guerra, tratamento de oficiais do exército. O apego à tradição e à hierarquia fazia com que os militares aliados lhes prestassem a deferência requerida pela patente que eles ostentavam. Devido a esse fato, o julgamento se baseou em dois pontos. Primeiro, demonstrar que, mesmo de alta patente militar, aqueles oficiais eram criminosos. Segundo, e como consequência lógica do anterior, fazer a distinção entre o que era considerado crime de guerra — não passível, até então, de penalidade, devido à dimensão coletiva — e o que era de responsabilidade do sujeito. O julgamento seguiu, sobretudo, a premissa de que não se podia, após uma guerra, responsabilizar somente a nação agressora: cada pessoa envolvida também deveria responder pelos seus atos.

No julgamento, os réus se justificaram pelo preceito ético das intenções. Eles não se sentiam responsáveis pelos crimes, pois estavam em guerra e cumpriam ordens superiores. Porém, o ato não pode ser julgado por suas origens. É preciso, também, considerar suas consequências, segundo afirma Jacques - Alain Miller, no artigo “L’ Acte entre intention et conséquence”.

Lacan, em *A ciência e a verdade* também criticou a ética das intenções ao considerar que “o erro de boa fé é, dentre todos, o mais imperdoável” (LACAN, 1966, p. 873). Completando esse pensamento, Miller, no artigo citado, afirmou que esse é o erro mais imperdoável, porque o inocente, o que comete o erro, demonstra que está dominado pelo mestre, que se mantém servo do Outro.

Cumprir ordens não isenta ninguém de ser responsabilizado, esta era uma das premissas do julgamento. O tribunal instalado em Nuremberg foi uma tentativa de romper com a ética das intenções, em vigor até então. A responsabilidade é o terrorismo da psicanálise porque “por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis.” (LACAN, 1966, p. 873). Esse preceito, ainda que formalizado na década de 60, começou a ser esboçado

no texto de 1950, sob a égide de Nuremberg. Isso implica que o julgamento pode ser visto como uma chave para a leitura do escrito sobre criminologia. Nuremberg foi uma ilustração do postulado lacaniano, contido nesse texto, que diz que a psicanálise não desumaniza o criminoso, porque o tem como sujeito.

Ainda nesse escrito, Lacan ressalta que nossa época apresenta vacilações sobre a noção de responsabilidade. Hoje, nas sociedades industrializadas, o que impera não é o ideal, mas o gozo perseguido através dos objetos. Logo, a noção de responsabilidade vacila, como também o aparecimento do próprio sujeito. Não é explicitada a relação entre um ideal de conduta — ou seja, uma lei — e um castigo. Isso não impede o sujeito de ser responsável ou de aparecer, mas é preciso verificar as formas como o sujeito aparece — isto é, como ele responde — para não se cometer o equívoco de apelar para o retorno à tradição. A maneira de se ver essa operação é através do ato. Melhor dizendo, das conseqüências do ato. Por isso, para a psicanálise, a ética das conseqüências passa a ser fundamental.

Ainda nesse escrito, Lacan ressalta que nossa época apresenta vacilações sobre a noção de responsabilidade. Ele afirma que o que conhecemos como responsabilidade é definido pela punição. Não se pode pensar que, ao falar de vacilações, Lacan esteja considerando o sentimento e, sobretudo, a culpa. Existem sujeitos que acatam a punição sem se sentirem culpados. Dessa forma, tentaremos mostrar como Lacan faz avançar a psicanálise, ao retirar a culpa como sentimento do cerne da problemática subjetiva.

No item anterior, tratamos da responsabilidade, um dos termos da citação transcrita (LACAN, 1950, p. 128-129). Passaremos, agora, a analisar o conceito de assentimento. De início, iremos nos deter na forma como essa noção é inserida na psicanálise lacaniana a partir do texto citado. Posteriormente, trabalharemos o assentimento tal como Lacan o analisa em *A ciência e a verdade*.

Para discorrer sobre o assentimento e desvinculá-lo do sentimento de culpa, Lacan se vale do estudo de Malinowski, *Argonautas do Pacífico Ocidental*, realizado com os habitantes das Ilhas Trombriand. Apresentaremos um breve resumo desse trabalho, por ser de importância capital para a investigação do tema — como afirma Lacan, e também para o prosseguimento de nossa pesquisa.

Lacan cita desse estudo, especificamente, um caso de incesto entre primos matrilineares. É preciso, primeiramente, conhecer o funcionamento do sistema legal dos nativos das Ilhas Trombriand, para entendermos melhor o que está em causa. Todas as reações legais estão vinculadas ao grupo, não ao indivíduo. A legalidade é correlata à

estrutura simbólica da tribo, ela não é um mecanismo social que existe por si só. Quer dizer, ela não é um conjunto de decretos independentes para prevenir infrações e punir transgressões. O sistema legal é o resultado de várias combinatórias que resultam em obrigações. Logo, não há outra lei a não ser o costume. Ao indígena, é impossível se esquivar da responsabilidade, já que o costume, valendo-se de sacrifícios mútuos em prol do bem comum, assegura a cooperação dos membros da comunidade. Mas o sacrifício não ocorre por uma disposição inata para acatar a lei. Malinowski afirma que a obediência espontânea à lei não é possível, nem tampouco uma adesão servil à tradição. Para que a submissão aconteça, é necessário que incida, sobre o sujeito, um forçamento. Uma correlação de forças faz com que as regras se tornem obrigatórias. Essas são simples, mas difíceis de precisar, porque não determinadas por um fundamento universal, indiferenciado e onipresente. Para Malinowski, é um equívoco acreditar que a submissão à lei se deve ao temor de um mau presságio. A punição pelo suicídio é um exemplo disso, e servirá para ilustrar o sistema legal em estudo.

O suicídio, a punição como autocastigo, ocorre, principalmente, quando é desrespeitada a exogamia, que é um dos mais severos mandamentos da lei primitiva. Todavia, sua punição leva em conta o grau de parentesco dos parceiros: se são muito próximos ou somente unidos pelos laços do clã. A violação do preceito exogâmico por dois primos de linhagem materna — caso citado por Lacan — é um fato extremamente grave e que pode ter conseqüências trágicas. A prática de relações sexuais entre membros do mesmo clã é relativamente comum, por não estar relacionada ao casamento. Enquanto o casal mantém um certo decoro, a comunidade não se sente ultrajada, contenta-se em maldizê-lo, sem exigir punição. As pessoas só se posicionam quando a parte lesada reclama publicamente e passa a proferir insultos contra os culpados. No entanto, estes não são castigados diretamente pela sociedade: a punição fica a cargo deles próprios. Como o suicídio é o castigo previsto para esse crime, um dos culpados ou ambos podem se submeter a ele, em decorrência do ostracismo ou dos insultos. O suicídio é a maneira de escapar dessa situação insustentável. Suicidar-se é tanto um meio de expiação como de desafio.

A punição pelo suicídio é bastante complexa. Antes de consumir o ato suicida, a pessoa faz uma declaração pública contra quem denunciou seu crime. E, ao infligir em si mesmo o castigo, o indivíduo se vinga e se reabilita. Ele procura livrar-se de uma dor moral. Como observa Malinowski, obviamente o suicídio não é um meio de se fazer justiça, mas, nesse caso, ele oferece, a quem é acusado e perseguido, uma saída e uma forma de reabilitação perante a comunidade.

É curioso verificar que, assim como Freud ficou intrigado com o fato de Jesus — um inocente — tomar a culpa para si, Lacan também ilustra o assentimento com um caso no qual o determinante não é que o sujeito se sinta culpado. Não se encontra, no relato de Malinowski, nenhum sentimento de culpa pela transgressão. Mesmo sendo a exogamia um preceito rigoroso, sua infração não acarreta transtornos para o futor nem para a comunidade. O sujeito se pune somente quando é enunciado, publicamente, que ele rompeu a tradição. Por isso, é possível dizer que Lacan, com seu texto de 1950, faz avançar a psicanálise, ao desconsiderar o privilégio que Freud deu ao sentimento de culpa.

Nas sociedades primitivas analisadas por Malinowski, o ideal de homem está claramente inserido no costume. Lacan (1950) afirma que existe assentimento, porque o sujeito se pune da maneira que a lei dispõe como preço do crime. Nas Ilhas Trombriand, é a tradição que assegura a relação da lei com o castigo. Pelo fato do sujeito se punir conforme a tradição, podemos dizer que houve assentimento. Ao mesmo tempo, quando se pune, o sujeito dá consistência à tradição, isto é, ao ideal. Talvez, possamos concluir que, ao falar da vacilação sobre a noção da responsabilidade em nossa época, Lacan esteja se referindo à perda dos ideais. Nas ilhas Trombriand, existe um ideal explícito, mantido pelo costume, ao qual a comunidade deve assentir. É isso que ela faz ao aceitar a punição pelo suicídio. Hoje, nas sociedades industrializadas, o que impera não é o ideal, mas o gozo perseguido através dos objetos, o que dificulta o assentimento. Logo, a noção de responsabilidade vacila, como também o aparecimento do próprio sujeito. Não é explicitada a relação entre um ideal de conduta — ou seja, uma lei — e um castigo. Isso não impede o sujeito de ser responsável ou de aparecer, mas é preciso verificar as formas como o sujeito aparece — isto é, como ele responde — para não se cometer o equívoco de apelar para o retorno à tradição. A maneira de se ver essa operação é através do ato. Melhor dizendo, das conseqüências do ato. Por isso, para a psicanálise lacaniana, a ética das conseqüências passa a ser fundamental.

3. 1 O assentimento e a instância do simbólico

No artigo sobre criminologia, Lacan trata o assentimento pela vertente do simbólico. Pode-se dizer que o assentimento é uma forma de garantia da eficácia da tradição e, sobretudo, dos dispositivos simbólicos. O conceito de assentimento vem de longa tradição na filosofia. Até o surgimento de um tratado do Cardeal John Henry Newmann, ao qual

voltaremos posteriormente, o assentimento — *assensus* — se confundia com o consentimento — *consensus*.

A punição pelo suicídio, tal como foi mostrada no estudo de Malinowski, deve ser entendida pela vertente do consentimento. Ele está ligado à eficácia dos dispositivos simbólicos. Para compreender com mais clareza essa relação, vamos nos valer de um texto de Marcel Mauss.

Em *Antropologia e sociologia*, Mauss recorre ao pensamento mágico para explicar o *consensus*. Para que a magia seja eficaz, é necessário que os envolvidos nela acreditem. Devido à crença, uma pessoa acusada de feitiçaria transforma-se em participante de sua própria acusação. Participando, ela ratifica — de forma mais eficiente que a justiça — o sistema simbólico de seu grupo. O *consensus* social é o pólo coletivo do sistema. Isso faz com que um feiticeiro obtenha reconhecimento não por ter curado muita gente: ele cura muita gente porque se tornou um grande feiticeiro. Mauss afirma que as condutas mágicas são espécies de resposta ao sistema. Dados contraditórios podem integrar-se em decorrência do pensamento mágico. Ao analisar os elementos da magia, o “maná” foi considerado, pelo autor, como o responsável por sua eficácia.

Em *Subversão do sujeito*, Lacan faz referência ao maná. Ele o comparou ao matema $S(A)$. Mas com uma diferença, já que ele considera que este matema assegura, justamente, a falta de um significante zero. Éric Laurent, em artigo intitulado *Estratificação clínica da lei*, diz que a possibilidade do novo é garantida exatamente pela falta de um significante zero. A lei engendrada pela palavra deixa um lugar diferente ao sujeito, já que a linguagem instaura uma comunidade dos que têm a *tiqué*. O encontro é faltoso; existe um real que se encontra fora da lei da linguagem.

Em psicanálise, não se pode reduzir a pesquisa à dimensão puramente simbólica. Por isso, a proposta de Lacan é considerar como significante do impossível — quer dizer o real — a falta do significante zero. O $S(A)$ é um significante capaz de apontar o que no Outro constitui sua própria divisão. Ao contrário do significante zero, ele neutraliza a dimensão do sentido e, ao fazer isso, tem o poder de amplificá-lo. O $S(A)$ é o matema que trata do elemento desencadeador, ou seja, do desencadeamento da função mítica, do complexo de Édipo. Esse matema mostra o gozo como impossível, ele inscreve a falta do símbolo zero, portanto inscreve a impossibilidade no sistema. É um significante que dá conta de toda a cadeia, visto que o princípio da “ex-sistência” é o que permite estabelecer a regra da permutação. Para a

psicanálise, o importante não é que o real possa ser circunscrito pelo simbólico mas que, ao contrário, seja demonstrada a insuficiência do simbólico para dar conta do real.

Desde seu projeto estruturalista, Lacan já apontava que a operação psicanalítica não poderia ser reduzida ao jogo significante, o que seria explicitado em uma intervenção, intitulada “Sur les rapports entre la mythologie et le rituel”, realizada na *Société Française de Philosophie*, após uma conferência de Lévi-Strauss. Lacan afirma, claramente, que haveria uma insuficiência na concepção estruturalista do mito. Em *Antropologia estrutural*, pode-se encontrar indicações de que Lévi-Strauss chega a atentar para a existência, no mito, de qualquer coisa além da linguagem, mas, ao apresentar seu método de interpretação, desconsidera esse elemento. Lacan afirma que é preciso levar em conta, além da estrutura combinatória, algo da abertura para o real. O mito deve ser considerado como uma equação que visa responder a um ponto insolúvel, já que “ele á a tentativa de dar forma épica ao que se opera da estrutura” (LACAN, 1993, p. 55). Lévi-Strauss entendia a estrutura mítica como uma totalidade significante que agiria à revelia dos indivíduos. Lacan discorda, ressaltando que o discurso mítico tem o sujeito como correlato. Um sujeito que tem um corpo, que tem pulsão; enfim, que goza.

3.2 Sujeito, causalidade e assentimento

Jacques-Alain Miller, na conferência Patologia da ética, afirma que a construção que os estruturalistas fazem do sujeito tem como efeito não poder escrevê-lo como $\$$, isto é, como a possibilidade de emergência de uma resposta. Isso acontece porque eles não concebem a dimensão do assentimento. Por isso, para o estruturalismo, da mesma forma que para a ciência, não há como pensar em um sujeito responsável. Diferentemente, a psicanálise, quaisquer que sejam os acontecimentos, vai buscar o que o sujeito diz, e a posição que ele toma em relação ao próprio dito.

O conceito de estrutura em Lacan inclui dois níveis, afirma Miller. O próprio sujeito como efeito do significante inscreve uma ruptura na causalidade. Em todo determinismo significante existe a emergência do indeterminado, do que escapa à determinação. A própria causalidade, para a psicanálise, não é da ordem do significante, mas da ordem da pulsão. O estatuto da causa, em psicanálise, é suplementar, o que não permite reconstituir uma continuidade, por isso escapa da determinação simbólica. Para Miller, é importante manter a duplicidade dos níveis, sobretudo para não haver perigo de uma clínica que considere ser o sujeito a causa.

Do ponto de vista da pulsão, há a causa, e da perspectiva do sujeito, o assentimento. O assentimento tem a ver com um sujeito que crê no que diz. Como lembra Miller, o sujeito não é causa da estrutura, porque ela não é eleita pelo sujeito: o gozo é que a elege. Isso quer dizer que o sujeito é efeito e não causa de significação.

Desde Freud, sabemos que o encontro do ser falante com a pulsão é sempre traumático. O sujeito vai eleger um sentido frente ao traumatismo, mas a eleição é forçada pelo encontro. A estrutura já está lá e o sujeito — como efeito — advém como resposta. Trata-se de um paradoxo, pois é um imperativo que obriga a assumir a causalidade. Não existe liberdade, mas causalidade. A orientação subjetiva se constitui, assim, na problemática da posição primeira do sujeito diante da causa. Esta é uma afirmação de Jacques-Alain Miller no seminário *Cause et consentement*, ministrado em 1987-1988. A defesa é uma distância que o sujeito toma em relação à causalidade e o recalque, para Freud, se constituiu como um dos modos de defesa.

A orientação subjetiva é estabelecida no nível do que Freud denominou *Bejahung*. Esse termo se traduz por “afirmação” e aponta a existência de um afeto primário anterior ao recalque. A *Bejahung* é a consequência lógica do *Einzigster Zug*, o traço unário. Essa marcação primária é um elemento de diferenciação no real; é um sulco que se instaura no real e que permite um ponto de articulação no sujeito. A *Behajung* estabelece a orientação do sujeito, porque ela possibilita a instauração do inconsciente. O determinante, para a estrutura do sujeito, é a emergência de uma afirmação primordial, e isto é a condição para que uma questão sobre a existência possa surgir. Em um tempo ulterior, e sobre o fundamento dessa afirmação, o recalque adquire um sentido. Há, primeiro, um reconhecimento, e é preciso, também, que se tenha uma admissão inicial. A *Bejahung* é esta admissão, é o sim, o acolhimento, o assentimento do sujeito. Há uma estrutura, uma combinatória significativa que preexiste e em que se crê ou não, e Miller, no seminário citado, afirma que a *Bejahung* é um dos nomes dessa crença. É o reconhecimento de que algo foi inscrito e que poderá ser reconhecido como próprio. Miller conceitua o assentimento como se fazendo no nível da *Bejahung*. Porém, ele utiliza os termos assentimento e consentimento sem distingui-los, que é o que tentaremos fazer no final deste capítulo.

Todavia, há uma diferença entre Freud e Lacan em relação à *Bejahung*. Para Freud, ela seria a possibilidade do julgamento atributivo e para Lacan, a possibilidade de simbolização. Seguindo Lacan, a fundação do inconsciente estruturado como linguagem depende da *Bejahung*, pois a simbolização primordial funda o inconsciente. Na perspectiva freudiana, a *Bejahung*, a faculdade de atribuir, é o que permite julgar o eu separado do Outro. O juízo de

atribuição possibilita instaurar um outro juízo, o de existência. Através deste último, o eu pode internalizar algumas coisas e expelir outras. No julgamento de existência se encontram as *Bahnungen* — as facilitações,⁴ nas quais impera o princípio do prazer. Dessa maneira, o juízo de existência segue a lógica da redescoberta. O que outrora foi fonte de prazer será novamente buscado através de trilhamentos, de caminhos conhecidos. Isso permite concluir que há não só o determinismo significante, mas também a causalidade que vem da pulsão. É nessa causalidade que se encontra o juízo de existência.

O laço simbólico do sujeito com o Outro é instaurado na *Bejahung* e adquire, também, um componente imaginário. Essa dimensão deve ser analisada sob a perspectiva do objeto. Não se pode esquecer que a extração de um objeto, fundamental para a neurose, acontece no campo do Outro, não no do sujeito. É o Outro que fica privado do objeto. O sujeito subtrai do Outro um objeto — nomeado objeto *a* — para apoiar nele seu fantasma. Ele arranca do Outro um pedaço de real sobre o qual vai construir seu mundo. O Outro é amputado do objeto e, a partir da extração, o sujeito pode pretender gozar. O supereu é a contrapartida dessa operação de agressão fundamental ao Outro. Ele é Outro para o sujeito e seu imperativo faz contraponto a essa operação:

“Você queria esse objeto, agora deve tirar-lhe proveito. Goze! Só lembre de que é de mim que o tem. E há de saber que não o deixarei fazer com ele o que for, há de saber que agora o vigio. Há de saber que esse roubo, essa subtração pela qual me constitui como (A) me dá o direito e, portanto, me impõe velar para que faça bom uso dele, e não acredite que seja coisa fácil”⁵ (SILVESTRE, 1988: 167)

No nível da *Bejahung* encontram-se articulados, de maneira primordial, não só o gozo, mas também o assentimento. O termo “causa” trata da conexão do gozo com os modos de “sim”. A responsabilidade subjetiva comporta o dizer que sim ou dizer que não, o assentimento ou a recusa. Dizer que sim ou dizer que não é o que determina a existência do sujeito. O que se conhece como posição subjetiva é articulado ao sentido que o sujeito dá. Dizemos que há um sujeito quando alguém julga um sentido, não importando a objetividade dos fatos. Em última instância, o sujeito se inscreve nos termos do dizer. As coordenadas de resposta só podem ser dadas pelo Outro e, em relação a ele, o sujeito se posiciona em termos

⁴ Na edição Standard das obras de Freud, traduziu-se *Bahnung* por “facilitações”. *Bahn* quer dizer via, no sentido de caminho ferroviário. Esse termo — *Bahn* — vai ser usado para dar origem aos mais diversos contextos ferroviários. Assim, um termo mais apropriado e de acordo com o sentido freudiano seria “trilhamento”. Essa tradução aparece no “Seminário 8” e nos *Escritos*, ambos de Jacques Lacan.

⁵ Tradução da autora. Em espanhol no original: “*esse (a) minúscula, tú lo has querido, pues bien, ahora debes sacarle provecho, [...] ¡Goza! Sólo, acuérdate de que es de mí que lo tienes. Y has de saber que no te dejaré hacer que esse robo, esa sustracción por la que tú me constituyes como barrado (A) me da el derecho, y por tanto me impone velar para que hagas buen uso de él, y no creas que es cosa fácil...*”

de fé, de crença, de aversão, de atrativo, de compulsão, de negação. O dizer que sim é o assentimento, o dizer que não é uma rejeição à função do pai. Na enunciação, pode-se verificar as conseqüências do assentimento ou da rejeição, bem como da denúncia, da crença e da dúvida. A histeria é um exemplo da manifestação de denúncia da impostura paterna, cujo efeito é a posição da “bela alma”. Essa neurose exemplifica uma posição na qual o sujeito não se responsabiliza, já que o Outro é um impostor. O obsessivo, ao contrário, toma a seu encargo a responsabilidade de corrigir a impostura paterna.

Jacques-Alain Miller, em *Cause et consentement*, contrapõe o assentimento à psicose. Ele afirma que a alucinação ocorre porque, se não há crença, se a causa não adquire valor de existência para o sujeito, ela se faz “ex-sistir” de fora e aparece no real. Todavia, o curso do delírio, segundo ele, pode levar a um sim na psicose. Para que haja estabilização, é preciso um assentimento ao que é Outro. Na neurose, ao contrário, é preciso que, no final da análise, ocorra um assentimento ao Outro que não existe. O assentimento do neurótico se faz dessa forma porque ele busca acreditar no pai. Ele acredita tanto, que faz dele seu sintoma e gasta anos de análise para conseguir dispensá-lo. Lacan adverte que é possível ir além do Nome-do-Pai com a condição de saber se servir dele. Esta frase demonstra que o pai pode ser considerado na perspectiva de um instrumento, pois a psicanálise não se interessa pela reverência ao Nome-do-Pai, mas o tratamento do gozo que se opera através de sua versão.

No *Seminário 5: As formações do inconsciente*, o pai aparece como transgressor, visto que acolhe algo de singular, mesmo estando submetido à lei do significante. Ele nomeia algo no real ao conseguir distanciar-se do código. Isso segue a estrutura do *Witz*, pois há a criação de algo novo que é acolhido pelo código. O sacrifício também tem por função conseguir operar uma metamorfose, com todas as conotações que esse significante contém. Pela entrega de algo próprio a uma entidade transcendente, o sacrifício afasta o perigo e tenta aproximar os envolvidos na situação. As partes envolvidas devem consentir com o sacrifício. Seguindo a lógica sacrificatória - para entender o laço que é estabelecido entre o sujeito e o Outro - tudo indica que a operação de assentimento exige dois tempos: um do sujeito e outro tempo do Outro. O pai, ao se colocar como um Outro no Outro, sacrifica o código para que o sujeito consiga transitar do código para mensagem. Isso abre a possibilidade de uma enunciação da parte do sujeito. Melhor dizendo, abre a possibilidade do próprio sujeito aparecer. Da parte do sujeito, o sintoma é seu sacrifício. O sintoma pode ser visto como um sacrifício do neurótico para fazer “ex-sistir” o pai. Quer dizer, o neurótico se sacrifica em nome do pai e consente com isso. Ele se sacrifica pelo fato do pai faltar.

A conclusão que se pode chegar é que o real tem estatuto de “ex-sistência” para todos, não só para o psíquico, a isso Jacques-Alain Miller nomeia de foraclusão generalizada. Por isso, o pai, para a psicanálise lacaniana, passa a ser considerado em sua vertente de real. Concluimos o capítulo anterior mostrando como a psicanálise inverte a lógica da filiação e é disso que também estamos tratando neste momento. Assentir à causa é sacrificar-se em nome de um Outro que não existe. Porém, criar esse Outro permite que o gozo seja, enfim, legalizado. Se “a lei cria o pecado”, segundo São Paulo, legalizar o gozo quer dizer, na verdade, criá-lo.

3.3 Assentimento: o que fica rejeitado do campo da estrutura

Lacan introduziu o conceito de assentimento no texto de 1950 sobre criminologia. No *Seminário*, do mesmo ano, *As formações do inconsciente*, ele toca em questões relativas ao assentimento, mas sem dar a elas um estatuto conceitual. Em 1966, no escrito *A ciência e a verdade*, ele retorna ao tema, porém fazendo uma conceituação. Conforme foi visto, esse texto diferencia a psicanálise de uma prática estruturalista e o assentimento é o que determina esta diferença.

Para a psicanálise, o sujeito é efeito da combinatória significante, conforme preconiza a abordagem estrutural, mas há algo que escapa a essa combinatória, isto é, o real. Lacan afirma que o assentimento é rejeitado do campo da estrutura. Isso confirma a suspeita, anteriormente lançada, de que há algo de real no assentimento. Ao que tudo indica, em *A ciência e a verdade*, o assentimento não está articulado puramente à eficácia simbólica, como no texto de 1950. No artigo sobre criminologia, é possível dizer que o assentimento opera na vertente do *consensus*, já que privilegia a estrutura simbólica. Em *A ciência e a verdade* aparece a vertente do *assensus*, já que conta com a resposta, ou seja, o sujeito está implicado no assentimento.

Do ponto de vista da psicanálise, o sujeito, de sua posição, é sempre responsável. Miller, no seminário citado do ano de 1987-1988, considerou isso um paradoxo, já que a psicanálise opera sobre o sujeito da ciência. Em razão da prática, isso é correto e faz com que, no decorrer de uma análise, o assentimento do sujeito seja rejeitado. Quer dizer que o inconsciente, estruturado como linguagem, como Outro, opera com o discurso da ciência.

A estrutura da denegação é utilizada pelo neurótico para que ele não tome posição frente à sua palavra. Não tomar posição é correlato ao que faz o sujeito da ciência. No exemplo de denegação relatado por Freud, quando o sonhador diz “é minha mãe” e “não é

minha mãe”, ele faz uma espécie de economia; enuncia algo e deixa a posição frente ao enunciado para seu interlocutor. Apesar da estratégia para não se implicar, a divisão aparece na denegação; o sujeito surge como dividido.

Apesar de operar sobre o sujeito da ciência, a psicanálise apela para o sujeito responsável, à medida que ela visa a responsabilidade pela posição subjetiva. Ou melhor, a responsabilidade pela escolha que essa posição comporta. Em *Cause et consentement*, Miller afirma que fazemos a passagem de um lado a outro — da irresponsabilidade, que a ciência comporta, para a responsabilidade — tão rapidamente que não percebemos. Ele conclui que essa é a questão central de *A ciência e a verdade*. Neste texto, Lacan afirma que, para a psicanálise, a dimensão da verdade é importante, porque o neurótico, ao procurar uma análise, preocupa-se com a causa de seu sofrimento. Ele quer saber a causa e qual a verdade implicada em sua doença. O sintoma surge quando um sujeito depara com algo do real, cuja presença determina uma resposta. Dessa maneira, a determinação deve ser entendida como o que causa todo efeito.

Assim, o apelo à responsabilidade quer dizer um apelo à causa. Trata-se de algo paradoxal, visto que se deve assumir a própria causalidade. Deve-se assentir à causa. Lacan, em *A ciência e a verdade*, afirma que não se é causa de si mesmo, e observa que isso não acontece somente com a criatura, mas também com o criador. Como exemplo, ele recomenda que se leia o prólogo de *De Trinitate*, de Santo Agostinho. Para este, nem o Filho, nem o Espírito Santo são criações do Pai. Entendê-los como criações é um erro, pois se desconsidera a trindade. Pai, Filho e Espírito Santo, os três, são modos de aparecimento do divino. O auge do erro é pensar que Deus é uma força dinâmica capaz de engendrar também a si mesmo. Não somente Deus é incapaz de criar a si mesmo; como criatura alguma — espiritual ou corpórea — pode engendrar sua própria existência, afirma Santo Agostinho.

3.4 A gramática do assentimento

Em *A ciência e a verdade* Lacan indica o autor que o encaminhou para a noção de assentimento — o cardeal John Henry Newman, no livro *A Gramática do Assentimento*. Ele faz um elogio explícito ao autor, apesar de dizer que sua gramática foi forjada para fins execráveis, isto é, religiosos. Newmann apresenta a gramática discutindo, primeiramente, os modos de se fazer proposições. As formas proposicionais podem ser feitas na modalidade condicional, interrogativa ou categórica. Na forma condicional, quando expressamos uma

conclusão; na interrogativa, quando formulamos uma questão e, na forma categórica, quando temos uma asserção. A asserção é a expressão de um “ato” de assentimento e é distinta de uma conclusão. O assentimento é incondicional; ele não segue a adoção de premissas e não é da ordem do conhecimento. A obra do Cardeal interessa à psicanálise porque, conforme já foi dito, sua gramática foi responsável por separar o assentimento de toda forma de consenso. Isso permite dizer que o assentimento não se opera a partir da instauração de algum acordo com o campo do Outro. Trata-se de uma operação na qual entra em funcionamento a vertente do gozo.

Newman trata o assentimento como sendo da ordem de um ato. Nesse sentido, pode-se questionar o que desencadeia esse ato. É possível pensar na existência de um forçamento, de uma força coercitiva que acarretaria o ato de assentimento. Pode-se dizer que a operação de assentimento é a transformação, via operação significativa, do real do gozo como verdadeiro. Só assim é possível que um sujeito se responsabilize por seu gozo. A responsabilidade, em psicanálise, é diferente do que se espera quanto a esse termo no sentido jurídico. No *Seminário 20: Mais ainda*, Lacan afirma que o campo jurídico visa fazer reconhecer o gozo, transformar o real do gozo em verdadeiro, visa dizer toda a verdade sobre ele para regrá-lo. A psicanálise, ao contrário, reconhece que o real é sem lei, nas palavras de Jacques-Alain Miller. Portanto, no encontro com o direito o psicanalista está advertido de que responsabilizar por seu ato não quer dizer toda a verdade sobre seu ato, mas, justamente, considerá-lo como uma resposta àquilo que escapa, mas que constitui o sujeito, a isso o sujeito assente. Utilizando termos que Lacan utiliza no escrito sobre criminologia, podemos considerar que a responsabilidade em psicanálise equivale a uma resposta ao “universo mórbido da falta”, expressão que Lacan retira de Ângelo Hesnard. Posteriormente, voltaremos a esta expressão e às suas conseqüências.

Por ora, vamos concluir que, ao colocar a ênfase na culpa, como fez Freud, ou analisar o castigo, como inicialmente fez Lacan, o assentimento é enfatizado como sendo da ordem do significativo. Tratar o assentimento pela dimensão da causa é, pelo contrário, privilegiar a dimensão do gozo, questão que será desenvolvida posteriormente, relacionando o ato criminoso ao encontro com o objeto a. Esta é a contribuição da psicanálise no que diz respeito aos atos criminosos.

Embora consideremos o crime como tendo uma causa, o real do gozo, a forma como este real é acolhido no campo social, faz diferença. Ser nomeado como crime e prescrever sanções para sua infração é a maneira que a justiça moderna passou a lidar com estes atos. No texto sobre criminologia, Lacan abordou o crime nesta perspectiva, ou seja, a de que a lei faz

o crime. O crime é considerado uma transgressão punível, a partir de uma nomeação pelo Outro que faz a lei e a esta operação é preciso um assentimento.

Mas, Lacan também considerou outra perspectiva – a do que escapa desta operação simbólica. Quanto ele afirma que de nossa posição de sujeito somos sempre responsáveis, ele está considerando não somente o sujeito neurótico que vai responder à lei que está inscrita, mas ao que escapa desta operação, o gozo. Por isso, podemos estender a questão e perguntar, qual a posição de resposta que pode ser destacada em outras situações além da neurose e da lei edipiana. Mais ainda, considerar a responsabilidade pelo gozo na época de um declínio da lei no mundo. Ou seja, as dificuldades contemporâneas em localizar a violência da pulsão como algo que escapa à lei, justamente porque inscrito na lei. Em suma, está em questão o próprio conceito de transgressão, fundamental para a justiça moderna. Bem como o conceito de delinquência, que tanto interessou aos psicanalistas pós-freudianos, que será trabalhado mais a frente. Lembremos que o surgimento da noção de transgressão foi o que possibilitou relacionar, pelas conseqüências, um ato a um sujeito.

No próximo capítulo, faremos um percurso nas diferentes abordagens da criminologia. Algumas delas visam circunscrever o ato de violência como crimes, penalizando as conseqüências jurídicas deste ato, outras, questionam esta operação. Nomeamos esta divergência de querela da criminologia e julgamos importante localizá-la porque dependendo da posição, adotada incidirá, diretamente, na possibilidade da prática orientada pela psicanálise no contexto jurídico.

Capítulo 4

Psicanálise, criminologia e o real da violência

As ações violentas, ao longo da história da humanidade, foram sendo classificadas como crimes, principalmente, pelo direito moderno. Essa classificação levou ao estabelecimento da criminologia como uma nova disciplina de estudos. O percurso de trabalho deste capítulo parte das teorizações feitas por esta disciplina dedicada ao estudo dos crimes, sua classificação e das respostas jurídicas a estes atos.

Mostraremos também como a psicanálise vem, desde o início do século passado, estabelecendo uma conexão com a criminologia, sobretudo, através do direito penal. Vários psicanalistas contemporâneos de Freud, bem como seus sucessores, desenvolveram trabalhos em conexão com o direito. Analisaremos estas contribuições e, ao final, retornaremos à contribuição de Jacques Lacan neste campo. Veremos como ele, ao apresentar, juntamente com Michel Cénac, o artigo *Introdução teórica às funções da psicanálise em Criminologia* em 1950, marcava uma posição acerca de qual deveria ser o lugar da psicanálise na relação com a criminologia.

Nossa leitura das obras dos psicanalistas da metade do século passado, que serão apresentadas, nos permite induzir que, já neste texto sobre a criminologia, Lacan fazia o que ficou conhecido como retorno a Freud. Ele indica o lugar da psicanálise nesse campo de interface, qual a posição que o praticante deveria tomar e os desvios dessa atuação da prática analítica. Mais ainda, é possível indicar que Lacan estabelecia a especificidade da interface da psicanálise com o direito. Melhor dizendo, a psicanálise tem estabelecido uma conexão com a educação, com a saúde, mas, este texto lacaniano demonstra que a criminologia é um objeto específico de interface com a psicanálise, embora, às vezes, o psicanalista possa não distinguir esta particularidade, confundindo esta prática com a educação, a assistência, ou a saúde mental.

Ao iniciarmos a pesquisa bibliográfica acerca do trabalho da psicanálise no campo da criminologia, fomos surpreendidos pelo volume de obras, escritos e estudos sobre esse tema, principalmente, no período entre as duas guerras mundiais e no pós-guerra. Para os praticantes da psicanálise, no Brasil, é preciso levar em consideração algumas semelhanças entre os dois contextos, principalmente no que diz respeito a práticas de atos infracionais pelos jovens. Nossa aposta é a de que, ao determos nosso olhar sobre o cenário da criminalidade na Europa no século passado e retornarmos às indicações de Lacan, possamos encontrar elementos para avançarmos em nossa pesquisa e prática no campo da criminologia, atualmente. De alguma

forma, o cenário da violência urbana e da criminalidade no Brasil hoje tem características próximas da Europa no pós-guerra. A devastação provocada pela guerra deixou um contingente enorme de jovens desamparados e eles encontraram na delinqüência uma saída. Também hoje, no Brasil, podemos ver os efeitos do desamparo provocado, não por uma grande guerra, mas pela situação de guerrilha urbana que as periferias das grandes cidades brasileiras, às vezes, nos deixam vislumbrar.

Portanto, será trilhado um caminho, orientado pelo ensino de Jacques Lacan, a partir do retorno a esse cenário que se descortinou na primeira metade do século XX, século marcado pela violência, intolerância e segregação entre os homens.

Antes de entrarmos no debate em relação ao trabalho da psicanálise propriamente dita, iremos fazer um percurso histórico pela criminologia, já que é nesse campo que iremos desenvolver nosso trabalho.

4.1 A criminologia, a psicanálise e as classificações

A psicanálise partiu das classificações da clínica psiquiátrica para abordar as chamadas doenças mentais. Lacan, em seu projeto estruturalista, operou um esforço para, a partir da nosologia psiquiátrica, formular uma classificação que levasse em consideração o alicerce da obra freudiana, o complexo de Édipo. São bastante conhecidas e utilizadas suas referências às estruturas clínicas e seus mecanismos: a neurose (com o recalçamento), a psicose (com a forclusão), e a perversão (com o desmentido).

Ao se enveredar pelo trabalho em torno do crime, vemos que a psicanálise também se orientou pelos pressupostos encontrados na criminologia, partindo deles para propor uma clínica com os sujeitos que cometeram infrações à lei.

Lacan, no artigo já citado sobre criminologia, afirmou que não existe sociedade sem lei, seja de costume ou de direito. Também, não existe nenhuma sociedade onde não aconteçam transgressões. Contudo, o crime e a punição que lhe é correlata acontecem de acordo com o contexto social em vigor, em cada época específica. Nesse texto, Lacan considera essas mudanças de perspectivas, decorrentes de mudanças ideológicas, e toma sua posição em relação aos pressupostos que concernem à criminologia.

Fazendo um percurso por essa disciplina, vemos que houve uma tendência, de acordo com cada época, em estabelecer uma abordagem do crime, ora pela vertente nominalista, ora pela vertente realista. Isso quer dizer que, em alguns momentos, os envolvidos nesta temática não levaram em consideração o crime em seu aspecto geral, privilegiaram cada indivíduo às

voltas com a justiça, considerando seus motivos, as circunstâncias e suas atenuantes. Outros levaram às últimas conseqüências o trabalho de considerar o crime em seu aspecto de realidade social a ser controlada, à revelia dos indivíduos, dos contextos e das situações.

Na abordagem do crime pela via do Direito moderno predomina a perspectiva do nominalismo. O principal representante da operação de nomeação é o trabalho de Cesare Beccaria *Dos delitos e das penas* (BECCARIA, 1764/1999) um dos marcos da Justiça moderna no que diz respeito ao Direito Penal. Beccaria nomeou os tipos de delitos existentes e construiu uma espécie de taxonomia dos crimes, classificando-os de acordo com sua gravidade para determinar, dessa forma, as penas. Sua classificação serviu de referência aos distintos códigos penais das diversas sociedades democráticas que surgiram a partir do século XVII.

Classificar foi a forma que o Direito moderno encontrou para cernir a violência e nomeá-la como crime. Dessa maneira, a classificação é uma operação simbólica para localizar o real da violência. Seguindo esta lógica, podemos considerar que, ao tomar essa via, o crime não existe, existe uma lei que o nomeia como tal. O crime é uma ficção operada pelo Direito para classificar alguns tipos de violência, em um determinado contexto.

Por outro lado, vamos encontrar outras formas de abordar a criminalidade. O principal exemplo desta perspectiva é Lombroso, através de seu trabalho *O homem delinqüente* (LOMBROSO, 1876/2007). Para esse autor, existe o crime porque existem pessoas que são criminosas. Os delinqüentes são criminosos natos. Nessa abordagem, não se trata de uma ficção, mas da realidade física de algumas pessoas. Essa classificação feita por Lombroso adota outra perspectiva, não a da simbolização, mas a tentativa de cernir o real da violência, de acordo com a lógica das ciências biológicas naturais, afirmando que há a realidade dos instintos.

Como veremos ao longo deste capítulo, a criminologia, desde seu início, oscilou entre essas duas abordagens – o crime como real ou como uma operação simbólica. É preciso esclarecer que o real aqui designado é o real da ciência positivista. Por isso, a teoria sobre o crime concebida por Lombroso é considerada o marco do nascimento da criminologia científica. Atualmente, a maioria das abordagens sobre o crime parte do princípio de que Lombroso perseguia a ciência, mas era, de fato, ideológico. Em última instância, o que ele fazia era classificar alguns indivíduos dentro de tipos pré-determinados, transformando em instinto criminoso o que era uma determinação social.

Essa discussão interessa à psicanálise. A orientação que o analista praticante seguirá em seu trabalho no campo da criminologia está relacionada à concepção que se tem do crime

e daquele que o cometeu, e Lacan toma uma posição nessa querela: como veremos, para ele, o crime deve ser considerado em sua realidade social.

Por meio da contribuição dos criminólogos de sua época, Lacan pôde indicar as bases para que a psicanálise pudesse construir uma orientação para o trabalho com os infratores. O texto sobre criminologia pode ser visto como uma tentativa de sistematização de Lacan, de suas concepções sobre criminologia, tomando a perspectiva do crime como um ato, não a perspectiva do indivíduo como um criminoso. Ele também nos dá indicações dos autores que abordam o tema do crime, tanto na psicanálise, quanto em outras disciplinas, separando o que interessa à psicanálise e o que se trata de desvios operados pelos psicanalistas que vieram após Freud, os chamados pós-freudianos.

O crime é um ato cujas conseqüências ultrapassam o sujeito, pois ele atinge o Outro. Por isso, seu estatuto é o de ser um fato social. Devido a esta característica, ele convoca respostas sociais que visam responder ao mal que ele provoca. Lacan é partidário dessa concepção, ao precisar que a responsabilidade é o que a psicanálise visa no trabalho com o infrator.

Como foi ressaltado, para seguirmos nossa pesquisa abordaremos, inicialmente, as concepções sobre o crime a partir da criminologia. Isso se deve ao fato de que, como o próprio Lacan advertiu, cada sistema de punição, corresponde a uma ideia de homem que vigora na época. Isso quer dizer que existe uma relação intrínseca entre as teorias criminológicas, as distintas concepções de homem que vigoram em um contexto específico e as políticas criminais produzidas para responder às infrações cometidas. A partir dessas contribuições, será nosso desafio tentar formular uma criminologia orientada pela psicanálise.

Como veremos, no cerne de qualquer discussão sobre a questão criminal está o problema do laço social. Ora o infrator é visto como aquele que não entrou no contrato social, sendo o crime considerado um problema de um indivíduo que é delinqüente; ora a sociedade é vista como preconizando um laço impossível de ser sustentado e, portanto, ela própria acarretaria a prática de atos nomeados socialmente de criminosos.

4.2 A Criminologia e seus antecedentes

Explicar o que é o crime e quem é o criminoso é uma tarefa perseguida há muito pela humanidade. Muito antes do surgimento da criminologia positivista, considerada por muitos como o marco do nascimento da criminologia científica, já existiam diversas tentativas de explicação da prática dos atos criminosos pelos homens. Na antiguidade, encontramos

algumas noções sobre o crime que podem ser consideradas as teorias precursoras da criminologia. Assim, não de forma sistematizada, o tema do crime foi sempre um enigma para as diferentes culturas. Crime e criminoso sempre foram objetos de interesse das mais diversas disciplinas e podemos encontrar suas distintas representações nas obras de filósofos, escritores, artistas, pensadores dos mais distintos campos. Vamos aqui destacar algumas dessas principais contribuições, que forneceram noções que ainda hoje estão, de alguma forma, em vigor. Faremos um panorama das diversas correntes da criminologia para tentar localizar a criminologia que interessa à aplicação da psicanálise.

Para realizar este percurso, tomamos como referência principal o *Manual de Criminologia* de Jorge de Figueiredo Dias e Manuel da Costa Andrade (1999). Principalmente, o primeiro capítulo que se denomina “Uma perspectiva histórica”.

Segundo DIAS & ANDRADE no Manual citado acima, para Platão, o criminoso era considerado um doente e o crime era causado por três fatores distintos: as paixões – inveja, ciúme, ambição e cólera –, a procura do prazer e a ignorância. A pena era, para ele, de suma importância, pois seria o remédio pelo qual o criminoso poderia livrar-se do mal que o acometia. De acordo com o mesmo Manual citado, um pouco diferente de Platão, Aristóteles considerava a pena não um remédio, mas um castigo. Ele considerava o criminoso um inimigo da sociedade, não um doente. O criminoso seria aquele que, revoltado com a miséria, se insurgiria contra a sociedade. Essa noção é, ainda hoje, bastante preconizada por uma tendência mais marxista da Criminologia, como veremos.

DIAS & ANDRADE também citam um outro importante pensador sobre o tema da criminologia, Thomas Morus. De acordo com eles, em sua obra *A Utopia* pode-se ver a concepção, bastante presente nas teorias atuais, do crime como um reflexo da sociedade na qual se vive.

4.3 A Escola clássica e o surgimento do nominalismo das classificações

Cesare Beccaria, com a obra *Dos delitos e das penas* (1764/1999), é um dos principais representantes da Escola Clássica em Criminologia. Para os representantes dessa Escola, a principal preocupação da criminologia deveria ser a lei penal. Para Beccaria, as penas teriam a função de resguardar o contrato social e de nada serviriam se não tentassem prevenir violações futuras. Os representantes do classicismo em criminologia acreditavam na racionalidade do homem, e achavam que poderiam formular leis as mais legítimas. Estamos assim no reinado da crença na lei jurídica e normativa. Por isso, a preocupação de Beccaria

era garantir que a lei e a punição à sua transgressão não fossem arbitrárias, que elas fossem as mais justas.

As concepções trazidas pela Escola Clássica modificaram o sistema de punição até então vigente. Até essa época existiam, principalmente, as penas corporais em praça pública, executadas em nome do soberano, e os crimes eram considerados como uma lesão ao poder da majestade do rei. Com a queda das monarquias, as sociedades foram se transformando em democracias e foram constituindo um sistema judiciário independente. Em decorrência dessas transformações, passou-se a privilegiar outras modalidades de penas que não as físicas.

A partir dessa época, a justiça não mais seria promovida por Deus, ou pelo soberano, ela não era mais natural. Passou a vigorar a crença no ideal de uma justiça constituída pelos homens e estabelecida pelo direito. Desde sempre, Deus ou o soberano eram os detentores hegemônicos do exercício da violência. A partir dessa época, as leis teriam a legitimidade para regular o convívio, normatizar o que era certo e prescrever o que era esperado. Mas, principalmente, a justiça advinda com o direito deveria nomear o que era proibido e punir. Por isso, a discussão sobre as penas passou a ser tão importante; elas deveriam ter como objetivo anular as gratificações que eram, teoricamente, conseguidas pela prática do crime. Para os criminólogos clássicos, o crime existiria porque o homem busca o prazer, não o dever, trata-se de uma concepção hedonista do crime.

Como a lei passou a ser concebida como construção humana – não mais como um desígnio divino ou vontade soberana –, os autores da criminologia clássica buscavam a aplicação geral e igual da lei, pois todos os homens deveriam ter deveres e direitos iguais. Baseados na ideologia da igualdade que surgia, eles desconheciam os atravessamentos subjetivos, econômicos, financeiros políticos e contingenciais presentes na formulação das normas e na aplicação das punições.

Partidários do contrato social, eles acreditavam que a justiça poderia promover a fraternidade e a solidariedade em torno dos valores fundamentais. Os homens estariam, através da regulação da lei, unidos em torno de um bem comum, com igualdade de direitos e deveres a cumprir. Nesse contexto, lutar contra o crime era lutar contra o traidor, o inimigo que se insurgiu contra o contrato social.

Jeremy Bentham, conhecido pela obra *O panóptico* (1787/2000), seguindo essa tradição, preocupou-se com a universalidade e igualdade da pena. Com Bentham, a pena do aprisionamento passa a ser justificada e priorizada. Para ele, a extração da liberdade promovida pelo aprisionamento seria sentida por todos, indistintamente, e com isso preveniria infrações futuras. Bentham conceituou a pena de aprisionamento como a ideal, e criou as

bases arquitetônicas para que o sistema prisional pudesse ser implantado no mundo por diversos países.

Bentham também foi o precursor das pesquisas sobre criminalidade. Ele se preocupou em estudar os grandes movimentos da criminalidade urbana, tentando, com esses estudos, tecer considerações para propor as reformas que ele julgava serem necessárias. Esse autor era simpatizante da idéia de que o crime estaria relacionado aos efeitos da industrialização.

Com a revolução industrial, aconteceu na Europa o êxodo rural, acarretando o crescimento das capitais. A concentração de pessoas nos arredores dessas cidades, fez surgir subúrbios superpovoados e degradados material e moralmente, e essas condições passaram a ser consideradas as causas do surgimento de uma criminalidade de dimensões incontroláveis, segundo os estudiosos da época.

Não podemos esquecer que a relação entre criminalidade e grande concentração populacional, com precariedade econômica e social, continua a ser levada em consideração pelos sociólogos ainda hoje. No Brasil, essa concepção tem orientado projetos voltados ao controle da violência e da criminalidade. Trata-se de considerar que o problema da violência é um assunto complexo e não exclusivo da justiça. Desde o início da implantação de uma justiça baseada no contrato social, já se podia perceber que o crime não é, somente, um problema de controle do prazer de um sujeito que se recusa a entrar no contrato social.

A concepção da escola clássica sobre o crime foi tecida dentro da ideologia da burguesia em ascensão. Bentham, na Inglaterra, mas também outros estudiosos, realizou diversas pesquisas sobre o tema, utilizando, sobretudo, a metodologia participante: os pesquisadores passaram a freqüentar os subúrbios das grandes cidades industrializadas. Além disso, o tema da criminalidade e da miséria passou a fazer parte da literatura, como vemos nas obras de Vitor Hugo e Balzac, França.

É interessante considerar como vemos isso acontecer no Brasil atualmente: pesquisadores publicando a partir de experiências vividas dentro das favelas, ou mesmo montando ONGs para intervirem nesses locais. Vemos, também, um enorme contingente de livros e filmes com relatos de experiências nessas condições de vida. Por isso, é preciso considerar os efeitos sociais - o crime em decorrência das condições precárias de sobrevivência. Freud, para falar do surgimento e aumento da doença nervosa, considerou as condições da vida moderna e da moral sexual civilizada. Lacan, por sua vez, nos trouxe a reflexão do surgimento dos fenômenos de agressividade, que surgem em decorrência da concentração de pessoas. É preciso que localizemos muito bem o que diz respeito à sociologia

– as causas –, e o que respeito a psicanálise – as respostas subjetivas a essas causas. Parece óbvio e simples essa observação, mas, na prática, não o é.

Os primeiros estudos sobre o proletariado urbano começaram a localizar, nessas pessoas, o perigo. De acordo ainda com o Manual de DIAS & ANDRADE, citado no início deste capítulo, para outros autores, como Chevalier, a periculosidade era considerada um problema normal da estrutura econômico-social que podia ser confirmado pelas estatísticas. Surgiu nesse tempo uma equação: ser pobre é ser potencialmente criminoso, e ser criminoso é ser perigoso. Estamos ressaltando essa equivalência, porque, na antiguidade a periculosidade estava localizada em outras instâncias – nos demônios, nos monstros, em tudo o que podia dominar os sentidos de uma pessoa. Desde há algum tempo, o perigo tem outra raiz – ele é socialmente determinado. De formas diferentes, vemos as tentativas de domar o real que escapa das operações simbólicas de construção do mundo, e a violência é a forma que encontramos para dizer da presença do real no mundo. No mundo orientado por Deus, o real violento aparecia na presença do demônio, dos monstros; no mundo dos homens, o real violento aparece no encontro com o semelhante.

4.4 A criminologia positivista e o real da ciência

O homem delinqüente, de Lombroso (1876/2007), inaugurou a escola positivista italiana. Credita-se a esta obra o nascimento da Criminologia considerada científica.

O século XIX, apesar das reformas penais e penitenciárias implantadas sob o pano das teorias clássicas de fundamento humanista, assistiu a um aumento da criminalidade. Antes o crime era, sobretudo, patrimonial. No final do século XIX, além do aumento das taxas de criminalidade, houve uma diversificação de seus tipos. Os dados que a prisão permitiu recolher puderam fornecer os instrumentos para medir a reincidência e isso jogou por terra o ideal de prevenção, buscado na implantação do sistema prisional.

A criminologia clássica tinha no sistema legal seu objeto privilegiado de estudos. Como reação, a criminologia positivista passou a dar maior importância ao estudo do delinqüente. Para esses criminólogos, o crime tem uma natureza, é real, não se trata de uma designação da norma jurídica, nem das condições sobre as quais se pode agir. Ele não é fruto da determinação do que é proibido, e não acaba com a punição da transgressão e do entendimento das condições sociais. Considerando que o sistema clássico falhou em explicar o crime e controlá-lo, os positivistas buscaram outras explicações para o crime e para coibi-lo.

Ao contrário dos criminologistas clássicos, que acreditavam na razão e no livre arbítrio dos homens para escolher entre o bem e o mal, a escola italiana de criminologia acreditava no determinismo e na previsibilidade dos fenômenos humanos. Lombroso, influenciou e ainda hoje influencia a criminologia, pois foi com seus postulados que a criminologia passou a reivindicar o estatuto de ciência, adotando a perspectiva positivista.

Seguindo estudos já existentes de frenologia e craneologia, Lombroso acreditava que conseguiria encontrar as causas do crime no cérebro do delinqüente. Contemporâneo dos psiquiatras Pinel e Esquirol, que abordaram o crime na perspectiva da doença mental, Lombroso partilhava com eles a noção de degenerescência. Isso quer dizer que o crime é determinado organicamente e o indivíduo que porta suas determinações seguirá um caminho crônico, sem possibilidades de melhoras. Ao contrário, suas condições só o levarão a um estado pior. Com estas convicções, Lombroso procurou localizar fisicamente as características desses indivíduos, estabelecendo seus tipos – os tipos de criminosos. Com isso, ele procurava não somente explicar, mas dar um tratamento ao problema e, sobretudo, prevenir.

A Escola positivista representou uma mudança radical de pressupostos em relação à Escola clássica. Em decorrência da luta pelos direitos, os representantes da Escola clássica se preocuparam com o problema do exercício do poder, principalmente no que dizia respeito à sanção. Lembremos que a Escola Clássica teve em seu fundamento o humanismo; seus representantes foram os responsáveis pela instauração de penas distintas do castigo corporal, que representava o poder irrestrito sobre a vida e a morte do súdito pelo soberano. Com o aprisionamento, a pena passou a ser definida em função do crime cometido: quanto mais grave o crime, maior seria o tempo de reclusão.

Seguindo as críticas da Escola positivista, a partir do final do século XIX, a punição passou a ser dosada para reforçar a defesa da sociedade, não em função da gravidade do ato cometido. O poder da sociedade sobre o delinqüente aumentou, principalmente porque, com a idéia de criminoso nato, Lombroso associou o crime a uma doença incurável; com Lombroso a causa no indivíduo é ressaltada. Em decorrência dessas concepções, a preocupação com a periculosidade passa a tomar o centro das atenções. E, como consequência dessas idéias, a pena de morte voltou a ser defendida, principalmente por Garófalo, um dos principais discípulos de Lombroso, como nos apresenta DIAS & ANDRADE (1997). Segundo eles, de acordo com o pensamento de Garófalo, a pena de morte seria legítima quando se comprovasse uma anomalia psíquica permanente, que tornasse a pessoa incapaz para a vida social. Para que a incapacidade fosse comprovada, os partidários desses pressupostos, desde então, vêm

desenvolvendo técnicas de diagnóstico e medição para testar, medir, avaliar, prever e determinar os destinos desses indivíduos.

Para Bentham, a prisão era a pena ideal porque tinha a função de ressocializar o preso e tinha, também, um caráter preventivo para a sociedade. Essas noções entraram em descrédito e essa pena passou a ser considerada no viés da retribuição.

No final da primeira guerra mundial, as teorias positivistas perderam a influência. Porém, continuaram a orientar políticas criminais. A partir da criminologia científica, que trouxe a noção de doença para o delinquente, surgiu a possibilidade de substituição da punição criminal pelo tratamento. Em quase todas as legislações encontramos a separação entre a punição penal – para aqueles que podem ser responsabilizados através de uma sanção – e a inimputabilidade penal – aplicada àqueles que apresentam um comprometimento mental, que os tornam impossibilitados de responderem penalmente. A internação em um manicômio judiciário é o destino de muitos desses inimputáveis.

4.5 A sociologia criminal

No XX, as ciências sociais começaram a estudar o tema da criminalidade. Até então, o crime havia sido assunto de juristas e médicos, prioritariamente. As teorias sobre o crime produzidas no século passado, ficaram marcadas pelas contribuições de Gabriel Tarde, sociólogo e jurista, Lacassagne e Émile Durkheim, principalmente.

Alguns estudos sociológicos do crime já haviam sido feitos, de certa forma, anteriormente, como já vimos. Porém, eles foram relegados ao segundo plano em decorrência das teorias de Lombroso, que passaram a ter prevalência.

Os sociólogos passaram a estudar o crime na perspectiva de um fenômeno coletivo, sustentando que, mesmo com essa mudança de perspectiva, a cientificidade dos estudos estaria garantida, com as leis do determinismo sociológico e da previsibilidade. Um pouco antes da virada para o século XX, no Primeiro Congresso de Antropologia Criminal, em 1885, Lacassagne havia apresentado o meio social como a causa fundamental do crime. De acordo com ele, o clima, os eventos físicos e econômicos influenciariam na prática de determinados crimes, e ele estabeleceu o objetivo de confeccionar uma espécie de calendário criminal. Lacassagne decretou que cada sociedade tem os criminosos que merece, e ele acreditava que, à medida que as sociedades se aperfeiçoassem e melhorassem as condições de vida da população carente, que aumentasse seus recursos sociais e econômicos, a ocorrência de crime diminuiria.

Durkheim, de acordo com DIAS & ANDRADE (1997) estudou o crime como um fenômeno social que pode ser registrado dentro das taxas de normalidade das estatísticas. Em qualquer sociedade o crime vai aparecer dentro de uma determinada taxa de ocorrência, isto é, dentro de uma média considerada normal. De acordo com os autores, para Durkheim, o crime não seria somente normal, mas também funcional, numa sociedade. Na sociedade industrializada, algumas pessoas não terão poder e autonomia, ao contrário, estarão em uma situação de anomia. Este conceito de anomia, formulado por Durkheim, tem sido bastante adotado por cientistas sociais brasileiros ao abordarem a criminalidade entre os jovens, atualmente. Para os estudiosos brasileiros, os jovens da periferia entrariam na prática do crime para sair da anomia, por se verem excluídos dos objetos e padrões de consumo preconizados. O furto de determinados objetos seria uma forma de serem reconhecidos; portanto, com os objetos de prestígio eles se afirmariam diante do meio social.

Seguindo os estudos do Manual de DIAS & ANDRADE (1997), no início do século XX, Quételet, prosseguiu as teorias de Durkheim, propondo o embasamento da física e da mecânica social para os crimes. O ponto de partida de Quételet foi a causalidade social do crime – miséria, ambiente moral e material, educação, família. Para ele, a sociedade conteria em si os germes de todos os crimes e o executor seria um mero instrumento. Por outro lado, seria preciso manter o sistema de punição – as prisões – para que esses crimes fossem pagos.

Quételet iniciou o desenvolvimento e a aplicação de métodos e instrumentos de sociologia criminal, recolhendo e interpretando dados estatísticos, de acordo com o Manual citado de Dias & Andrade. Ele fez uso de mapas para distribuir as taxas e os tipos de criminalidade pelas áreas geográficas, além de realizar estudos de criminologia comparada. Jacques - Alain Miller, no Seminário “Um esforço de poesia”, faz referência aos estudos de Quételet, creditando a ele o início da sociedade da avaliação. A ideia de homem que se pode depreender de Quételet parece bem próxima do que Miller irá nomear como “o homem sem qualidades”. Um homem para o qual a responsabilidade não existe, já que ele é um dado nas estatísticas.

De acordo com DIAS & ANDRADE (1997), Gabriel Tarde, por sua vez, procurou fazer um estudo sobre as mudanças nos tipos de crimes. Na visão de Tarde, a fenomenologia dos crimes sofreria modificações em função das transformações sociais e da mudança na sociedade. Ao contrário de Durkheim – que preconizava o surgimento do crime como normal na sociedade –, para Tarde o crime seria, ao mesmo tempo, um fenômeno social e anti-social. A comparação utilizada por ele é de que a ocorrência do crime no contexto social é como o surgimento de um câncer no organismo, ambos surgem dentro de um organismo, são produtos

desse organismo, mas vão contra ele mesmo. Em decorrência de sua noção de crime, Tarde considerava esse um fato social que deveria ser respondido. Por isso, ele se preocupou com o problema da responsabilidade e introduziu esta noção nas discussões jurídicas e sociológicas.

Para desenvolver a noção de responsabilidade, Tarde trabalhou os conceitos de similitude social e responsabilidade social. O problema para ele era o seguinte: como conjugar similitude social e identidade pessoal. Ele partiu da consideração de que existem leis de imitação que, segundo ele, estão presentes em qualquer grupo. Haveria uma pressão social que levaria a uma repetição de comportamentos. Assim, os membros de um mesmo grupo imitariam uns aos outros, e essa imitação ocorreria de cima para baixo – de pai para filho; de nobre para plebeu; da cidade para o campo. Além de aumentar em função da proximidade social: imita-se mais o superior imediato. Se trocarmos o significante “identificação” pelo de “imitação”, encontraremos, em algumas abordagens atuais sobre a criminalidade entre os jovens, esse conceito colocado como uma das causas do ato infracional.

Todavia, mesmo considerando essas leis que pressionam na repetição do comportamento do outro, haveria um ponto próprio ao indivíduo, sua identidade pessoal, que seria de sua própria responsabilidade e não do grupo. Esta consideração é importante, porque a preocupação de Tarde é recolocar no problema do crime a questão da responsabilidade, aspecto negligenciado pelos sociólogos, para os quais, sob a influência de Durkheim, o crime seria normal e funcional na sociedade. Ao contrário dos sociólogos de sua época, Tarde não era um determinista, e isso fez com que privilegiasse a discussão em torno da responsabilidade. Esse aspecto da responsabilidade, preconizado por Tarde, é citado por Lacan no texto de Criminologia. Lacan recorre a Tarde como uma de suas referências, ao apresentar a responsabilidade como o conceito crucial para a psicanálise no encontro com a criminologia. Por isso, voltaremos, posteriormente, às teorias de Gabriel Tarde, porque foi a partir dele que Lacan trabalhou as condições para a responsabilidade.

No debate com a sociologia criminal, Tarde problematizou a miséria como um fator determinante para o crime. Para ele, a causa para a ocorrência dos crimes seria a defasagem entre os desejos e os recursos, e não a miséria em si. Mesmo entre os ricos, esta defasagem poderia existir. De certa forma, Tarde é sensível à emergência da subjetividade e do desejo, mais além da demanda de bens. E, por essa razão, Lacan lhe faz uma deferência no texto sobre Criminologia, é o que nos parece.

4.6 As teorias socialistas sobre o crime

Paralelamente à formalização das teorias criminais pelos sociólogos positivistas, surgiu uma corrente que considerava a sociedade capitalista a causadora dos crimes. Assim, passaram a acreditar que a criminalidade diminuiria caso o socialismo fosse adotado. Para DIAS & ANDRADE (1997) Willem Bonger seria um dos representantes dessa corrente, ao considerar o sistema capitalista o causador do crime. Por visar o lucro e promover a competição, o egoísmo entre os homens seria exacerbado neste tipo de sistema; ele acabaria com os sentimentos de altruísmo e solidariedade e o individualismo, que é próprio do capitalismo, levaria a uma maior propensão ao crime.

Na Itália, vários criminólogos também passaram a considerar o crime como consequência do sistema capitalista. DIAS & ANDRADE citam Zorli, Ferri, Turatti e Colajanni. Para o primeiro, acabada a miséria em decorrência da implantação do socialismo, faltariam os motivos para delinquir. Por outro lado, Ferri considerava que os efeitos do socialismo seriam diferentes nos diversos tipos de crime. Segundo ele, os crimes contra o patrimônio seriam eliminados, mas não os sexuais. Também Turatti escreveu trabalhos nos quais argumentava que haveria a redução dos crimes patrimoniais nas sociedades socialistas, devido ao fato de esses crimes serem relacionados à cobiça e a ambição, características dessas sociedades. Para Colajanni, a diminuição do crime no socialismo aconteceria em função da estabilidade econômica e da redução das diferenças na distribuição da riqueza.

Todas essas teorias foram formuladas a partir dos fundamentos preconizados pelas concepções de Engels e Marx. Para o primeiro, o crime era considerado uma revolta em relação às condições de miséria e desmoralização, mas ele não desenvolveu trabalhos sobre este tema específico. Por outro lado, o segundo fez várias considerações sobre o crime, adotando a explicação da causalidade econômica.

Karl Marx criticava, principalmente, as instâncias de controle do sistema capitalista. Em sua crítica ele afirmava que essas instâncias não executavam a vontade do estado como um todo, mas a vontade de um grupo que detém o poder de fazer a lei. Segundo ele, a qualificação das violações das regras como crimes e transgressões é dependente da sociedade oficial. Determinar o que é considerado crime não é somente uma questão de nomenclatura, pois tem como consequência interferir no destino de milhares de homens, além de determinar a moral que vai vigorar.

Segundo DIAS & ANDRADE (1997), Marx discordava da ideologia do contrato social, pois propôs pensar o conflito e a luta de classes, assim como criticou a função de retribuição da pena. Segundo os partidários dessa concepção da pena, essa seria um direito do criminoso, pois por meio dela seria possível reparar o mal cometido diante da sociedade.

Marx também criticava as estatísticas sobre a criminalidade, para ele, haveria uma seleção feita na escolha dos dados para punir determinadas classes sociais e isentar outras.

4.7 O século XX e a querela da criminologia

Durante o século XX, a criminologia se dividiu entre a sociologia criminal americana e a criminologia dos países socialistas. Nesse século, a sociologia criminal americana alcançou uma repercussão comparável à criminologia italiana do século XIX.

Após a Primeira Guerra Mundial, o tema do crime passou a ser objeto de estudo dos sociólogos norte americanos. Por isso, sociologia criminal e criminologia são consideradas a mesma coisa nos Estados Unidos. Os americanos produziram teorias, se organizaram em associações e alguns instituíram a criminologia como profissão.

Estes sociólogos estabeleceram as relações do crime com a sociedade, a partir da categoria de comportamento desviante. O crime foi pensado como um fato social. Embora encontremos divergências entre as diversas escolas americanas, para todas elas, crime e comportamento derivam das mesmas leis de funcionamento do sistema social. Na perspectiva deles, a sociedade é criminógena. Mas, de uma maneira distinta da criminologia clássica européia, eles desconsideravam a representação do crime como proveniente das classes sociais mais pobres e formalizaram a teoria sobre o crime de colarinho branco. Para eles, a criminologia não deveria se desenvolver a partir das variáveis patológicas geralmente consideradas: miséria, desemprego, lares desfeitos.

Essa nova concepção sobre o crime foi possível, a partir das condições de desenvolvimento da sociedade norte americana. Pode parecer um paradoxo, mas os americanos viram a criminalidade crescer ao mesmo tempo em que aumentava o bem-estar material. Os EUA passaram a ter a percepção de que experimentavam um cotidiano influenciado pelo crime e isso, de alguma forma, fez com que eles mantivessem, até hoje, um estado de permanente mobilização e guerra contra o crime.

A criminologia americana é representada pelas principais correntes das ciências sociais. São elas, a Escola Ecológica de Chicago dos anos 20 e 30, as Teorias Culturalistas e Funcionalistas, as Perspectivas Interacionistas, a Etnometodologia e as Teorias Críticas. Em todas estas abordagens, é recorrente o estudo da delinquência juvenil.

4.7.1 A Escola de Chicago

Esta abordagem da criminologia começou a ter influência nas décadas de 20 e 30, na Universidade de Chicago. Ela foi pioneira ao tomar a cidade como objeto de investigação, procurando produzir conhecimentos práticos para a solução dos problemas sociais que a cidade de Chicago enfrentava. Estes estudos referiam-se aos problemas de imigração, crescimento demográfico, delinqüência, criminalidade, conflitos étnicos, os guetos de diferentes nacionalidades, a segregação urbana, a concentração populacional em condições de vida e de infra-estrutura precária. Essa Escola transformou a cidade de Chicago em um verdadeiro laboratório.

Além de utilizar as pesquisas quantitativas, os sociólogos dessa Escola introduziram o uso de pesquisas qualitativas na forma de documentos pessoais, como cartas e diários, a exploração de documentos e a utilização do trabalho de campo nos conglomerados.

São estes os pressupostos da Escola de Chicago: a desorganização social – o decréscimo da influência das regras sociais sobre os membros de um grupo e a ecologia humana –, a luta pela existência na relação com o meio ambiente.

4.7.2 As teorias culturalistas

A corrente culturalista, que seguiu à ecológica, ao modo deles, tentou incluir a influência da psicanálise, a partir da noção de conflito. O tema central dos teóricos dessa corrente foi a formação da identidade como um processo de socialização, isto é, a interiorização de padrões culturais à custa de instintos individuais.

A sub - cultura como produtora de crimes foi outro tema central desses teóricos. A urbanização, ao criar o contraste entre as condições do gueto e as áreas residenciais onde moram os colarinhos brancos e os homens de negócios, pôs em crise a ideologia igualitária norte-americana. Inicialmente, no aspecto material, mas com reflexos no plano cultural. O crime seria o resultado de um conflito entre o delinqüente e a cultura, pois o acesso a ela é condicionado pela classe social a que se pertence.

Cohen, um teórico desta abordagem, foi o autor de *Garotos delinqüentes – a cultura da gangue*, considerado por DIAS & ANDRADE (1997) a maior expressão da teoria culturalista da delinqüência. Neste livro, a sub-cultura delinqüente representa a resposta coletiva, da gangue juvenil, à frustração em matéria de status social. A delinqüência é considerada, não apenas como uma forma de procurar novos meios para acesso cultural, mas também novos fins; uma vez que esses jovens rejeitam os ideais culturalmente sancionados.

O tema da anomia, elaborado por Durkheim, passou a ser privilegiado por esta abordagem. Merton, em 1938, no artigo “Estrutura social e anomia”, citado por DIAS & ANDRADE (1997) afirmou, segundo estes autores, que o crime é uma defasagem entre estrutura cultural e estrutura social. A cultura impõe que todos busquem os mesmos fins, prescrevendo os meios considerados legítimos. Porém, a sociedade reparte desigualmente as possibilidades de acesso, induzindo o recurso aos meios ilegítimos. O crime seria, então, uma das formas individuais de adaptação, no quadro de uma sociedade com bens escassos. Como em outras obras, o crime é colocado como solução coletiva e sub-cultural, a partir das gangues.

4.8 A criminologia na União Soviética

Existem teorias distintas nos diversos países que adotaram o socialismo. A união soviética, por exemplo, manteve o valor paradigmático do capitalismo e a doutrina de base marxista sobre as causas do crime.

A criminologia soviética é dividida em três períodos:

De 1917 a 1930: período caracterizado por uma pluralidade de perspectivas e pela interdisciplinariedade. Levavam em consideração os fatores endógenos e psiquiátricos. Foi uma criminologia que se organizou através de institutos de pesquisa em toda união soviética, havendo uma liberdade de investigação.

De 1930 a 1956, época que corresponde ao stalinismo. Houve uma paralisação nos trabalhos. Foi a época do terror e da eliminação dos inimigos do regime.

A partir de 1956, no XX Congresso do Partido Comunista, os governantes reclamaram dos juristas o estudo das causas do crime e da reincidência, além de cobrarem estratégias para a prevenção da criminalidade. A criminologia foi elevada à categoria de instância fundamental na decisão dos rumos da política criminal e, com isso, ressurgiram os antigos criminólogos, assim como outros novos apareceram. Para os soviéticos, a criminologia deveria ser obra dos juristas, e deveria ter como objetivo uma maior eficácia na prevenção do crime e uma justiça mais justa.

Enquanto os soviéticos pensaram o crime como normal na sociedade capitalista, mantiveram o otimismo de sua total eliminação na sociedade sem classes. Diante da permanência dos crimes no socialismo, ficaram embaraçados. Antes, eles explicavam o crime como uma conseqüência da exploração do homem pelo homem e das conseqüências disso, quer dizer, a miséria, a desmoralização, o isolamento, o individualismo, a guerra pelo lucro.

Assim, era inconcebível a persistência da criminalidade na sociedade socialista. Ela previa uma harmonia entre o indivíduo e a sociedade, tanto do ponto de vista econômico, quanto do comportamento. A conclusão a que eles chegaram foi a de que os crimes eram cometidos devido aos resíduos do modelo capitalista e da influência da propaganda desses países. A saída que eles encontraram foi a de levar em conta a análise da personalidade de cada criminoso, e considerar que o estágio de desenvolvimento do socialismo ainda não havia propiciado a integral satisfação das necessidades de todos.

4.9 Os anos 60 e a criminologia nova ou crítica

Basicamente, três abordagens de criminologia surgiram a partir dos anos 60, o *Labeling Approach* ou Perspectiva Interacionista, a Etnometodologia e a Criminologia Radical. O horizonte social, político e cultural é o que há de comum em todas elas.

Essas abordagens, na teoria e na prática, representaram uma mudança na criminologia. O objeto de pesquisa não será mais o delinqüente ou o crime, mas o sistema jurídico. No lugar de perguntarem por que o criminoso comete um crime, passaram a questionar por que certas pessoas são tratadas como criminosas, quais as conseqüências desse tratamento, e qual a legitimidade disso. Não são os motivos do delinqüente, mas os critérios e mecanismos das instâncias judiciais que passam a constituir o campo desta nova criminologia. Eles, também, recusam o paradigma etiológico-determinista. Além disso, desvalorizam as estatísticas oficiais como instrumentos de acesso à criminalidade. As normas penais passaram a ser vistas na perspectiva de um conflito; são expressões de um grupo ou classe e o direito penal é considerado, para estes autores, um instrumento a serviço dos detentores do poder.

O surgimento desse novo pensamento, ao lado do tradicional, pode ser creditado ao clima de conflitos sociais que surgiram a partir de 1968. A contra-cultura deu origem a formas de vida diferentes do modelo dominante, colocando a autoridade do estado em cheque. Por isso, um dos principais pontos de questionamento dessas abordagens foi a criminalização dos comportamentos dissidentes em relação ao padrão moral. Por exemplo, questionava-se a condenação do protesto e do consumo de entorpecentes e a tolerância aos crimes de colarinho branco. A prisão de líderes de movimentos sociais serviu para denunciar o sistema punitivo.

Essas abordagens surgiram apresentando propostas distintas de política criminal. O *labeling* privilegiou programas de descriminalização e despenalização, a criminologia radical acreditava que a superação do sistema capitalista seria a solução do problema criminal, retomando os pressupostos marxistas.

Para o *labeling*, o desvio é o resultado de uma reação social e o delinqüente é diferente do normal pelo estigma que sofre. A entrada das pessoas nas instâncias de controle social passou a ser o principal objeto de estudo desses teóricos, pois a partir desta inserção, o indivíduo passa a ser estigmatizado como delinqüente. Hughes, Mead e, principalmente, Goffmann, são os precursores dessa corrente, com os estudos em torno dos estabelecimentos de controle, nomeados por eles de instituições totais.

Segundo Goffmann (1974), uma instituição total é um tipo de estabelecimento que separa, por um período de tempo, da sociedade, os indivíduos que se encontram em situação semelhante – seja pela prática de crime, doença, desamparo, ou outras condições. Dentro dessa instituição, seus ocupantes levarão uma vida controlada e vigiada e todas as suas necessidades do cotidiano serão realizadas dentro dela, sob o controle e vigilância de seus administradores. Devido às conseqüências para a vida das pessoas nessas condições, os autores dessa corrente desenvolveram estudos sobre os efeitos da institucionalização sobre o indivíduo, ou seja, os problemas subjetivos ocasionados por essas instituições. Os problemas que elas objetivam tratar acabam sendo suplantados pelos problemas que elas causam. O principal deles é o estigma que as pessoas que passam por essas instituições passam a carregar.

A Etnometodologia, outra corrente que surgiu após os anos 60, procurou abordar o crime tendo como fundamento a fenomenologia existencial humanista. Para eles, o desvio é conseqüência das relações intersubjetivas. O crime é visto como uma construção social que se faz na interação entre aquele que infraciona e as instâncias de controle que ele encontra. Por isso, eles também estudaram a polícia, o tribunal, a prisão, o hospital psiquiátrico. Esta perspectiva levou ao extremo as ideias de relativismo do crime. Por isso, eles privilegiavam, para seus estudos, o relato de jovens que passaram por instituições judiciais, considerando o sofrimento causado pelo cotidiano dentro dessas organizações.

Na década de 70, consolidou-se o movimento da Criminologia Radical. Primeiramente nos EUA e Inglaterra e, depois, na Alemanha, Itália, Holanda, França e Canadá.

Na vertente americana, essa corrente surgiu na Escola Criminológica de Berkeley e criou uma associação, a “União dos criminologistas radicais”, editando a revista *Crime e justiça social*. Assim como nos EUA, os demais países também criaram associações e revistas específicas. Na Itália, este movimento é muito forte, a partir de Baratta e seu grupo. Em Portugal, Boaventura Souza Santos é o principal teórico desta corrente, influenciando vários autores de outros países. No Brasil, surgiram obras e revistas com base nessa corrente,

principalmente a partir das contribuições de Roberto Lyra Filho e J. Cirino dos Santos, dentre outros.

Para a criminologia radical não há diferença entre o positivismo e a etnometodologia, ambas conservam a realidade em vigor e a ordem jurídico-penal do capitalismo. Também o *labeling* seria, somente, um reformismo liberal, pois se detém na sugestão de melhorias das instâncias judiciais.

A Criminologia Radical considera o crime um problema insolúvel na sociedade capitalista e, portanto, seus representantes não se dispõem a auxiliar a defesa da sociedade contra o crime, porque lutam contra essa sociedade. Eles também são críticos aos programas de prevenção ligados ao ideal da ressocialização. Para eles, não é o delinqüente que tem que ser ressocializado, a sociedade punitiva é que deve ser transformada. Por isso, vemos surgir, atualmente, alguns movimentos que visam abolir o modelo punitivo, preconizando o abolicionismo da pena no direito penal.

Voltando aos princípios do marxismo, eles distinguem, no sistema capitalista, os crimes que lhes são próprios – colarinho branco, racismo, corrupção, belicismo – e os crimes das classes mais carentes. Esses últimos são entendidos como atos de revolta diante da segregação sofrida por aqueles que estão excluídos do sistema de produção capitalista. O ato infracional, portanto, é visto como uma tentativa de acesso aos bens preconizados pela sociedade de consumo, principalmente, os atos infracionais praticados pelos jovens.

No encontro com as políticas criminais orientadas por essas teorias criminológicas, a psicanálise vai tomando posição, de acordo com seus pressupostos. Por vezes, é possível a interface, em outras, ela se configura como impossível. Freud e Lacan criticaram o uso da psicanálise para fins de perícia – trabalho originado, principalmente, pelas teorias de Lombroso. Lacan privilegiou a contribuição da psicanálise nas questões que dizem respeito à responsabilidade subjetiva. Segundo ele, a psicanálise irrealiza o crime porque considera quem o pratica como sujeito. Portanto, mesmo irrealizando o crime, levando em conta sua nomeação, considerando as questões e problemas sociais e, mais ainda, considerando o crime dentro do contexto social, a psicanálise não segue a lógica humanitária, ela não desresponsabiliza, ela chama o sujeito a responder, de sua posição, por seu ato.

Portanto, conforme desenvolveremos mais adiante, a abordagem lacaniana do crime parece se orientar a partir de dois pontos: na perspectiva do nominalismo, considerando a particularidade dos sujeitos, de seus atos e sua inscrição na lei; e do realismo, à medida que há o real do objeto como causa do ato criminoso.

Com isso seria possível argumentar que, a partir da leitura do escrito sobre criminologia, Lacan define o crime como uma espécie de sintoma. É preciso considerar que há uma satisfação pulsional que se realiza no ato que é considerado crime, por estar assim inscrito no campo do Outro social.

A abordagem psicanalítica do crime, seus fundamentos, seus impasses e seus desdobramentos, é o que trabalharemos a seguir.

Capítulo 5

A criminologia psicanalítica

Assim como acreditava no pai para normalizar a subjetividade, a psicanálise freudiana concebeu o crime no contexto da crença, na ficção do direito para regular a sociedade. O pai edípico para Freud e o pai simbólico em Lacan é o pai que legisla, é aquele que vai regular a subjetividade ao promover a inscrição de seu nome e indicar o desejo, a partir da instauração de um Ideal. Dessa forma, a ficção legislativa, do Direito, e a noção de pai simbólico, em psicanálise, são partidárias da mesma noção: a de que haveria uma lei que daria conta de localizar o que caberia ao sujeito, a partir de uma proibição. Por isso, quando trata do crime, Freud está tentando estabelecer como se opera a relação do sujeito com o campo do Outro, para utilizar um significante lacaniano. Para Freud, essa articulação se faz por meio da culpabilidade, em decorrência do acesso à proibição paterna. Há um delito – o Édipo – e uma pena, a neurose. A neurose é a resposta subjetiva que é dada a partir do encontro com a proibição. Assim, todo neurótico carregaria em si uma culpa. Por isso Freud, quando estabeleceu um diálogo com o Direito, o fez através da chave da culpa, como podemos ver na conferência que ele proferiu na Faculdade de Direito de Viena, intitulada, *Sobre a determinação dos fatos nos processos jurídicos* (FREUD, 1906/1969). Embora posteriormente recusasse a finalidade de perícia para a psicanálise, ele considerou que o analista poderia esclarecer a culpa de um fato criminoso através da culpabilidade edípica. Segundo ele próprio, o neurótico, ao cometer um crime, em decorrência do sentimento de culpa, poderia trair a si mesmo, quando colocado em trabalho da associação livre.

Como veremos posteriormente, essa primeira contribuição da psicanálise ao direito, em 1906, terá muitas conseqüências. O trabalho dos psicanalistas neste campo será disseminado e, quase cinquenta anos mais tarde, Lacan estabelecerá as bases para as contribuições da psicanálise a criminologia.

Tentaremos demonstrar que o texto *Introdução teórica às contribuições da psicanálise em criminologia* que Lacan escreveu em colaboração com Michel Cénac em 1950 teve o mesmo objetivo de Freud em 1906: localizar as contribuições e limites da psicanálise na sua interface com a criminologia. Para chegarmos a esse objetivo, apresentamos, no capítulo anterior, um panorama das diversas correntes da criminologia para, a partir desse percurso e com Lacan, tentar localizar a criminologia que interessa à psicanálise.

Lacan, ao apresentar sua contribuição à criminologia não estava sozinho. Estava instalado no movimento psicanalítico, desde essas primeiras reflexões de Freud, um campo de

estudos bastante sedimentado e consistente, e uma gama de trabalhos da psicanálise na interface com o direito. Portanto, vamos acompanhar essas contribuições dos psicanalistas pós - freudianos.

Lacan escreveu o texto de criminologia no cenário do pós-guerra. Antes disso, a Europa vivera a experiência devastadora de duas guerras, com conseqüências sociais e políticas que determinaram o trabalho dos psicanalistas da época.

Freud refletiu sobre a contribuição da psicanálise na justiça, pensando o problema da violência a partir da guerra, bem como pensou a lei do direito como um pacto entre os homens, para ordenar a violência entre eles. Freud é partidário da teoria do contrato e do pacto social no tocante à justiça e ao direito.

Freud também estabeleceu um diálogo com o direito usando da chave da culpa, como foi ressaltado acima. Em sua apresentação na faculdade de Direito de Viena, considerou que o psicanalista poderia esclarecer a culpabilidade de um fato criminoso pela suspensão da culpa edipiana. De acordo com ele, o neurótico, ao cometer um crime e, após se colocar em trabalho de associação livre, poderia chegar à traição psíquica de si mesmo. Seu sentimento de culpa o levaria à confissão. Nesta mesma intervenção, Freud adverte aos seus ouvintes que essas informações não poderiam ser usadas para fins da justiça, ou seja, ele não recomenda ao psicanalista a função de perito.

Muitos psicanalistas, entretanto, irão dedicar-se ao trabalho com infratores e criminosos arriscando-se nessa via pouco recomendável. Essa primeira contribuição de Freud no campo do direito, trouxe vários desdobramentos. Entretanto, alguns psicanalistas se dedicaram a desenvolver um trabalho da psicanálise na interface com a justiça, desconsiderando as recomendações freudianas.

A partir de um percurso histórico, onde destacaremos as distintas perspectivas psicanalíticas de trabalho junto com o direito, buscaremos localizar a abordagem da criminologia que interessa à psicanálise de orientação lacaniana hoje.

Lacan (1950/1998), com sua contribuição, marcava sua posição sobre o lugar da psicanálise na interface com a criminologia da modernidade. Nessa época, ele estava considerando os trabalhos teóricos e práticos já existentes. Em alguns casos, é possível verificar, por parte desses psicanalistas, uma desconsideração da função que a lei exerce, a ponto de preconizarem o fim do direito penal e sua substituição pela psicanálise e outros dispositivos de saúde e assistência. Em outros, uma aplicação direta da psicanálise à justiça, como nos casos onde o psicanalista abandona sua posição e passa a exercer a função de perito, ou seja, ocupa o lugar de mestre.

Os seguidores de Freud, os analistas que ficaram conhecidos como os pós-freudianos, teceram contribuições teóricas e práticas. No próximo segmento vamos percorrer alguns dos principais trabalhos dos psicanalistas pós-freudianos a respeito do problema do crime e da infração.

Trabalhando com os efeitos subjetivos da violência provocada pela guerra, eles praticaram uma clínica da psicanálise não *standard*, estendendo o campo de sua aplicação⁶. Resta-nos verificar, o que dessas aplicações se constituíram em formas de extensão legítima da psicanálise a esse outro campo, sem que ela sofresse uma degradação, e o que podemos considerar desvios de seus princípios.

Apresentaremos aqui os principais praticantes da psicanálise que influenciaram o debate e a disseminação da psicanálise no encontro com a criminologia; encontramos um trabalho sólido dos psicanalistas da Inglaterra, Alemanha, Áustria e França. Sabemos de outras iniciativas como, por exemplo, nos Estados Unidos. Mas nos interessa aqui o trabalho da psicanálise na Europa no período de guerras.

A criminologia estava na ordem do dia nas discussões entre os psicanalistas e era tema de escritos e debates. Destacaremos a contribuição dos psicanalistas europeus entre os anos 20 e 50 do século passado, aqueles que tiveram influência na organização da justiça e das políticas criminais de seu tempo nos respectivos países em que atuaram.

Como será possível ver, na revisão que se segue, todo o esforço de investigação concentrou-se no diagnóstico e no estudo das motivações do criminoso ou delinqüente, e a questão do tratamento psicanalítico foi justificada no sentido de ir além das sanções punitivas.

5.1 Os pós-freudianos e a criminologia

Em sua construção da teoria psicanalítica, Freud demonstrou o que a constituição do sujeito deve ao crime e à emergência da lei. É preciso extrair conseqüências dessa posição para o campo do direito e para a execução da justiça. A pesquisa realizada em torno das obras dos psicanalistas pós-freudianos nos permite sustentar que Lacan, em seu texto de criminologia, já efetuava o movimento que ficou posteriormente conhecido como retorno a Freud. Nesse escrito, ele indicou de que lugar a psicanálise pode contribuir para a

⁶ Sobre o aspecto do problema da extensão da psicanálise – ampliação e degradação – ver: COTTET, S. “Efeitos terapêuticos na clínica psicanalítica contemporânea”. In: SANTOS, T. C. (org). *Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. pp. 11-24.

criminologia, explicitando as posições que estavam de acordo com o texto de Freud e as que desviavam dos seus fundamentos.

Ao iniciarmos a pesquisa bibliográfica sobre o trabalho da psicanálise, no campo da criminologia, fomos surpreendidos com o volume de obras, escritos e estudos no período entre as duas guerras mundiais e no pós-guerra. Muitas destas respostas da psicanálise à questão da criminologia, na primeira metade do século passado, ainda habitam as leituras de muitos psicanalistas atuais. Eis porque é pertinente ressaltar as experiências que representaram um avanço da psicanálise e que ainda hoje devem ser vistas como contribuições importantes, distinguindo-as das que traduzem um desvio do texto de Freud.

5.1.1 Franz Alexander e Hugo Staub

Franz Alexander e Hugo Staub iniciaram o trabalho com a psicanálise na Europa e, nos anos 30, emigraram para os Estados Unidos. Foram dos mais produtivos entre os psicanalistas que se dedicaram ao trabalho no campo da criminologia. Chegaram a propor o termo criminologia psicanalítica, para designar uma especialidade da psicanálise. Eles trabalharam intensamente em parceria com a justiça, realizando perícias e acompanhando pessoas condenadas por terem cometido algum crime.

Eles acreditavam que era de suma importância a presença de um psicanalista, não somente no trabalho de perícia, mas, também, junto ao juiz no julgamento. O psicanalista deveria auxiliá-lo, esclarecendo-lhe os motivos do crime. Segundo os dois psicanalistas, um julgamento seria justo quando apreciasse os exatos motivos do crime, julgando o delinqüente, não o ato criminoso, e extraíndo dele um conhecimento de sua pessoa e de seus motivos. Somente de posse das informações necessárias sobre os motivos, o juiz estaria apto a condenar ou a absolver – caso o ato estivesse justificado por seus motivos.

Alexander e Staub justificavam esse tipo de intervenção alegando ser extremamente difícil a tarefa de um juiz. Ele deve decidir e tomar uma posição em relação a um ato que, na maioria das vezes, não compreende. Por essa razão, eles consideravam o magistrado uma pessoa submetida a muitos conflitos de consciência, uma vez que a vida de alguém estava submetida à sua decisão. Assim, a contribuição do psicanalista tornaria a decisão judicial menos sujeita aos conflitos e às vacilações de sua consciência moral; à luz da psicanálise, o criminoso seria julgado a partir de seus motivos. Seguindo essa orientação, a pena seria decidida de acordo com a personalidade do criminoso e de seus motivos, e esses poderiam ser justificados psicologicamente ou não.

Dentro desse projeto de auxílio da psicanálise na decisão judicial, eles chegaram a vislumbrar o que seria, na concepção deles, o juiz do futuro, segundo expressão deles próprios. Esse juiz seria educado psicanaliticamente e não seria somente aquele que castigaria. Ele levaria em consideração o criminoso pela categoria psicológica que lhe correspondesse e não pelos parágrafos do código penal – suas decisões seriam tomadas a partir de um diagnóstico. No livro *Le criminel et ses juges* (ALEXANDER & STAUB, 1934) os autores relatam que ofereceram um curso de psicanálise para juristas, e que o curso foi bastante procurado; segundo eles, foi possível escutar dos juízes um grande desejo de conhecerem a personalidade dos réus.

Com base nas suas concepções de justiça, Alexander e Staub criticaram duramente o sistema jurídico penal. Para eles, ao relacionar uma falta a um castigo, a justiça acabava por se mostrar neurótica, e essa relação entre falta e expiação era vista como um princípio irracional do direito penal. Dentro do que vislumbravam como justiça, eles acreditavam que a sociedade pudesse sair da lógica justiceira. De acordo com eles, uma justiça esclarecida pela psicanálise seria uma justiça justa.

As contribuições de Alexander e Staub eram baseadas na concepção do crime e do criminoso como uma patologia; o criminoso seria alguém que portaria um defeito de socialização e o tratamento psicanalítico deveria se constituir em uma ressocialização. Essa concepção permitiu que eles fizessem propostas de mudanças na execução penal, pois, para eles, tanto a absolvição quanto a simples punição seriam ambas inconvenientes e ineficazes. Como um doente, o criminoso deveria receber tratamento, indistintamente. Quer dizer, o tratamento deveria ser extensivo a todos os tipos de crimes, não deveria ser exclusivo para os casos de doença mental. Em suma, eles propunham que todos os criminosos deveriam ser admitidos em uma instituição para tratamento, com base na psicanálise.

5.1.2 Teodor Reik

Teodor Reik não via problemas na aplicação da psicanálise à criminologia com fins de perícia, desconsiderando a advertência lançada por Freud. As ressalvas colocadas por Freud eram, para ele, desafios que poderiam ser transpostos. Desenvolvendo sua teoria a partir do desejo dos réus de confessarem, considerava que o principal problema a enfrentar era o das instituições penais, as quais deveriam ser aparelhadas para absorverem a contribuição da psicanálise no tratamento dos criminosos.

5.1.3 Edward Glover e criminologia psicanalítica inglesa

Edward Glover foi responsável por um trabalho de grande alcance na Inglaterra. Ao lado de Kate Friedlander e seguido por Mellitta Schmideberg, foram realizados estudos que inseriram a Psicanálise nas principais discussões sobre o crime, chegando, inclusive, a influenciarem as políticas públicas para o combate à criminalidade, principalmente, entre os jovens.

Os psicanalistas ingleses que se interessaram pelo tema da delinqüência⁷ se reuniram em torno de um centro de estudos, criado juntamente com profissionais de outras disciplinas, o “Institute for the Study and Treatment of Delinquency – ISTD”. O objetivo do ISTD, órgão que contava com profissionais das várias áreas interessadas na criminalidade era, segundo Glover, o estudo, o tratamento e a prevenção da delinqüência. Este Instituto manteve um trabalho íntimo com os responsáveis pela justiça na Inglaterra.

O auge da pesquisa e tratamento do crime, na Grã-Bretanha, com a contribuição da psicanálise, ocorreu entre os anos de 1912 e 1948. Além da participação efetiva no ISTD, os psicanalistas ingleses contribuíram para o debate sobre as mudanças na execução penal da Inglaterra. Glover escreveu inúmeros artigos em revistas jurídicas e convidou os juristas para debaterem com os psicanalistas.

Frutos desse diálogo, novas formas de execução da justiça foram criadas, dirigidas aos jovens. As internações deixaram de ser a única alternativa para os adolescentes em conflito com a lei. Foram criados, além de centros de detenção específicos para jovens, centros de atendimento abertos e programas de liberdade vigiada. Também os crimes cometidos por adultos passaram a ser pensados à luz da contribuição desses psicanalistas. Eles tiveram uma grande preocupação em publicar, divulgar e, posteriormente, debater os resultados dessas novas experiências.

As referências teóricas utilizadas por Glover e seus colegas, para sustentar a explicação da delinqüência, eram baseadas em Freud – principalmente, com base nos elementos desenvolvidos no texto *Caráter e erotismo anal* (FREUD, 1908/1969) – e das contribuições de Melanie Klein à teoria da libido. Para os psicanalistas ingleses, o crime era a conseqüência de uma falha no processo de educação, educação pensada em um sentido mais

⁷ Embora no Brasil, após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069 de 13 de julho de 1990, não seja mais utilizada a denominação delinqüente, manteremos essa terminologia quando ela for usada pelos autores consultados. Além disso, vamos mantê-lo porque sua raiz, *delinquo*, mantém a relação direta com a lei e sua transgressão. Esse termo quer dizer, em suma, deixar cair sob o golpe da lei.

amplo que a escolarização. Essa falha levaria a uma fixação libidinal e o desenvolvimento da libido ficaria paralisado.

Glover manteve um diálogo com o direito e não teve a pretensão, como tiveram Alexander e Staub, de substituir a tarefa da justiça pela psicanálise. Ele manteve a especificidade e os lugares do direito, da psicanálise, da medicina, da pedagogia, da assistência social. Todos, segundo ele, importantes para o trabalho com os delinquentes.

5.1.4 Kate Friedlander

Os escritos de Glover sobre o tema da delinquência tinham um aspecto mais político, Kate Friedlander (1951) ressaltava o aspecto clínico, tentando elucidar a etiologia da delinquência e avançar em seu tratamento. Isso não quer dizer que ela não participasse ativamente dos debates, demonstrando suas posições políticas nessa área. Ao contrário, ela foi uma defensora das reformas penais na Inglaterra, principalmente para a instauração do tribunal especial para crianças e adolescentes, onde atuou. Esse tribunal tinha como objetivo propiciar uma forma de justiça que tivesse enfoque na reeducação e no tratamento dos jovens. Para que esses objetivos pudessem ser viabilizados, foram criados novos dispositivos: locais para o acolhimento de delinquentes no início de seu envolvimento com a criminalidade; projetos de liberdade vigiada para aqueles que já demonstrassem um envolvimento maior no crime; e as casas de correção para os casos mais graves de envolvimento na delinquência.

Friedlander era favorável ao tratamento, mas sem desprezar as medidas jurídicas. Seu objetivo era que a Justiça pudesse privilegiar as novas medidas no lugar da detenção tradicional. Ressaltou a dificuldade da sociedade, de forma geral, em aceitar as novas formas de se executar a justiça – as formas alternativas ao encarceramento. Dizia que era necessário entender que o próprio delinquente sofria com as conseqüências de seus atos, talvez, mais do que a sociedade que ele atingia. Concordava que a busca de meios para se proteger do crime é uma preocupação legítima da sociedade, por isso, ela não descartou a importância da responsabilização penal. Contudo, ela sustentava que era preciso avançar nos métodos de responsabilização e utilizar outros, não somente os punitivos e prisionais, pois o objetivo último do direito deveria ser a reeducação do delinquente.

O tratamento psicanalítico era uma das formas que poderiam ser utilizadas para retificar a conduta criminosa, juntamente com o acompanhamento assistencial, pedagógico, a modificação no meio ambiente do delinquente e a própria punição, quando necessária. A punição ou a privação de certas pulsões, segundo seus termos, tem um papel importante na

educação básica, e também na reeducação. De acordo com ela, as escolhas dos métodos para a reeducação deveriam ser baseadas nas especificidades de cada caso. Cada jovem deveria ser acompanhado para que fosse possível detectar as causas de sua delinquência e, assim, determinar as modalidades de tratamento mais adequadas, as que fossem capazes de corrigir os fatores responsáveis pela entrada na delinquência.

Assim como Glover, Friedlander tinha como referências a teoria de objeto e do desenvolvimento da libido de Melanie Klein. O delinqüente seria aquele que não conseguiu estabelecer boas relações com as pessoas de seu entorno, o que levaria a uma exacerbação do investimento libidinal em si próprio, em detrimento do meio. Para ela, o delinqüente seria aquele que manteve uma disposição libidinal infantilizada. Ela compara esse delinqüente, que ela designa como normal, com uma criança a quem falta inibição e que se preocupa somente com o presente. Ela também afirma que 80% dos prisioneiros da Inglaterra nessa época podiam ser qualificados dentro deste tipo.

Por fim, fez considerações acerca da importância da prevenção. A causalidade da delinquência seria social, em decorrência das más relações iniciais da criança com seu meio. Essas relações deveriam ser consideradas amplamente – a relação na família, as condições sociais e econômicas do meio, a escolarização, dentre outras. Então, para se combater a criminalidade, seria necessário pensar em vários aspectos – familiares, sociais, econômicos, de emprego, de saúde, de escolarização. No final de seu livro *La délinquance juvénile* ela estabelece uma série de medidas que poderiam ser tomadas no sentido da reeducação, da modificação no ambiente e da prevenção.

5.1.5 Anna Freud e Melitta Schmideberg

É preciso ressaltar a importância de Anna Freud e Melitta Schmideberg para o trabalho com adolescentes em situação de delinquência na Inglaterra. As considerações sobre a necessidade de reeducação dos delinqüentes partiram das teorias de Anna Freud. Antes de emigrar para Londres, Anna Freud iniciara um trabalho com crianças e adolescentes órfãos em Viena. Este trabalho foi reiniciado em Londres e Anna Freud fundou uma associação, que se mantém até hoje por seus seguidores.

Melitta Schmideberg, apesar de filha de Melanie Klein (opositora de Anna Freud) foi uma das colaboradoras de Anna Freud no trabalho com adolescentes. Schmideberg produziu sua teoria da delinquência a partir da comparação com a perversão. Segundo ela, crime é comparável à perversão porque em ambos existe o ato, um sintoma aloplástico. Ele está

exposto a atuações, assim como o perverso. Baseada no processo educativo, ela vai dizer que a condição do tratamento é que o delinqüente tenha reconhecido seus atos como perversos. Na prática, isso quer dizer uma tomada de consciência do que representa ato de delinqüência na realidade que, para ela, é uma fase preparatória ao tratamento psicanalítico, propriamente dito. Ao emigrar para os E.U.A, afastou-se da psicanálise, mas manteve seu trabalhos com os jovens.

5.1.6 Auguste Aichhorn

Aichhorn foi um marco no trabalho com adolescentes em situação de delinqüência. Sua grande contribuição foi a demonstração do manejo da transferência com os jovens delinqüentes, que ele chamava de jovens em situações de sofrimento. Sua obra foi dedicada a mostrar como ele tornou a psicanálise possível com esses jovens. O tratamento psicanalítico era considerado dentro do processo educativo, o qual deveria ser dividido em duas etapas: educativa e analítica. A psicanálise não teria efeitos sem a educação, e a educação sozinha não permitiria o retorno a uma vida normal, depois de tantos conflitos vivenciados. Em um primeiro momento, ele visava reforçar a instância do “supereu” pela reeducação, visando modificar a dificuldade desses jovens com a espera da satisfação e a instabilidade afetiva que eles demonstravam. Caso esse primeiro tempo, o da reeducação, tivesse sucesso, os sintomas neuróticos ficariam mais aparentes, o que levaria o jovem a sofrer e perceber seus problemas. Só assim, em um tempo posterior ao trabalho de educação, a psicanálise poderia intervir para a liquidação dos conflitos sintomáticos.

5.1.7 Marie Bonaparte, Daniel Lagache, Juliette Boutonier e a criminologia psicanalítica francesa

Marie Bonaparte, embora não tenha um trabalho no campo da justiça com o alcance dos psicanalistas que citamos em seus respectivos países, após a publicação do caso Madame Lefebvre passou a uma referência nesse campo, não somente na França. Ela foi uma das defensoras das mudanças penais que visassem à retirada do conceito de responsabilização jurídica. Sua posição não era unívoca na França. Nos anos 30 os psicanalistas se perguntavam se a psicanálise deveria ser a favor ou contra as reformas penais. De todo modo, ela era partidária, juntamente com outros psicanalistas franceses, que a psicanálise contribuísse com a profilaxia dos crimes.

Mme. Boutonier realizou um trabalho com criminosos em prisões, e via dificuldades intransponíveis na aplicação da psicanálise ao estudo e tratamento dos criminosos. Segundo ela, o psicanalista não teria uma função junto aos criminosos, pois a justiça não previa perícia, nem tratamento, nem aconselhamento, baseados na psicanálise, mesmo após a reforma penitenciária na França. Essa reforma previu a convocação do psicólogo no caso dos adolescentes, mas não dos adultos, e admitiu a reeducação, porém, baseada, somente na pedagogia e a assistência social, por meio de educadores e delegados de liberdade vigiada. Ela comparou a situação da França com a de outros países, dizendo que nos E.U.A e na Inglaterra, o trabalho do psicanalista – no campo do direito penal – era mais reconhecido. Ela acreditava que, no futuro, o trabalho da psicanálise com os adultos criminosos pudesse ser reconhecido na França.

Mme. Boutonier (FAVEZ-BOUTONIER,1956) resumiu a dificuldade da psicanálise no campo da criminologia nos seguintes termos: a psicanálise é aplicada como terapêutica aos doentes e um criminoso não é um doente; considerá-lo um doente é desculpá-lo e lhe fazer escapar do castigo.

Em seu artigo, “Psychanalyse et criminologie” (1956), Juliette Favez-Boutonier realiza uma compilação da teoria psicanalítica sobre o crime. Segundo ela, Freud formulou uma primeira explicação sobre o homem criminoso, que pode ser encontrada em seu prefácio à obra de Auguste Aichhorn (FREUD, 1925/1969). Essa teoria teve como consequência conceber o criminoso como um homem sem “supereu”, dominado por instintos, uma pessoa inadaptada socialmente, portando-se como homem primitivo, cujas satisfações pulsionais seriam realizadas sem freio; a inibição se daria somente através de represálias exteriores.

Boutonier afirma que se trata de uma teoria preconceituosa, o criminoso é um homem normal, não se distingue dos outros. Ao contrário, ela ressalta a atitude justiceira de alguns criminosos: eles justificam seus atos por estarem diante de um parceiro infiel, de uma sociedade injusta. É somente por isso que não sentem remorso, pois eles estariam reivindicando seus direitos. Ela se refere a De Greef, para o qual haveria um sentimento de injustiça em alguns criminosos que, quando transgridem, têm o sentimento de restabelecer a ordem e a justiça. Ela faz referência ao caso de Mme. Lefebvre, publicado por Marie Bonaparte, ele seria um exemplo desse jutiçamento – após matar sua nora, Mme. Lefebvre dirá que tinha a impressão de ter feito seu dever. Para Boutonier, ao contrário do que se pensava a princípio, esses casos são incompatíveis com a teoria da ausência de “supereu”.

Uma segunda teoria sobre o crime foi elaborada por Freud em 1915. Nela, os crimes seriam frutos de uma situação edipiana mal elaborada. Boutonier faz referência ao artigo de

Freud “Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho analítico” (FREUD, 1916/1969), onde ele fala das pessoas que se julgam exceções e dos criminosos em consequência do sentimento de culpa. Mme. Boutonier retira consequência somente desse último tipo, ao relacionar o crime a uma busca de autopunição e castigo. Nesses crimes, a severidade do “supereu” levaria ao ato criminoso. Contudo, essa teorização freudiana, a nosso ver, corresponde a duas causalidades diferentes do crime – os atos decorrentes dos seres de exceção e os atos decorrentes dos criminosos por culpa. Exploraremos, posteriormente, essas duas modalidades diferentes de atos criminosos. Por ora, indicaremos que Mme. Boutonier considera que a ausência de remorso dos crimes cometidos por aqueles que se consideram exceções, os justiceiros, deve-se a um “supereu” severo e, ao mesmo tempo, complacente para permitir um crime. Trataria do “supereu” arcaico kleiniano, herdeiro das relações com a mãe.

Daniel Lagache também vai considerar a severidade excessiva do supereu, não sua ausência, o fator responsável pelas condutas criminosas ou associadas. Ele propõe um termo – psicocriminogênese – para dizer da gênese psíquica do crime. Lagache tentou explicar a diferença entre o sintoma neurótico e o de delinquência da seguinte forma: o ato do criminoso é orientado para fora, é aloplástico, e sua agressão é uma alo-agressão, contrariamente à atividade auto-plástica do neurótico. Ao mesmo tempo em que esses atos têm um caráter inadaptado e irreal. Lacan vai fazer referência a esses conceitos formulados por Lagache, o que iremos localizar, posteriormente.

Em um livro intitulado *Criminologie Psychanalytique* (PERRIN, 1934), o médico e perito francês Genil Perrin fez uma espécie de compilação das discussões dos psicanalistas franceses em relação à criminologia. Essa obra tornou-se bastante citada pelos envolvidos na interface da psicanálise com o direito, nos anos 50. Ele inicia o livro considerando os fundamentos do direito penal: o homem pune, primeiramente, para fazer expiar e para se proteger de sua própria tentação; também para se vingar, se defender do inimigo exterior; e, por último, para satisfazer suas tendências agressivas. Para ele, uma justiça justa deveria romper com a lógica do direito penal, deveria levar a uma moral sem obrigação, nem sanção, ou seja, um direito penal sem pena. Segundo ele, a psicanálise seria de extrema importância nessa nova concepção de justiça, pois a humanidade deveria recorrer aos meios preventivos e curativos e o objetivo seria a busca da cura do delinqüente.

Ele fez uma tipologia dos criminosos e propôs a seguinte distribuição de responsabilidades: o criminoso orgânico seria confiado à medicina, o neurótico ao psicanalista, o normal à pedagogia, e o acidental a uma reparação civil. A justiça funcionaria a partir da coordenação com essas disciplinas.

Esses debates, nos quais se envolveram os psicanalistas, ainda hoje estão na ordem do dia nas discussões sobre a interface entre a psicanálise e o direito. Lacan, em seu texto sobre criminologia, tomou uma posição nessas discussões, como veremos a seguir. Seu ensino nos serve de orientação para o trabalho clínico e teórico nessa área. Buscaremos, a seguir, apresentar as contribuições lacanianas nos anos 1950 para, posteriormente, atualizarmos as discussões entre a psicanálise e o direito em nossos dias.

Capítulo 6

A criminologia lacaniana

Lacan inicia sua *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* (LACAN, 1950/1998), redigida em colaboração com Michel Cénac, partindo da constatação de que a busca da verdade constitui o objeto da criminologia, e ele se pergunta se a psicanálise poderia ajudar nessa busca. Embora vá desenvolver todo um terreno de contribuições da psicanálise à criminologia, ele apresenta sua preocupação em circunscrever um limite para essa colaboração. Sua preocupação é de que a psicanálise não seja propagada sem levar em consideração as conseqüências de uma interface com esse novo objeto.

Tudo indica que essas preocupações de Lacan estavam referidas aos trabalhos dos psicanalistas de sua época, na relação que mantinham com a criminologia. Como já foi abordado, a partir das formulações lacanianas é possível distinguir as contribuições que interessavam à psicanálise e aquelas que poderiam ser consideradas um desvio do texto freudiano. Também já foi destacado o volume de trabalho dos pós-freudianos nesse campo, e o alcance dessas contribuições. Além disso, é importante ressaltar que Lacan apresentou o texto sobre criminologia na XIII Conferência dos psicanalistas de língua francesa, em 29 de maio de 1950, mas também no Congresso Internacional de Criminologia, realizado em Paris no mesmo ano, no qual participaram diversos psicanalistas envolvidos, direta ou indiretamente, com o tema do crime. Portanto, diante dessas considerações, vamos comentar o texto lacaniano e o desenvolvimento de suas contribuições, tentando estabelecer um diálogo entre ele e seus interlocutores, tal como ele o fez.

6.1 A transgressão à lei e o assentimento à punição

Como já foi abordado, Lacan parte do princípio de que há uma realidade sociológica do crime e da lei, e crime e criminoso devem ser considerados dentro dessa realidade. Lembrando a concepção de São Paulo de que a lei faz o pecado, ele afirma que não existe sociedade sem uma lei positiva, assim como em todas elas acontecem as transgressões que constituem o crime. A relação da psicanálise com o crime e a lei deve ser considerada dentro dessa perspectiva, já que não existe no homem uma instância que institua uma obediência forçada ou inconsciente à lei forçada. E ele acrescenta, como já citado anteriormente, que “a relação do crime com a lei é dada através de castigos, cuja realização, sejam quais forem sua

modalidade, exige um assentimento subjetivo” e “esse assentimento é necessário à própria significação da punição”. (LACAN, 1950/1998, p. 128).

Com essas afirmações, Lacan apresenta a perspectiva psicanalítica da responsabilidade. O assentimento subjetivo é uma noção que Lacan retira da teologia e que considera que é preciso que haja uma crença na punição. Não há diferença se ela for executada pelo próprio indivíduo que cometeu o delito, ou pelo grupo sobre o qual ela foi cometida, o importante é que a punição estabelece a relação de um crime a uma lei.

A forma de responsabilidade, que conhecemos na modernidade, considera o crime um ato de transgressão. Lacan, por um lado, é partidário das teorias do direito que chamamos, anteriormente, de nominalistas, aquelas que consideram que a justiça é fruto da nomeação de uma lei pelo direito.

Lacan também lembra que a responsabilidade, tal como a conhecemos a partir da justiça moderna, visa uma pessoa específica, aquela que praticou um crime. Essa pessoa, por meio da punição, é levada a responder diante de um juiz ou de um Tribunal, isso quer dizer, diante de seus semelhantes. Devido a esse aspecto, a psicanálise pode colaborar nas questões que envolvem a responsabilidade, pois ela considera as tensões provenientes das relações entre os homens, e será diante deles que o infrator deverá responder.

6.2 O crime: signo do mal-estar

Para Lacan, as tensões entre os homens são a base do crime e, quando elas surgem, demonstram a articulação da cultura com a natureza. Essa articulação, Freud indicou, é fonte de mal-estar e divide o sujeito. O crime revela que há um mal-estar e esse é inerente a qualquer sociedade, ele é a origem dos crimes e transgressões em todas elas. As leis, as normas, buscam limitar essa tensão. O sonho de uma justiça justa é a crença em eliminar o mal-estar, acabar com a hiância entre a natureza e a cultura. Mas, a psicanálise sabe que o mal-estar é inerente e que na relação entre os homens, há um impossível que os impede de conviverem em paz. Portanto, há uma violência que é de estrutura.

Diante do semelhante e devido às tensões suscitadas, o sujeito vacila em responder – são as vacilações na responsabilidade – segundo Lacan. Nesse aspecto, a psicanálise também poderia contribuir com a criminologia. Pois, o sujeito responde de várias formas, não como espera o criminólogo, ou seja, com a razão, com a consciência. Em última instância, o objetivo da criminologia seria a reintegração do criminoso na comunidade e, para isso é esperado que ele confesse seu erro, para que possa ser responsabilizado. Dessa forma, a

confissão seria a garantia dos fundamentos sobre os quais a criminologia se assenta. Contudo, a psicanálise reconhece outras instâncias no sujeito e, como já foi abordado, o assentimento à punição não se dá por uma comunicação racional e consciente, ele não é da ordem de um consenso.

6.3 O semblante da justiça e o real da violência superegóica

Lacan faz referência a Górgias, o diálogo sobre a retórica de Platão que, segundo ele é, na verdade, um tratado das relações do justo e do injusto. Nesse diálogo, Platão coloca na boca de Sócrates que a justiça nada mais é que um artifício de linguagem, ela não é absoluta em si, tal como a concebem. Assim, ele a define a partir do que ela não é: não é absoluta, não é uma ciência, nem uma arte. Ela é fabricada por meio da retórica e, para fazê-la existir, é preciso que se produza uma crença, em outros termos, um assentimento. Em Górgias, também são apresentados os mitos sobre o sentido do castigo: emenda para o indivíduo e exemplo para o grupo. Toda essa produção de sentido, como Lacan o diz, serve para encobrir o real em jogo sobre o qual se opera a justiça. Não se trata de, diante da violência, fazer uma justiça justa, aquela que conseguiria definir o que justo e o que é injusto, isso é da ordem do impossível. Diante do real, recorre-se aos semblantes da justiça.

Para a psicanálise, a realidade de um crime deve ser captada como expressão da violência do “supereu” e o trabalho do psicanalista deverá estar referido ao simbolismo presente nessa instância. Lacan lembra Freud ao dizer que o “supereu” repercute no indivíduo por seus efeitos patogênicos, que são sentidos como culpa. Ele é herdeiro do complexo de Édipo e, pela culpa, demonstra os efeitos dos crimes primordiais – incesto e parricídio. Freud, em *Totem e Tabu* (FREUD, 1913/1969), demonstrou que a lei e o crime têm funções humanizantes, tanto no plano social, quanto no individual. Socialmente, a instauração da lei após o assassinato do pai primevo inaugurou a passagem da horda a um agrupamento que se pode considerar humano. No plano individual, a lei instaura o sujeito como dividido e articula simbolicamente a castração. Pode-se afirmar que Lacan também recorre a Górgias para apresentar o caráter de ficção da lei: tanto no plano social, quanto no individual.

Freud privilegiou, inicialmente, o “supereu” em sua vertente de introjeção da lei do pai, um efeito da censura inconsciente. Quer dizer, em sua perspectiva simbólica, herdeira do Édipo, essa instância instaura um ideal no eu e o avalia. Porém, Freud não desconheceu sua outra vertente; aquela que, apesar da introjeção de uma lei, exige satisfação.

Assim, o “supereu” teria um caráter duplo, pois, apesar da lei que ele introjeta, ele também é o representante das exigências de satisfação provenientes do isso. Ele coloca o eu em conflito de duas formas: por um lado, o conflito entre o eu e o ideal; por outro, o conflito entre a realidade, que exige perda de satisfação, e a exigência de satisfação. Pode-se dizer que a primeira forma de conflito diz respeito à divisão do sujeito em relação ao desejo, e na outra modalidade teríamos a dimensão do gozo. Essas duas formas de conflito do “supereu” serão retomadas, para serem melhor desenvolvidas no próximo capítulo, como causalidades distintas de atos criminosos. De toda forma, a instância superegoica revela a tensão entre o sujeito e o social.

Em relação à primeira modalidade de conflito proveniente do “supereu”, Lacan relembra os exemplos de Freud para demonstrar o caráter mórbido dessa instância – as neuroses de caráter, os fracassos, as impotências sexuais e inibições e, podemos acrescentar, a reação terapêutica negativa. Em todos esses casos, Freud queria demonstrar o sadismo dessa instância, que ele posteriormente nomeou como necessidade de punição.

Lacan vai fazer referência a Nietzsche e Dostoievski para apresentar a posição da psicanálise, contrária ao filósofo e ao escritor: a vontade de gozo expressa na frase “Deus está morto, agora tudo é permitido” (LACAN, 1950/1998, p. 132), o homem humanizado pela lei responde “Deus está morto, nada mais é permitido” (LACAN, 1950/1998, p.132). A instância simbólica, o “supereu” herdeiro do complexo de Édipo, legaliza o desejo proibindo o gozo.

Dessa forma, Lacan introduziu os crimes que ele denomina como provenientes do “supereu”, aqueles que encontram na autopunição sua significação. Por fim, ele se pergunta se deveria considerar que todos os criminosos procuram o castigo, já que conhecem a lei.

6.4 A instância simbólica e os crimes do supereu

Lacan faz um reconhecimento de Alexander e Staub como aqueles que introduziram a psicanálise na criminologia, e se refere aos casos por eles apresentados como exemplos de crimes do “supereu” e de busca de autopunição. Também o caso apresentado por Marie Bonaparte, o de Mme Lefebvre, ilustra a dimensão de uma força que coage e que levou essa senhora à passagem ao ato homicida. Ele não faz uma diferenciação estrutural e, mesmo recorrendo a um exemplo de psicose – o caso Mme. Lefebvre – ele vai afirmar que esses atos tornam-se esclarecidos pela interpretação edipiana.

Lacan considera que o crime tem um caráter patológico porque, o que deveria estar simbolizado pelo complexo de Édipo, aparece realizado em ato. A patologia diz respeito à

expressão, na forma de atos, da situação criminal que deveria estar articulada pelo complexo. Lacan vai dizer que o crime em si é irreal porque ele realiza o Édipo, e esse aspecto a psicanálise deverá considerar, prioritariamente.

Para explicar as relações do crime real e de sua irrealização, Lacan recorre a uma forma de violência típica nas guerras – a violação de mulheres pelos soldados, geralmente cometida na presença de um homem mais velho e numa situação de impotência. Lacan vai dizer que se trata de um crime real e seu executor seria responsabilizado se não estivesse na posição de herói da nação vencedora. Nessa posição e na situação em que é cometido, o crime é irrealizado. Este ato é considerado a expressão de um poder, da vitória de um grupo e da demonstração da submissão do rival.

A antropologia de Marcel Mauss, explicitada por Lévi-Strauss no prefácio do livro do primeiro, *Sociologia e Antropologia* (LÉVI-STRAUSS, 2003) é citada por Lacan: “as estruturas da sociedade são simbólicas, o indivíduo, na medida em que é normal, serve-se delas em condutas reais; na medida em que é psicopata, exprime-se por condutas simbólicas” (LACAN, 1950/1998, p. 134).

De acordo com a obra de Mauss, a vida social é constituída de relações simbólicas, os costumes e as instituições expressam um simbolismo social, por isso os indivíduos ditos normais jamais exprimem condutas que valem por elas mesmas, elas exprimem sempre um simbolismo que pertence ao grupo social do qual fazem parte. Por outro lado, as condutas consideradas anormais são dessocializadas. Referidas a elas mesmas, realizam no plano individual a ilusão de um simbolismo autônomo, e marcam a ruptura do indivíduo com a rede social.

Lévi-Strauss acredita que Mauss resolve, dessa maneira, o problema da relação entre o individual e o social, ao considerar que o aspecto psicológico é subordinado ao sociológico. Assim, a manifestação psicopata é vista como reveladora de uma falha na relação entre o social e o indivíduo. Dizendo melhor, as condutas individuais anormais demonstram um equivalente diminuído – porque é individual e patológico – do simbolismo social. Todo fato social, seja ele qual for, é simbólico. Um crime é um fato que deve ser compreendido, sempre, em seu aspecto social, pois para ser considerado um crime, é preciso que ele esteja descrito previamente como tal. Portanto, como fato social, todo crime é simbólico.

Embora seja considerado em seu aspecto social e pensado como proveniente do “supereu”, Lacan lembra que esta instância não tem nenhuma dimensão coletiva, embora o simbolismo presente no ato criminoso demonstre a significação social do edipianismo. Justificando seu argumento, Lacan lembra que a família, para a psicanálise, é uma estrutura

que transmite os complexos, inclusive o edipiano. Não se trata de um grupo fechado e sua abertura a sociedade pode transmitir as tensões, cujos efeitos patológicos podem ter no crime sua expressão. Por isso, Lacan define o crime como decorrente da falha na articulação entre o social e o individual. Ele retoma as considerações expressas nos *Complexos familiares na formação do indivíduo* (LACAN, 1938/2003) e credita essa falha à redução do grupo familiar à sua forma conjugal. Essa redução resultou problemática, pois o grupo familiar tornou-se exclusivo na função de formação das primeiras identificações da criança e na aprendizagem das primeiras disciplinas.

Lacan está falando dos efeitos de uma situação inversa a relatada por Mauss. Para este último, o plano simbólico e social subordinaria o plano individual. Todo acesso às instituições sociais seriam formas de assunção à ordem simbólica. Na redução da família à sua forma conjugal – constituída do pai, mãe e seus filhos –, haveria um aumento de seu poder captador sobre o indivíduo, ao mesmo tempo em que haveria um declínio de seu poder social. Lacan vai recorrer mais uma vez à antropologia, comparando nossa sociedade com uma outra diferente, a dos índios Hopi. Ao nascer, uma criança desta tribo adquire uma dupla inscrição simbólica no plano das relações parentais: não somente seu pai biológico será responsável por algumas de suas aquisições, mas também seu tio terá uma função que, na nossa sociedade, caberá somente àquele que ocupa o lugar de pai. Em cada etapa de sua vida, o índio dessa tribo enriquecerá seu leque de relações, tornando-as mais complexas. No nosso caso, no Brasil contemporâneo, a situação torna-se ainda mais problemática, pois vemos surgir o aumento das chamadas famílias monoparentais, principalmente, nas classes mais desfavorecidas econômica e socialmente.

6.5 Ato criminoso e sintoma

Na nossa sociedade, a função do pai tornou-se mais complexa à medida que a família se nuclearizou, é o que Lacan explicita nos *Complexos familiares* (LACAN, 1938/2003). Ele afirma que a autoridade do pai é o único traço da estrutura original da família e esta autoridade se mostra cada vez mais instável ou obsoleta. Essa situação tem incidências psicopatológicas que devem ser creditadas, tanto à escassez das relações grupais, quanto à ambivalência de sua estrutura. Para ilustrar essas incidências, Lacan recorre à noção de delinqüência latente de Aichhorn.

Para Aichhorn (2005), toda conduta, inclusive a desviante, é efeito de combinações de forças psíquicas. Para ele, as manifestações de delinqüência são índices de que os mecanismos

que proporcionam o comportamento social do indivíduo não se desenvolveram normalmente. Ele acrescenta que se trata de um julgamento de valor, pois esses comportamentos são relacionados ao ideal social em vigor. Ele define a delinquência como uma manifestação, uma forma de expressão de um estado de carência. O furto, a agressão, seriam forças psíquicas que não tiveram uma orientação social, portanto, devem ser considerados sintomas de que o jovem encontra-se em um estado desviante do estado normal, ele é carente⁸.

Aichhorn assevera que é preciso separar a manifestação, ou o sintoma de delinquência, da delinquência propriamente dita. Absenteísmo, roubo, vagabundagem são sintomas. Por isso, será preciso localizar o estado onde a delinquência se encontra latente; não eliminar suas manifestações. Aichhorn fala do equívoco quando os pais localizam a causa da delinquência nas más companhias, na rua. Segundo ele, é preciso que algum problema já exista na criança para que o meio possa influenciar um estado de delinquência. Ou seja, é preciso uma disposição à delinquência para que se manifeste o estado delinqüente. Utilizando a terminologia freudiana para os sonhos, Aichhorn distingue as manifestações da delinquência como sendo o componente manifesto e latente aquilo que não é visto. Por isso, ele divide o estado delinqüente em duas fases – latente e manifesto. De acordo com ele, deve-se, então, procurar as causas da delinquência latente e encontrar as forças que conduziram ao estado de carência. Segundo Aichhorn, os fatores que causam a delinquência latente são vários e devem ser buscados nas vivências infantis. Ele traz como exemplos casos de delinqüentes que ele acompanhou para ilustrar o estado de carência. Especialmente, o caso de um adolescente que passa a ter atos de delinquência – fugir de casa, furtar – depois de ter ido morar com uma irmã, após a morte da mãe. Tal jovem era muito ligado à mãe, desde a morte de seu pai. Sua mãe trabalhava em uma fábrica e era ele quem fazia as tarefas domésticas. Quando ele recebeu a notícia da morte, sentiu-se mal, além de ter sentido medo posteriormente.

Aichhorn explica esse caso retomando o Édipo. Na situação edipiana, a criança tem inclinações em direção aos seus pais e esta não deverá ultrapassar um limiar que a impeça de viver a adolescência. Entrar na puberdade implica que a criança deva abandonar os objetos libinais no interior da família e procurar outro no exterior. Se as relações edipianas forem excessivamente intensas, elas podem acarretar numa fixação que pode levar à situação de carência. No caso apresentado, essa carência foi expressa pelo jovem quando ele sentiu-se mal com a notícia da morte de sua mãe, dizendo que ela o deixou sem preparação. Em suma, a

⁸ Optamos por traduzir o termo francês *carence* por carência, não pela proximidade do termo em português, mas pelo sentido de carência, de falta, que Aichhorn dá à delinquência.

delinqüência expressaria, não a carência em decorrência da morte de sua mãe, mas a que estava latente desde a morte de seu pai.

Em termos lacanianos, a função paterna não promoveu a transmissão simbólica do falo que permitisse a ele, na adolescência, fazer uso do desejo como orientação para se separar dos pais. Ao adolescente, é exigido que ele se separe da posição infantil para se posicionar como um adulto responsável. A esse jovem, foi-lhe exigido, pela contingência da morte, uma separação abrupta. Ao fugir da casa da irmã, perambular pelas ruas, praticar pequenos furtos, o jovem expressava, pela delinqüência, as condições de carência das quais sofria. Trata-se de um sintoma de delinqüência: evadindo da irmã ele parece querer demonstrar que consegue se virar sozinho, contudo, para fazer isso ele recorre a atos de delinqüência. Esses atos, na verdade, simbolizam sua carência de um pai simbólico que o separasse da mãe.

Lacan também se referiu a Kate Friedlander e sua teoria (FRIEDLANDER, 1951) do caráter neurótico. Segundo Lacan, essa teoria foi criticada por Aichhorn e Glover por se mostrar incapaz de distinguir a estrutura criminogênica do que ela nomeia como o caráter de uma neurose, onde as tensões permanecem latentes nos sintomas.

Contudo, vamos nos deter um pouco nas referências de Kate Friedlander a respeito da delinqüência juvenil, objeto principal da preocupação de Lacan, a nosso ver. Segundo Friedlander, não existe uma diferença fundamental entre os conflitos que formam os sintomas e aqueles que provocam os atos de delinqüência, os sintomas da delinqüência. Em seu livro *La delinquance juvénile* (FRIEDLANDER, 1951), ela utiliza o conceito de delinqüência latente de Aichhorn e cita os trabalhos de Alexander, Healy e Gillespie como referências para sustentar que privações graves e precoces predis põem à delinqüência. Segundo ela, a diferença entre o sintoma neurótico e o sintoma de delinqüência deve-se ao fato de que o primeiro tem uma satisfação substitutiva e o segundo uma satisfação pelos atos.

Kate Friedlander recorre à noção de caráter para tratar do tema da delinqüência porque, de acordo com ela, o delinqüente possui uma formação de caráter antissocial, que decorre de oscilações entre o excesso de satisfação e o excesso de frustração. Ela afirma que embora os sintomas apareçam, geralmente, somente na puberdade, suas raízes remontam ao período de latência, período crucial para a sublimação da pulsão. Para o delinqüente essa vicissitude pulsional estaria falha.

Friedlander lembra que a renúncia à satisfação pulsional ocorre porque a criança deseja ser amada e tem receio de ser abandonada. Com o delinqüente essas condições não foram preenchidas devido às más relações objetais da primeira infância e, essas relações, na situação de delinqüência, passam a ser reeditadas com o meio social. Por isso, para ela, no

trabalho com o delinqüente, além do tratamento do mesmo, é preciso uma modificação do meio.

Após fazer essas referências, Lacan vai afirmar que a neurose exprime as anomalias da estrutura familiar, e ele termina por concluir que o caráter neurótico que Friedlander teoriza é o reflexo, na conduta individual, do isolamento do grupo familiar e que os casos de delinquência apresentam a posição associal desse grupo.

Lacan vai dizer que o neurótico adapta-se ao real por meio de mutilações autoplásticas, termos que ele retira de Daniel Lagache, e essas estariam presentes na origem dos sintomas. Vale lembrar que o real a que Lacan se refere tem a ver com a noção de realidade; nessa época ele ainda não havia concebido sua teoria dos registros real, simbólico e imaginário. Portanto, pode-se dizer que Lacan está se referindo aos elementos constitutivos da fantasia, a qual estrutura a relação com o mundo e constitui um campo de realidade – a psíquica.

A extração do objeto e a construção da fantasia, para a constituição do desejo, será o fundamento da relação que o neurótico estabelece com sua satisfação e com o campo do Outro. Por isso, essa operação será a base do sintoma. Posteriormente, veremos como essa operação será, também, de fundamental importância para a manifestação do ato criminoso. No momento, vamos acompanhar a elaboração de Lacan que está relacionada às concepções de Lagache. Ele afirma que no caso apresentado por Lagache, a conduta imaginária que encerra o sujeito é o ponto mais importante e não as explicações e o sentido do ato criminoso.

Daniel Lagache vai apresentar sua noção de conduta imaginária ao trabalhar o caso Fuget. Segundo ele, Fuget demonstrava uma conduta imaginária decorrente do complexo familiar. Trata-se de um homem que tentou matar o ex-marido de uma mulher com a qual mantinha uma relação afetiva. Não se tratava de um compromisso, de um namoro, mas também não era uma amizade simplesmente. Ele dedicava a essa mulher atenção e cuidados. Fuget foi criado por sua mãe e seu avô paterno e não conheceu seu pai. Sua mãe se referia ao seu pai como um criminoso. Lagache vai destacar a importância, neste caso, da comparação que o sujeito fez, durante toda a vida, de sua situação familiar diferente da situação das outras crianças. Essa diferença era humilhante para ele, que permaneceu excluído do grupo sem articular uma integração social. Lagache sustenta que Fuget defendia-se da aspiração de ser amado e protegido por um pai e isso o levou a uma cristalização das tendências hostis.

Para Lagache o crime reproduziu a estrutura e o sentido do conflito de seus pais. O sentido escondido do ato é: o filho vinga a mãe e prova sua superioridade sobre o pai que o rejeitou. Fuget procurou, de início, justificar seu ato pela legítima defesa, depois pela cólera e,

por fim, como um ato justiceiro. Ele não demonstrou remorso, nem culpa e o crime pode ser explicado assim, segundo Lagache: pai injusto – filho justiceiro; pai que bate nas mulheres – filho que corrige os homens.

Para Lagache, o caso Fuget colocaria em evidência a ação criminogênica dos conflitos familiares e o crime seria uma resposta à frustração em decorrência da rejeição paterna. Lagache não enfocou o diagnóstico de psicose, muito menos levou em consideração a noção de estrutura. Por isso, encontramos no caso aspectos que confundem características próprias da psicose com as da neurose. Isto é, mesmo tudo indicando que se trata de um crime de um psicótico, a leitura é sempre na perspectiva do sentido edípiano do neurótico. Contudo, o caso nos demonstra o resultado de uma passagem ao ato na psicose e a aparente normalidade que a sucede, isso que ainda hoje causa estranheza e que tem sido localizado como traço de perversão pelos peritos.

A principal preocupação dos pós-freudianos nessa época era compreender o que levaria a atuação criminosa, já que eles consideravam que a maioria dos criminosos não apresentava quaisquer alterações da personalidade, e eles estavam interessados nos efeitos da situação de desordem social. Portanto, era à criminalidade e à delinquência dos jovens que eles estavam se dedicando.

Retomando as contribuições de Lagache, Lacan procura explicar os processos que levam o neurótico a adaptar-se parcialmente ao real. Por isso ele retirou do primeiro a referência às mutilações autoplásticas. Sabemos que a autoplastia, segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa, “é um método que consiste em substituir uma parte destruída ou defeituosa retirando do próprio corpo a matéria necessária para sua restauração”. A essas mutilações é creditada a origem dos sintomas. Lacan ainda não havia elaborado seu conceito de fantasia, mas podemos reconhecer que ele faz aqui referência a algo que teria a função que, posteriormente, ele irá relacionar à fantasia: a relação do sujeito com o objeto. Sabemos que essa relação fixa o sujeito, por isso Lacan afirma que a forma como o sujeito se adapta ao real exige explicação. A relação do sujeito com o real é a operação que está no fundamento da fantasia – a extração do objeto e a constituição da realidade psíquica a partir dessa extração. Podemos dizer que, da mesma forma que o sintoma neurótico tem sua origem na fantasia, a delinquência seria uma atuação dessa fantasia, uma “mostração”, como Lacan dirá a respeito dos *acting-outs*.

Portanto, Lacan está considerando o ato criminoso dentro de um contexto que tem relação com a realidade que é subjetiva, não se trata de uma da realidade social, como parece interpretar Lagache ao dizer que a rejeição paterna foi a causa do crime. Lacan está chamando

a atenção não para a realidade, que daria o sentido imaginário do crime, mas colocando o ato na relação de sujeito com o real da castração e o objeto, em última instância.

6.6 Crimes utilitários e crimes de gozo: o impasse da penalogia

Lacan vai afirmar que os penalistas ficam seguros em aplicar uma pena quando o crime apresenta uma motivação utilitária, mas hesitam quando os motivos escapam ao utilitarismo preconizado por Bentham (1789/2000). Essa hesitação se relaciona com as vacilações na aplicação de uma punição ocorrida ao longo do século XIX, como avalia Lacan.

A partir dos argumentos de Bentham, a pena de prisão foi privilegiada e acreditou-se que ela poderia modificar o indivíduo da seguinte forma: por meio de sua razão, ele chegaria a conclusão de que o crime não compensa. Como essa previsão não se cumpriu, ou seja, a prisão começou a demonstrar sua ineficácia, os questionamentos a essa modalidade de cumprimento de punição começaram a acontecer.

Lacan lembra a explicação de Lombroso para os crimes que escapam ao raciocínio utilitário: eles decorreriam de instintos atávicos do homem. Lacan ironiza essa concepção lombrosiana dizendo que a guerra teria colocado um ponto final nessas pretensões de explicar os crimes dessa maneira; com ela, a violência retornou no seio do mundo ocidental, que se acreditava civilizado, de forma disseminada.

Lacan cita o livro de Healy, *The individual Offender*, para preconizar o retorno aos fundamentos sociais do crime. Segundo esse autor, o ato criminoso não está relacionado a instintos agressivos, mas a um contexto social. A psicanálise seria partidária desta explicação, podendo apresentar resultados concretos que confirmam esses princípios, nos dizeres de Lacan. Dentre esses resultados, ela poderia solucionar um dilema da criminologia, pois ao mesmo tempo em que irrealiza o crime, ela não desumaniza o criminoso. Irrealizar o crime quer dizer que a psicanálise não vai levar em conta o crime real, a conduta criminosa, mas o ato. No encontro com um analista, por meio da transferência, seria possível ter acesso ao mundo imaginário do criminoso, que pode ser para ele a porta aberta para o real. Por essa porta, temos acesso a sua relação com os objetos de sua fantasia.

Lacan também vai considerar as manifestações espontâneas da transferência, tanto na conduta do criminoso, bem como a transferência que ele pode manifestar em relação ao juiz.

Ele faz referência a esse tipo de manifestação da transferência fora da situação analítica, em alusão ao trabalho de Melitta Schmideberg. Ela havia comparado os atos de delinquência às perversões, sustentando que esses atos são repetições de uma modalidade fixa

de satisfação. Considerando o delinqüente da mesma forma que o perverso, Lacan demonstra seu ceticismo em relação aos resultados que ela alega ter obtido com os criminosos que tratou. Ele vai considerar que esses resultados deveriam ser acompanhados por um tempo maior, para serem melhor avaliados. Portanto, não é a via de considerar o delinqüente um perverso que Lacan nos indica como a mais adequada. Por isso, ele conclui que, tomadas as precauções, os casos decorrentes do edipianismo deveriam ser confiados ao analista, sem nenhuma limitação. Esses casos podem ser considerados os crimes irrealis, ou seja, os quais a psicanálise irrealiza. Eles são diferentes dos crimes reais, que Lacan faz referência ao tomar como exemplo um crime relatado por Grotjahn, no artigo “Searchlights on delinquency”. Nesse crime os acusados foram absolvidos apesar de todos os indícios de culpa e do ganho utilitário que tiveram com o ato – foi simulado um acidente que matou os pais de um dos indiciados, deixando-lhe uma herança considerável.

Considerar determinados crimes como manifestações do “supereu” traz conseqüências para a teoria psicanalítica. Na querela da criminologia, os partidários de Lombroso acreditavam que o crime seria uma manifestação individual dos instintos, enquanto seus opositores consideram o crime uma determinação legal. Nessa querela, Lacan apresenta uma concepção que, de certa forma, equaciona esse impasse. Ele considera os crimes decorrentes do “supereu” e essa instância é individual e social. Trata-se de uma expressão da força pulsional influenciada socialmente. De acordo com as palavras de Lacan, o “supereu” é uma manifestação individual ligada às condições sociais do edipianismo. Lacan acrescenta que as tensões criminosas incluídas na situação familiar só se tornam patogênicas nas sociedades onde a situação familiar se desintegra, sendo o “supereu” a instância que revela a tensão entre o plano individual e familiar.

Lacan recorre a Melanie Klein e sua teoria do “supereu” materno, para dizer do surgimento precoce da instância superegógica. Klein privilegiou as posições da criança em relação aos objetos – bons e maus – interpretando pela chave edipiana uma instância que ela considerou surgir antes desse complexo. Lacan lembra, novamente, a duplicidade do “supereu” – ele é herdeiro do complexo de Édipo, veicula um ideal para o eu mas, também, ordena a satisfação, ou seja, reativa as exigências do isso, desconhecendo os ideais. Por isso, ele veicula uma lei insensata.

Embora esteja ligado à instauração do ideal, Lacan vai dizer que a noção de “supereu” nada tem de idealista, ela surge precocemente porque é proveniente da dependência do ser humano em relação ao outro. Devido ao desamparo, o pequeno ser humano vai subjetivar a lei da castração veiculada no Édipo, articulando um ideal e inscrevendo o desejo e suas

identificações. Os psicopatas, segundo a terminologia utilizada por Lacan, demonstrariam esse ponto de articulação da natureza com a cultura, renegando a inscrição subjetiva da lei. Lacan vai considerar que a instância supererregóica, por se mostrar obscura, cega e tirânica parece ser antinômica ao ideal. Contudo, ele faz referência a Kant e seu imperativo que determina o dever puro. Posteriormente, sabemos que Lacan, no artigo “Kant com Sade” (LACAN, 1963/1998), irá equivaler a vontade de gozo presente em Sade com o imperativo categórico de Kant, dizendo que se trata de frente e verso de uma mesma moeda.

Assim, a instância do “supereu” seria apreensível no estado psicopata e, embora o supereu articule o social e o individual, Lacan adverte que não se pode inferir nenhuma forma de “supereu” coletivo, embora, diante de uma situação de extrema desagregação social seja possível antever o surgimento de fenômenos de massa. Então, a instância superegoica estaria sempre pronta a surgir da desordem das categorias sociais para recriar, no indivíduo, o universo mórbido da falta, expressão que Lacan retira do título da obra de Ângelo Hesnard (1949).

6.7 O Universo mórbido da falta: o retorno da castração em ato

Quando Ângelo Hesnard escreveu seu livro *L’Univers morbide de la faute* (HESNARD, 1949), seu interesse era trabalhar as diferentes maneiras que a falta se mostrava, e o retorno dela sobre o indivíduo – nas neuroses, nas psicoses e na perversão. Para Hesnard, uma conduta mórbida equivale a uma culpabilidade que deve ser atenuada. Acolher essa culpabilidade seria colocar o doente num estatuto de ser humano, isto é, não mais considerá-lo um estranho. Dessa consideração de Hesnard, Lacan retirou sua assertiva de que a psicanálise humaniza.

Hesnard lembra que antes de Freud, a culpabilidade inconsciente era ignorada e, segundo ele, todo sofrimento patológico teria um teor ou uma ressonância de falta – seja ela aceita ou imputada, ou recusada e combatida. O sujeito faz para si um pretório imaginário e vive um drama como se estivesse num tribunal fantasma. Em todos os casos mórbidos onde esse drama é encontrado, o doente cria para si um universo de acusação. Então, para Hesnard, a doença mental, qualquer que seja seu grau e sua forma, seria uma forma de fazer existir e de dar uma significação humana para a culpa. Essa significação seria veiculada pelo “supereu” e tomaria aspectos variados, podendo ser experimentada sob o aspecto de uma má consciência, de um sentimento de falta ou, também, se traduzindo nas diversas formas de agir, em atitudes diversas e atuações.

Hesnard considera que alguns doentes mentais se apresentam como se estivessem sob o golpe de uma acusação moral, de uma acusação de falta. Eles aceitam essa acusação como merecendo ou, ao contrário, a tomam como injusta e se defendem de todos os modos, até mesmo através do crime.

Em outra obra, *Psychologie du crime* (HESNARD, 1963) Ângelo Hesnard viria a afirmar que a maior parte dos criminosos não é doente mental, e que o Édipo é sempre complicado no delinqüente e no criminoso. Segundo ele, nos casos de neurose, o crime deve-se, sobretudo, a um problema da sexualidade – uma imaturidade sexual ou uma virilidade recalçada – e os atos criminosos seriam compensações a esse problema. Sempre referido ao outro, o crime seria sempre uma forma de compensar a falta sentida como inferioridade. Hesnard vai analisar as maneiras que o sujeito localiza a falta. De todo modo, ele vai dizer que é sempre apresentada uma caricatura da falta, retirando sua própria atenção e a dos outros, da questão principal. Essa abordagem da falta na neurose se aproxima, em muito, da abordagem lacaniana do *acting-out*, como veremos no capítulo seguinte.

O universo mórbido da falta, de Hesnard, nos permite considerar que ele fornece elementos para Lacan tematizar o ponto excluído para todos na operação edipiana. Há uma lei, mas há o que resta fora da lei. Quer dizer, há um gozo nunca negativizado que, no caso de um crime, retorna como ato. Obviamente, Hesnard não aborda o conceito de castração, tal como Lacan o desenvolverá mais tarde em sua obra, mas pode-se ver que, mesmo sem ter a categoria do real da castração, ele vai falar dos engodos para dar um sentido imaginário a ela, diante da insuficiência do simbólico. Tomando um outro sentido, a falta não simbolizada, retorna, morbidamente.

Para Hesnard, o ser humano viveria sob o signo da falta e a relação humana é mais complexa que aquela sugerida pela dialética do mestre e do escravo – a acusador e o culpado. Por isso, ele vai criticar as sanções aplicadas em função das faltas cometidas. Para ele, a humanidade perderia tempo justificando e acusando – haveria uma obsessão humana pela falta. Hesnard conclui que, no lugar de ficar sob o signo da falta, orientado pela falta, outras saídas deveriam ser encontradas. A sanção deveria ser um acessório ocasional e seria melhor se reportar à falta não para punir, mas para evitar que ela se produza.

Provavelmente, por essas últimas considerações de Hesnard, Lacan vai afirmar, logo após tê-lo citado, que a responsabilidade, isto é, o castigo, é uma característica essencial da ideia do homem que prevalece numa dada sociedade. Ele retira de Hesnard a noção do retorno da falta, mas se separa de suas posições, que visam desconsiderar a importância da ética das conseqüências em relação ao ato.

6.8 Responsabilidade: o retorno da falta sobre o sujeito

Fazendo um contraponto a Hesnard, que propõe que a sanção seja utilizada somente para fins de exemplo, Lacan vai criticar a sociedade utilitária que não conhece a significação expiatória do castigo. Quando o castigo é utilizado como exemplo, ele muda de objeto, passa a visar não o sujeito e a responsabilidade pelo seu ato, mas o exemplo para a sociedade, o controle social. Para o pensamento lacaniano, a responsabilidade, isto é, o castigo, é uma característica essencial da ideia de homem que prevalece numa dada sociedade.

Lacan afirma que os ideais do humanismo, que relacionou o delito a uma pena e preconizou novas modalidades de punição, distintas das execuções em praça pública, se perderam. Esses ideais passaram a ser resolvidos no utilitarismo do grupo. A noção de castigo tornou-se insuportável para o grupo que legisla, e esse grupo não está seguro da justiça dos fundamentos de seu poder. Ele afirma que um humanitarismo reveste a revolta dos explorados e a consciência pesada dos exploradores. Podemos considerar que Lacan está fazendo referência às consequências, no direito penal, da revolução industrial e do domínio do capitalismo. Ao que tudo indica, ele não é partidário da extinção da relação entre o crime e a lei por meio dos castigos, como preconizam as teorias contemporâneas do abolicionismo penal.

A queda do direito penal vai corresponder à assunção de uma concepção sanitária da penalogia. Para resolver o impasse ideológico busca-se a solução na ciência, não nos dispositivos jurídicos. A psiquiatria vai avaliar o criminoso para tomar as medidas de prevenção contra o crime e de proteção contra sua recidiva. Lacan critica essa concepção e sua ilusão de resolver, dessa forma, a relação do direito com a violência. Ele lança uma dúvida sobre a eficácia do sanitarismo penal e ressalta sua desconfiança de que o julgamento de Nuremberg tenha esse efeito. Esse julgamento teve, também, como objetivo servir de exemplo para evitar o retorno da violência no mundo, na forma de guerra. Até então, nunca antes os crimes de guerra haviam sido punidos. Podemos considerar que o julgamento teve um efeito de responsabilização nos criminosos, mas não se pode estender seu efeito para a prevenção da violência, como queriam os representantes das nações aliadas que venceram a guerra e patrocinaram o julgamento.

Lacan chama a atenção para a evolução da prova do crime que acompanha a evolução do sentido do castigo. Para determinar o culpado, ao longo da história, foram utilizados recursos diferentes: a prova pelo duelo de armas, o ordálio e, por último, a tortura. A tortura

foi abandonada quando o movimento humanista passou a questionar a execução penal no corpo e a propor uma nova economia de castigos. Essa mudança aconteceu na modernidade, quando o homem passou a ser visto como detentor de direitos fundamentais. Lacan considera que o procedimento de apurar a culpabilidade por meio da tortura foi abandonado, não por um abrandamento de costumes, mas porque no mundo democrático o novo homem, advindo dos direitos e abstraído de sua consistência social, já não é mais digno de crédito.

O homem que era pensado, na antiguidade, como suportado por um poder transcendente, seja de Deus, seja do soberano, era passível de pecar; ele devia confessar e se redimir diante dessas instâncias. Em termos lacanianos, o Outro existia para esse homem, existia uma instância a quem se referir. Na modernidade, o homem dos direitos, o homem liberal e liberado, já não peca mais e não se pode dar crédito à sua existência de criminoso nem à sua confissão. Não importa sua palavra, sua responsabilidade nem sua resposta diante do semelhante pelo ato cometido. O que importa é que o crime seja compreendido, pelo próprio sujeito e pelos demais. Por conseguinte, surge uma nova função no direito penal, a perícia.

Lacan insiste na importância da responsabilidade e vai considerar que ela implica em duas condições: similitude social e identidade pessoal. Esses conceitos, Lacan os retira de Gabriel Tarde (1892). A importância de Tarde para o campo jurídico e criminológico é crucial. No entender de Lacan, ele tentou repensar a filosofia penal em sua crise. Tarde introduziu a noção de responsabilidade pessoal no âmbito penal, em um momento em que a sociologia de Durkheim falava de determinismo social.

Segundo Gabriel Tarde, para que haja a imputação de culpa em alguém, é preciso que o autor do ato seja e se reconheça, mais ou menos, como compatriota social de sua vítima e daqueles que o acusam. Com esses conceitos, Tarde queria liberar a noção de responsabilidade da ideia de livre arbítrio. Para que um ato seja imputado a alguém, o que importa não é verificar se a pessoa escolheu, se o quis livremente. Ao contrário, a primeira condição é que o ato se localize em uma pessoa, mesmo que essa pessoa tenha se modificado. Tarde dá o exemplo de um homem que, imediatamente após ter cometido um crime, perdeu a memória. Ele questiona se ele deveria ser, mesmo assim, julgado e responde afirmativamente a essa pergunta. Tarde era um defensor da pena, pois a concebia como um equivalente do arrependimento, a pena seria o remorso imposto ao culpado condenado por outrem.

Tarde conclui que, para se responsabilizar, é preciso que o autor de um ato criminoso tenha em comum com sua vítima e com seus acusadores traços de semelhança social, que haja identificações, para criar, segundo ele, uma consangüinidade social que poderíamos nomear

um laço social. Quanto mais for estreito o laço e sentido como tal – duas coisas distintas, segundo ele – mais a responsabilidade poderá acontecer.

As concepções de Tarde nos permitem entender que ele não leva em consideração o relato de um perito para localizar a razoabilidade do condenado. Seguindo essas concepções, Lacan vai criticar a cena do julgamento em que a situação do réu é descrita pelo encontro de verdades que ele diz serem, às vezes, irreconciliáveis, quando um perito é chamado a depor. Ele ressalta que, mesmo quando aparecem aspectos divergentes no próprio relato pericial, é dado ao perito um poder enorme, chegando ao ponto dele quase ter a incumbência da dosagem da pena.

Um perito não poderá responder à pergunta sobre a causa do crime - somente o psicanalista pode responder a essa pergunta. Somente ele poderá dizer algo sobre o caráter coercitivo da força que acarretou o ato do sujeito e descobrir quem sofreu esta coerção, porque ele considera a experiência dialética do sujeito. Mais ainda, visando a responsabilidade, que é de um sujeito, a psicanálise se orienta pelas respostas que o sujeito pode dar ao seu ato, e às conseqüências advindas dele. A responsabilidade é a resposta e um perito não pode responder por aquele que praticou o ato.

6.9 As declarações do eu e a resposta do sujeito

Nas situações de crime, a instância do eu é quem declara, geralmente, na forma de uma denegação. Lacan vai lembrar que a comunicação da subjetividade não se faz de forma direta, objetiva e racional, ela se faz em várias modalidades. A função da denegação demonstra, no plano subjetivo, que o uso da linguagem é o terreno do mal entendido, assim como em alguns rituais simbólicos coletivos utilizados em diferentes culturas. Ao buscar a sinceridade, encontra-se um obstáculo. Lacan vai trabalhar esse obstáculo, posteriormente, como referido à relação da verdade com o real – não se pode dizer toda a verdade, ela é não toda. Portanto, a instância do eu declara, mas não apreende a verdade e, na maioria das vezes, a vela.

Contudo, o eu tem uma função, ele é a instância que comparece e responde, inclusive, pelas outras instâncias – o isso e o “supereu”. Sua forma se faz na sucessão de crises – desmame, intrusão, Édipo, puberdade, adolescência. Cada uma dessas crises não o leva a um progresso que o liberaria para a satisfação; ao contrário, elas fazem perdurar a falta. Em outras palavras, essas crises são formas de ressignificar o encontro com a castração, bem como reafirmam a alienação a que o eu está submetido.

Lacan relembra seu artigo sobre o estágio do espelho que apresenta a identificação do *infans* com a imagem especular. Trata-se do momento mais alienante e, através dele, o ser do homem se constitui dialeticamente. Esse estágio é dominado pelo registro imaginário e marcado pela agressividade. Lacan considera que, ao contrário do que alguns psicanalistas entendem, a agressividade não é fruto da frustração pulsional, ela é decorrente da discordância que se produz na formação alienante do eu. O estágio do espelho promove uma unificação da imagem que produz júbilo, mas também, na relação ao outro especular aliena, o que se produz é a intenção de agressão. No *Seminário livro 3: As psicoses*, Lacan (1955[56]/ 1985) dá um exemplo dessa ambigüidade nos animais. Diante do semelhante e capturado pela imagem o carapau macho não sabe se adota comportamentos eróticos ou agressivos.

6.10 A agressividade do objeto criminogênico

Freud nomeou de pulsão de morte a tensão que Lacan considera presente no que escapa da matriz simbólica e que é capturada pelo imaginário. Assim, segundo Lacan, a cada vez que o encontro com o outro demonstrar uma inadequação que não pode ser resolvida pela identificação resolutiva – a simbólica – a tensão agressiva vai imperar e produzir um tipo de objeto que se torna criminogênico.

Ao falar da estrutura de um objeto que se torna criminogênico, Lacan está se referindo ao objeto que causa a passagem ao ato, como nas duas formas de homicídio publicadas a partir de sua tese: o caso Aimée e o caso das irmãs Papin.

As estruturas de objeto também são tomadas como causa de furtos em jovens delinquentes, como se pode ver a partir das contribuições de Anna Freud, Kate Friedlander e John Bowlby, lembra Lacan. Segundo esses autores, nessas atuações é possível ver a manifestação simbolismo do dom do objeto anal, a reivindicação edipiana, a frustração da presença nutriz ou a masturbação fálica. Para eles, que tiveram um trabalho intenso com adolescentes e jovens envolvidos com a criminalidade, a relação objetal estabelecida determinaria uma espécie de realidade que levaria aos atos delinquentes. Esses psicanalistas, então, procuraram trabalhar a função educativa com esses jovens, visando inibir a conduta criminosa, além de procurarem modificar a relação objetal. O problema é que muitos deles acreditavam que poderiam propiciar um desenvolvimento da relação ao objeto, no sentido de um progresso.

Lacan faz referência às indicações presentes em seu artigo: “A agressividade em psicanálise” (LACAN, 1948/1998). Nesse texto, ele trabalha o problema do surgimento da

agressividade na situação da análise e de como manejá-la para que ela não seja atuada. Ou seja, o analista reconhece a agressividade como tensão agressiva e dirige o tratamento para que ela não passe ao ato. Aichhorn, em seu trabalho com adolescentes infratores, levava em consideração esse aspecto, por isso Lacan cita sua experiência como estando em consonância com um tipo de intervenção que considera o manejo da tensão agressiva.

Aichhorn se colocava no lugar de educador, mas não no lugar de mestre. Lacan nomeia sua posição como não agir. Essa posição possibilitaria que as agressões imaginárias do eu, que aparecem na forma de atos, se reorientassem para outros fins que não a agressão. Como dissemos, Aichhorn considerava o processo educativo importante para propiciar uma análise. O trabalho com os jovens em situação de sofrimento seria possível a partir dessa manobra educativa preliminar ao trabalho da análise. Principalmente, para o estabelecimento da transferência.

Para o psicanalista, a realidade não pode ser apreendida por meio do eu, a realidade é psíquica. O ato criminoso também não poderá ser apreendido por meio dessa instância, ele inclui a fantasia, ou seja, o sujeito. A concepção utilitarista da penologia preconiza que o ato criminoso busca o que daria satisfação e, pela punição, essa seria eliminada. Essa concepção mostrou-se inofensiva para suprimir o ato. Em sua estrutura, o ato está coordenado com fantasias das quais o autor está ausente. O eu tem como característica a alienação e, em decorrência disso, vemos surgir juntamente com o ato criminoso, fenômenos de anulação, criações imaginárias, denegações, álibis e simulações. Não se trata, propriamente, de condutas deliberadas e mentirosas.

A partir dessas condutas, o analista poderá destacar outras formas de referência à verdade. Ele poderá interpretar os traços que assinalam o autor do crime. Quanto o senso comum considera que não há crime perfeito, podemos tomar essa afirmação como referida ao que Lacan nomeia como psicopatologia da vida cotidiana nos atos criminosos. Essas falhas nos crimes são, antes, atos falhos, esquecimentos, ou seja, formações do inconsciente, não erros ou equívocos. São formas de comunicação e cabe ao analista escutá-las. Lacan também se refere ao que a polícia chama de cartão de visita – a assinatura do crime. Nela, o psicanalista também poderia localizar as identificações que estão na origem do eu. Ou seja, o sujeito se declara de várias formas.

Lacan se lembra de um caso de Juliette Boutonier que ilustra o despertar do criminoso para aquilo que o condena, segundo suas palavras. Mme. Boutonier utiliza esse caso para sustentar como o eu do sujeito se apaga a partir do crime. Ela afirma que em alguns casos,

como nesse, o criminoso evita, inclusive, olhar sua imagem no espelho, ele recusa se ver. No caso relatado, o assentimento à punição ocorreu a partir de um encontro especular.

Lacan se pergunta se é preciso recorrer à narcose para despertar as repressões. E afirma que não é por essa via que o psicanalista se conduz. No que se relaciona ao inconsciente, a eficácia da análise se produz no retorno, por meio da fala e da linguagem, do conteúdo recalcado, não na aquisição do conteúdo propriamente dito. Procurar a verdade pela narcose ou pela tortura traz um perigo, podendo, inclusive promover um delírio. Além disso, ele lembra que o sujeito não pode confessar o que ele não sabe.

Lacan faz referência a um livro de um médico, chamado Zacchias, intitulado *Questões médico-legais*. Ele afirma que nesta obra, o autor atesta que desde o século XVII o exame criminológico se realiza em torno da noção de unidade da personalidade e de como a doença pode se introduzir em suas rupturas.

Diferente da medicina, a psicanálise desconsidera a noção de síntese pessoal e, em consequência da assimilação alienante, vai verificar a abertura para as tensões das relações grupais. Por isso, o crime é considerado no contexto das relações sociais, não na personalidade.

6.11 O apagamento das diferenças e a função criminogênica da sociedade

Dessa maneira, o psicanalista considera as funções criminogênicas da sociedade, e Lacan afirma que ele pode mostrar isso ao sociólogo. A sociedade que conhecemos preconiza uma integração social verticalizada e complexa, devido ao alto grau de cooperação social exigido para a manutenção de sua produção. Por outro lado, ela também veicula ideais individuais que se reduzem a um plano de assimilação cada vez mais horizontal. Esses indivíduos se encontram num plano de identificação tão homogêneo que as diferenças se apagam e os ideais individualistas se reduzem a repetição do mesmo.

As consequências do apagamento das diferenças na sociedade contemporânea são muitas, inclusive, em relação ao aumento da agressão. A agressividade é decorrente da identificação imaginária e alienante no outro especular, mas ela deve se manter com intenção de agressão. Contudo, a atuação dessa agressão, ou seja, os atos de violência, podem ser fomentados pelo aumento acentuado de fenômenos de massa.

Como consequência da sociedade individualista e liberal, Lacan vai também falar da separação completa entre grupo vital e o grupo funcional. No primeiro, o indivíduo se localiza, juntamente com aqueles que lhes são próximos. No segundo, ele vai encontrar os

meios de sua subsistência e dos seus. Para Lacan, uma separação radical desses dois grupos tornaria possível o surgimento de casos como o do sr. Verdoux, personagem de Charles Chaplin inspirado no caso de Henri-Désiré Landru, e que foi trabalhado recentemente por Francesca Biagi-Chai em sua tese, que resultou na publicação do livro *Le cas Landru à la lumière de la psychanalyse* (BIAGI-CHAI, 2007). Esse personagem se portava de forma completamente distinta nas duas situações. Na intimidade, tudo por sua família, na rua, um assassino.

Outra forma de contribuição da psicanálise seria orientar o estatístico, ao lhe apontar os objetos buscados por meio das satisfações escopofílicas. A satisfação no ver e ser visto torna-se homogênea na massa apontando o privilégio dado à satisfação das paixões pelo poder, posse e prestígio. Lacan antecipa, nos anos 50, a exaltação da imagem e o império da busca da celebridade que se tornou realidade algumas décadas depois.

Lacan também vai profetizar os efeitos da globalização do *american way of life*. Ele fala que a disseminação dos costumes, da cultura e do liberalismo democrático norte-americano propicia o surgimento de uma criminalidade no centro da sociedade, que assume formas legalizadas. Ele fala que o tipo psicológico do criminoso poderá surgir como um dos tipos ideais valorizados socialmente, da mesma forma que o recordista, o filantropo, a estrela famosa. Dessa forma, a significação social do crime ficaria reduzida a um uso publicitário. Tudo indica que Lacan aborda aqui duas coisas distintas que podem ser propiciadas pela mesma situação – a relativização dos atos criminosos e sua exaltação e glamourização pela imprensa e, também, o aumento de uma criminalidade produzida pelo próprio sistema financeiro. Poderíamos resumir essa forma de criminalidade da seguinte forma: não importam os meios, o fim alcançado – poder, posse e prestígio – os justificam. É importante ressaltar que nessa época os criminólogos americanos estavam, justamente, tratando dos crimes do colarinho branco.

6.12 O mito dos “instintos” criminosos e os crimes do isso

Na última parte de seu escrito, Lacan vai reafirmar que não existem instintos criminosos e, após discorrer sobre o “supereu”, o eu e os crimes que deles decorrem, Lacan vai trabalhar a noção de isso. Ele se pergunta se a psicanálise teria algo a dizer dos fatores inatos, lembrando que ela esclarece a causa do crime e do ato criminoso.

A ideia de que o crime aconteceria em consequência da irrupção dos instintos, derrubando as barreiras de contenção, é confusa para Lacan, segundo ele afirma, mas ele diz

que esta ideia é difícil de ser eliminada socialmente. A noção de instinto visa comparar o homem ao animal e Lacan contrapõe essa comparação afirmando que a ferocidade das reações humanas ultrapassa qualquer coisa que se pode presenciar nos animais. A humanidade é cruel e sempre visa um outro ser humano – um outro semelhante – mesmo quando atinge algo, ou outra espécie. Trata-se de uma luta mortal pelo puro prestígio, onde a busca pelo reconhecimento torna-se prevalente. O homem se cria a sua imagem e semelhança, e isso se traduz em agressividade e injustiça.

A psicanálise, segundo Lacan, considera que, assim como não há instintos de plantar, cozinhar ou enterrar, pois esses comportamentos são socialmente adquiridos, não existem condutas violentas que seriam transmitidas filogeneticamente por nossos ancestrais. No lugar dos instintos, Freud considerou a dimensão pulsional (*Trieb*) e a pulsão é localizada por ele na fronteira entre o somático e o psíquico. O órgão de onde ela parte, o que ela visa atingir e o objeto que a satisfaz mudam; eles não são fixos, nem pré-determinados. O corpo e seus orifícios – boca, ânus, genital-urinário, além do que pelo qual se escuta e do pelo qual se vê – são aparelhados pelo psiquismo. A teoria das pulsões demonstra que não há uma satisfação natural, ela é incluída num sistema de trocas e adquire significações que “desnaturalizam” o organismo.

Nas agressões e violências – não se trata de um excesso pulsional – as tendências criminosas acontecem devido a uma deficiência, não um excesso, sustenta Lacan. Ele também considera, a partir uma observação de Mme. Boutonier, que muitos criminosos manifestam uma hipogenitalidade e frieza libidinal, e numerosos deles buscam em seus crimes e delitos um estímulo sexual. Ela também afirma que a indiferença de muitos criminosos no momento da reconstituição do crime ou diante do tribunal pode ser explicada por essa hipogenitalidade. Para ela, usando uma expressão de De Greef, trata-se de um desengajamento afetivo, e esse desengajamento os tornam insensíveis à vítima. Contudo, talvez, anos depois do crime – frequentemente na prisão – a sensibilidade pode reaparecer, e com ela o remorso.

Boutonier faz uma reserva em considerar o criminoso como aquele que não apresenta angústia. Segundo ela, esse afeto pode não estar onde se procura, pode estar alhures; o criminoso se defende da angústia com meios que nos enganam. A propósito do engano para se defender da angústia, ela considera que o criminoso nos engana e se engana. Para corroborar essa afirmação, ela recorda que é significativo que alguns criminosos não podem suportar, depois do crime, a visão de sua própria imagem. O caso de Boutonier, citado anteriormente, ilustra uma situação como essa. A partir de Lacan com *O Seminário: livro 10 – A angústia* (LACAN, 1962/63]2004), podemos avançar nas considerações de Mme. Boutonier a respeito

da angústia do criminoso, pois podemos entender o próprio ato criminoso uma estratégia para lidar com a angústia.

Lacan conclui que, sejam quais forem os mecanismos que levam ao ato criminoso – a angústia, sadismo ou associação situacional – esse ato não poderia ter como causa um transbordamento dos instintos. Ele admite que alguns exames criminológicos apresentam traços que se relacionam às perversões, mas lança a advertência de que essa estrutura somente será considerada pela psicanálise, quando for apresentado pelo sujeito uma fixação objetal e uma ruptura com o mecanismo do recalçamento.

Comparado com as outras instâncias, o isso é mais difícil de apreender, mas ele tem uma realidade concreta. Seus efeitos podem ser vistos nos automatismos de repetição que podem ajudar a esclarecer a reincidência nos atos criminosos de alguns indivíduos. O isso se manifesta nas escolhas na vida – casamento, profissão, amizade – assim como pode se manifestar numa escolha fatal pelo crime. O crime pode indicar uma tendência de satisfação ativada pelo ato.

Ao final do texto, assim como Freud, Lacan vai dizer que o psicanalista, mesmo esclarecendo vários aspectos do sujeito e de seu crime, está limitado em sua ação.

Ele iniciou o texto comparando a verdade policial e a verdade da psicanálise, e o finaliza recordando que a construção da verdade para a psicanálise não é científica nem objetiva, sobretudo, porque ela é formalizada pela fala. Portanto, ela é não toda. Ele lança a advertência de que o psicanalista deve se manter nos limites que orientam sua prática e deve lembrar que sua ação se deve a uma função privilegiada, a produção do sujeito, na transferência. Ele lembra que há uma regra fundamental desde Freud, que deverá ser observada por cada analista no encontro com o sujeito e seu ato, e que esse ato tem um sentido no contexto social. Lacan conclui o texto afirmando que o criminoso demanda ao outro um sentido à sua existência, por meio do ódio e da agressão, como o homem normal demanda através do amor.

Com essa conclusão, Lacan nos fornece indicações sobre como devemos considerar o ato criminoso e o estatuto em que ele deve ser localizado. Na relação com o outro, o criminoso, no lugar de formar um sintoma para fazer laço e ser amado, faz um ato que exclui e se exclui. Mas, isso não quer dizer que não possa surgir uma demanda que possa ser trabalhada.

Geralmente, aqueles que trabalham com pessoas que cometeram crimes têm a tendência de procurar a responsabilidade no sentimento de culpa e do remorso. No texto de criminologia, pudemos verificar como Lacan apresenta outras formas do sujeito aparecer após

o crime, como resposta ao ato. Acreditamos, a partir do trabalho de pesquisa realizado, que a referência ao universo mórbido da falta, de Hesnard, deu a Lacan a possibilidade de considerar o universo da castração e as formas de seu retorno. Ao considerar que o mal-estar pode aparecer de outras formas, diferente do sentimento de culpa neurótico, Hesnard apresentou outras maneiras de lidar com o encontro com a castração, é o que esta pesquisa busca ter apontado. Como foi afirmado no início, a culpabilidade é de estrutura, ela é um dos nomes do mal-estar e se faz sempre presente: é disso que trata a expressão o *Universo mórbido da falta*.

Em última instância, o ato criminoso se relaciona à castração. Trata-se de uma resposta mórbida diante do encontro com o real, com a relação que não há. Encontrar esse real é traumático, produz tensão e pode causar um crime, em certas circunstâncias. Esse aspecto será desenvolvido no próximo capítulo, a partir das noções de passagem ao ato e *acting-out*. Portanto, dessa leitura, podemos concluir que a responsabilidade em psicanálise é considerada uma resposta subjetiva e está ligada ao encontro com a castração e seu retorno. Nesse retorno, um sujeito poderá ser produzido.

Em suma, a leitura que foi realizada do texto lacaniano buscou extrair as conseqüências de sua contribuição, a partir de seus interlocutores. Por meio da posição tomada por Lacan, em relação ao trabalho dos psicanalistas de sua época, e de seus antecessores, podemos localizar a sua própria posição nas contribuições da psicanálise à criminologia.

O texto lacaniano apresentou o crime como um ato de infração a uma lei previamente definida. Nessa perspectiva e em termos psicanalíticos, o ato infracional, como uma transgressão, pode ser considerado um desvio à norma fálica ou uma saída diante de sua forclusão. Por isso, é preciso desenvolver melhor a questão que orienta essa pesquisa, atualizando a leitura psicanalítica do crime, feita por Lacan, para os nossos dias, quer dizer, verificar se é possível manter esta equação na contemporaneidade, ou seja: a relação intrínseca entre crime, lei e castigo.

Miller considera que há, na contemporaneidade, uma descrença na lei, o que o levou a postular que estamos na época do Outro que não existe, em seu Seminário do ano de 1996/97 (MILLER, 2005), proferido juntamente com Eric Laurent. Miller está se referindo ao Outro simbólico, que veiculava como ideal a renúncia à satisfação, nos tempos freudianos. Este Outro agencia o discurso do mestre, que é o discurso do inconsciente, segundo Lacan no *Seminário 17: O avesso da psicanálise* (LACAN, 1970/1992). Portanto, Miller demonstra que há uma diferença entre os sintomas como formação do discurso do inconsciente, como efeito

do Outro, e os sintomas produzidos fora desta lógica, que ele denomina de novos e que são sintomas que apresentam uma ruptura com a norma fálica, a da significação do desejo veiculado pelo Nome-do-Pai. Nessa nova forma, os sintomas não seriam mais uma formação de compromisso, promovendo uma satisfação substitutiva, ao contrário, esses sintomas propiciariam a satisfação por meio dos atos.

Relacionando a perspectiva dos novos sintomas ao ato criminoso, é preciso perguntar se romper com o falicismo é diferente de desviar de seu caminho, ou seja, se haveria uma nova configuração do que tem sido entendido como delinqüência. Ou então, nesse mesmo sentido, torna-se importante, também, questionar se todo ato de transgressão, toda delinqüência, seria uma forma de novo sintoma.

Os novos sintomas são também designados por Jacques-Alain Miller como patologias do ato. Por isso, no capítulo a seguir, buscaremos fazer uma releitura do texto de criminologia, considerando a nossa época e a diferença que a configuração social de hoje pode propiciar às atuações, sobretudo, criminosas.

O objetivo deste trabalho é manter a contribuição da psicanálise à criminologia em um cenário que apresenta diferenças dos anos 50. A violência contemporânea, as dificuldades de sua inscrição como crime e as conseqüências para a responsabilidade é o que vamos desenvolver a seguir.

Em Lacan, não encontramos trabalhos específicos sobre a violência, ele abordou a violência a partir do crime e da agressividade. Nos momentos em que aborda a agressividade, e nos poucos em que se refere à violência, a preocupação de Lacan é com os efeitos da incidência do Outro sobre o sujeito. A agressividade é tratada por ele como uma forma de violência que se dá na relação imaginária, ela é estruturada a partir da alienação ao outro especular. Segundo Lacan, a violência é a essência da agressividade, mas a violência propriamente dita não se reduz à agressividade.

No *Seminário: livro 5 - As formações do inconsciente* (LACAN, 1957-58/1999), Lacan vai discorrer, inicialmente, sobre o tratamento da violência por meio do segundo tempo da fantasia – a criança sendo espancada pelo pai. Ele ressalta que quando o próprio sujeito é o objeto, o “ser espancado” torna-se signo de amor. Neste mesmo *Seminário*, ele afirma que a violência é a essência da agressividade, mas ela não se reduz à agressividade.

A agressividade é uma forma de violência que se dá na relação imaginária, a partir da alienação ao outro especular – afirma Lacan na lição do dia 18 de junho de 1958, no mesmo Seminário. Para ele, algo da agressividade pode ser recalcado se o assassinato do semelhante presente na relação imaginária chega a ser simbolizado. Logo depois, na mesma lição, Lacan

vai falar do sistema de demandas e do desejo organizado pelo falo. Em decorrência dessa organização, ele lembra que a obsessão e a histeria são formas de operar com a agressividade do imaginário. Portanto, no *Seminário 5*, Lacan formula como a violência pulsional é, primeiramente, articulada pelo registro imaginário e, depois, pelo simbólico. Para ele, nesse momento de seu ensino, a saída da agressividade estaria relacionada à identificação edipiana – o ideal do eu seria uma forma do sujeito transcender a agressividade.

Jacques Alain-Miller (2005), afirma que, no mundo contemporâneo, houve uma queda dos ideais. Isso nos permite considerar que a possibilidade de transcendência da agressividade através do ideal do eu, como propôs Lacan a princípio, talvez seja problemática nos tempos atuais. Portanto, vamos investigar como a atuação violenta tem se constituído uma saída para alguns sujeitos diante dos impasses no mundo contemporâneo. Podemos considerar que há uma relação entre a atuação da violência na atualidade, em decorrência da dificuldade de encontrar saídas simbólicas para a agressividade.

Paralelo à queda dos ideais, houve uma queda nas ficções, nos semblantes que ordenavam o mundo: a ficção elaborada pelo direito na modernidade – tipificar a violência como um crime – às vezes não se sustenta mais. A crença em um ideal, em uma lei, não vigorando mais em nosso mundo, pode acarretar em conseqüências tanto subjetivas, quanto sociais.

Se não é possível tratar a violência através de uma transcendência, de uma idealização, pode restar, como saída, a atuação. E atuações reiteradas que, não encontrando conseqüências, se repetem. Assim, vamos trabalhar no capítulo seguinte o declínio da noção de crime e a ascensão da violência no mundo.

Capítulo 7

Crime, violência e responsabilidade na clínica contemporânea.

Lacan escreveu o texto sobre criminologia numa época de seu ensino em que ele considerava a instância simbólica como prevalente. Atualmente, podemos extrair outras considerações teóricas e orientações clínicas desse texto, quer dizer, levar em consideração um cenário com semelhanças, mas também com grandes diferenças dos anos 1950. Jacques-Alain Miller, comentando este texto lacaniano na lição n. 9 de 2 de fevereiro de seu Seminário de Orientação Lacaniana do ano de 2005 intitulado, *Pièces détachées* (MILLER, 2005), ressalta sua atualidade e afirma que se trata do texto lacaniano mais próximo do artigo de Freud sobre o mal-estar na civilização.

Serge Cottet, em recente publicação na Revista Mental n. 21, intitulada “Criminologie lacanienne” (COTTET, 2008), fez uma releitura desse texto de Lacan e afirma que, apesar de ser canônico, é preciso atualizá-lo. Portanto, a proposta deste capítulo será atualizar o texto lacaniano sobre criminologia, considerando o cenário da violência no Brasil no século XXI. Inicialmente, recorreremos às contribuições de Cottet (2008) no artigo citado neste parágrafo.

De acordo com Cottet, Lacan estava priorizando os sintomas sociais e isso equivalia a estabelecer um ponto de cruzamento entre a clínica e a política. Para a orientação lacaniana da psicanálise, esse é um problema bastante atual em nossos dias, que o psicanalista deve levar em conta. Ele considera que Lacan privilegiava, assim como grande parte dos psicanalistas daquela época, as manifestações de delinquência advindas com o pós-guerra. A grande preocupação dos psicanalistas era como intervir nos casos de delinquência juvenil, advindos da situação de desamparo provocada pelas catástrofes decorrentes das guerras.

Seguindo o artigo de Cottet, a pergunta subjacente ao texto poderia ser formulada da seguinte forma: como sustentar a responsabilidade do sujeito num contexto de sintomas sociais. Por isso, ele afirma que Lacan procurou, a partir do conceito de responsabilidade, dar um estatuto menos contingente à noção de sujeito em psicanálise. Essa pergunta é semelhante à questão colocada como hipótese para esta tese: como sustentar a responsabilidade na época do Outro que não existe, numa época que preconiza a satisfação sem restrições.

O sujeito em psicanálise é, antes de tudo, uma posição. Posição que deve ser sustentada em quaisquer condições e contextos, mesmo as que dizem respeito a um quadro de determinação social. A noção de sujeito em psicanálise implica que, apesar de ser um efeito contingencial, essa posição é da ordem do necessário, pois ela é sempre a de uma resposta, como reafirmou Lacan em seu texto *A ciência e a verdade* (1966/1998). Por isso, diferente do

direito penal, para o qual a responsabilidade é a possibilidade de imputação de uma pena, para a psicanálise, a responsabilidade é uma posição subjetiva.

Para abordar as determinações sociais, Lacan retomou as considerações de sua tese de 1932, conhecida como o caso *Aimée* (LACAN, 1932/1987), e o texto de 1938 *Os Complexos familiares na formação do indivíduo* (LACAN, 1938/2003), como observou Cottet em seu artigo citado acima. Lacan havia problematizado que as condições sociais do edipianismo levariam a um desregramento do “supereu”, o qual reflete o complexo familiar. Ele é fruto da ordem simbólica, mas, ao mesmo tempo, está em discordância com esse registro. Ele também veicula uma lei insensata que a norma edipiana não pode regular. Portanto, o “supereu” manifesta a tensão entre o sujeito e a lei social transmitida pelo Édipo. O declínio da imago paterna e a decomposição da família tornariam esta instância mais feroz, porque menos sujeita à transmissão, pelo edipianismo, da lei que veicularia o ideal social, teses sustentadas por Lacan nos *Complexos familiares* (1938/2003).

De acordo com Cottet, Lacan fez referências aos trabalhos de Aichhorn com jovens delinquentes, para sustentar que a instância superegoica empurraria o sujeito para o crime e a transgressão. Ele, também, concordaria com Kate Friedländer para quem esses efeitos seriam produzidos pela posição associal do grupo familiar. Nesses casos, a família transmitiria uma modalidade de identificação que determina o caráter neurótico, a causa da delinquência entre os jovens.

Cottet afirma que a instância do “supereu” seria uma forma de condensação do geral no particular. Isto é, ela condensaria, numa significação subjetiva, o que é transmitido socialmente. Portanto, não seria possível considerar a criminalidade dos jovens daquela época sem conceber seus atos como consequência da particularidade do contexto familiar na instauração da instância superegoica. Assim considerados, esses atos podem ser vistos como uma forma de sintoma – eles veiculariam uma falha no campo do Outro familiar.

Cottet lembra que Lévi-Strauss havia comentado o artigo lacaniano sobre a família, em seu prefácio da obra de Marcel Mauss (LÉVI-STRAUSS, 2008). Neste comentário ele afirma que nenhuma sociedade é integral e completamente simbólica, pois, embora haja a exigência de que todos os membros de uma sociedade se integrem da mesma maneira, nenhuma oferece para todos eles, e nas mesmas condições, os meios de utilizar plenamente os recursos da estrutura simbólica. Em nossa sociedade, da mesma forma que há a exigência de integração forçando a colaboração social, existe um ideal individualista que põe em contradição dois ideais: o social e o individual. Portanto, Lacan vai considerar que as

manifestações mais degradadas do “supereu” são decorrentes das tensões agressivas promovidas pela exigência de integração social, em desacordo com o indivíduo.

A tendência à agressividade surge no contexto dos complexos familiares, na articulação do indivíduo com seus semelhantes – seus familiares e o meio social – e, em determinadas situações, essa tensão agressiva é manifestada pela instância superegoica. Por isso, Lacan falou de crimes do “supereu”, considerando que essa instância empurra para o crime, lembra Cottet. Esses crimes estariam em consonância aqueles cometidos em consequência de um sentimento de culpa, que Freud já havia trabalhado.

7.1 No encontro com o Outro, culpa e autopunição.

Relacionando estas duas concepções, a de Freud e a de Lacan, podemos considerar que se trata de atos cometidos a partir do impasse entre a lei, o gozo e o Outro. A lei que causa o desejo provém do Outro, consentir com ela indica a instauração de um sujeito do inconsciente. A exigência de gozo que empurra ao ato criminoso diz da falha da lei em passar o gozo para o inconsciente, isto é, em operar com a satisfação por meio do recalçamento. O ato criminoso empurra para uma satisfação direta, que não entrou nos circuitos do desejo, da simbolização e da castração como falta.

A lógica de Freud, seguida por Lacan, quer dizer que pela atuação seria encontrada uma lei no real que faria a função de barrar o gozo. Em outros termos, os chamados crimes do “supereu”, ou em decorrência da culpa, seriam realizados para chamar no real da lei jurídica o que falhou na simbolização da lei edipiana. Por isso, Lacan não diferencia esses crimes quanto à estrutura psíquica de quem os comete. Eles podem ser realizados por neuróticos e psicóticos. Contudo, mesmo que decorrentes de uma causa que parece ser semelhante, a justiça os avalia de forma diferente.

Os crimes cometidos pelos neuróticos serão responsabilizados penalmente, os cometidos pelos psicóticos serão considerados inimputáveis. De acordo com Cottet, Lacan, nos anos 1950, estava propondo uma nova clínica – nesta, seria preciso verificar a presença ou ausência do determinismo autopunitivo. Caso este determinismo fosse encontrado, melhor seria aplicar uma sanção penal, mesmo para os casos de psicoses.

Para Cottet, na relação com o ato criminoso, a psicanálise teria o papel de demonstrar o caráter simbólico do crime que, na época, queria dizer o reconhecimento pelo sujeito da estrutura edipiana de seu ato. O sujeito seria humanizado e seu ato reinscrito no universal edipiano, mesmo se ele desse uma interpretação privada do Édipo, como nas psicoses. A

interpretação do ato pela psicanálise ressaltaria as tensões, a função criminógena da sociedade, como Lacan (1948/1998) escrevera no artigo “A agressividade em Psicanálise” (LACAN, 1948/1998), lembra Cottet.

Nas questões referentes à responsabilidade penal, Cottet também recorda que Lacan tomou partido de Gabriel Tarde, como já foi abordado no capítulo anterior. Tarde procurou separar a determinação de responsabilidade da noção de livre-arbítrio. Segundo ele, a responsabilidade deve ser avaliada a partir da identidade pessoal e da similitude social. Lacan segue as posições de Tarde, ele concorda que a responsabilidade não pode ser avaliada em função da liberdade, isto é, avaliar se a pessoa ao praticar o ato, o quis livremente, ou se ela era alienada mental, como se dizia na época. Contudo, Lacan vai questionar em Tarde a noção de identidade pessoal, pois para a psicanálise, a implicação do inconsciente divide o sujeito de sua identidade. No empuxo ao ato, a psicanálise vai perguntar que força desencadeou o ato e quem o realizou.

Ao contrário da psiquiatria, a psicanálise lacaniana não considera o ato um absoluto nele mesmo. Cottet observa que é diferente um ato desencadeado por ideal justiceiro num delírio, ou por uma impulsividade como nos crimes imotivados.

Podemos considerar que nos crimes por sentimento de culpa, presentes na neurose, e nos delírios de autopunição, nas psicoses, o sujeito encontra-se às voltas com o Outro. Obviamente, um Outro distinto e que assume formas distintas, já que se trata de diferentes estruturas. Nesses casos, o problema é transposto para uma querela com outrem e, nessa, o sujeito sai perdedor. Por isso, uma sanção seria indicada para eles, segundo Lacan, pois, nesses crimes haveria a presença de um Outro a quem o sujeito se dirige.

7.2 A causa do crime

O ato criminoso, como qualquer ato, tem uma causa – a força que o desencadeou. Essa força parte de uma convicção que, certamente, não provém das mesmas instâncias, nem produz as mesmas conseqüências. Como já foi abordado, Lacan, no texto sobre criminologia, tratou dos crimes do “supereu”, em consonância com os trabalhos dos psicanalistas de sua época que estavam interessados nos atos infracionais cometidos pelos jovens. Ele considerou os crimes do “supereu” também na perspectiva da psicose, ao fazer referência à paranóia de autopunição. Mas, ele também tratou dos crimes do eu e do isso.

Jacques-Alain Miller (2005), na lição já citada do Seminário *Pièces détachées* (MILLER, 2005), vai se referir às diferentes modalidades de crimes desencadeados pelos três

registros. Os crimes do imaginário, ou do eu, seriam aqueles provenientes da agressividade presente no estádio do espelho; os crimes do simbólico seriam demonstrados nos assassinatos de presidentes e monarcas, nestes, também podemos considerar nos crimes em decorrência do “supereu”, que apresentam um ponto de discordância entre a lei e o ideal. E, por último, os crimes do real, que poderíamos considerar os crimes do gozo, ou do gozo, que ele diz se tratar de um misto dos crimes do imaginário e do simbólico. Para exemplificar esse último tipo, Miller fez referência aos assassinatos em série, cada vez mais comuns nos nossos dias; todavia, ele vai tomar os crimes nazistas como o apogeu dos crimes do real.

O conceito de passagem ao ato orientou Lacan na teorização do ato criminoso. Inicialmente, ele trabalhou esse conceito na perspectiva da psicose no caso *Aimée*, a partir da noção de autopunição. Nesse caso, houve um apaziguamento do delírio após a prisão. Posteriormente, Lacan trabalhou a passagem ao ato na paranóia, tomando-a como uma defesa diante da onipotência do Outro. A perseguição no delírio paranóico justificaria o ato. Nessas duas perspectivas, o sujeito, após o ato, responderia reconhecendo, de alguma forma, a incidência da lei. Por isso, Lacan afirma que uma sanção seria indicada para esses casos. No caso de *Aimée*, em sua tese, ele justificou seu argumento ao afirmar que após a prisão, o delírio cessou. Nos casos dos crimes em decorrência de um delírio de perseguição paranóico, o sujeito se posiciona por meio do argumento de que agiu em legítima defesa, por exemplo, e, dessa posição responde à lei. Lacan sustenta que a partir do castigo, o sujeito poderia advir responsável porque a responsabilidade penal humanizaria o ato – através da punição o ato poderia ser inscrito no universal da castração.

Nos crimes decorrentes do Édipo, em conseqüência de um sentimento de culpa, assim como nos crimes em função de um delírio de perseguição ou de autopunição, a ação do psicanalista poderia verificar a presença ou ausência de um determinismo autopunitivo, seja na psicose, ou na neurose. A presença desse determinismo deveria servir de base para o estabelecimento da responsabilidade penal e do acompanhamento da responsabilização. Nesses casos, a prisão seria preferível à decretação de irresponsabilidade, ou de um tratamento, pura e simplesmente, como sonhavam alguns dos psicanalistas pós-freudianos que trabalhamos no capítulo anterior.

A partir da responsabilidade penal poderia se promover a assunção subjetiva da falta e, então, a responsabilidade, no sentido psicanalítico. Responsabilidade, para a psicanálise, é a resposta de um sujeito frente ao real. No caso do crime, a resposta seria a articulação de um ato à sua subjetividade, já que o ato é sem sujeito.

Visando a responsabilidade, Cottet (2008) lembra que o praticante da psicanálise poderia ajudar no despertar do sujeito daquilo que o condena. Sabemos que não se trata da sentença do juiz, mas do universo mórbido da falta – expressão de Hesnard (1949). A intervenção da justiça poderia ser um chamado a essa condenação, que é de todos, pois diz respeito ao universal da castração. Contudo, caso a caso, é preciso verificar se o sujeito pode responder ou não, e de que formas.

Portanto, trabalhando na interface com o direito penal, a psicanálise trataria de acompanhar a possibilidade, de que o sujeito possa, pelo castigo, promover a assunção de sua responsabilidade. Por isso, para a psicanálise, a responsabilidade é universal. A responsabilidade é o chamado para que o sujeito possa responder, frente aos seus semelhantes, pelo ato que praticou.

Mesmo tentando atualizar a prática da psicanálise, a partir de Lacan, estamos mantendo a dimensão de castigo devido a seu aspecto de constrangimento feito àquele que praticou o ato criminoso. Trata-se da função do castigo como um chamado ao sujeito a responder por sua posição. E, em nossa experiência, vemos que esse chamado pode se dar de várias formas – pela prisão, pelas penas alternativas, por medidas sócio-educativas, no caso dos adolescentes, ou do acompanhamento por meio de uma medida de segurança, nos casos de psicoses.

A responsabilidade, concebida como a resposta de um sujeito, é o que visa a psicanálise. Ela pode acontecer, a partir da entrada do Outro da lei, preservando o semblante do direito penal que diz que a justiça se faz porque há uma distinção fundamental: há coisas que são permitidas, porque existem algumas proibições. Nesse sentido, estamos considerando a dimensão simbólica da lei, que instaura uma diferença.

Porém, outras modalidades de passagens ao ato acontecem nas psicoses e, nestas, devemos fazer uma ressalva quanto à responsabilização penal.

Lacan também considera a passagem ao ato realizada a partir da cristalização hostil. Essa modalidade foi discutida por ele no caso conhecido como o das irmãs *Papin* (LACAN, 1933/1987). As irmãs Lea e Cristine realizaram a passagem ao ato no encontro com o semelhante tal como formulado no texto lacaniano sobre o estágio do espelho - cada uma atacou seu duplo, a patroa delas e sua filha.

Uma outra referência de passagem ao ato foi retirada dos chamados crimes imotivados, como Paul Guiraud (1994) os nomeou. Os crimes desse tipo visariam a extração de *kakon*, o mal interior. Em termos lacanianos, esses atos criminosos realizariam a extração

do objeto sendo, portanto, considerados crimes pulsionais, pois visam a liberação de um mal interior.

Para essas modalidades de crime – cristalização hostil e crimes *kakon* - a sanção não seria adequada. Ao contrário, seriam os crimes para os quais a inimputabilidade penal estaria indicada e formas de tratamento poderiam ser realizadas por meio de um acompanhamento com um psicanalista, além de outros profissionais.

Serge Cottet (2008) afirma que Lacan parece destacar a categoria dos crimes do eu nos anos 50 porque esses crimes fazem prevalecer a identificação imaginária em detrimento da social, um problema que ele estava desenvolvendo nessa época. Somente depois, ele teria se ocupado da noção de assassinatos imotivados.

Dando sequência à atualização da leitura do texto lacaniano, Serge Cottet vai afirmar que a frequência desses crimes imotivados tem aumentado. Segundo ele, podemos ver indicações desse aumento nos assassinatos em massa, cada dia mais comum. Eles podem ser considerados como crimes imotivados, não somente porque são imprevisíveis, mas também porque o único sentido a lhes dar é o gozo da destruição. Esses crimes são também nomeados crimes de gozo, ou crimes do real, tal como Miller nomeou os crimes nazistas. Ainda de acordo com Cottet, o assassinato em massa visa atingir a humanidade e parece vislumbrar que existe um programa de liquidação que visa a raça humana.

Continuando em seu projeto de atualização do texto lacaniano, Cottet afirma que dentre os crimes em série, os sexuais têm se demonstrado os mais atrozes e sua gratuidade mobiliza a vingança pública. Nesses casos, tanto os peritos, quanto o público não querem considerar a incidência de uma psicose. Esses criminosos são apresentados como calculistas, manipuladores, perversos, inteligentes; são tudo, menos loucos, comenta Cottet. Em geral, esses crimes de gozo são designados como perversão, ao contrário do que deixa entender a psicanálise, por isso a justiça os tem penalizado. Para Cottet, o problema é saber se um castigo poderia despertar a responsabilidade desses criminosos. Ele lembra que suscitar uma crise subjetiva pelo castigo, em certos casos, poderia ser uma aposta. Em outros, principalmente nos que indicam a presença de um traço perverso, levar ao tribunal pode significar uma nova oportunidade para prosseguirem gozando e ele duvida que o julgamento possa lhes humanizar.

Portanto, o ato criminoso não é desencadeado sem uma causa, o crime ocorre devido ao encontro com algo que o causa. Diante desse encontro, o sujeito responde com um ato que, definido como crime, toma o estatuto de um fato social. Por isso, há uma resposta jurídica ao ato criminoso. A justiça vai constranger aquele que cometeu o delito para que pague seu ato

com uma sanção, ou vai encaminhar para um tratamento. Portanto, a passagem ao ato tem uma causa e produz um efeito. A psicanálise, no encontro com aquele que cometeu um crime, a partir da responsabilização penal, vai buscar a assunção do sujeito frente ao ato. Em suma, vai buscar uma produção subjetiva onde um ato imperou.

Lacan também faz referência ao caso Landru. Com esse caso, podemos extrair, a partir da orientação lacaniana de Jacques-Alain Miller, uma clínica do real, como trabalhou Francesca Biagi-Chai (2007). Cottet sustenta que esse caso mostraria a perspectiva de *kakon* no último ensino de Lacan. Ou seja, um ensino que não considera mais o privilégio do registro do simbólico, como nos anos 50.

Embora seja possível afirmar que Lacan estava destacando os casos de delinquência juvenil no pós-guerra, ele também fez diversas considerações sobre as passagens ao ato nas psicoses. Portanto, o ato criminoso pode ser considerado na perspectiva das duas formas de apresentação dos atos – a passagem ao ato e o *acting-out*. Na sequência, será feita uma discussão desses dois modos de agir.

7.3 A passagem ao ato, o *acting-out* e o crime

Como foi abordado, o interesse de Lacan pelo crime veio, inicialmente, da passagem ao ato na psicose. Ele trabalhou a autopunição como causa do crime no caso *Aimée* e, posteriormente, acrescentou uma outra explicação para as passagens ao ato na paranóia: o delírio paranóico de perseguição. O caso das irmãs *Papin* trouxe uma outra causa para a passagem ao ato – a cristalização hostil, quer dizer, os crimes em decorrência do imaginário. Por fim, os crimes de *kakon*, considerados por Guiraud (1994) como imotivados, constituem uma outra causalidade e visam a extração do objeto *a*.

No texto sobre criminologia, aparecem os crimes do “supereu”, que demonstram a tensão entre o sujeito e a lei social. Como observou Miller (2005), no seminário citado anteriormente, Lacan também fez referência aos crimes que não demonstram nem o simbolismo do “supereu” e do Édipo, nem a agressividade imaginária ao semelhante, por isso, são nomeados crimes do real. Neste sentido, atualizar o texto de criminologia seria dar um privilégio à leitura desses crimes ditos imotivados, e isso equivale a dizer que são crimes motivados pelo objeto, pela presença do objeto. Não mais um objeto colocado no Outro perseguidor, como na paranóia, nem como um rival como na cristalização hostil.

Portanto, a leitura de Lacan dessas causalidades distintas dos crimes nos permite avançar na relação desses com o objeto que o ato visaria atacar. Cada um desses modos são

formas diferentes de encontro com o objeto; por isso, se constituem em respostas distintas. Essa é a tarefa que nos orienta ao longo desta tese.

Antes de nos dedicarmos a essa tarefa, nos deteremos na pesquisa dos conceitos que concernem ao crime a partir da referência dos atos. A atuação de um crime será abordada nas perspectivas da passagem ao ato e do *acting-out*, tal com Lacan os considerou no *Seminário 10 – A Angústia* (1962[63]/2004). Neste Seminário, os atos são considerados uma forma de resposta diante de uma causa – o encontro com um objeto *a*.

Lacan começa o seminário citado acima, abordando as conseqüências subjetivas da angústia – ela afeta o sujeito. Um afeto não pode ser recalcado – ele pode ser deslocado, substituído, invertido, metaforizado. Segundo ele, a angústia é o fenômeno fundamental e o problema capital da neurose, pois ela é o afeto diante do que na estrutura não pode ser simbolizado: o objeto *a*.

No encontro com o desejo do Outro, deparar-se com sua falta, é correlato ao encontro com o Outro que não há. A angústia é o sinal deste encontro, é o confronto com a ausência de relação sexual. Na Lição de 19 de dezembro do seminário citado, Lacan vai explicar a relação da angústia como sinal desse encontro. O sujeito neurótico se protege estabelecendo uma relação com a falta de objeto através da construção da fantasia; com esse recurso ele enquadra a angústia e vela a falta. Para ilustrar este artifício, Lacan faz referência a uma metáfora que ele já havia utilizado a respeito da fantasia – a colocação de um quadro no caixilho de uma janela. Ele afirma que não importa o que esteja pintado no quadro, o importante é não ver o que está por trás da janela.

Segundo Lacan, a angústia surge quando aparece no enquadramento, não algo novo, inesperado, mas o que já estava ali, velado, por trás. Portanto, a angústia acontece quando, súbito, de repente, há o encontro com o *heimlich/unheimlich*, numa referência ao familiar/estranho do texto freudiano, “O estranho” (FREUD, 1919/1969). O surgimento deste *(un)heimlich* no enquadre causa o fenômeno da angústia, por isso, para Lacan, a angústia não é sem objeto, ao contrário do que afirmava Freud (1926[25]/1969).

Lacan faz referência ao sonho de angústia do homem dos lobos, relatado por Freud (1918[14]/ 1969)– abre-se a janela e o objeto por trás dela é desvelado. No caso do sonho relatado, os lobos. Nesse seminário, Lacan também se refere a um desenho de uma paciente psicótica, atendida por Jean Bobon. Este desenho foi reproduzido no Seminário *A angústia* e nele pode-se ver uma árvore com olhos e a frase: “eu sou sempre vista” (LACAN, 1962[63]/2004, p. 201). Lacan afirma que esse desenho mostra o objeto olhar e também o sujeito como objeto. Assim, Lacan vai afirmar que o grande problema da angústia é se deparar

com a presença do objeto, ou seja, quando a falta de objeto, isto é, o desejo, falta. Nesses momentos, o próprio sujeito aparece como objeto, quer dizer, é desvelada para o sujeito sua vertente objetual.

Ao fazer referência ao enquadre, Lacan está considerando a rede de significantes que gera o mundo para cada um e pelo qual somos enganados, como ele diz. A angústia, ao contrário, é o que não engana. O encontro com o objeto causa angústia e desordena o mundo. Na certeza da angústia, pode-se recorrer à ação. Busca-se evitar essa certeza assustadora do encontro com o objeto que faz furo na rede dos significantes que ordenam o mundo. Afetado pelo encontro com o objeto, o sujeito não pensa, nem tenta compreender, ele age.

Os atos são considerados, nesse seminário, uma forma de defesa contra a angústia. Nele, Lacan vai montar um grafo para localizar esse afeto, partindo do texto de Freud *Inibição, Sintoma e Ansiedade* (FREUD, 1926[25]/ 1969) para dizer que ele está no fundo dessas manifestações. Quer dizer, a angústia é o afeto que designa o encontro com o objeto. Por isso, quando ela surge, sinaliza um encontro com o real que pode desencadear sintomas e inibições, bem como a passagem ao ato e *acting-out*, Lacan acrescenta.

Essas diferentes saídas frente à angústia serão determinadas por circunstâncias distintas, no que diz respeito à possibilidade de simbolização. Uma resposta sintomática pode ser desencadeada quando o sujeito encontra, em sua história, coordenadas simbólicas para subjetivar a falta, a sua e a do Outro, ou seja, quando ela surge articulada no dispositivo simbólico. Fazendo uso da fantasia, que articula a presença do objeto em conjunção e disjunção com o significante, pode-se substituir o encontro com o objeto que angustia por um sintoma, assim esse encontro é metaforizado.

Nos casos dos atos – passagem ao ato e *acting-out* – o sujeito não encontra o apoio simbólico para inscrever a castração como falta. Portanto, ou ele reproduz a situação em uma encenação, ou seja, ele encena a falta por meio da fantasia, colocando um objeto como falta, caso do *acting-out*, ou sucumbe a esse encontro, como na passagem ao ato. Levando em consideração a temporalidade lógica – instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir – no primeiro caso, o sujeito ficaria paralisado no instante de ver e no segundo, passaria, instantaneamente, ao momento de concluir; ambos elidiriam a simbolização e subjetivação presentes do tempo de compreender. Não abordaremos as saídas a partir da inibição, pois nosso objetivo é avançar nas considerações do crime como um modo de atuação que recorre a um dos dois tipos de atos abordados por Lacan no *Seminário 10* (LACAN, 1962[63]/2004).

No caso das psicoses, já abordamos as diferentes formas de passagem ao ato ao longo da obra de Lacan – autopunição, delírio de perseguição, cristalização hostil, extração do objeto. Com a publicação da tese sobre o caso Landru já citada, podemos considerar a leitura dos crimes *kakon*, da extração de objeto, a partir do último ensino de Lacan, ou seja, uma clínica do real. Nestes casos, Francesca Biagi-Chai (2007) propõe que consideremos a passagem ao ato pela função de S1 e *a*. Foracluído do simbólico, sem articulação em um discurso, o sujeito apresenta um S1 sozinho, sem relação com um S2. No caso de Landru, “tudo pela sua família” constitui uma ordem, sem vacilação, um S1 ao qual ele está submetido. Trata-se de um dever que o comanda, sem relação a um ideal. Portanto, suas passagens ao ato – roubo e assassinato – vão se configurar como recuperação do objeto, no caso, os bens das mulheres solitárias que ele assassinava. A essa série de passagens ao ato que podemos apreender no ensino de Lacan, acrescentamos os *acting-outs*, presentes nos casos de delinquência cujos crimes simbolizam a tensão entre o sujeito e a lei social. Concluindo, é preciso que consideremos o crime como uma espécie de ato referido ao objeto *a*, seja na modalidade de uma passagem ao ato, ou de um *acting-out*.

Tradicionalmente, a psicanálise associou a passagem ao ato às psicoses, em decorrência da foraclusão do significante do Nome-do-Pai nessa estrutura. Esse significante é o que possibilita a significação do desejo como falta, articulado ao falo, permitindo o deslizamento do sujeito e do desejo na cadeia significante. No caso das psicoses, os fenômenos delirantes e alucinatórios vêm ocupar o buraco no simbólico conferindo uma proeminência do imaginário. Nas situações onde o objeto se apresenta, seja de forma persecutória, seja de forma invasora, a passagem ao ato pode ser uma saída para extraí-lo. Essa extração em ato vem no lugar da extração simbólica não operada. Nos casos de neuroses, o sujeito mostra o objeto pela encenação, num *acting-out*, ou se identifica imaginariamente com esse objeto e se lança numa passagem ao ato, quando a defesa de sua fantasia é transposta de uma maneira selvagem. Nessas circunstâncias, um sujeito neurótico pode fazer uma passagem ao ato.

No grafo que Lacan propõe no *Seminário 10*, o *acting-out* é localizado como uma ação que acontece na conjunção de um impedimento com uma efusão. Trata-se de uma ação que se aproxima do sintoma porque nela existem coordenadas simbólicas, ainda que inoperantes. Esse tipo de atuação serve-se do recurso da fantasia para mostrar uma cena dirigida ao Outro – representa uma história em ato. O Outro é convocado e, em cena, lhe é mostrado o objeto da angústia; obviamente, não o objeto, mas uma falácia colocada em seu lugar. O *acting-out* é um apelo em ato para que um outro produza uma ordem, ordene o mundo do sujeito, refaça o

enquadre desarranjado. Como foi afirmado anteriormente, nas chamadas delinquências juvenis encontramos a proeminência desses atos. Os atos infracionais na adolescência, em sua grande maioria, devem ser localizados dentro da perspectiva do *acting-out*.

A passagem ao ato acontece quando se conjuga a emoção no momento de mais intenso embaraço. Jacques-Alain Miller (1993), retomando o conceito lacaniano de passagem ao ato, vai dizer que a passagem ao ato é o suicídio do sujeito. Nela, faltam coordenadas simbólicas e o sujeito sucumbe se identificado, imaginariamente, ao objeto. A passagem ao ato é, em geral, um ato mudo, de sentido mais trágico e de maior risco. Geralmente, são atos solitários e sem público. Nestes atos, a angústia sobrepõe ao sujeito, ele fica identificado ao objeto causa de sua angústia e, ao pretender expulsá-lo da cena, pode expulsar a si mesmo, como nos demonstram os casos de auto-extermínio. Nos casos de passagens ao ato contra outrem, pode-se atacar no outro, seu eu, seu “supereu”, ou a si mesmo. São formas diferentes de fazer a extração, o excesso, quando o objeto está localizado no outro. Na primeira modalidade, temos o caso das irmãs *Papin*, no segundo, *Aimée* e no último, os crimes de *kakon*.

Devemos demarcar que estes dois conceitos - *acting-out* e passagem ao ato - nos mostram a dimensão de um atuar no lugar de dizer. Atuar no lugar de dizer é também a definição que Jacques-Alain Miller nos dá dos chamados novos sintomas – os quais ele denomina patologias do ato. Nessa nova perspectiva, o sintoma – como resposta de um sujeito do inconsciente – não se formula, não apresenta uma formação sintomática articulada ao desejo inconsciente. Quando o significante do desejo falta, seja por estar foracluído, seja por não estar relacionado a um ideal simbolicamente articulado, a resposta que deveria ser subjetiva não acontece. Em seu lugar surge um ato. Por isso, no ato não há um sujeito, prevalece a versão do objeto.

Na clínica clássica, o objeto *a* aparece como o resto ou o produto do discurso do mestre, o discurso do inconsciente. Como efeito, o objeto na neurose encontra-se velado na fantasia inconsciente. Na clínica dos atos, o objeto não surge da mesma forma, ou seja, articulado em discurso no inconsciente: ele é atuado.

Para que o mundo do sujeito seja articulado em discurso, é preciso que ele seja estruturado no mundo dos significantes e, para isso, é necessária a intervenção do significante do Nome-do-Pai, que este significante intervenha como Outro. No caso das psicoses, a foraclusão desse significante impossibilita que esta operação, chamada por Lacan de “Metáfora Paterna”, seja realizada, o que aumenta a promessa das passagens ao ato. Nos casos que apresentam atuações, mas que não se tratam de psicoses, podemos considerar que estas podem acontecer a partir do que Lacan (1938) designou de declínio da imagem paterna.

A clínica contemporânea, segundo Miller (1996[97], 2005), é a clínica do Outro que não existe. Isso quer dizer que o grande Outro que deveria veicular o ideal articulado à sublimação e a renúncia e que promoveria o laço social, não é encontrado de forma hegemônica. Ou seja, o ideal do eu configurando um tipo para que o sujeito possa se identificar e localizar seu gozo como fálico, da forma como Lacan (1958/1998) nomeou em seu escrito *A significação do falo*, isto é, o tipo ideal de seu sexo.

A partir desse Outro se estabelecerá a articulação entre o grupo vital e o funcional que Lacan faz referência do texto da criminologia. Correlato ao declínio desse Outro do ideal, surge uma figura feroz que exige satisfação, o “supereu”. Portanto, nessa clínica dos atos, temos que considerar as conseqüências das novas formas de apresentação do objeto para o sujeito. Ou seja, considerar que o tipo exigido não é o da sublimação e da renúncia, mas aquele que usa os objetos produzidos para gozar, sem restrição. Esse tipo dificultaria o estabelecimento de laço social, já que sua incidência se daria a partir da falha existente na relação entre o grupo vital e o grupo funcional, como já foi ressaltado.

Podemos seguir as indicações dos trabalhos realizados pelos psicanalistas diante dos sintomas sociais no pós-guerra e vemos, de certa forma, um cenário parecido com o nosso. Quer dizer, as condições daquele tempo propiciavam sintomas articulados ao contexto social, econômico e político da época, cuja manifestação nos jovens era chamada de delinquência. Contudo, parece que a comparação termina por aqui. O mundo não é mais o mesmo, ou o Outro não funciona da mesma forma. Ele não é mais o Outro da transcendência, dos ideais, da renúncia ou da crença. Um Outro que transmitia a castração e estabelecia o objeto como causa de desejo. As modificações no campo do Outro acarretam mudanças na clínica.

Fizemos referência às diferentes formas dos crimes nas psicoses, mas também vamos considerar as diferenças na apresentação da delinquência nos jovens, com o objetivo de comparar as distintas causas do crime.

7.4 Novos sintomas: novas formas de delinquência

Em certo aspecto, a delinquência, pode ser considerada, comparando ao sintoma clássico, a um novo sintoma, de acordo com a definição que Jacques-Alain Miller (1996[97]/2005) deu a esse conceito. Um novo sintoma é aquele que demonstra a prevalência do atuar no lugar de dizer, é aquele que não faz uso da barreira do recalque para se defender da angústia; por isso os novos sintomas são considerados patologias do ato. Essa nova forma de apresentação do sintoma rompe com a significação fálica em relação à questão do desejo e

do gozo. Assim, são apresentados atos no lugar de utilizar da estrutura simbólica. Portanto, vamos desenvolver a seguinte questão: em que medida os atos, quando considerados crimes ou delitos, respondem ao encontro com o objeto que causa angústia, de forma semelhante a que foi abordada?

A clínica clássica da neurose mostrava o seguinte: um ideal era instaurado no sujeito e esse, marcado pela falta, deveria se dirigir ao campo do Outro para encontrar o objeto de sua fantasia. Na psicose isso se faz de forma distinta, pois o psicótico não vai recuperar o objeto, visto que ele não o perdeu, não houve a extração simbólica do objeto para que se constituísse a causa do desejo – segundo expressão de Lacan, o psicótico tem o objeto no bolso. Por isso, nessa estrutura não haveria uma fantasia para ligar o sujeito ao campo do Outro visando o objeto. Ter o objeto, para qualquer um, é um estorvo. Sobretudo, porque, no lugar do objeto funcionar como causa do desejo do sujeito, a presença do objeto excesso exige mais gozo. Em decorrência desse excesso, vemos as passagens ao ato nas psicoses visando sua extração no real.

Lacan aborda no *Seminário 10* (1962[63]/2004) os problemas que surgem quando a falta, falta e, a este aspecto, já fizemos referência neste capítulo. Nesse Seminário ele também lembra a constituição do objeto como o estranho familiar. Embora o objeto seja buscado porque falta, ele não é para ser encontrado, para que o sujeito do desejo esteja operando, é no estatuto de causa que o objeto deve ser mantido. Do contrário, figurando no lugar de mais gozar, surge a angústia como assinalando a presença do real do gozo.

Todo ato tem relação com o objeto, inclusive o que estamos aqui designando como ato criminoso – no ato de um crime, o objeto é visado. Mas, não se trata do objeto na sua relação com a falta, com o desejo. Sem o amparo do desejo, no ato criminoso o objeto se apresenta, ele se manifesta. Portanto, ao atuar, um crime é uma forma de pretender fazer um curto – circuito na articulação do objeto com sua falta, com a castração. Com sua ação, o criminoso vislumbra ter acesso ao objeto fora de sua significação fálica.

Porém, isso se faz de modos distintos, quer se trate da neurose, da psicose e da perversão, já que essas estruturas apresentam maneiras distintas de lidar com a castração, com o Outro e com o objeto.

Sabemos dos trabalhos que atualizaram a clínica psicanalítica de orientação lacaniana no campo dos atos criminosos, na psicose e na perversão. No campo da psicose, temos, principalmente, o trabalho de Francesca Biagi-Chai no caso Landru. No campo da perversão, a psicanálise de orientação lacaniana tem mostrado que, em sua maioria, os casos que são

apresentados como monstros e perversos são, na verdade, casos de sujeitos psicóticos. O livro de Silvia Tendlarz e Carlo Dante García, *A quién mata el asesino* (2006), mostra isso.

Nos casos que são considerados perversão, há uma discordância entre a orientação lacaniana da psicanálise e outras leituras psicanalíticas. Nessas últimas, vemos uma tendência de manter o diagnóstico de perversão para casos que, sob a orientação lacaniana, seriam considerados psicóticos. Fazemos referência ao livro de Susini, *L'auteur du crime pervers* (SUSINI, 2004). Tudo indica que os casos apresentados nesse livro tratam de psicose, embora a autora afirme que são perversos. Assim, vemos prosseguir atualmente a tendência iniciada por alguns psicanalistas pós-freudianos, sob influência de Melitta Schimideberg (1956), de considerar os atos criminosos na perspectiva dos atos perversos.

Então, em nossa época, a psicanálise de orientação lacaniana tem atualizado a leitura dos atos criminosos nas psicoses, como foi apresentado, mas, também, é preciso atualizar a leitura dos casos de neurose. Atualmente, da mesma forma que na psicose, haveria para o neurótico a apresentação do objeto, como Jacques-Alain Miller demonstrou na conferência “Uma fantasia” (MILLER, 2005). Nessa conferência, Miller considerou os efeitos para a subjetividade contemporânea de não estar orientada por um ideal, mas comandada pelo objeto da satisfação. Por isso, torna-se relevante investigar os atos criminosos comandados pelo objeto, na perspectiva dos novos sintomas. Mais ainda, verificar se esses atos poderiam ser considerados os crimes do real, mesmo na neurose.

Estamos considerando que, também na neurose, vemos casos nos quais sobressai a dimensão do objeto, numa perspectiva que nos parece nova. A delinquência, em sua forma tradicional, apresentava, geralmente, o ato de furtar um objeto do Outro. Este objeto valia para fazer um furo no Outro, ou para conferir um brilho fálico a seu portador, inserindo-o no campo do Outro por meio de um objeto desejado. Nesses casos, sobressai a presença da falta: em relação ao objeto, ao desejo, ao Outro e à lei. Esses casos também apresentam uma resposta subjetiva, a partir das consequências do ato. São os casos onde o sujeito responde, conectando seu ato ao universal da castração. Por isso, essa forma tradicional de delinquência tem relação com a lei. Trata-se de alguém que se relaciona à lei do desejo e que o ato chama para que ela se apresente: isso quer dizer de alguém que cai sob a lei do Outro. Mesmo numa agressão, num assassinato, esta relação se estabelecia – a dimensão de alteridade estava presente, ao se culpar, por exemplo.

Atualmente, estamos diante de uma profusão de objetos ofertados para o gozo. Jacques-Alain Miller (2005), na conferência citada acima, sustentou que o sujeito

contemporâneo, ao contrário do que se afirma, não é um desorientado em função da inexistência de um Outro, ele continua orientado, não mais pelo Outro, mas pelo objeto.

Hoje, se faz presente o declínio dos ideais e ascensão dos objetos de consumo. Cada vez mais, a relação com o objeto que não se faz pelo desejo. O objeto como falta era buscado no campo do Outro, porque ele se constituía como alteridade. Se o Outro não se articula como um campo de alteridade, quando o estranho é avistado, é preciso eliminá-lo. Isso está de acordo com a profecia de Lacan da escalada do racismo (LACAN, 1973/2003, p.532).

Para exemplificar esse movimento, ressaltamos o aumento dos crimes onde o corpo é o objeto – na forma de espancamentos, lesões corporais e, mesmo, homicídios – principalmente entre os jovens. Ressaltamos também os casos de adolescentes que expõem seu corpo, de forma mortífera, para ser golpeado. Trata-se de atos que demonstram, muito mais, uma desordem pulsional que se apresenta na forma de atos de violência, não uma ligação com o objeto a ser visado no campo do Outro. Esses atos indicam que podem ser tomados como provenientes do real. Melhor dizendo, indicam novas formas de apresentação do sintoma de delinquência.

No caso do Brasil, ironicamente um país que preconiza que não há racismo, é possível considerar que esses crimes têm se tornado típicos. Nos Estados Unidos e em outros países, os assassinatos em massa, praticados por sujeitos psicóticos, têm sido considerados por vários autores os crimes do real. Aqui, talvez possamos considerar o extermínio praticado pelos jovens, os principais exemplos desses crimes. Especialmente ligados à droga, mas não somente, o extermínio, como o nome indica, visa eliminar o estranho a cada vez que ele aparece.

Cottet, como foi dito, colocou um problema para a responsabilidade nos casos dos crimes que trazem a marca da sexualidade e que são considerados como perversos. No nosso caso parece serem esses atos – os de extermínio – que colocam, atualmente, um problema no que diz respeito à responsabilidade. Os criminosos nazistas afirmavam que estavam cumprindo ordens, esses jovens também: eles se encontram na iminência de se depararem com o inimigo, com o estranho, encontram-se justificados pelo medo, o objeto fóbico se apresenta e eles têm que se defender. Da mesma forma que os criminosos nazistas, eles se justificam pelas intenções, não pelas conseqüências. A punição, para eles, não guarda a relação de um sujeito a um ato. Luis Eduardo Soares (2006) comenta as práticas justiceiras realizadas pelos jovens nas favelas. Nessas práticas, não há como um sujeito responder, não há procura pela verdade, pela resposta, há uma eliminação. Não basta matar, é preciso dominar

o objeto, por isso, o corpo é retalhado, esquartejado, dominado e seus pedaços exibidos. Só assim o estranho é eliminado.

Apesar de referirmos à droga e ao tráfico, não vamos considerar as conseqüências específicas desses fenômenos para a criminalidade juvenil – isso demandaria uma outra direção nessa pesquisa. Por ora, vamos considerá-los como objetos a serem consumidos, como qualquer objeto que se preste a isso: drogas, armas, corpos, crianças. A oferta dos objetos em profusão e eles estarem em posição de comando, foi o fator que modificou o cenário de constituição dos atos de violência.

Portanto, um ato infracional, quando considerado um desvio, na perspectiva do objeto, é um extravio da regulação da norma fálica. Por isso, a delinquência, de certa forma, pode ser considerada um novo sintoma. Como afirmamos, o novo sintoma, de acordo com o que nos apresenta Jacques Alain Miller, apresenta um gozo fora do recalçamento. Contudo, nas chamadas delinquências tradicionais – articuladas ao significante, a uma história, a um romance familiar - encontrávamos uma articulação do desejo presente. Comparando o sintoma tradicional com a atuação, o neurótico comum retorna a castração para si, simbolicamente, através de uma formação do inconsciente, enquanto o delinquente atuava, principalmente, através de *acting-outs*.

As novas formas de apresentação da delinquência, ao contrário, apresentam a passagem ao ato. Dessa forma, a própria nomeação de delinquência pode ser questionada. Não se trata de um desvio da norma para nela se inserir, mas, de uma ruptura. Por isso, é possível considerar que não se trata de crimes – atos relacionados a uma lei – mas, do retorno da violência em ato.

Hoje em dia, a orientação lacaniana de Jacques Alain Miller tem como desafio pensar a manutenção da psicanálise como avesso do discurso do mestre. Esse desafio se mantém na clínica dos atos criminosos. A lógica que orienta os crimes não é a da falta, mas do excesso. Mesmo que esses crimes sejam cometidos em lugares precários, do ponto de vista econômico e social, encontramos uma profusão de objetos, inclusive o corpo.

7.5 A causa do crime: ato e responsabilidade

Afirmamos que o ato tem uma causa – a presença do real do gozo. O ato criminoso se constitui uma defesa contra a angústia que sinaliza a presença do objeto. Então, o ato é uma espécie de resposta. Todavia, é uma resposta que exclui o sujeito: em seu instante, o ato não comporta a presença do sujeito. Aliás, os atos se produzem quando um sujeito não pode aparecer. Nas atuações há um curto-circuito do inconsciente do sujeito, há uma destituição

subjetiva e uma submissão ao objeto. O ato é um efeito de uma causa – a presença do objeto – mas, ele, também, produz conseqüências. A partir das conseqüências do ato o analista irá operar, buscando produzir um sujeito onde estava um ato. Essas conseqüências deverão estar, necessariamente, relacionadas ao que desencadeou a atuação. Contudo, a operação analítica não se fará da mesma forma em cada um dos casos. Como já foi abordado, um ato criminoso não é o mesmo, ele pode ser realizado a partir de um *acting-out* ou de uma passagem ao ato, e cada uma dessas modalidades não se fazem da mesma forma, caso estejamos diante de uma neurose, de uma psicose ou de uma perversão.

O criminoso neurótico definido por Freud, respondia com atos, a partir do Édipo, e neles era possível verificar o matiz do sentimento de culpa regularizando sua subjetividade. Freud postulou dois tipos de criminosos, basicamente: os criminosos por falta – em conseqüência de um sentimento de culpa, quer dizer, aqueles que estavam em falta com o Outro. Ele também abordou aqueles que se consideravam exceções – que demonstravam um excesso.

Pensar uma clínica com sujeitos que praticaram atos infracionais, a partir da referência do Édipo conduzia a uma lógica específica da direção do tratamento. Implicava em fazer valer um tipo de resposta sobre o ato que tinha no Édipo sua coordenada. O tempo da clínica do Outro que não existe e da submissão ao objeto, implica numa modificação da direção do tratamento com esses sujeitos.

O pensamento freudiano que se estrutura em torno do Édipo, em última instância, está hoje bem assimilado pelas instituições judiciais. De certa forma, ele está de acordo com os ideais preconizados pelas instituições judiciais. Mudar o paradigma acarreta em um desafio para o trabalho com a psicanálise nas instituições judiciais. Com Lacan, o paradigma não se coloca em torno do sentimento de culpa, mas da responsabilidade.

Para Lacan, a relação da psicanálise com a criminologia pode ser vista em duas perspectivas, de acordo com o artigo *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* (1959/1998). Primeiramente, do ponto de vista da terapêutica: para ele, a psicanálise pode lidar com esses casos porque, ao contrário dos outros discursos, não desumaniza o criminoso; ela o tem como sujeito. A partir da operação analítica, ato e subjetividade são passíveis de serem articulados. Em segundo lugar, ele considera essa relação do ponto de vista do progresso da psicanálise. No artigo citado, ele afirmou que um dos objetivos ao escrevê-lo era repensar a doutrina psicanalítica, em função desse novo objeto. Isso nos permite fazer uma inversão em seu título e tomá-lo como uma contribuição que a criminologia pode fazer à psicanálise. Essa contribuição pode ser vista como a

possibilidade de, por meio desses casos, fazer avançar a teoria e a prática analítica além da referência edípica.

Segundo Lacan, não há um vínculo entre sentimento de culpa e responsabilidade. Um dos postulados do texto sobre criminologia é o de que não existe sociedade para a qual não comporte uma lei positiva, e que em nenhuma delas deixa de ocorrer as mais diversas transgressões que constituem o crime. A forma de castigar as transgressões, para Lacan, denota a maneira como se pensa a subjetividade. Lacan considera que a idéia de homem que vigora em uma época pode ser inferida pela relação estabelecida entre o crime e a punição que lhe advém. Em todas as sociedades é mantida essa relação, portanto a responsabilidade é universal, ainda que isso exija uma ‘modalização’. Em decorrência disso, Lacan falou em assentimento subjetivo. O assentimento está articulado aos modos de resposta. Esse conceito revela a problemática do sujeito às voltas com a lei. Certamente, a lei que interessa à psicanálise não é a mesma que importa ao direito. Ela não é a norma. A lei jurídica se orienta pelo ideal, tem como objetivo a normatização das condutas. A lei que interessa à psicanálise é aquela que visa o singular, que institui a particularidade. É a isso que se refere o conceito de assentimento.

7.6 As modalidades patológicas do assentimento

Jacques Alain-Miller dedicou seu Seminário do ano de 1987-88, *Cause et consentement*, ao tema de assentimento, como já foi abordado. Ele lembra-nos que, a partir de Freud, sabemos que o encontro do ser falante com a pulsão é sempre traumático. Frente ao traumatismo, o sujeito vai eleger um sentido, mas essa eleição é forçada pelo encontro. Segundo Miller, a estrutura já está lá e o sujeito – como efeito – advém como resposta. É um imperativo que obriga a assumir a causalidade e isso é um paradoxo. O que conhecemos como orientação subjetiva vai se constituir na problemática da posição primeira do sujeito diante da causa. Por isso, a causalidade, para a psicanálise, não é da ordem do significante, mas da pulsão. Do ponto de vista da pulsão, há a causa e, da perspectiva do sujeito, o assentimento. Como lembra Miller, o sujeito não é causa da estrutura, porque ela não é eleita pelo sujeito: o gozo é que a elege. O termo causa trata da conexão do gozo com os modos do assentimento. Neste seminário, Miller contrapõe o assentimento à psicose. Ele afirma que a alucinação ocorre porque, se não há crença, se a causa não adquire valor de existência para o sujeito, ela se faz ‘ex-sistir’ de fora e aparece no real. Todavia, é preciso considerar que o real tem

estatuto de ‘ex-sistência’ para todos, não só para o psicótico. Por isso, anos depois desse seminário ele formulará o conceito de foraclusão generalizada.

Diante da emergência da causa, o sujeito se defende: a defesa é uma distância tomada em relação à causalidade. A operação do recalçamento se constitui como um modo de defesa. O sintoma do neurótico surge quando ele se depara com algo do real cuja presença determina uma resposta. De acordo com Miller, as coordenadas de resposta serão dadas pelo Outro e, em relação a esse Outro, o sujeito se posiciona. Nas respostas neuróticas, pode-se ver que, se algo não vai bem, é por um problema com o Outro. Isso configura uma forma de aparecimento do sujeito do inconsciente que demonstra um tipo de resposta que denominaremos como patologia do assentimento: o sujeito crê que as respostas para sua existência estão em Outro lugar. De forma correlata, pode-se considerar que a atuação, constitui também uma modalidade patológica do assentimento. A atuação é uma maneira do sujeito se esquivar do encontro com o trauma, porque encontrá-lo implicaria em tomar uma posição frente a ele. Para evitar o encontro, o sujeito repete e, repetindo, tudo se mantém, nada se modifica – no caso de um *acting-out*. Quer dizer, permanece o instante de ver o trauma, esquivando-se das conseqüências. Por outro lado, na passagem ao ato, há uma precipitação da conclusão, sem que haja uma subjetivação.

A categoria do inconsciente como sujeito, proposta por Miller no curso *Los usos del Lapsos* (1999/2004), pode ser uma indicação clínica para os casos de transgressão e para o trabalho do psicanalista, nas instituições que se ocupam dos sujeitos que transgrediram as normas. Miller afirma que essa concepção obriga a pensar numa temporalidade que é diferente da repetição. A operação analítica é o que poderá propiciar a construção de um saber a respeito do que constitui o encontro com o gozo, com o trauma. Esse saber deverá ser construído e não encontrado, como se supunha.

O psicanalista que pratica nessas instituições lida com situações que permitem operar no trauma conforme proposto por Eric Laurent no artigo “O avesso do Trauma” (LAURENT, 2004): não mais considerá-lo como um buraco no simbólico cujo sentido deverá ser buscado. Conduzir um trabalho nessas instituições é encontrar formas de dar um tratamento ao gozo, e isso é uma operação de assentimento. No ato não há um sujeito e possibilitar que o sujeito se inscreva é promover o encontro do gozo com o assentimento. O assentimento, como asserção, é o aparecimento do próprio sujeito do inconsciente, no caso de uma neurose. Ou seja, a operação de assentimento visa fazer passar o gozo ao inconsciente. Nas psicoses, outras operações serão buscadas.

Ao longo desta tese foram feitas referências a casos de psicóticos que cometeram passagens ao ato que os levaram ao encontro com a justiça. Algumas dessas passagens ao ato foram classificadas como crimes e quem os cometeu foi chamado a se responsabilizar penalmente: o caso *Aimée*, é um bom exemplo disso. Mas, também temos outros.

Abordamos que existem distintas formas de passagem ao ato nas psicoses. No caso de *Aimée*, Lacan considera a passagem ao ato no contexto de um delírio de autopunição e para esses casos ele afirma que, talvez, aquele que comete uma passagem ao ato levado por esta causa, seja melhor que encontre uma sanção. No caso de *Aimée*, a prisão promoveu o encontro com a significação de seu ato, um corte foi realizado. Isso quer dizer que os casos em que a passagem ao ato é realizada a partir de um delírio persecutório, de uma invasão do Outro, o sujeito, sendo chamado a dizer sobre seu ato, pode responder. Nesses casos, encontramos a articulação do ato a uma lei. O ato é considerado crime pela justiça, e pelo sujeito. Mesmo que ele diga que foi um dever, ele formula uma resposta em relação ao ato que o conecta a uma lei – mesmo que ela seja delirante. Portanto, nesses casos a passagem ao ato pode ser tomada como um crime, ou seja, algo que recebe inscrição no campo do Outro, e sobre o qual ele deverá responder. Ele poderá falar do ato, de suas causas e de suas consequências.

Em outros casos, isso não será possível. Um outro tratamento será preciso porque, principalmente, a passagem ao ato não será considerada um crime, nem para a justiça, nem para aquele que o cometeu. O trabalho do psicanalista, no acompanhamento desses casos, não será o de acompanhar os efeitos da lei para a responsabilidade do sujeito, verificar de que formas o sujeito poderá aparecer. Há um trabalho anterior a ser feito.

Isso acontece, sobretudo, em casos cuja presença da psicose pode ser detectada, não sobre um ponto forclusivo, mas por meio de um gozo sem localização e que incide sobre o corpo do sujeito. Trata-se de sujeitos que não conseguiram um ponto de ancoragem, ou seja, um *sinthoma*⁹, para manter unidas as instâncias do real, do simbólico e do imaginário. Nessa impossibilidade, ele atua. Esses casos são aqueles que se configuram como os crimes do real, tal como aborda Biagi-Chai – atos orientados pela conjunção de S1 e *a*. Em alguns desses casos, ser nomeado como criminoso pode configurar um ponto de ancoragem e o sujeito se amarra nessa nomeação e, a partir dela, responde ao Outro. Em outros, um ponto de nomeação

⁹ Em seu Seminário 23 sobre Joyce, Lacan passou a grafar sintoma como *sinthoma*. Neste seminário ele ressalta o que havia começado a desenvolver no Seminário RSI – o pai como um sintoma, um artifício usado para manter enlaçados os registros do Real, do Simbólico e do Imaginário. Através deste quarto nó, os fundamentos de uma subjetividade podem ser sustentados.

deverá ser produzido para que o sujeito possa se localizar e articular uma conexão ao campo do Outro.

O que se quer ressaltar é que, assim como o ato criminoso não é único, ele também não responde a uma mesma causa, nem produz as mesmas conseqüências. Por considerar essas particularidades, a justiça incorporou algumas modificações na sanção ao ato criminoso. Os atos cometidos por infratores neuróticos e adultos serão penalizados, os atos cometidos por psicóticos terão um tratamento diferente, eles serão declarados inimputáveis e os adolescentes receberão medidas sócio-educativas.

O psicanalista, no encontro com o direito, irá trabalhar a partir dessas ficções jurídicas e, se for de orientação lacaniana considera que sua prática será exercida no encontro com o direito, ele não vai pretender substituir a resposta jurídica. A psicanálise poderá ser de benefício para que o sujeito possa aparecer a partir do ato e de suas conseqüências.

Sabemos que a resposta em ato não aparece de forma indistinta nas pessoas. Há algumas particularidades que favorecem as atuações. Por isso, destacamos duas delas: o desencadeamento de uma psicose e a adolescência. Nessas duas situações, o sujeito se encontra às voltas com um real sem possibilidade de simbolização, cada uma de uma forma distinta. Por isso, ressaltamos cada uma dessas modalidades de encontro com o real como promovendo particularidades nas atuações, ou seja, respondem de forma distinta ao encontro com o real.

O encontro com o psicanalista visará uma resposta conectada à sua subjetividade, não um ato no lugar do sujeito. Por isso, a responsabilidade em psicanálise não diz respeito ao cumprimento da norma jurídica, ela está relacionada aos modos de resposta subjetiva. Na clínica psicanalítica em interface com a justiça, é preciso verificar se o sujeito aparece e de quais modos, ou seja, qual posição ele responde à emergência do real. A resposta pode estar conectada ao Outro, ou em ruptura com a rede de significantes. É preciso estar advertido de que determinadas condições produzem algumas respostas típicas, mas não se esquecer que a responsabilidade, para a psicanálise é sempre a de um sujeito.

Na sequência, passaremos a alguns fragmentos de casos para ilustrar o que se pretende demonstrar – a delinquência como uma nova forma do sintoma.

7.7 Caso clínico

Hugo, jovem de dezoito anos, era considerado um bom jogador de futebol, o que lhe dava uma projeção entre seus colegas. Fazia sucesso entre as mulheres, era um conquistador – estava sempre com várias meninas. Havia uma cobrança familiar para que ele assumisse

responsabilidades na vida – que ele voltasse a estudar e começasse a trabalhar. Ele não havia concluído o ensino fundamental e não procurava um emprego, justificava-se que queria ser jogador de futebol. Contudo, não fazia nenhum movimento mais efetivo para ser um atleta profissional. Havia conseguido ser recebido para testes em alguns clubes, mas não os levava a sério – chegava atrasado, começava a discutir com alguém durante os treinos. Sempre estava se envolvendo em brigas e discussões – durante os jogos, nas festas, na família. Diante de um sinal de crítica, quanto a sua atuação no futebol, ou qualquer ponto, era recebido por ele como uma falha apontada e que não era suportada – reagia com agressividade. Nessas situações, causava estranheza aos conhecidos, afinal, era alguém considerado “tão gente boa”! Enquanto não resolvia sua vida, conseguia algum dinheiro fazendo algumas contravenções, pequenos furtos, arrombamentos e vendendo drogas. Essas atuações lhe valeram algumas medidas socioeducativas.

Em um final de semana, um sábado à tarde, saiu do futebol e foi tomar uma cerveja com os amigos, como sempre fazia. Sua intenção era ir para a casa mais cedo, não ia beber muito, porque havia combinado de sair à noite com uma garota que estava paquerando havia um tempo. Porém, começou a olhar, assim como os outros homens, para uma garota que estava no bar. Colocou para si a tarefa de conquistá-la. Começaram a conversar, a se abraçarem e beijarem e, depois, saíram do bar e foram no carro dele para um local afastado – um campo de futebol. Só se lembra que na manhã seguinte acordou com a polícia em sua casa, a garota havia sido encontrada morta em decorrência de um traumatismo craniano. Ele foi condenado a 16 anos de prisão por homicídio.

Na prisão fica tranquilo, entra no time de futebol, tem bom relacionamento com os outros presos e os funcionários, era considerado “sangue bom” por todos eles. Arruma várias mulheres para visitá-lo e recebe o apelido de Hugo dos colegas (Hugo: o gostosão). Tudo ia bem, não fosse sua agressividade: no futebol e quando sofria críticas no trabalho que executava na prisão. Procurou o serviço de Psicologia encaminhado por seu chefe – sua agressividade estava lhe prejudicando, já havia perdido alguns benefícios. Nos atendimentos, fala dos relacionamentos na prisão e da agressividade.

Quando começa a falar do crime, diz que não se lembrava, mas, não teve como se defender, tudo indicava que tinha sido ele. Conta depois que a única coisa que se lembrava era de ter ficado nervoso com a moça – lembra-se que ela estava rindo muito, estava bêbada. Ele achou que ela estava rindo dele, que ela começou a fazer gozações, a fazer brincadeiras com o sexo dele, com seu pênis. Eles estavam em pé, ao lado do carro, encostados em um

poste. Lembra-se de começar a dar alguns “tapas” nela, na cabeça, para que ela parasse de rir dele, ela caiu no chão e ele, com raiva, foi embora, deixando-a ali machucada.

Este caso apresenta, inicialmente, uma série de atos que demonstram uma forma de delinquência tradicional. Através dos *acting-outs* Hugo se fazia aparecer para o Outro. Suas atuações – furtos, venda de drogas, arrombamentos – eram tentativas selvagens de construir formas de atravessar a adolescência e ser um adulto. Para ele, se fazer respeitar equivalia a ter acesso aos objetos: carro, dinheiro, roupas, mulheres. Estes objetos eram ostentados em sua vertente imaginária. Mantinha, assim, sua posição de “gente boa”, de “sangue bom” para o Outro. Ele chega nos atendimentos ostentando este lugar na prisão. No entanto, esse sujeito “sangue bom” encontrava nos momentos de rivalidade imaginária com o objeto estranho: sua agressividade demonstrava isso. Ela aparecia quando ele vislumbrava que os objetos ostentados não lhe garantiam ser alguém para o outro. Em um desses momentos, a passagem ao ato se fez.

Antes do julgamento, a violência com que ele agrediu a moça levantou a suspeita de uma psicose. Motivado pelo encontro com o objeto, ele exterminou aquela que ele supôs ter visto o que ninguém via, que era velado, mas apresentado nos *acting-outs*.

Este fragmento de caso ilustra algo que temos ressaltado como característica da clínica contemporânea da delinquência. Cada vez mais a presença das passagens ao ato, do retorno da violência em ato. Uma profusão de objetos, um excesso, uma busca cada vez maior para colocar esses objetos em cena, por um lado. Por outro, a demonstração, através das passagens ao ato, da falência dessa estratégia. Na clínica vemos que são, geralmente, aqueles que recorrem aos objetos – armas, mulheres, carro, droga - para garantir sua posição, que encontram a impostura que esta estratégia tenta encobrir. Nesse encontro, não há mais o que fazer, nenhum objeto a sustentar a virilidade, resta a passagem ao ato.

III. Conclusão

Esta pesquisa procurou, a partir da orientação lacaniana, formalizar a ação do analista frente às novas configurações do aparecimento do mal-estar na civilização, tomando, especificamente, as atuações violentas como paradigma.

Primeiramente, buscamos verificar se seria possível afirmar que a violência surge na atualidade de uma forma peculiar, como um novo sintoma. Buscamos, também, elementos para verificar se é possível considerar que, nesse novo contexto, houve um declínio da noção de crime e da responsabilidade.

Consideramos que os pressupostos da psicanálise freudiana foram elaborados dentro da lógica do crime como articulação da violência na subjetividade. Por isso, ao atuar e encontrar a resposta da lei, através da punição, o sujeito aparecia, como resposta, geralmente, através da culpa. Para Freud, era possível operar com a violência a partir do momento em que ela se configurava como um crime, isto é, na medida em que estivesse relacionada a uma lei instituída, no caso, o complexo de Édipo e o desejo inconsciente. Considerar-se culpado de um crime – cometido ou desejado – era uma maneira de se responsabilizar e manter tudo dentro da lei.

Lacan, por sua vez, pensou a responsabilidade, sobretudo, a partir da punição. Segundo ele, a responsabilidade é o castigo. Na concepção lacaniana, o assentimento a uma lei, de costume ou de direito possibilitaria a emergência do sujeito como resposta.

Contudo, a configuração da violência no mundo contemporâneo nos mostra que, talvez, estamos diante de uma mudança. Existe uma dificuldade em localizar a violência na lei simbólica, articulando a agressividade na subjetividade. Assim, a agressividade é atuada, manifestando-se como atuação violenta.

Segundo Jacques Alain-Miller, estamos na época do Outro que não existe. Essa afirmação nos orientou na verificação das mudanças, não somente na forma dos sintomas, como nos mostra Miller, mas, também, na configuração do crime e, por conseguinte, da possibilidade de responder diante do Outro da lei.

Desde Freud, vemos que a psicanálise tenta estabelecer com o campo jurídico uma interlocução. Contudo, a violência não é um conceito que encontramos nos textos psicanalíticos. Nem Freud, nem Lacan, fizeram desse tema objeto de investigação direta. Eles desenvolveram trabalhos sobre a agressividade, a violência das guerras, o crime, a punição, o sentimento de culpa, a transgressão, a responsabilidade.

As elaborações produzidas por Freud e Lacan diziam respeito às problemáticas subjetivas que traziam em seu cerne uma dificuldade em relação à lei simbolicamente determinada. Freud desenvolveu a psicanálise em um mundo no qual se podiam ver os indicativos de uma crença na autoridade da lei. O Édipo freudiano foi uma demonstração dessa crença. Crer no pai é crer numa lei, Lacan acrescentou.

O sujeito neurótico – histérico ou obsessivo – mostrava por meio do seu sintoma que a lei do pai funcionava porque esse falhava e, dessa forma, transmitia-se a castração. O que era sentido como mal-estar era o retorno da falha do pai sobre o sujeito, produzindo sintomas. Todavia, vemos atualmente na clínica que, quando o ponto de referência outrora representado pela lei edipiana vacila, o mal-estar retorna, não apenas simbolicamente, pelos sintomas, mas em atuações, e, em grande parte dos casos, atos violentos.

Portanto, a partir dos ensinamentos de Freud e Lacan, buscamos pesquisar a configuração que os atos de violência, considerados como crimes, adquirem em um contexto como o nosso, no qual há um declínio do Outro e a ascensão do objeto *a* no zênite da civilização como abordamos, seguindo a orientação lacaniana de Jacques-Alain Miller. Essa mudança de configuração nos permitiu sustentar que existe, hoje, a proliferação de novas formas de delinquência diferentes das delinquências consideradas por Lacan em seu escrito sobre criminologia e os pós-freudianos. No pós-guerra, a psicanálise viu surgir sintomas sociais na forma de delinquência. Essas formas de delinquência atuavam, através de *acting-outs*, a falta no campo do Outro, ou seja, era uma forma de denúncia da falta e, ao mesmo tempo, um chamado ao Outro. Por isso, vemos nos textos desses psicanalistas uma separação radical entre os *acting-outs* dos jovens delinquentes, como eram chamados na época, e as passagens ao ato nas psicoses. Na maior parte dos casos, não havia para os psicanalistas uma dúvida diagnóstica. O crime estava bem delimitado e demarcado. Isso não ocorre atualmente e foi isso que pretendemos demonstrar com os casos apresentados.

Os casos de psicoses – *Aimée, irmãs Papin, Mme. Lefebvre, os assassinatos imotivados* – demonstram a passagem ao ato e a resposta da lei jurídica a estes atos, assim como as respostas da psicanálise.

Os casos de delinquência que foram discutidos a partir do trabalho de Aichhorn, Mme. Boutonier, Kate Friedlander, ilustram as formas de delinquência como sintomas articulados ao Outro social, assim como o trabalho dos psicanalistas com estes casos.

O caso *Landru* traz uma contribuição que ressalta os homicídios como passagens ao ato, não como atos de perversão, como se acreditava na época. Através dessa leitura feita por Biagi-Chai, a psicanálise atualiza sua contribuição à criminologia.

Através do caso de Hugo, pretendemos também ilustrar essa atualização. Trata-se de um caso, dentre outros que podemos encontrar que estão às voltas com o cumprimento de medida socioeducativa ou de pena privativa de liberdade e que trazem a marca da violência. São casos que apresentam não os *acting-outs* presentes nas formas tradicionais de delinquência, visando incluir no campo do Outro, mas, ao contrário, demonstram uma ruptura do campo do Outro, através da passagem ato.

Baseada na interlocução da psicanálise com o direito penal, esta tese pretendeu refazer o percurso dessa interface, buscando atualizar a contribuição da psicanálise à criminologia nos dias de hoje. Partindo da descoberta de Freud, do ensino de Lacan e da orientação de Jacques-Alain Miller, esperamos ter localizado o trajeto que cabe ao psicanalista neste campo, para que este não se desvie do caminho traçado por Freud.

IV. Referências

Textos de Sigmund Freud

- FREUD, S. **A interpretação dos sonhos** (1900-1901). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v.5, p.543-566 (Edição Standard das obras completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **A negativa**. (1925). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v.19, p.293-300. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **A perda da realidade na neurose e na psicose** (1924). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 21. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos** (1906). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v.9, p.101-115 (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **Caráter e erotismo anal** (1908). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 9, p. 175-181. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **Além do princípio do prazer** (1920). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v.18, p.17-85. (Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho analítico: Criminosos em consequência de um sentimento de culpa** (1916). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v.14, p.375-377. (Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **Dostoiévski e o parricídio** (1928). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v.21, p.203-227.(Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **Inibições, sintomas e ansiedade** (1926[1925]). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 20. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **Introdução a ‘A Psicanálise e as neuroses de guerra’**(1919). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 17. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **Moisés e o monoteísmo** (1939). Rio de Janeiro: Imago, 1969, v.23, p.13-161. (Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **Neurose e psicose**. (1924[1923]). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 19. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **Notas sobre um caso de neurose obsessiva** (1909). Rio de Janeiro: Imago. 1969. v.5, p.157.-317. (Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. **O ego e o id** (1923). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 19, p. 13-83. (Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **O Futuro de uma ilusão** (1927). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 21. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **O mal-estar na civilização** (1930). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v.21, p.75-171. (Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **O problema econômico do masoquismo** (1924). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 19, p. 197- 212. (Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **Por que a guerra?** (1933). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 22. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **Prefácio a Juventude desorientada, de Aichhorn** (1925). Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. v. 19. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **Psicologia de grupo e análise do ego** (1921). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 18. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **Psicologia de grupo e análise do ego.** (1921). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v.18, p.89-179. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **Reflexões para os tempos de Guerra e Morte** (1915). Rio de Janeiro: Imago,1969. v.14, p.311-319 (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **Totem e Tabu** (1913). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v.13, p.13-191. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais.** (1919). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 17. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **História de uma neurose infantil.** (1918[1914]). Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 17. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud).

Textos de Jacques Lacan:

LACAN, J. “A agressividade em psicanálise”. In: **Escritos** (1948). Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. 1998

LACAN, J. “A significação do falo” (1958). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, J. “...ou pior” (1971-72). In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LACAN, J. “A ciência e a verdade”. In: **Escritos** (1966). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, J. “A psiquiatria inglesa e a guerra”. In: **Outros Escritos** (1947). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LACAN, J. “Formulações sobre a causalidade psíquica” (1946). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 152-194.

LACAN, J. “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”. In: **Escritos** (1953). Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. 1998

LACAN, J. “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”. In: **Escritos** (1950). Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. 1998

LACAN, J. “Joyce, o Sintoma”. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LACAN, J. “Kant com Sade” (1963). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, J. “Nota sobre a criança” (1969). In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LACAN, J. “O estádio do espelho como formador da função do eu”. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, J. “O mito individual do neurótico” (1953). In: **Falo** – Revista Brasileira do Campo Freudiano, n.1, 1987. p.9-19.

LACAN, J. “Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia”. In: **Outros Escritos** (1950). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003.

LACAN, J. “Radiofonia” (1970). In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LACAN, J. “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”. In: **Escritos** (1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. 1998

LACAN, J. “Televisão” (1973). In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LACAN, J. **Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade** (1932). Rio de Janeiro: Editora Forense – Universitária, 1987.

LACAN, J. **O Seminário Livro 10: A angústia** (1962-63). Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2004.

LACAN, J. **O Seminário Livro 23: o sintoma** (1975/76). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

LACAN, J. **O Seminário Livro 5: As formações do Inconsciente** (1957-58). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999.

LACAN, J. **O seminário: livro 11** – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p.45-65.

LACAN, J. **O seminário: livro 17** – O avesso da psicanálise (1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

LACAN, J. **O Seminário: livro 20** – Mais, ainda (1972-1973). 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LACAN, J. Os complexos familiares na formação do indivíduo. (1938). In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 29 - 90.

LACAN, J. **Primeiros escritos sobre a paranóia** (1933). Rio de Janeiro: Editora Forense – Universitária, 1987. p.374-390.

LACAN, J. **R.S.I., Le Séminaire** (1974-1975). Inédito.

LACAN, J. “Sur les rapports entre la mythologie et le rituel”. In: **Petits écrits et conférences**, (1945-1975). Inédito.

Outros autores:

AGAMBEN, G. **Homo Sacer** – O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002

AGUSTIN, S. “Tratado sobre la Santísima Trinidad”. In: **Obras de San Agustin** – tomo V. 2.ed. Madrid: La Editorial Catolica, 1956.

AICHHORN, A **Jeunes em souffrance – Psychanalyse et éducation spécialisée**. Nimes: Édition Champ Social, 2005. 2. édition.

ALEMAN, J. **El porvenir del inconsciente**. Filosofia/Política/época del psicoanálisis. Buenos Aires: Grama Ediciones. 2006.

ALEXANDER, F. & STAUB, H. **Le criminel et ses juges**. Paris: Galimard. 1934.

ALEXANDER, F. & HEALY, W. **The roots of crime**. New York, 1935.

BADIOU, A. **Ética: um ensaio sobre a consciência do mal**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995.

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas** (1764). São Paulo: Martins Fontes, 1999. 2ª. ed.

BENTHAM, J. “Uma introdução aos princípios da moral e da legislação”.(1789). In: **Os Pensadores**, 2.ed. São Paulo: Abril cultural, 1979.

BENTHAM, J. **O panóptico ou a casa de inspeção** (1787). Organizado por Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000 p. 11-74.

BIAGI-CHAI, FRANCESCA. **Le cas Landru à la lumière de la psychanalyse**. Paris: Éditions Imago, 2007.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 9ª ed.

- BONAPARTE, M. “Le cas de Madame Lefebvre”. In: **Révue Française de Psychanalyse**. Société Psychanalytique de Paris, 1927. p. 141- 197.
- BOUTONIER, J. “Reflexions sur l’autobiographie d’un criminel”. In : **Révue Française de Psychanalyse**, n. 2, avril-juin 1950, pp. 182-214.
- CHAMORRO, J. “Estrutura da culpa”. In: **Opção Lacaniana** : Revista Internacional de Psicanálise, n.18, 1997. p.77-91.
- CLAUSEWITZ, C. V. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 2ª ed.
- COTTET, S. “Criminologie lacanienne”. In: **Révue Mental**. n. 21. França: Fédération Européenne des Écoles de Psychanalyse, 2008.
- COTTET, S. “A aceleração dos efeitos terapêuticos em psicanálise”. In: **Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada**. SANTOS, T. C. (org). Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa. 2005.
- COSTA MOURA, F. “A incidência real da causa em psicanálise”. In: **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 18 - n. 1, p. 117-130, Jan./Jun. 2006.
- DE GREEF, ÉTIENNE. **Les instincts de défense et de sympathie**. Paris: P.U.F., 1947.
- DIAS, J.F & ANDRADE, M.C. **O homem delinqüente e a sociedade criminógena**. Coimbra: Coimbra editora, 1997. 3-62.
- DOBON, J.; MOTTA, C.G. & BEIRAS, I.R. **Sanción: de la pena al acto** – Campo Psi - Jurídico. Colección Aleph Analítico. Buenos Aires: Editores Contemporâneos. 1999.
- DOSTOIÉVSKI, F. **Crime e castigo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1971
- DOSTOIÉVSKI, F. **Os irmãos Karamázov**. São Paulo: Círculo do livro, 1995.
- FAVEZ-BOUTONIER, J. **Psychanalyse et criminologie**. Révue La Psychanalyse Publication de la Société Française de Psychanalyse, n. 2. Paris: Presses Universitaires de France, 1956
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir** – História da violência nas prisões. 10.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- FRIEDLANDER, K. **La délinquance juvenile**. Théorie – Observations – Traitement. Paris: Presses Universitaires de France, 1951.
- GARCÍA, G. “Jacques Lacan y la criminología”. In: **Fundación Etiem** – Publicación de Psicoanálisis y Psiquiatría. n.1. 1995, p.29-35.
- GARCIA, G.L. **Política do sintoma**. São Paulo: Hacker Editores, 1997.
- GAUCHET, M. **La démocratie contre elle-même**. Paris: Éditions Gallimard, 2002.
- GIRARD, R. **A violência e o sagrado**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

- GLOVER, E. “La relation de la formation perverse au développement du sens de la réalité. In: **Ornicar?** – Révue du Champ freudien n. 43. Paris: Navarin Éditeur. 1987, p. 15-37.
- GOFFMAN, E. **Manicônios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 16
- GONÇALVES, L.M. “A declaração universal dos direitos humanos e os sujeitos de direitos”. In: **Opção Lacaniana**. n.22. 1998, p.91-95.
- GONTIJO SALUM, M.J “Uma questão à prática lacaniana nas instituições judiciais: sobre a modalidade patológica do assentimento subjetivo”. In: **Revista Opção Lacaniana**. nº 37. São Paulo, setembro de 2003.
- GONTIJO SALUM, M.J. “A violência e a civilização psicanalítica”. In: **Revista Opção Lacaniana**. n. 44. São Paulo, novembro de 2005.
- GONTIJO SALUM, M.J. **A psicanálise e a lei: uma elaboração das relações entre o crime e o castigo**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da UFMG. Junho de 2001.
- GREISER, I. **Delito y transgresión – uma abordagem psicoanalítico de la relación del sujeto com la ley**. Buenos Aires: Grama Ediciones. 2008.
- GUIRAUD, P. “Os assassinatos imotivados”. In : **Revista Opção Lacaniana**. n. 9. São Paulo, janeiro/março de 1994.
- HESNARD, A. & LAFORGUE. **Les processus d'autopunition**. Paris: Benoit & Steele, 1931.
- HESNARD, A. **L'univers morbide de la faute**. Paris: Presse Universitaire de France, 1949.
- HESNARD, A. **Psychologie du crime**. Paris: Payot, 1963.
- HUNTTINGTON, S. P. **O choque das civilizações e a recomposição da Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- JANINE RIBEIRO, R. “Da responsabilidade na psicanálise”. In: **Dora – Psicanálise e Cultura**. Revista do Instituto de Pesquisas em Psicanálise de São Paulo. Agosto, 1999. p.13-16
- KAUFMANT, Y. “Le crime contre le signifiant”. In: **Quarto: La culpabilité dans la clinique psychanalytique, La cause freudienne en Belgique**, 1988.
- LAGACHE, D. “Contribution à la psychologie de la conduite criminelle”. In: **Révue française de Psychanalyse**. Tome XII, n. 4. Octobre – décembre, 1948. Paris: Presses Universitaires de France.
- LAGACHE, D. “La psycho-criminogênese”. In : **Actes du Congrès international de Criminologie**. Paris, 1950. t. VI. p. 147

- LAURENT, E. “A instituição, a regra e o particular”. In: **Correio** – periódico da Escola Brasileira de Psicanálise – MG, n.15, Belo Horizonte, 2000. p.15-19.
- LAURENT, E. “Como recompor o Nome do Pai”. In: **Curinga** – Periódico da Escola Brasileira de Psicanálise - MG – nº 20. BH, 2004.
- LAURENT, E. “O analista cidadão”. In: **Curinga** – periódico da Escola Brasileira de Psicanálise –MG, n.13, Belo Horizonte, 1999. p.12-19.
- LAURENT, E. **A sociedade do sintoma** – a psicanálise, hoje. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2007.
- LAURENT, E. **As paixões do ser**. Salvador: Publicação da Escola Brasileira de Psicanálise – Bahia, 2000. p. 11-28.
- LAURENT, E. Estratificação clínica da lei. In: **Curinga** – periódico da Escola Brasileira de Psicanálise -MG, n.15, Belo Horizonte, 2000.p.200-205.
- LAURENT, E. O avesso do Trauma. In: **Papéis de Psicanálise**, 1. Belo Horizonte: Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, C. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: **Sociologia e Antropologia**. EPU - Editora Pedagógica e Universitária, EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, v.1, 1974.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural** (1957). 5.ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, C. “Prefácio a obra de Marcel Mauss”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 3ª. reimpressão: 2008. p. 15.
- LOMBROSO, C. **O homem delinqüente** (1876). São Paulo: Editora Ícone, 2007. 224 p.
- MAILLOUX, R.P. **Actes du Congrès International de Criminologie**, Paris, 1950, t. III, p. 280-281.
- MALINOWSKI, B. “Argonautas do Pacífico Ocidental”. In: **Os pensadores**. 2.ed. São Paulo: Victor Civita Editor, 1978.
- MALINOWSKI, B. **Moeur et Coutumes des Mélanésiens**. Paris: Payot, 1933.
- MANZETTI, R.(org.). “Testi del Congresso - Le patologie della legge”. In: **Clinica psicoanalitica della legge e della norma**. Scuola Lacaniana di Psicoanalisi del Campo Freudiano. Torino, 2000.
- MAUSS, M. “Ensaio sobre a natureza e a função do sacrifício”. In: **Ensaio de Sociologia**. Editora Perspectiva, 1981.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. EPU - Editora Pedagógica e Universitária, EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, v.1, 1974.

- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Nayf, 2003. 3 reimpressão: 2008.
- MILLER, J. “A Uma fantasia”. In: **Revista Opção Lacaniana**, nº 42. São Paulo: Edições Eólia, fevereiro de 2005.
- MILLER, J. “Jacques Lacan: Observaciones sobre su concepto de pasaje al acto”. In: **Infornunos del acto analítico**. Colección Algoritmo. Buenos Aires: Atuel, 1993. p. 39-55.
- MILLER, J. “L’Acte entre intention et conséquence”. In: **La cause freudienne: Politique lacanienne**. Paris: Publication de l’École de la cause freudienne, n.42, 1999. p 7-16.
- MILLER, J. “Os seis paradigmas do gozo”. In: **Revista Opção Lacaniana**, nº26/27. São Paulo: Edições Eólia, abril de 2000.
- MILLER, J. “Patologia da ética”. In: **Lacan elucidado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- MILLER, J. “Saúde Mental e ordem pública”. In: **Curinga** – periódico da Escola Brasileira de Psicanálise - MG, n.13, Belo Horizonte, 1999, p.20-31.
- MILLER, J. **A Política lacaniana**. Seminario dictado por Jacques-Alain Miller. Buenos Aires: Colección Diva. 2002. 2ª ed.
- MILLER, J. **Cause et consentement**. Cours de Jacques-Alain Miller, 1987-1988. (Mimeogr.).
- MILLER, J. **El Otro que no existe y sus comités de ética**. Seminario en colaboración com Eric Laurent (1996/97). Buenos Aires: Paidós. 2005.
- MILLER, J. **Los usos del lapso** (1999/2000). Buenos Aires: Paidós. 2004.
- MILLER, J. **Orientation lacanienne III, 7**. Pièce Détachées. 9ème. Séance du Cours. 2 février, 2005. Inédito.
- MILLER, J. **Orientation lacanienne III, 7**. Un effort de poésie (2002-03). Seminario inédito.
- MILLER, J. **Perspectivas do seminário 5 de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- MILLER, J. **Política lacaniana**. Seminario dictado por Jacques-Alain Millar. Colección Diva. Buenos Aires: Edigraf S.A., 2002. 2ª. Edición.
- MILLER, J. **Psicoanálisis y Política**. Colección Orientación lacaniana - EOL. Buenos Aires: Grama ediciones. 2004.
- MILLER, J.A e MILNER, J.C. **Évaluation**. Paris: Agalma. 2004
- MOSCOVICI, S. **A máquina de fazer deuses**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.
- NEWMAN, J.H. **An essay in aid of a grammar of assent** (1870). Toronto: Longmans, Green and Co., 1947.
- NIETZSCHE, F. **Assim falava Zaratustra**. São Paulo: Hemus - Livraria e Editora, 1979.

- PERRIN, G. **Psychanalyse et criminologie**. Paris: Librairie Felix Alcan. 1934.
- PLATÃO. **Górgias**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- RAMÍREZ, M.E. **Ordenes de hierro**. Ensayos de psicoanálisis aplicado a lo social. Medellín: La Carreta Editores, 2007. 174p.
- REIK, T. **La compulsión inconsciente de l'aveu**. Paris: PUF, 1973.
- Révue Confluents** – “Prisons”. Paris: Association de la cause freudienne. Printemps, 2006.
- Révue Mental**, n. 21. “La société de surveillance et ses criminels”. França: Fédération Européenne des Écoles de Psychanalyse. Septembre 2008.
- Révue Quarto**, n. 71 – “Clinique du crime”. Belgique. Mai, 2000.
- ROSANVALLON, P. **Le peuple introuvable**. Paris: Éditions Gallimard, 1998
- ROSANVALLON, P. **Pour une histoire conceptuelle du politique**. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- SANTOS, T.C.dos. **Quem precisa de análise hoje?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- SANTOS, T.C.dos. **Sinthoma: corpo e laço social**. Rio de Janeiro: Editora Sephora/UFRJ. 2006.
- SAUNIER, R. Sobre o acto delictivo. In: **Fundación Etiem** – Publicación de Psicoanálisis y Psiquiatría, n.1, 1995, p.61-65.
- SAUVAGNAT, F. “Jacques Lacan et la criminologie”. In: **Révue Quarto**, n.75. Belgique : Janvier 2002.
- SAUVAGNAT, F. “Melitta Schimideberg, 1904-1983. La fille de sa mère”. In: **Ornicar?** Révue du Champ freudien, 42. Juillet – sept 1987 – année XII. Paris: Navarin editeur, 1987. p.127-131.
- SCHMIDEBERG, M. “Delinquent acts as perversions and fetiches”. In: **The International Journal of Psycho-Analysis**, July-oct. 56, vol. XXXVII, Parts IV-V. p. 422-424.
- SCHMIDEBERG, M. “The psycho-analysis of asocial children and adolescents”. In: **International Journal of Psycho-Analysis** (1935), 16. p.22-48.
- SCHNEIDER, M. **Père, ne vois-tu pas...?**. Paris, Éditions Denöel, 1985.
- SEGÚÍ, L. “Violência, culpa, responsabilidad”. In: **Fundación Etiem** – Publicación de Psicoanálisis y Psiquiatría, n.2, 1996. p.43-51.
- SILVESTRE. “El sentimiento de culpabilidad”. In: **Mañana el psicoanálisis**. Buenos Aires: Ed. Mantial, 1988, p.161-169.
- SOARES, L.E. “O futuro como passado e o passado como futuro: armadilhas do pensamento cínico e política da esperança”. In: **Culturas jovens** – novos mapas do afeto. ALMEIDA, M.I.M, & EUGÊNIO, F. (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006. p. 121-135.

- SÓFOCLES. **Édipo Rei**. Santiago: Publicações Europa-América, 1988. p.2-95.
- SUSINI, M-L. **L’auteur du crime pervers**. Paris: Éditions Fayard. 2004.
- TARDE, G. **Édudes pénales et sociales**. Collection: Bibliothèque de criminologie. Lyon: A Storck, Éditeur. Paris: G. Masson, Éditeur, 1892.
- TENDLARZ, S.E. “A quem o assassino mata?”. In: **Revista Curinga**, n 22. Periódico da Escola Brasileira de Psicanálise – MG. Belo Horizonte. Novembro de 2006. p. 167-182.
- TROBAS, G. **Tres respuestas del sujeto ante la angustia**: inhibición, pasaje al acto y acting out. Buenos Aires: Grama ediciones, 2003.
- TUDANCA, L. **De lo político a lo impolítico** – uma leitura del sintoma social. Buenos Aires: Grama ediciones, 2005.
- ZIZECK, S. **Bem vindo ao deserto do real**. São Paulo: Boitempo editorial. 2003.

ANEXO A

BONAPARTE, M. “Le cas de Madame Lefebvre”. In: **Révue Française de Psychanalyse**. Société Psychanalytique de Paris, 1927. p. 141- 197.

Marie Bonaparte publicou o caso que ficou conhecido como Madame Lefebvre na Revista francesa de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Paris no ano de 1927. Ela teve acesso ao caso no período do julgamento e encontrou a paciente antes de sua condenação e depois, na prisão da cidade de Lille, França, após sua condenação por assassinato.

Marie – Felicite Élise Lemaire - Mme. Lefebvre – nasceu no ano de 1864 e pertencia a uma família de posses. Em 1888, casou-se com Guillaume Lefebvre com quem teve dois filhos. Aos 48 anos, ao se aproximar da menopausa, começa a se queixar de problemas de saúde: problemas intestinais, dores de cabeça e problemas nervosos diversos, insônia.

No ano de 1924, seu filho André, na época com 34 anos, conhece Antoinette Mulle. Mme, com quem decide se casar. Lefebvre se opõe ao casamento dos dois. Enquanto os dois estavam em viagem de núpcias, Mme. Lefebvre fica sabendo que sua nora, juntamente com o irmão dela, queriam entrar com um processo contra a mãe deles e ela diz: “*o que se introduziu em nossa família*”. Ao retornarem de viagem, ela faz uma visita ao filho e à nora e diz que não queria crianças daquela raça, daquela espécie. Sogra e nora não passam a não se encontrarem mais, somente André ia, toda semana, almoçar com sua família.

Quando Antoinette fica grávida, André conta a seu pai, mas fica receoso quanto à reação de sua mãe que, ao ficar sabendo, resta em silêncio. Três meses depois, Mme Lefebvre compra um revólver alegando furtos na vizinhança. Ela tenta se reaproximar de sua nora e, durante um passeio de carro, comete o assassinato com o revólver que havia comprado.

O crime teve uma grande repercussão e, depois de presa Mme. Lefebvre disse sobre seu ato: “eu tinha a impressão de fazer meu dever”. A perícia solicitada pelo tribunal de justiça concluiu que ela poderia responder penalmente pelo crime, apesar de ser solicitada, pelos advogados de defesa, um outro parecer que a declarou psicótica. Marie Bonaparte acompanhou a perícia e teve contato com a paciente depois que ela estava presa e fez sua análise do caso considerando o edipianismo, apesar de concordar com o diagnóstico de psicose. Para ela, havia algo de Jocasta em Mme. Lefebvre.

ANEXO B

AICHHORN, A. **Jeunes em souffrance – Psychanalyse et éducation spécialisée**. Nîmes: Édition Champ Social, 2005. 2. édition.

Um dos casos de delinquência relatado por Aichhorn é o de um adolescente que perdeu a mãe, subitamente, em um acidente no trabalho e que passou a residir com a irmã. Após estes acontecimentos, o garoto começa a apresentar fenômenos de delinquência – abandono da escola, permanência nas ruas, furtos – que o levam à instituição presidida por Aichhorn para educação e tratamento de jovens. Ele toma este caso como exemplo de sua teoria sobre a delinquência latente e afirma que, apesar dos atos acontecerem depois da morte da mãe, suas causas deveriam ser buscadas na situação edipiana.

O pai deste jovem havia falecido quando ele era criança e ele permaneceu morando sozinho com sua mãe, fazendo os serviços da casa enquanto ela trabalhava. Ao receber a notícia da morte de sua mãe ele falou que não pensou em nada: *“eu me senti mal e caí”*. Na noite posterior, sentiu medo e sua irmã foi dormir com ele.

Aichhorn diz que a vivência traumática da morte da mãe, por si só, não teria determinado o estado de delinquência, o terreno já estava preparado em acontecimentos infantis precoces. Para ele, a causa deve ser localizada numa inclinação pela mãe, intensificada após a morte do pai. Uma identificação maciça se firmou e ele passou a viver como se fosse o pai. Portanto, para Aichhorn, as relações edipianas excessivamente intensas levaram a uma fixação e promoveram o estado de delinquência latente.

ANEXO C

LAGACHE, D. “Contribution à la psychologie de la conduite criminelle”. In: **Révue française de Psychanalyse**. Tome XII, n. 4. Octobre – décembre, 1948. Paris: Presses Universitaires de France.

Daniel Lagache publicou o caso que ficou conhecido como caso Fuget em 1948, com o objetivo de sustentar que a maioria dos criminosos não apresentam nenhum problema psiquiátrico específico. Ele também era contra falar de personalidade criminosa.

Lagache apresenta o caso a partir de quatro pontos : suas observações, o comentário psicanalítico, discussão e um esboço para uma psicologia dos atos criminosos.

A partir de suas observações ele apresenta os detalhes do caso e os envolvidos nele. Em 1845, Fuget atirou, com arma de fogo, por três vezes em Martin, ex-marido de uma mulher com a qual ele mantinha relações afetivas há muito tempo. Ele foi condenado por tentativa de homicídio, pois sua vítima não morreu. Fuget justificava que seu ato fora cometido para proteger Mme. Martin de seu ex-marido que lhe ameaçava.

Lagache analisa o caso a partir de um ‘conflito de diferença’ que ele acredita que o paciente sofrera durante sua vida. Após a gravidez, sua mãe foi rejeitada por seu pai e o menino nunca soube quem foi seu genitor. Esta diferença sentida como inferioridade o levou a uma espécie de compensação – ele tentou proteger sua amiga de seu ex-marido, da mesma forma que queria proteger sua mãe de seu pai. Em suma, ele alegou motivos nobres para seu ato.

Lagache conclui o caso, colocando em evidência os seguintes aspectos : a ação criminosidade dos conflitos familiares, no caso, a rejeição paterna ; a resposta agressiva à frustração ; o conflito de diferença e inferioridade ; a identificação heróica, ligada a um falso ideal do eu, e não à ausência de superego, como ele diz.

Toda a análise que Lagache faz do caso objetiva lançar luz sobre a delinquência. Segundo ele, as atitudes criminosas apresentam traços que não são próprios dos criminosos, mas que estão presentes em maior ou menor grau em grande parte da população. Nos casos de delinquência, ocorre a conexão de uma identificação defeituosa como uma evolução imperfeita do egocentrismo inicial, de acordo com suas palavras.

ANEXO D

LACAN, J. **Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade** (1932). Rio de Janeiro: Editora Forense – Universitária, 1987.

Na edição em português citada acima, encontramos publicado dois casos apresentados por Lacan – o caso Aimée e o caso das irmãs Papin.

O primeiro ilustra a tese de doutorado de Jacques Lacan, de 1932, intitulada « Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade ». A passagem ao ato de Aimée – ela atacou, com uma faca, uma atriz na saída de um teatro – foi analisada a partir dos mecanismos de autopunição, como os denominou Lacan. Na base deste mecanismo, estaria uma ambivalência de Aimée por sua irmã, que desencadeia, também, sua erotomania delírios de perseguição. No final da tese, Lacan faz uma discussão sobre a responsabilidade penal dos sujeitos que se enquadram neste tipo de psicose, dizendo não ser contrário à punição para estes casos. No caso de Aimée, o delírio cessou após ser presa e concluir que havia atacado uma pessoa inocente.

O caso da irmãs Papin, Christine e Léa, foi incluído na mesma publicação, embora não faça parte da tese de Lacan. As duas irmãs matam suas patroas – a mais velha, Christine, ataca a mãe e a mais nova, Léa, ataca a filha. As irmãs, tidas como empregadas modelo, realizam a passagem ao ato devido a um acontecimento banal – a reclamação da patroa sobre a falta de energia que ocorrera. Porém, tal ato se constituiu em uma resolução de uma pulsão agressiva, que Lacan chamará de cristalização hostil. As irmãs associam na imagem das patroas a miragem de seu mal, ao encontrarem com a agústia de uma punição iminente devido à queda de energia. Neste caso, Lacan analisa o delírio a dois para explicar a passagem ao ato das duas irmãs. O mecanismo desse tipo de delírio depende da sugestão exercida por um sujeito delirante ativo sobre um passivo. No caso, o sujeito ativo era a irmã mais velha, Christine. Ela havia afirmado : « creio mesmo que numa outra vida eu devia ser o marido de minha irmã ». Por isso, Lacan vai terminar sua análise do caso, dizendo que a passagem ao ato foi uma forma de destacar de seu outro si-mesmo, na forma de sua irmã Léa.

ANEXO E

BOUTONIER, J. “Reflexions sur l’autobiographie d’un criminel”. In : **Révue Française de Psychanalyse**, n. 2, avril-juin 1950, pp. 182-214.

Mme Boutonier apresenta o caso de um criminoso de cerca de quarenta anos que ela atende em uma prisão, a fim de discutir a severidade do supereu que leva ao crime, devido ao sentimento de culpa. Trata-se de um sujeito calmo, pouco expansivo, sem traços de psicose. Dez anos antes do encontro com Mme Boutonier, ele havia assassinado uma mulher que ele acusava de tê-lo enganado. Por este homicídio, foi condenado à prisão perpétua. Devido a seu comportamento exemplar, foi solicitada pelo advogado uma redução de sua pena, o que permitiria sua saída em breve. O diretor era contrário porque ele declarava não sentir remorso, pois havia agido justamente, apesar de se declarar culpado. Ele próprio dizia não querer sair, queria cumprir integralmente sua pena.

No processo analítico ele pôde se sentir afetado e sua angústia frente ao ato foi demonstrada. Ficou claro que sua aparente “frieza emocional” era, na verdade, uma defesa.

ANEXO F

BIAGI-CHAI, FRANCESCA. **Le cas Landru à la lumière de la psychanalyse**. Paris: Éditions Imago, 2007.

Francesca Biagi-Chai recorre às investigações e às perícias judiciais do processo contra Henri-Desiré Landru e reconstitui este caso de 1919 que ficou conhecido como o « novo barba azul ». Tratava-se de um homem culto, dedicado à sua família, inventor talentoso mas, também, considerado um escroque. Ele matou várias amantes a sangue frio, se apossando de seus bens. Na época, a questão : era um perverso ? Biagi-Chai, apoiada no ensino de Lacan, e na orientação de Jacques-Alain Miller sustenta o diagnóstico de psicose, dissimulada sob uma aparente normalidade.

Lacan fez referência, no texto de criminologia, a este caso através do filme de Charles Chaplin, Monsieur Verdoux.

ANEXO G

GUIRAUD, P. “Os assassinatos imotivados”. In : **Revista Opção Lacaniana**. n. 9. São Paulo, janeiro/março de 1994.

Paul Guiraud ilustra com dois casos - Paul e Édouard - os assassinatos cometidos sem os motivos geralmente presentes nas psicoses para as passagens ao ato : impulso, cólera, ou ideias delirantes. Guiraud recorre a Freud para falar dos crimes do si mesmo – quando há a prevalência do isso e o eu fica passivo, como um espectador.

Diferente da paranóia, onde há a prevalência do delírio, nos crimes cometidos pelos esquizofrênicos, principalmente em função da hebefrenia, há um sentimento de uma estranheza interior, inicialmente. A passagem ao ato, como no caso de Paul que matou um motorista de taxi que encontrara por uma contingência, visa suprimir o mal interior que projetado para fora bruscamente no encontro com o taxista. Guiraud utiliza a expressão usada por Monakow e Mourgue para dizer do mal interior – kakon. Portanto, não se trata de crimes imotivados, eles têm um motivo : extrair o mal, o kakon.

ANEXO H

SUSINI, M-L. **L'auteur du crime pervers**. Paris: Éditions Fayard. 2004.

A autora, a partir de seu trabalho em um serviço hospitalar para pacientes psiquiátricos na França, busca atualizar a noção de crime do perverso. Ela analisa os casos apresentados, a partir do conceito laciano de *acting-out*. Portanto, ela sustenta o diagnóstico de perversão, baseada na encenação de horror que esses crimes buscam causar. Os casos mais conhecidos abordados são: Landru e o filme de Charles Chaplin baseado neste caso (apresentados no Anexo F); o conto de Charles Perrault sobre o Barba Azul, além da ópera homônima; Jacques, o estripador; o marquês de Sade. Além de analisar o caso de Gilles des Rais, um serial killer da idade média que colecionava assassinatos de crianças.

Em todos os casos relatados, Susini dá consistência à ideia da monstruosidade do perverso e de seu crime que se sedimenta hoje. Apesar de propor um estudo psicanalítico, sem a noção de estrutura, e recorrendo à fenomenologia da cena, casos que podem ser explicados pela psicose, são tomados como exemplos de perversão. Quer dizer, os casos que demonstram, claramente, uma passagem ao ato, visando uma extração do objeto, são considerados através da busca da encenação do *acting-out*.

ANEXO I

A psicanálise de orientação lacaniana e a criminologia

Tânia Coelho dos Santos

Maria José Gontijo Salum

Introdução

Em sua obra intitulada “Vigiar e punir”, Michel Foucault descreve a mudança do regime jurídico fundado na soberania – que assegurava ao monarca o direito divino de castigar o criminoso por seu ato – ao regime jurídico próprio à sociedade disciplinar, que se define como igualitária e livre e pela declaração dos direitos do homem. Sociedades individualistas que acreditam ser melhor prevenir o crime e ressocializar, do que punir o criminoso. Retomaremos a descoberta freudiana do laço íntimo entre o sentimento inconsciente de culpa e o ato criminoso para interrogar o progressivo esvaziamento da dimensão de expiação, em jogo na pena, como tendência hegemônica do direito na contemporaneidade.

A criminologia continua mudando em consonância com a versão contemporânea da moral individualista. O direito penal da modernidade fundava-se sobre três princípios utilitários, evitando definir a pena pelo seu valor de punição. O princípio da exemplaridade julgava que, quanto mais o delito fosse apenado, menor a disposição dos indivíduos à violação. O segundo princípio, o da restituição, justificava a pena de privação de liberdade, pois visava reconfortar a vítima em sua perda e desencorajar a retaliação. O terceiro visava reparar o tecido social, ressocializar o criminoso para reinseri-lo no laço social.

A tendência do direito penal hoje é ainda mais utilitária. Julga-se que o criminoso já é altamente socializado, conhece seu delito, bem como as conseqüências de seu ato. Por essa razão, o direito penal mínimo preconiza outras formas de resolução do conflito social, baseadas numa outra lógica. A questão da retribuição da ofensa à vítima e da ruptura do pacto social, que são centrais no direito restitutivo, são substituídas por uma lógica indenizatória. O dano causado pelo criminoso à vítima tende a ser deslocado para a esfera do dano coletivo. A ofensa é generalizada para toda uma categoria de congêneres, segundo uma nova percepção do laço social. Este último, seria constituído de sub-grupos desfavorecidos ou minorias: étnicas, sexuais ou etárias. O ato delituoso tende a ser percebido como violência contra a criança, o negro, a mulher, o velho, o índio ou simplesmente o pobre. As entidades

representativas dessas categorias é que se tornariam credoras de uma indenização por parte do ofensor, e deve servir para restaurar a dignidade de todos os potenciais ofendidos. Os recursos devem ser empregados para reduzir a vulnerabilidade social das pessoas pertencentes a um ou mais conjuntos de indivíduos em situação de risco. A questão que se coloca é a seguinte: esse tratamento da questão do delito não priva mais ainda o sujeito da responsabilidade pelo seu ato?

Em seu artigo intitulado, “Criminosos em consequência de um sentimento de culpa”, Freud (1974/1916) decifra a lógica edipiana do desejo de transgredir: o parricídio e o incesto, dois desejos universais.

“O trabalho analítico trouxe então a surpreendente descoberta de que tais ações eram praticadas principalmente por serem proibidas e por sua execução acarretar, para seu autor, um alívio mental. Este sofria de um opressivo sentimento de culpa, cuja origem não conhecia, e, após praticar uma ação má, essa opressão se atenuava. Seu sentimento de culpa estava pelo menos ligado a algo. Por mais paradoxal que isso possa parecer, devo sustentar que o sentimento de culpa se encontrava presente antes da ação má, não tendo surgido a partir dela, mas, inversamente – a iniquidade decorreu do sentimento de culpa.” (p. 375).

Freud estabeleceu um diálogo com o direito através da chave da culpa. No artigo que data de 1906 “Algumas determinações do estabelecimento dos fatos no processo jurídico”, escrito a partir de uma apresentação na faculdade de Direito de Viena, considerou que o psicanalista poderia esclarecer a culpabilidade de um fato criminoso através da suspensão da culpa edipiana. De acordo com ele, o neurótico, ao cometer um crime e após se colocar em trabalho de associação livre, poderia chegar à traição psíquica de si mesmo. Seu sentimento de culpa o levaria à confissão. Freud estabeleceu o laço estreito entre o ato criminoso e o sentimento inconsciente de culpa. Suas raízes no assassinato do pai primordial e sua repetição no complexo edipiano não deixam dúvidas quanto à natureza estrutural da causalidade que está em jogo no crime. De modo algum, a causalidade do ato criminoso poderia ser reduzida com sucesso por meio de ações preventivas. A importância da punição para a redução do sentimento de culpa que leva ao ato criminoso, por essa razão, não está ausente do texto freudiano como a via régia para o tratamento da culpa neurótica. Nesta mesma intervenção, Freud adverte aos seus ouvintes que essas informações não poderiam ser usadas para fins da justiça, ou seja, ele não recomenda ao psicanalista a função de perito.

Muitos psicanalistas, entretanto, irão dedicar-se ao trabalho com delinquentes e criminosos arriscando-se nessa via pouco recomendável. Esta primeira contribuição de Freud no campo do Direito trouxe vários desdobramentos e alguns psicanalistas se dedicaram a

desenvolver um trabalho da psicanálise na interface com a justiça, muitas vezes desconsiderando as recomendações freudianas.

A partir de um percurso histórico, onde destacaremos as distintas perspectivas psicanalíticas de trabalho na interface com o direito, buscaremos localizar a abordagem da criminologia que interessa à psicanálise de orientação lacaniana. Lacan ao apresentar junto com Michel Cénac, o artigo “Introdução teóricas às funções da psicanálise em Criminologia”, em 1950, marcava, sobretudo, sua posição sobre o lugar da psicanálise na interface com a criminologia da modernidade, considerando que *“nem o crime nem o criminoso são objetos que se possa conceber fora de sua referência sociológica.”* (1950/1966 p. 128) Como é a lei que faz o pecado, sua posição não era contrária à existência do direito penal como punição: *“Toda sociedade, por fim, manifesta a relação do crime com a lei através de castigos cuja realização, sejam quais forem as modalidades, exige um assentimento subjetivo.”* (idem)

Inseridas no panorama da criminologia de sua época, e apoiadas em concepções pré-estruturalistas, em que medida suas teses permaneceriam válidas? Como atualizar a criminologia lacaniana no contexto contemporâneo do direito penal mínimo?

A agressividade segundo a psicanálise

Em meados de maio de 1948, Lacan apresenta seu relatório teórico no congresso de psicanalistas de língua francesa em Bruxelas. Em sua abordagem desse tema, parte da significação enigmática da pulsão de morte para afirmar que a agressividade se manifesta numa experiência que é subjetiva por sua própria constituição, separando-a das abordagens psicológicas behavioristas. Ele traz para o centro da discussão a intenção hostil que se manifesta no sentido simbólico dos sintomas, e também de grande número de condutas que a expressam veladamente na situação analítica. Ao lado da intenção hostil, Lacan destaca as imagens de desmembramento corporal (mutilação, castração, eventração, explosão do corpo) que testemunham a eficácia dessa agressividade. É na ação formadora de um indivíduo - pai ou mãe - sobre os que estão sobre sua dependência, que vemos que ela se exerce tanto por meio de restrições reais como por meio de imagens de valor expressivo, como identificação.

Por essa razão, a técnica analítica da associação livre justifica-se para não suscitar a agressividade do paciente contra o analista. Se o psicanalista não oferece o diálogo e sim a associação livre é porque leva em conta que a essência do eu é a denegação. O eu é o núcleo *“marcado por todas as ambigüidades, que da complacência à má fé, estruturam no sujeito humano a vivência passional”*(1948/1966 p. 112) e, por essa razão a experiência analítica

ensina a não enfrentá-lo, senão por meio dos rodeios de uma paranóia dirigida. A agressividade é a tendência correlativa a um modo de identificação a que chamamos narcísico, e que determina a estrutura formal do eu do mundo em que vive o homem.

Esse ponto de vista de Lacan sobre a agressividade revela seu apoio na intuição freudiana de que para conhecer a psicologia do eu é preciso estudar a psicose. *“A tendência agressiva se revela fundamental numa certa série de estados significativos da personalidade, que são as psicoses paranóides ou paranóicas.”*(idem p. 113) Neste artigo, reafirma a importância de sua descoberta sobre os efeitos de apaziguamento e desconstrução do delírio que um ato agressivo pode comportar, como ele pode demonstrar no caso Aimée. Cada forma de paranóia é relativa a uma das etapas da gênese mental das formas do eu e do objeto que se fazem representar pelo delírio sintomático específico:

“Assim se coloca em série, de maneira contínua, a reação agressiva, desde a explosão tão brutal quanto imotivada do ato, passando por toda a gama das formas de beligerância, até a guerra fria das demonstrações interpretativas, paralelamente às imputações de nocividade que, sem falar no Kakon obscuro a que o paranóide refere sua discordância de qualquer contato vital, vão se escalonando, desde a motivação do veneno, a retirada do registro de um organicismo muito primitivo, até a motivação mágica do malefício, telepática, da influência lesiva da intrusão física, abusiva, do desvio de intenção, espoliadora, do roubo do segredo, profanatória, da violação da intimidade, jurídica, do preconceito, persecutória, da espionagem e da intimidação, prestigiosa, da difamação e do ataque à honra, reivindicatória, do prejuízo e da exploração” idem (p. 113)

A fonte da profunda ambivalência das relações entre o eu e seus objetos é a dominância do estágio do espelho, entre os seis meses e os dois anos de idade, que se caracteriza pelo transitivismo do escravo identificado com o déspota, ator com espectador, seduzido com o sedutor. Para compreender a natureza da agressividade humana é preciso ter em conta essa encruzilhada estrutural, a relação erótica primitiva entre o eu e uma imagem (o outro) que o aliena de si mesmo. Eis aí a energia e a forma em que se origina a organização passional que chamamos nosso eu. Essa forma se cristaliza numa tensão conflitiva interna ao sujeito que determina o despertar do seu desejo pelo objeto do desejo do outro, concorrência agressiva que enseja o surgimento da tríade: eu, outro e objeto. A origem do eu é marcada por essa relatividade agressiva que culmina na subjetivação depressiva de uma identificação ao dejetivo, ao *kakon*, formação primária do supereu. A agressividade é a marca da relação narcísica em jogo na formação do eu, e os traços de seu masoquismo primordial são o sentimento de culpa, a nocividade oral, a fixação hipocondríaca. A Urbild do eu é marcada

pela paixão narcísica, mortífera, que se traduz na opressão insensata do supereu, e está na raiz dos imperativos da consciência moral. A impotência biológica do ser humano motiva a fixação antecipada de um ideal imaginário, que caberá ao ideal do eu, cunhado pela imago do pai normalizar tanto libidinalmente quanto culturalmente, apaziguando a tensão agressiva.

A guisa de conclusão, Lacan adverte sobre os efeitos nefastos da ausência crescente de todas as saturações do supereu e do ideal do eu típicas das sociedades tradicionais, formas que vão dos ritos da intimidade cotidiana às festas periódicas em que se manifesta a comunidade.

“Mais ainda, por abolir a polaridade cósmica dos princípios masculino e feminino, nossa sociedade conhece todas as incidências psicológicas próprias do chamado fenômeno moderno da luta entre os sexos. Comunidade imensa, no limite entre a anarquia democrática das paixões e seu nivelamento desesperado pelo grande zangão alado da tirania do narcisismo, está claro que a promoção do eu em nossa existência leva, conforme a concepção utilitarista do homem que a secunda a realizar cada vez mais o homem como indivíduo, isto é, num isolamento anímico sempre mais aparentado com sua derrelição original.” (idem p. 124)

Podemos estabelecer nesse ponto uma das vias de captação do problema de uma abordagem psicanalítica da criminologia. Lacan profetiza o crescimento do mal estar no narcisismo e, por conseguinte, o aumento da criminalidade, numa civilização democrática que se apóia na ideologia individualista. O homem liberado da sociedade moderna está exposto ao despedaçamento até o fundo de seu ser. *“É a neurose de autopunição, com os sintomas histérico-hipocondríacos de suas inibições funcionais, com as formas psicastênicas de suas desrealizações do outro e do mundo, com suas sequências sociais de fracasso e de crime.” (p. 126)*

A criminologia lacaniana

No XIII congresso dos psicanalistas de língua francesa, em colaboração com Michel Cénac, Lacan apresenta uma comunicação acerca das funções da psicanálise em criminologia. Considera que a busca da verdade constitui o objeto da criminologia, e que a verdade tem duas faces: a face policial e a face antropológica. Esta última é da ordem do sentido, é a verdade do criminoso. Argumenta que o assentimento subjetivo é necessário à própria significação da punição: *“As crenças mediante as quais essa punição se motiva no indivíduo, assim como as instituições pelas quais ela passa ao ato no grupo, permitem-nos definir numa*

dada sociedade aquilo que designamos, na nossa, pelo termo responsabilidade.” (1950/1966 p. 129)

Quem é o ofensor e quem deve ser punido pelo crime? Freud, em Totem e Tabu, demonstra que a origem da lei universal é o crime primordial. Os crimes de parricídio e incesto são a razão do supereu e explicam as estruturas psicopatológicas. Logo, ninguém pode alegar desconhecer a lei. É legítimo concluir que devemos estender a todo ato criminoso a significação de autopunição. Todo crime deve ser tratado como um ato de alguém que quer ser castigado. Exemplifica seu ponto de vista, evocando o caso da Sra Lebfèvre, analisado por Marie Bonaparte: *“a estrutura mórbida do crime ou dos delitos é evidente: o caráter forçado destes na execução, sua estereotipia quando eles se repetem, o estilo provocador da defesa ou da confissão, a incompreensibilidade dos motivos, tudo confirma a coação por uma força a que o sujeito não pode resistir, e os juízes em todos esses casos concluíram nesse sentido.”* (idem, p. 133)

Uma vez que a estrutura do sujeito e do laço social é edipiana, como demonstra Freud em Totem e Tabu, *“ as estruturas da sociedade são simbólicas; o indivíduo, na medida em que é normal, serve-se dela em condutas reais,; na medida em que é psicopata , exprime-se por condutas simbólicas.”*(idem, p. 134) A nuclearização da família e a redução da autoridade do pai nas sociedades individualistas são responsáveis pelo progresso do mal-estar na civilização pois, reservam a esse pequeno grupo o papel formador cada vez mais exclusivo das identificações da criança incrementando a tensão edipiana. *“(…) esse triângulo é apenas a redução do grupo natural, efetuada por uma evolução histórica, de uma formação em que a autoridade reservada ao pai, único traço subsistente da estrutura origina, mostra-se cada vez mais instável ou obsoleta e as incidências psicopatológicas dessa situação devem ser referidas à escassez das relações grupais que ela assegura ao indivíduo quanto à ambivalência cada vez maior de sua estrutura.”*(idem, p. 135)

Se a psicanálise irrealiza o crime, ao reconhecer a natureza simbólica do ato, não dehumaniza o criminoso. Em toda sociedade, a responsabilidade ou o castigo é uma característica essencial da idéia de homem que prevalece nela. Em nossa civilização, cada vez mais utilitária, já não se conhece mais a significação expiatória do castigo. A exemplaridade foi completamente absorvida pela sua função supostamente preventiva e correccional. O aspecto mais essencial é que aqueles que fazem a lei não estão mais seguros da justiça dos fundamentos do seu poder. A noção de castigo tornou-se insuportável para a revolta dos que se definem como explorados e para a consciência culpada dos que se consideram exploradores. Lacan observa que essa conjunção em impasse evolui para uma concepção

sanitária da penologia, que busca uma solução numa formulação científica do problema, numa análise psiquiátrica do criminoso, todas as medidas de prevenção contra o crime e de proteção contra sua recidiva: “*Os ideais do humanismo se resolvem num utilitarismo de grupo.*”(p. 139)

No próximo segmento vamos percorrer alguns dos principais trabalhos dos psicanalistas pós-freudianos a respeito dessa questão. No cenário de pós-guerra, a Europa vivera a experiência devastadora das duas guerras com conseqüências sociais e políticas que determinaram o trabalho dos psicanalistas da época. Trabalhando com os efeitos subjetivos da violência provocada pela guerra, os pós-freudianos praticaram uma clínica da psicanálise não *standard*, estendendo o campo de sua aplicação¹⁰. Um trabalho sólido dos psicanalistas da Inglaterra, Alemanha, Áustria, França e Estados Unidos pode ser levantado. A criminologia estava na ordem do dia nas discussões entre os psicanalistas e era tema de escritos e debates. Destacaremos a contribuição dos psicanalistas europeus entre os anos 20 e 50 do século passado, aqueles que tiveram influência na organização da justiça e das políticas criminais de seu tempo nos respectivos países em que atuaram.

Como se poderá ver na revisão que se segue, todo o esforço de investigação concentrou-se no diagnóstico e no estudo das motivações do criminoso ou delinqüente. A questão do tratamento psicanalítico do criminoso ou do delinqüente foi justificada no sentido de ir além das sanções punitivas. Encontramos pouca ou nenhuma discussão acerca da importância psicológica da expiação do crime para a redução do sentimento de culpa.

Baseado rigorosamente na descoberta freudiana, o psicanalista francês Jacques Lacan, ao estabelecer as bases para a contribuição da psicanálise à criminologia toma uma direção oposta a de alguns desses analistas, como, por exemplo, Franz Alexander e Hugo Staub, dos mais influentes psicanalistas a atuarem no campo do direito. A responsabilidade, de acordo com Lacan, deve ser encarada a partir do ato e não de uma suposta psicologia do criminoso. O sujeito deverá responder pelo seu ato e não por suas intenções ou seus motivos.

Os pós-freudianos e a criminologia

Em sua construção da teoria psicanalítica, Freud demonstra o que a constituição do sujeito deve ao crime, assim como a emergência da lei. É preciso extrair conseqüências dessa posição para o campo do direito e para a execução da justiça. A pesquisa realizada em torno

¹⁰ Sobre o aspecto do problema da extensão da psicanálise - ampliação e degradação – ver COTTET, S. Efeitos terapêuticos acelerados

das obras dos psicanalistas pós-freudianos nos permite sustentar que Lacan, no texto que acabamos de examinar, já efetuava o movimento que ficou posteriormente conhecido como retorno a Freud. Ele indica de que lugar a psicanálise pode contribuir para a criminologia, explicitando as posições que estavam de acordo com o texto de Freud e as que desviam dos seus fundamentos.

Ao iniciarmos a pesquisa bibliográfica sobre o trabalho da psicanálise no campo da criminologia fomos surpreendidos com o volume de obras, escritos e estudos no período entre as duas guerras mundiais e no pós-guerra. Muitas destas respostas da psicanálise à questão da criminologia, na primeira metade do século passado, ainda habitam as leituras de muitos psicanalistas atuais. Eis porque é pertinente ressaltar as experiências que representaram um avanço da psicanálise e que ainda hoje devem ser vistas como contribuições importantes, distinguindo-as das que traduzem um desvio do texto de Freud.

Franz Alexander e Hugo Staub

Franz Alexander e Hugo Staub iniciaram o trabalho com a psicanálise na Europa e, nos anos 30, emigraram para os Estados Unidos. Foram dos mais produtivos entre os psicanalistas que se dedicaram ao trabalho no campo da criminologia. Chegaram a propor o termo criminologia psicanalítica, para designar uma especialidade da psicanálise. Eles trabalharam intensamente em parceria com a justiça, realizando perícias e acompanhando pessoas condenadas por terem cometido algum crime.

Eles acreditavam que era de suma importância a presença de um psicanalista, não somente no trabalho de perícia mas, também, junto ao juiz no julgamento. O psicanalista deveria auxiliar esclarecendo-lhe os motivos do crime. Segundo os dois psicanalistas, um julgamento seria justo quando apreciasse os exatos motivos do crime, julgando o delinqüente, não o ato criminoso, extraindo um conhecimento do delinqüente e de seus motivos. Somente de posse das informações necessárias sobre os motivos, o juiz estaria apto a condenar ou a absolver - caso o ato estivesse justificado por seus motivos.

Alexander e Staub justificavam este tipo de intervenção alegando ser extremamente difícil a tarefa de um juiz. Ele deve decidir e tomar uma posição em relação a um ato que, na maioria das vezes, não compreende. Por essa razão, eles consideravam o magistrado uma pessoa submetida a muitos conflitos de consciência, uma vez que a vida de alguém estava submetida à sua decisão. Assim, a contribuição do psicanalista tornaria a decisão judicial menos sujeita aos conflitos e às vacilações de sua consciência moral; à luz da psicanálise, o

criminoso seria julgado a partir de seus motivos. Seguindo esta orientação, a pena seria decidida de acordo com a personalidade do criminoso e de seus motivos e estes podem ser justificados psicologicamente, ou não.

Dentro desse projeto de auxílio da psicanálise na decisão judicial, eles chegaram a vislumbrar o que seria, na concepção deles, o juiz do futuro, segundo expressão deles próprios. Esse juiz seria educado psicanaliticamente e não seria somente aquele que castigaria. Ele levaria em consideração o criminoso através da categoria psicológica que lhe correspondesse e não através dos parágrafos do código penal; suas decisões seriam tomadas a partir de um diagnóstico. No livro “Os criminosos e seus juízes” eles relatam que ofereceram um curso de psicanálise para juristas e que este foi bastante procurado; segundo eles, foi possível escutar dos juízes um grande desejo de conhecerem a personalidade dos réus.

Com base nas suas concepções de justiça, Alexander e Staub criticaram duramente o sistema jurídico penal. Para eles, ao relacionar uma falta a um castigo, a justiça acabava por se mostrar neurótica e esta relação entre falta e expiação era vista como um princípio irracional do direito penal. Dentro do que vislumbravam como justiça, eles acreditavam que a sociedade pudesse sair da lógica justiceira. De acordo com eles, uma justiça esclarecida pela psicanálise seria justa e livre dos afetos.

As contribuições de Alexander e Staub eram baseadas na concepção do crime e do criminoso como uma patologia; o criminoso seria alguém que portava um defeito de socialização e o tratamento psicanalítico deveria ser uma ressocialização. Esta concepção permitiu que eles fizessem propostas de mudanças na execução penal, já que tanto a absolvição quanto a simples punição seriam ambas inconvenientes e ineficazes. Como um doente, o criminoso deveria receber tratamento, indistintamente. Quer dizer, o tratamento deveria ser extensivo a todos os tipos de crimes, não deveria ser exclusivo para os casos de doença mental. Em suma, eles propunham que todos os criminosos deveriam ser admitidos em uma instituição para tratamento, com base na psicanálise.

Teodor Reik e Edward Glover

O primeiro não via problemas na aplicação da psicanálise à criminologia com fins de perícia, desconsiderando a advertência lançada por Freud. As ressalvas colocadas por Freud eram, para ele, desafios que poderiam ser transpostos. Desenvolvendo a teoria a partir do desejo dos réus de confessarem, considerava que o principal problema a enfrentar era o das

instituições penais, as quais deveriam ser aparelhadas para absorverem a contribuição da psicanálise.

Edward Glover foi responsável por um trabalho de grande alcance na Inglaterra. Ao lado de Kate Friedlander e, seguido por Mellitta Schmideberg, foram realizados estudos que inseriram a Psicanálise nas principais discussões sobre o crime, chegando, inclusive, a influenciarem as políticas públicas para o combate à criminalidade, principalmente, entre os jovens.

Os psicanalistas ingleses que se interessaram pelo tema da delinqüência¹¹ se reuniram em torno de um centro de estudos, criado juntamente com profissionais de outras disciplinas, o “*Institute for the Study and Treatment of Delinquency – ISTD*”. O objetivo do ISTD, órgão que contava com profissionais das várias áreas interessadas na delinqüência era, segundo Glover, o estudo, o tratamento e a prevenção da delinqüência. Este Instituto manteve um trabalho íntimo com os responsáveis pela justiça na Inglaterra, nessa época.

O auge da pesquisa e tratamento do crime na Grã-Bretanha com a contribuição da psicanálise ocorreu, sobretudo, entre os anos de 1912 e 1948. Além da participação efetiva no ISTD, os psicanalistas ingleses contribuíram para o debate sobre as mudanças na execução penal inglesa. Glover escreveu inúmeros artigos em revistas jurídicas e convidou os juristas para debaterem com os psicanalistas.

Frutos desse diálogo, novas formas de execução da justiça foram criadas na Inglaterra, principalmente as dirigidas aos jovens. As internações deixaram de ser a única alternativa para os jovens em conflito com a lei. Foram criados, além de centros de detenção específicos para jovens, centros de atendimentos abertos e programas de liberdade vigiada. Também os crimes cometidos por adultos passaram a ser pensados à luz da contribuição desses psicanalistas. Eles tiveram uma grande preocupação em publicar, divulgar e, posteriormente, debater os resultados das novas experiências.

As referências teóricas utilizadas por Glover e seus colegas para sustentar a explicação da delinqüência eram baseadas Freud, sobretudo, a partir dos elementos considerados em “Caráter e erotismo anal” e Melanie Klein. Por isso, para estes psicanalistas ingleses, o crime era a conseqüência de uma falha no processo de educação, educação

¹¹ Embora no Brasil, após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei 8069 de 13 de julho de 1990, não seja mais utilizada a denominação delinqüente, manteremos esta terminologia quando ela for usada pelos autores consultados.

pensada em um sentido mais amplo que a escolarização. Essa falha levaria a uma fixação libidinal, e o desenvolvimento da libido ficaria paralisado.

Glover manteve um diálogo com o direito e não teve a pretensão, como tiveram Alexander e Staub, de substituir a tarefa da justiça pela psicanálise. Ele manteve a especificidade e os lugares do direito, da psicanálise, da medicina, da pedagogia, da assistência social. Todos, segundo ele, importantes para o trabalho neste campo.

Kate Friedlander, Aichorn e Marie Bonaparte e a criminologia nos anos 30

Os escritos de Glover sobre o tema da delinqüência tinham um aspecto mais político, Kate Friedlander ressaltava o aspecto clínico, tentando elucidar a etiologia da delinqüência e avançar em seu tratamento. Isso não quer dizer que ela não participasse ativamente demonstrando suas posições políticas nesta área. Ao contrário, ela foi uma defensora das reformas penais na Inglaterra, principalmente para a instauração do tribunal especial para crianças e adolescentes, onde atuou. Este tribunal tinha como objetivo propiciar uma forma de justiça que tivesse como finalidade a reeducação e o tratamento dos jovens. Para que estes objetivos pudessem ser viabilizados foram criados novos dispositivos: locais para o acolhimento de delinqüentes no início de seu envolvimento com a criminalidade; projetos de liberdade vigiada para aqueles que já demonstrassem um envolvimento maior no crime e as casas de correção para os casos mais graves de envolvimento na delinqüência.

Era favorável ao tratamento, mas sem desprezar as medidas jurídicas. Seu objetivo era que a Justiça pudesse privilegiar as novas medidas no lugar da detenção tradicional. Ressaltou a dificuldade da sociedade, de forma geral, em aceitar as novas formas de se executar a justiça, de forma diferente do encarceramento. Dizia que era preciso entender que o próprio delinqüente sofria mais que a sociedade com a consequência de seus atos. Concordava que a busca de meios para se proteger do crime é uma preocupação legítima da sociedade, por isso, ela não descartou a importância da responsabilização penal. Contudo, ela sustentava que era preciso avançar nos métodos de responsabilização e utilizar outros, não somente os punitivos, pois o objetivo último do direito deveria ser a reeducação do delinqüente.

O tratamento psicanalítico era uma das formas que poderiam ser utilizadas para retificar a conduta criminosa, juntamente com o acompanhamento assistencial, pedagógico, a modificação no meio ambiente do delinqüente e a própria punição, quando necessária. A punição ou a privação de certas pulsões, segundo seus termos, têm um papel importante na educação básica, assim como na reeducação. As escolhas dos métodos para a reeducação

deveriam estar baseadas nas especificidades de cada caso. Cada um deveria ser acompanhado para que fosse possível detectar as causas da delinquência e, assim, determinar as formas de tratamento mais adequada, a que fosse capaz de corrigir os fatores responsáveis pela entrada na delinquência.

Assim como Glover, Friedlander tinha como referência a teoria da relação de objeto e do desenvolvimento da libido de Melanie Klein. O delinquente seria aquele que não conseguiu estabelecer boas relações com as pessoas de seu entorno, o que levaria a uma exacerbação do investimento libidinal em si próprio, em detrimento do meio. Para ela, o delinquente seria aquele que manteve uma disposição libidinal infantilizada. Ela compara este delinquente, que ela designa como normal, com uma criança a quem falta inibição e que se preocupa somente com o presente e afirma que 80% dos prisioneiros da Inglaterra nessa época podiam ser qualificados dentro deste tipo.

Por fim, fez considerações acerca da importância da prevenção. A causalidade da delinquência seria social, decorrência das más relações iniciais da criança com seu meio. Estas relações deveriam ser consideradas amplamente – a relação na família, as condições sociais e econômicas do meio, a escolarização, dentre outras. Então, para se combater a criminalidade, seria necessário pensar em vários aspectos – familiares, sociais, econômicos, de emprego, de saúde, de escolarização. No final de seu livro “Delinquência juvenil” ela estabelece uma série de medidas que poderiam ser tomadas no sentido da reeducação, da modificação no ambiente e da prevenção.

A grande contribuição de Aichorn foi a de manejar a transferência com os jovens delinquentes, que ele chamava de jovens em situações de sofrimento. Sua obra foi dedicada a mostrar como ele tornou a psicanálise possível com estes jovens. O tratamento psicanalítico era considerado dentro do processo educativo e deveria ser dividido em duas etapas: educativa e analítica. A psicanálise não teria efeitos sem a educação e a educação sozinha não permitiria o retorno a uma vida normal, depois de tantos conflitos vivenciados. Em um primeiro momento, ele visava reforçar a instância do supereu pela reeducação, visando modificar a dificuldade destes jovens com a espera da satisfação e a instabilidade afetiva que eles demonstravam. Caso este primeiro tempo, o da reeducação tivesse sucesso, os sintomas neuróticos ficariam mais aparentes, o que levaria o jovem a sofrer e perceber seus problemas. Só assim, em um tempo posterior ao trabalho de educação, a psicanálise poderia intervir para a liquidação dos conflitos sintomáticos.

Marie Bonaparte, embora seu trabalho no campo da justiça não tenha o alcance dos psicanalistas que citamos em seus respectivos países, com a publicação do caso Madame

Lefebvre passou a uma referência neste campo. Ela foi uma das defensoras das mudanças penais que visassem a retirada do conceito de responsabilização jurídica. Sua posição não era unívoca na França. Nos anos 30 os psicanalistas se perguntavam se a psicanálise deveria ser a favor ou contra as reformas penais. De todo modo, os psicanalistas franceses consideraram que a psicanálise deveria contribuir com a profilaxia dos crimes.

Em um livro intitulado “Criminologia psicanalítica”, o médico perito francês Genil Perrin, fez um espécie de compilação das discussões dos psicanalistas em relação à criminologia. Ele inicia o livro considerando as razões do direito penal: o homem pune, primeiramente, para fazer expiar e para se proteger de sua própria tentação; também para se vingar, se defender do inimigo exterior; e, por último, para satisfazer suas tendências agressivas. Para ele, uma justiça justa deveria romper com a lógica do direito penal, deveria levar a uma moral sem obrigação, nem sanção, ou seja, um direito penal sem pena. Segundo ele, psicanálise seria de extrema importância nessa nova concepção de justiça, pois a humanidade deveria recorrer aos meios preventivos e curativos e o objetivo seria a busca da cura do delinqüente.

Ele faz uma tipologia dos criminosos e propôs a seguinte distribuição de responsabilidades: o criminoso orgânico seria confiado à medicina, o neurótico ao psicanalista, o normal à pedagogia, e o acidental a uma reparação civil. A justiça funcionaria a partir da coordenação com essas disciplinas.

Para atualizar o debate entre psicanálise e criminologia

Muitos artigos que consultamos, de psicanalistas dedicados a esse tema exprimem sua preocupação com a rápida expansão da perspectiva utilitária no campo da criminologia. Atualmente, cresce o desejo de identificar precocemente os potenciais delinqüentes, surgem escalas de avaliação e medidas da possibilidade de reincidência e expande-se rapidamente em vários países da Europa a tendência a justificar o encarceramento preventivo. Dizem que se trata de alguma coisa à maneira de *Minority Report*¹². Argumentam que todas as escalas preditivas, sejam da potencialidade criminosa, sejam da tendência recidivante, são

¹² *Minority Report* é um filme de ficção científica lançado em 2002 estrelado por Tom Cruise e dirigido por Steven Spielberg. O roteiro é baseado no conto do mesmo nome de Philip K. Dick. O filme se passa em Washington, no ano de 2054 e a divisão pré-crime conseguiu acabar com os assassinatos. Nesse setor da polícia, o futuro é visualizado antecipadamente por paranormais, os precogs, e o culpado é punido antes que o crime seja cometido. Os três precogs só trabalham juntos e flutuam conectados em um tanque de fluido nutriente. Quando eles têm uma visão, o nome da vítima aparece escrito em uma pequena esfera e em outra esfera está o nome do culpado. Também surgem imagens do crime e a hora exata em que acontecerá. De posse destas informações, a polícia age preventivamente.

estatisticamente pouco confiáveis. Cada vez menos a justiça se interessa pela responsabilidade do criminoso e cada vez mais ela deve responder somente a critérios de produtividade, mostrando-se útil à gestão do risco social.

Serge Cottet, em seu artigo intitulado “Criminologia Lacaniana” enfatiza que Lacan não renuncia à esperança de um despertar do criminoso, ressaltando, como também nós fizemos acima, a importância do assentimento subjetivo da culpa e da função de expiação do crime que tem a punição. O direito moderno, como foi ressaltado, tende a esvaziar o valor de punição que tem a pena em benefício da exemplaridade. O direito mínimo contemporâneo é ainda mais radical em sua perspectiva utilitária, preferindo a indenização ao exemplo, e mais ainda ao castigo. Aqueles que somente se interessam pela gestão do risco social, encaram a privação de liberdade como um dispositivo cínico, vazio de qualquer função subjetiva, cujo emprego seria perfeitamente justificado a serviço da vigilância sanitária dos laços sociais.

A questão do castigo é, entretanto, central para a perspectiva psicanalítica das relações do sujeito com a lei, com o desejo e com o gozo. Em seu esforço de tratar o gozo fora da lei, o psicanalista de orientação lacaniana é talvez a única voz que se levanta em defesa da função expiatória do castigo. Para Lacan o castigo é uma forma para que o sujeito possa advir responsável. Através da responsabilidade o ato se torna humanizado pela integração do sujeito no universo mórbido da falta. O sujeito é humanizado e reinscrito no universal da castração, mesmo se ele dê uma interpretação privada.

Lacan deu exemplos da intervenção do analista visando a responsabilidade, sobretudo, nos crimes decorrentes do Édipo, em consequência de um sentimento de culpa, e nos crimes em função de um delírio de autopunição. Para ele, em sua ação, o psicanalista deveria verificar a presença ou ausência de um determinismo autopunitivo, seja na psicose, ou na neurose. Este determinismo deveria ser base para o estabelecimento da responsabilidade penal. Nestes casos, a prisão seria preferível à decretação de irresponsabilidade, no caso de uma psicose, ou de um tratamento psicanalítico, como sonhavam alguns dos pós-freudianos que apresentamos acima. A partir da responsabilidade penal poderia se promover a assunção subjetiva da falta e então, a responsabilidade, no sentido psicanalítico. Responsabilidade, para a psicanálise, é a resposta de um sujeito frente ao real. No caso do crime, a resposta seria a articulação de um ato à sua subjetividade, já que o ato é sem sujeito.

Obviamente, a prisão não é um tratamento em si. Contudo, é a forma de castigo que ainda prevalece em nossos dias. A prisão, para Lacan, teria a função de promover a retificação subjetiva ao se configurar como um chamado feito pela justiça para que o sujeito responda por

seu ato. Cottet (2008) lembra um trabalho apresentado por Juliette Boutonier, onde ela sustenta, através de um caso, que a prisão ajudou no tempo de compreender.

Visando a responsabilidade, Cottet (2008) lembra que o praticante da psicanálise poderia ajudar no despertar do sujeito daquilo que o condena. Sabemos que não se trata sentença do juiz, mas do universo mórbido da falta – expressão que Lacan retira da obra de Ângelo Hesnard. A intervenção da justiça poderia ser um chamado a esta condenação, que é de todos, pois diz respeito ao universal da castração. Contudo, caso a caso, é preciso verificar se o sujeito pode responder, ou não e de que formas. Nos casos que Lacan faz referência, esta condenação se apresenta de forma mais evidente. Em outros casos de psicoses, assim como nos casos cuja presença de atos perversos se demonstra, é preciso avaliar melhor qual a ação possível da psicanálise.

Portanto, trabalhando na interface com o direito penal, a psicanálise trataria de acompanhar a possibilidade, ou não, de que o sujeito possa, através do castigo, promover a assunção de sua responsabilidade. Por isso, para a psicanálise, a responsabilidade é universal. A responsabilidade é o chamado para que o sujeito possa responder, frente aos seus semelhantes, pelo ato que praticou.

Mesmo tentando atualizar a prática da psicanálise, a partir de Lacan, estamos mantendo a dimensão de castigo devido a seu aspecto de constrangimento feito àquele que praticou o ato criminoso. Trata-se da função do castigo como um chamado ao sujeito a responder, por sua posição. É a essa responsabilidade que visa a psicanálise. E, em nossa experiência, vemos que ela pode acontecer de várias formas - pela prisão, ou algumas penas alternativas, mas também por uma medida socioeducativa, no caso dos adolescentes, ou um acompanhamento através de uma medida de segurança, nos casos de psicoses.

A responsabilidade pode acontecer, a partir da entrada do Outro da lei, preservando o semblante do direito penal que diz que a justiça se faz porque há uma distinção fundamental: há coisas que são permitidas, porque existem algumas proibições.

Recentemente, Jacques-Alain Miller retomou o artigo sobre criminologia de Lacan. Afirma que este artigo é o que mais se aproxima do texto freudiano “Mal estar na Civilização”. Como pudemos evidenciar, Lacan fez um delineamento da crise na civilização que conhecemos atualmente. Em sua leitura desse artigo, Miller se pergunta o que seria um direito inspirado pela psicanálise. Ele oferece duas respostas cuja interseção não nos parece óbvia. Em primeiro lugar, o direito deveria nuançar um pouco a crença na verdade. Dizer a verdade e somente a verdade é um mandamento impossível. Um direito inspirado pela psicanálise levaria em conta a distinção entre o verdadeiro e o real. A verdade não é o avesso

da mentira, pois seu verdadeiro estatuto não foge ao campo da ficção. Por essa razão para dizermos o real, é preciso recorrer aos semblantes, precisamos inventar. Diferentemente de Lacan que sonhava reunir a verdade policial do crime e a verdade subjetiva, Miller conclui que existe uma descontinuidade aí e que não podemos jamais reconstituir a causalidade objetiva de um ato subjetivo. Haveria alguma coisa de insondável e opaco na decisão de um delinqüente ou de um criminoso. O segundo ponto é que também a decisão jurídica não pode ser a pura aplicação dos códigos jurídicos, pois, em seu centro ela é insensata, sem fundamento:

“Talvez os juízes, os advogados, os professores de direito saibam melhor que ninguém que não há justiça. O direito não é a justiça. Seria muito perigoso se eles acreditassem na justiça, seriam delirantes se acreditassem na justiça. (...) A justiça, divina, é preciso deixá-la nas mãos de Deus, no momento do julgamento final. Para nós, na terra, o discurso do direito é suficiente.” (2008, p. 14)

Referências bibliográficas:

- AICHHORN, A. “Jeunes em souffrance”. Paris: Éditions Champ social, 2005. 2 ed.
- ALEXANDER, F & STAUB, H. “Les criminels e ses juges” Paris: Gallimard, 1934
- BONAPARTE, M “Le cas de Madame Lefebvre”. In: Revue française de Psychanalyse I – 1927. Reprinted by permission of “La Societé Psychanalytique de Paris. Nendeln / Liechtenstein: Kraus Reprint, 1979.
- COTTET, S. “Criminologie lacanienne” in: Mental Revue Internationale de Santé Mentale et Psychanalyse Appliquée, FEPP, numero 21, 2008, pags. 17-37
- FREUD, S. (1916) “Criminosos em consequência do sentimento de culpa” in, ESB, vol. XIV, Imago Eds, 1974, págs. 375-377
- _____ (1931 [1930]) “O parecer do perito no caso Halsmann” in, ESB, vol. XXI, Imago Eds. 1974, pags. 287-289
- _____ (1906) “A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos”. in, ESB, vol. XXI, Imago Eds. 1974, pags. 101-115
- _____ (1916) “Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho analítico: Criminosos em consequência de um sentimento de culpa”, in ESB, vol. XIV, Imago eds. 1974, pags. 375-377
- FRIEDLANDER, K. “La délinquance juvenile – Étude psychanalytique”. Paris: Presses Universitaires de France, 1951

- FOUCAULT, M. “Vigiar e punir”. Petrópolis: editora Vozes, 1993. 10 ed.
- GLOVER, E. “The roots of crime – selected papers in Psychoanalyse”. New York: International Universities Press, 1960.
- LACAN, J. (1948/1966) “A agressividade em psicanálise”, in Escritos, Jorge Zahar Editores, 1998, págs. 104-126.
- _____ (1950/1966) ‘Introdução teórica à funções da Psicanálise em Criminologia.’, in Escritos, Jorge Zahar Editores, 1998, págs. 127-151.
- _____ (1950) “Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia”, in Outros Escritos, Jorge Zahar Editores, 2003, págs. 127-131.
- MILLER, J-A. “Rien n’est plus human que le crime” in: Mental Revue Internationale de Santé Mentale et Psychoanalyse Appliquée, FEAP, numero 21, 2008, pags. 7-16
- PERRIN, G. “Psychoanalyse et Criminologie”. Paris: Librairie Félix Alcan, 1934.
- REIK, T. “Mythe et culpabilité: crime et châtement de l’humanité”. Paris: Presses Universitaires de France, 1957.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)